

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE DE DOUTORADO

**SAUDADE E RUSTICIDADE: RECONVERSÕES SOCIAIS E CONVIVÊNCIA COM
AS SECAS ENTRE ELITES PECUARISTAS DO CARIRI PARAIBANO**

Valdênio Freitas Meneses

Rio de Janeiro

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**SAUDADE E RUSTICIDADE: RECONVERSÕES SOCIAIS E CONVIVÊNCIA COM
AS SECAS ENTRE ELITES PECUARISTAS DO CARIRI PARAIBANO**

Valdênio Freitas Meneses

**Orientação
Eli de Fátima Napoleão de Lima**

Tese para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,
no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro
2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M543s Meneses, Valdênio, 1989-
SAUDADE E RUSTICIDADE: RECONVERSÕES SOCIAIS E
CONVIVÊNCIA COM AS SECAS ENTRE ELITES PECUARIAS DO
CARIRI PARAIBANO / Valdênio Meneses. - 2018.
222 f.: il.

Orientadora: Eli de Fátima Napoleão de Lima.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, CPDA- PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE, 2018.

1. Elites. 2. Reconversões Sociais. 3. Convivência
com o semiárido. 4. Cariri Paraibano. 5.
Caprinocultura. I. Napoleão de Lima, Eli de Fátima ,
1954-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. CPDA- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

VALDÉNIO FREITAS MENESSES

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtención do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 21/06/2018.

Prof. Dr. ELI DE FATIMA NAPOLEAO DE LIMA (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof. Dr. REGINA ANGELA LANDIM BRUNO (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. CARMEN SILVIA ANDRIOLLI (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. LUIS HENRIQUE CUNHA (UFPB)

Prof. Dr. CESAR BARREIRA (UFC)

AGRADECIMENTOS

Como diz a frase que inicia o livro Apanhador no Campo de Centeio, a “gente nunca devia contar nada a ninguém. Mal acaba de contar, começa a sentir saudade de todo mundo”. O resultado desta tese não é só um título acadêmico, mas uma saudade com esse “todo mundo” que me acompanhou não só durante os últimos quatro anos, mas em boa parte de minha vida acadêmica e pessoal.

Do Rio de Janeiro, tenho gratidão à acolhida dos meus tios Chico e Suely e meus primos Rodrigo, Jéssica e Vitória (que cresceu bastante desde o ano que comecei essa tese) e aos amigos Fábio e Maria. A mistura de bom humor carioca e a acolhida paraibana foram fundamentais durante a estadia das aulas no primeiro ano de doutorado no CPDA. Falando em CPDA, tenho dívida com todos os professores dessa instituição, começando pela Professora Eli Napoleão de Lima, que aceitou orientar o trabalho e sempre se dispôs a discutir, criticar e principalmente depositar confiança, mesmo durante os momentos que tive de me distanciar do Rio, em razão da pesquisa de campo. Dos docentes do CPDA, também agradeço à Regina Bruno, Fátima Portilho, Raimundo Santos, Leonilde Medeiros, Luiz Flávio de Carvalho Costa, Nelson Delgado, Maria José Carneiro, Carmen Andriolli e Francisco Carlos. Todos, em algum momento, discutiram e ajudaram diretamente nos caminhos que essa tese tomou. Também minha dívida é impagável com a “turma” da secretaria, da biblioteca, da limpeza: seja para resolver os pepinos, seja para um papo rápido durante os cafezinhos dos corredores. Como as melhores conversas da vida são essas transitórias, mando abrações e carinho para os meus colegas do doutorado e do mestrado da turma 2014.1: Carlinha, Veruska (Vevê), Felipe (Fefê), Elton, Layla – agradeço a identidade de “rei dos Bodes” que atribuíram a mim, e espero que todos resolvam seus “bodes” durante o processo de doutoramento. Agradeço também aos elos Paraíba e Rio de Janeiro no CPDA: Alô alô, aquele abraço Renata Milanês (Robertinha) e Erika – sem as quais, com a ajuda na cidade de contatos e estadia, em Taperoá, essa tese não teria sido possível. Ainda preciso agradecer a uma grande turma de cervejeiros, boêmios, malandros, seja na Lapa, no Arco dos Telles seja no bar da igreja perto do Saara, seja nas festas dos apartamentos. Sigo os nomes que minha memória vai resgatando Juanita, Daniel, Anna, Daniel e Tiago Bustamante, Maria Battaglin, Nadja, Yamira, Helena, Izabelle, Rodrigo, Rita, Ariane. Se eu esqueci alguém o problema é comigo, pois a bebida entra e a memória sai.

Da Paraíba, agradeço aos meus pais Antônio Enio e Carlucia Pereira, meus irmãos Enio e Wênia, e meus irmãos da vida que fazem parte da trupe “Servos da Gleba” que vez ou outra apronta nas noites campinenses – mesmo que um bocado já tenha se separado Brasil e mundo

afora. Da instituição do PPGCS/UFCG, de onde tenho a minha formação inicial de cientista social, agradeço à professora Ramonildes Gomes, Luis Henrique Cunha, Mércia Batista, Marilda Menezes, José Gabriel, Aldenôr Gomes, Roberto Véras dentre outros. Também lembro dos colegas Aldo Manuel Branquinho Nunes e Jonatta Paulino, mais que referências bibliográficas, foram amizades imprescindíveis desses meus anos na UFCG. Ao professor Assis Batista e Padre João Jorge Rietveld, também amigos e referências já presentes desde o projeto que gerou essa tese. À Haissa Vitoriano, gratidão pela paciência e competência para revisar os vários erros que fui deixando pelo caminho da escrita.

Agradeço também ao pessoal das famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista pela abertura dada para a pesquisa nas fazendas, abrindo espaço para entrevistas e os arquivos da família durante os últimos três anos.

Da França, agradeço aos professores do CESSP/EHESS pela acolhida e pela oportunidade de circular nos seminários e atividades acadêmicas. Tenho gratidão especial ao professor Afrânio Garcia Jr., que aceitou a orientação durante o período “sanduíche”, e à Monique de Saint-Martin, que se dispôs a discutir essa tese dando valiosas críticas e sugestões. Também lembro dos meus professores de francês que tornaram menos complicada minha adaptação: Nyeberth, Janaina e Xavier Faure. Como “Paris é uma festa”, já diria Hemingway, lembro também dos colegas que transitaram comigo nesses últimos 5 meses nas bibliotecas, aulas ou vida afora: Adriana e Thabata (gritaria e risadas nas bibliotecas francesas), Valesca (ponte aérea Campina Grande – Paris), Léa Prévet (ponte aérea Havana- Paris), Léo Rauta, a turma de amigos que fiz nos “Apéros” da EHESS, e também os colegas do Groupe de Réflexion Sur le Brésil Contemporain. Vocês tornaram inesquecível a experiência de terminar uma tese falando de secas enquanto caia uma generosa nevasca lá fora.

“Brigadão e merci beaucoup” a todos!

Observação política “pra não dizer que não falei das dores”: Academicamente sou grato às instituições que financiaram toda pesquisa (CAPES e CNPq), que expandiram sua capacidade de recursos durante meus anos de graduação até o ano que entrei no doutorado. Ao concluir a tese, reafirmo aqui a minha defesa inegociável da universidade pública autônoma contra qualquer governo que vier a atacá-la – e que ela não seja mais um “bode expiatório” na conta dessa aventura irresponsável, um golpe de estado, que começou em 2015, e ainda está em curso no Brasil.

*Que eu venho de um bando de cabras
pastando(...)
De um ninho de cobras me olhando*

(Sérgio Sampaio- Cabras Pastando)

RESUMO

Nas últimas décadas grandes proprietários da região do Cariri paraibano têm investido na pecuária de caprinos e na publicação de livros de genealogia e memórias de suas famílias. Partindo de pesquisa com os Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista, a tese analisa esses movimentos dentro de estratégias de reconversões sociais: tentativas de “mudar para permanecer igual”, de manter um status social, mas de transformar um patrimônio material e simbólico de uma elite sob risco de desclassificação após mudanças recentes nas desigualdades sociais entre o mundo rural e urbano no Nordeste. Por esse caminho, os pecuaristas do Cariri paraibano expressam uma ideia de convivência com as secas sintonizada com bandeiras políticas que, desde final dos anos 1970, circulam entre veículos de imprensa das sociedades de grandes pecuaristas de todo o Nordeste. Diferente da convivência com as secas de pastorais, ONGs e movimentos sociais, o projeto dos pecuaristas de superação do combate às secas exalta a grande propriedade da terra: a fazenda pecuarista seria o local, por excelência, para aprender a conviver com as estiagens. Esse argumento tem legitimidade produzida pela figura de “patriarcas” de famílias que afirmam representar uma linhagem da “Civilização do couro” e deter um saber legítimo sobre vocações “naturais”, como a caprinocultura no semiárido nordestino. Enquanto estratégia de manter uma posição de prestígio, a convivência com as secas das elites pecuaristas também se insere nas lutas sobre o imaginário regional, influenciando na transformação dos caprinos – antes tidos de menor status social em relação aos bovinos – como símbolo de uma “nordestinidade” autêntica: argumento que tem legitimado de eventos turísticos e gastronômicos à políticas de desenvolvimento rural em todo semiárido nordestino.

Palavras-chave: Elites. Reconversões sociais. Caprinocultura. Convivência com as secas. Cariri paraibano.

ABSTRACT

This work results from a research about some strategies of social reconversions between the goat-breeder elites from the region of the Cariri, Paraiba, Brazil. The main purpose is understand why landlords of the Northeast ‘hinterland of Brazil began to write and publish books about the genealogies and memory of his families at the same time that they have made investments at the goat-breeder. Seeing this strategies as a social reconversions is possible understand how these landlord elites react when they suffered a loss of status against recent the transformations in the social inequalities in Brazil. In this context, transform old farms in local of the family memory and models of goat-breeder production are movements in political defense of the land concentration and for the monopoly about the changing social perceptions of the drought at the Northeast region of Brazil. By this way, these elites influences at the recent transformations of the goat-breeder: not long time ago considered as the “poor’s cattle” it’s turned in a touristic and cultural symbol of the region Northeast of Brazil.

Key-words: Elites. Strategies of social reconversions. Goat-breeder. Drought. Cariri Paraibano.

RESUMÉ

La thèse est résultat d'une recherche sur quelques stratégies de reconversions sociales des élites d'éleveurs de la région du Cariri, Paraíba, Nord-est brésilien. La principale discussion est comprendre pour quoi grands propriétaires de terre passent à chercher la mémoire de la famille (publier des livres de généalogies ; préserver l'architecture des maisons dans les fermes etc.) ajouté aux investissements sur l'élevage du caprin - en changeant l'ancien statut de « l'élevage du pauvre » de plus en plus vers un symbole de la culture régionale du semi-aride brésilien. Transformer centenaires propriétés rurales en « lieu de mémoire » et place de ces investissements zootechniques sont les plus récentes stratégies des élites d'éleveurs en défense politique de la grande propriété du terre et vers les luttes pour le monopole de la perception sociale de la sécheresse dans le Nord-est brésilien. Pour cette vie les éleveurs essayent de reconvertir leur patrimoine matériel et symbolique qui est sur risque de déclassification contre les récents processus de transformations sociales de la pauvreté rural et urbain dans le semi-aride brésilien.

Mots-clés: Élites. Reconversions sociales. L'élevage du caprin. Sécheresse. Cariri paraibano, Nord-est du Brésil.

LISTA DE SIGLAS

ABCC- Associação Brasileira de Criadores de Caprinos
ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu
ABCSindi – Associação Brasileira de Criadores de Sindi
ACCOBA – Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia
AMCAP – Associação de Municípios do Cariri Paraibano
APACCO – Associação Paraibana de Criadores de Caprinos e Ovinos
ASA – Articulação para o Semiárido
BNB – Banco do Nordeste
CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNA – Confederação Nacional de Agricultura
CPT- Comissão Pastoral da Terra
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Agropecuária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária
FAO- Food and Agriculture Organizations
FINOR – Fundo de Investimentos para o Nordeste
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IMIP – Instituto de Medicina Integral Fernando Figueira
INSA – Instituto Nacional do Semiárido
IRPAA – Instituto Regional da Pequena Pecuária Apropriada
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST- Movimento dos Sem Terra
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
PO – Puro de Origem
POI – Puro de Origem Importado
P1MC – Programa 1 Milhão de Cisternas

P1 + 2 – Programa Uma Terra Duas águas
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNC – Sociedade Nordestina de Criadores
SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SRGC – Serviço de Registro Genealógico de Caprinos
SRP – Sociedade Ruralista da Paraíba
SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

INDÍCE DE FOTOGRAFIAS, MAPAS E TABELAS

Figura 1: Diferentes discursos da convivência com as secas no Semiárido nordestino..... 175

Foto 1: Chapéus de couro que pertenceram a Malaquias Batista no alpendre da casa da Capitão-Mor.....	75
Foto 2 Os irmãos Laurentino, Malaquias e Quitéria em encontro realizado na fazenda Capitão-Mor (2014)	81
Foto 3 : Escudo na Fazenda Santa Clara.....	86
Foto 4: Casa Sede da Fazenda Capitão-Mor	88
Foto 5: Sala de estar da casa grande da fazenda Capitão-Mor	89
Foto 6 :Telhado da casa sede da Capitão-Mor.....	90
Foto 7: Corredor entre sala de estar e jantar	91
Foto 8 : Armário e tapeçaria de couro caprino	91
Foto 9 : Alpendre da casa sede da Capitão Mor com placas que homenageiam encontros da família, à esquerda, e mapas pluviométricos, à direita	93
Foto 10 Pedra do Bode entre Capitão-Mor, Pitombas e Estrela D’Alva	96
Foto 11 : Ferros de gado e marcas na orelha de caprinos de Malaquias Batista e Laurentino Batista, registrados no cartório de Monteiro (1944)	100
Foto 12: Caprinos da Raça Boer em Capitão-Mor de Cima	101
Foto 13: Marca de ferro e brincos nos caprinos da Capitão-Mor	101
Foto 14: : Barragem “ Dona Sinhá” na fazenda Capitão-Mor	105
Foto 15: Embalagem do queijo de cabra produzido na Fazenda Carnaúba	109
Foto 16: Ferro da família Suassuna	118
Foto 17: Ferros de Gabriel Vilar e Manuel Dantas Vilar.....	119
Foto 18: Galpão de exposições da fazenda Carnaúba.....	120
Foto 19 : Casa sede da Carnaúba	120
Foto 20: Crânios de animais e ferros dos Vilar no alpendre da casa sede da Carnaúba	121
Foto 21 Sala de estar da casa sede da Fazenda Carnaúba	122
Foto 22 : Casa da família Suassuna na fazenda Carnaúba.....	123
Foto 23 : Caprinos da raça Moxotó na Fazenda Pau Leite	130
Foto 24: Reprodutor da Raça Parda Sertaneja na Carnaúba	130
Foto 25 : Publicidade do Dia D 2016 na fazenda Carnaúba	132
Foto 26: Aprisco na fazenda Pau Leite separando caprinos da raça serrana azul (à esquerda) e moxotó (à direita).....	138
 Gráfico 1: Rebanho caprino no Brasil (1990-2015)	40
Gráfico 2: Rebanho caprino no Nordeste (1990-2015).....	40
Gráfico 3: Rebanho caprino no Cariri paraibano (1990-2015).....	41
Gráfico 4: Rebanho bovino no Cariri paraibano (1990-2015).....	41
 Mapa 1: Cariri paraibano ou “Sertão dos Cariris Velhos”.....	20
Mapa 2: Tipos de pecuária por microrregião no Brasil	38
Mapa 3: Município de São Sebastião do Umbuzeiro- PB e Fazendas Capitão-Mor, Pitombas, Santa Clara	77
Mapa 4: Município de Taperoá- PB e fazendas Carnaúba e Pau Leite	112

Quadro 1. Encontros entre as famílias Santana, Fernandes Batista e Silva Souza	79
Quadro 2 : Local de nascimento e formação escolar dos filhos de Malaquias Batista e Sebastiana Fernandes	84
Quadro 3. Acervo do museu Major Sérgio Santana na fazenda Capitão-Mor.....	94
Quadro 4. Membros das famílias Dantas Vilar e Suassuna, na organização das edições do dia D na fazenda Carnaúba e Pau Leite (2015-2017)	134
Quadro 5: Lotes de caprinos e ovinos a venda no dia D 2016.....	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Delimitação da tese e justificativas	19
A terra e o homem da elite pecuarista do Nordeste	25
A cabra: caminho para revitalização de uma elite?	36
Uma convivência conveniente com a grande propriedade	44
Estrutura dos capítulos	48
CAPÍTULO 1: VIAGEM AO MUNDO DAS “ESTIRPES SERTANEJAS”: NOTAS SOBRE A PESQUISA	50
1.1 “Recordar é poder”: a fazenda como local de memória	50
1.1.1 Entre currículum lattes e genealogias	57
1.2 O campo e a escrita na pesquisa: reconversões sociais “dentro da porteira”	59
CAPÍTULO 2: OS FERNANDES BATISTA: OS FILHOS DOUTORES DAS FAZENDAS CAPITÃO-MOR E PITOMBAS	74
2.1 O funeral do “vaqueiro patrão”	74
2.2 “Os filhos são os bancos de manutenção da propriedade”	76
2.3 A fazenda que hospeda pessoas e memórias.....	87
2.4 “O bode na sala”	96
CAPÍTULO 3: OS DANTAS VILAR E SUASSUNA: UMA ESTIRPE SERTANEJA E OS BODES FIDALGOS.....	108
3.1 O queijo armorial	108
3.2 Oito gerações na Carnaúba: a heráldica sertaneja dos Dantas Vilar e Suassuna	111
3.3 Bodes fidalgos, cabras ibero-brasileiras: a busca do sertão frugal e verdadeiro	124
3.4 O Dia D: família e pecuária como vocação	131
CAPÍTULO 4: SAUDADE E RUSTICIDADE: SENTIDOS DA CONVIVÊNCIA COM AS SECAS ENTRE GRANDES PECUARISTAS DO NORDESTE.....	141
4.1 A convivência em conflito	141
4.2 Vidas secas e o semiárido do patriarca	147
4.3 A “Civilização do Couro” e as teses do GTDN/ Sudene	159
4.4 Os grandes pecuaristas e movimentos sociais: inconveniências e convergências com as secas	167
CAPÍTULO 5 – ADMIRÁVEL BODE NOVO: UMA DEFESA DA GRANDE PROPRIEDADE	177
5.1 Uma cultura “bodística”	177
5.2 Da desqualificação da “miunça” à imposição da caprinocultura	179
5.3 A caprinocultura entre ruralismo e regionalismo.....	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206
FONTES	218
Livros de memórias e genealogias	218
Artigos acadêmicos e jornalísticos sobre pecuária e secas no Nordeste.....	220
Sites e documentos consultados	223
Vídeos e documentários	224
ANEXOS	225

INTRODUÇÃO

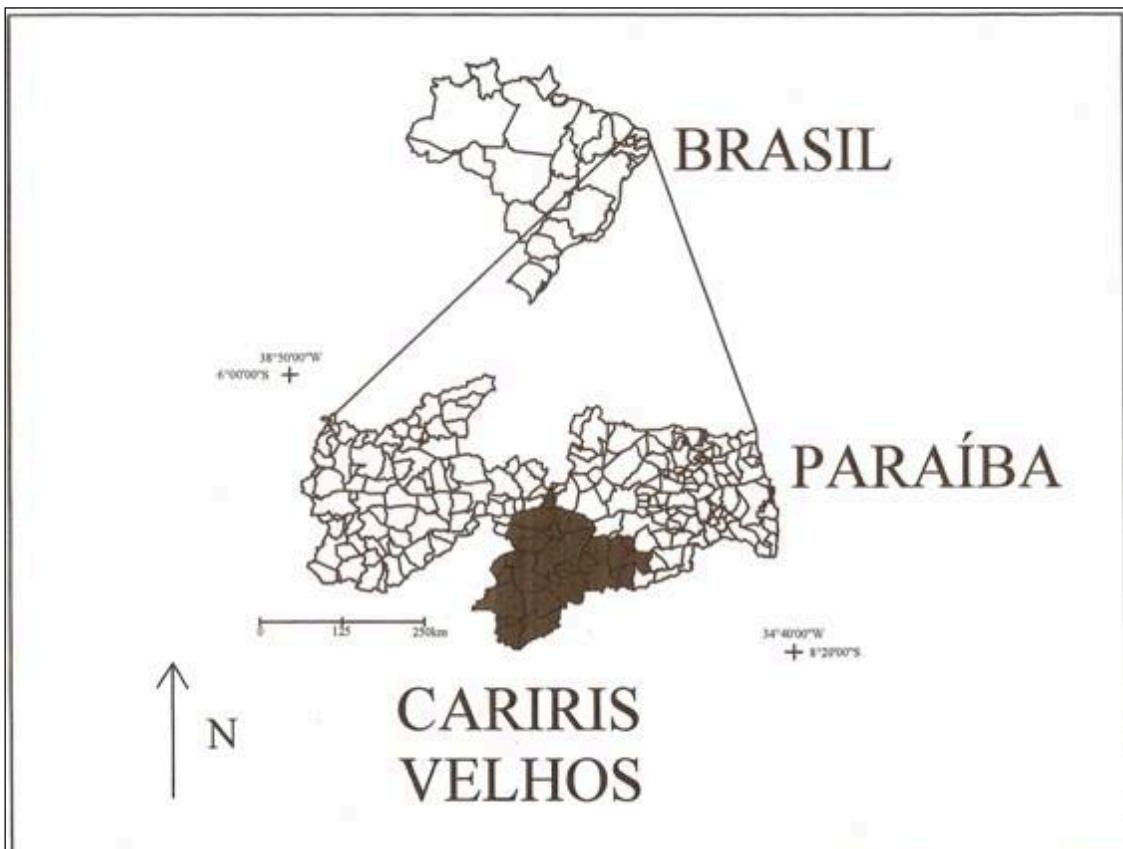
Delimitação da tese e justificativas

“Nosso mundo sertanejo começa aqui”, fala um proprietário de uma centenária fazenda no Cariri da Paraíba enquanto me guia nos alpendres e corredores da casa sede. Nas paredes me chamam atenção as placas comemorativas de encontros da família ao lado de mapas e tabelas que marcam anos de estiagem e índices pluviométricos. Ao entrar na sala de estar, passo a vista onde dividem espaço chapéus de vaqueiro, publicidade de vaquejadas, cadeiras e tapetes de couro, ferros de marcar animais, diplomas universitários, revistas sobre pecuária e troféus com premiações do rebanho da fazenda. Nas estantes, fileiras de livros de memória e genealogia que em suas páginas exaltam a coragem dos patriarcas que vieram de Portugal, desbravaram sertões com o gado, resistiram às secas, trabalharam na terra e fundaram fazendas hoje centenárias.

Registradas em visita à fazenda Capitão-Mor, em São Sebastião do Umbuzeiro, esse cenário da casa e suas falas são recorrentes ao visitar algumas das grandes fazendas pecuaristas que “sobreviveram” a uma crise do algodão e da pecuária, intensificada na década de 1980, no Cariri da Paraíba. Ao voltar desse mundo “nostálgico” – com seu “canto de sereia” de valores regionalistas que tende a atrair quem, como eu, tem origem na região Nordeste – e colocar as impressões em diário de campo, penso que se “as paredes da fazenda têm vozes”, quais mensagens querem passar? Que conexões possíveis podem ser feitas entre mapas com informações técnico-científicas sobre o fenômeno das secas ao lado de objetos ligados à atividade da pecuária e à memória de uma família? O que os proprietários das fazendas querem afirmar, não apenas aos visitantes, mas principalmente para si mesmos?

Construir um debate sociológico sobre essas questões é o principal objetivo deste trabalho de doutorado: procurar compreender as estratégias mobilizadas por professores universitários, agrônomos, veterinários, fazendeiros, empresários, literatos dentre outros que têm origem social comum em famílias detentoras de grandes propriedades rurais na região do Cariri paraibano – também chamada entre o grupo aqui pesquisado de “Sertão dos Cariris Velhos” –, localizada na fronteira entre Paraíba e Pernambuco:

Mapa 1: Cariri paraibano ou “Sertão dos Cariris Velhos”



Fonte: (SOUZA et al., 2010)

Tomando como ponto de partida as fazendas das famílias Fernandes Batista, Dantas Vilar e Suassuna, localizadas nos municípios de São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê e Taperoá, na região do Cariri paraibano¹, a pesquisa propõe compreender quais valores que frações das elites pecuaristas do interior do Nordeste brasileiro mobilizam para ressignificar a si mesmos enquanto grupo socialmente distinto. Proponho compreender qual a dinâmica de “mudar para permanecer igual”² que orienta estratégias para tornar antigas fazendas em:

- a) Locais de memória da família, através da conservação de um patrimônio arquitetônico, de temporadas de férias e confraternizações entre parentes, sede de arquivos de genealogias e museus particulares;

¹A atual delimitação do IBGE para o Cariri paraibano é de 1990 e faz uma divisão entre duas microrregiões: Cariri ocidental e oriental. Ao longo do texto uso o nome Cariri paraibano ou Sertão dos Cariris Velhos para falar das duas microrregiões juntas pois esse é o referencial espacial mais utilizado pelas elites pesquisadas neste trabalho.

²Retirada do filme Gattopardo de Lucchino Visconti (1963), baseado no livro de Tomasi de Lampedusa, a frase “é preciso que tudo mude para que tudo permaneça igual” é o lema de um dos personagens da nobreza siciliana decadente que tem de fazer alianças e casamentos com a ascendente e pouco refinada burguesia na Itália unificada do final do século XIX.

- b) Modelos empresariais especializados em pecuária de caprinos, com criação de raças com aptidão para carne e leite, e adaptadas ao clima seco;
- c) Espaços de experimentação de técnicas de convivência com a seca, a exemplo de barragens subterrâneas, plantio de espécies vegetais adaptadas ao clima e para alimentação dos animais, além de estações de medição pluviométrica e de registro dos ciclos das secas.

A tese trata de como, através dessas estratégias, são expressos sentidos sociais e políticos da palavra convivência com as secas entre a elite pecuarista do semiárido nordestino: um jogo para exibir distinção social na afirmação de uma antiguidade/tradição “sertaneja”, junto com inovação técnico-produtiva voltada para um crescente mercado da pecuária caprina. Nessa proposta, em termos de fontes escritas, a pesquisa se baseia desde livros de biografias, memórias de família e genealogias até artigos técnico-científicos e jornalísticos, publicados em livros e revistas ligadas às entidades de grandes pecuaristas do Nordeste. Durante a “travessia” nos corredores dos casarões e currais das fazendas – local, por excelência, para incorporação e exposição dos sentidos da convivência com as secas da elite aqui estudada –, a pesquisa passou por registro de 22 entrevistas, fotografias e impressões em diários de campo, feitas durante os momentos em que interagi com pessoas das famílias proprietárias, entre 2015 e 2017, frequentando confraternizações de parentes, leilões, exposições de animais, palestras, festas de padroeiro e vaquejadas.

Ao montar esse mosaico de referências empíricas, estabeleço um diálogo com autores e pesquisas sobre elites e estratégias de reconversão social: “deslocamentos e alterações nos capitais incorporados na origem pelos agentes sociais que são colocados diante de situações de transformação social” (SAINT-MARTIN, 1995, p.1023). De uma forma geral, pesquisas que partem das ciências sociais na França e seguem o legado de Pierre Bourdieu (2014, 2015), como as de Monique de Saint-Martin (1992, 1993, 1995, 1996, 2002a, 2002b, 2008, 2011, 2012), e, no caso do Brasil, Afrânio Garcia Jr. (1988, 1989, 1993, 2007, 2009, 2011, 2014), acionam o termo reconversões sociais para tentar explicar estratégias simultâneas de manutenção e transformação no patrimônio material e simbólico de frações das classes dominantes. Os estudos variam de temas como estratégias de emprego e escolarização do patronato, alianças matrimoniais entre descendentes da antiga nobreza, origem social dos alunos das *grand écoles* francesas, bem como de intelectuais e políticos oriundos de famílias de grandes proprietários de terra, alinhadas a grandes processos do estado durante todo o século XX.

No caso desta tese, acionar as reconversões sociais auxilia na tentativa de compreender o modo como parte de uma elite rural da região do Brasil demarca um conjunto particular de

valores e práticas enquanto “convivência com semiárido”, ou seja, de como essa expressão circula enquanto “categoria nativa” no mundo social de um grupo que seus membros afirmam pertencer a “uma estirpe sertaneja” (SUASSUNA, 1993, p.9). Por esse caminho, aponto os atritos com outra visão de convivência com as secas, incorporada a políticas governamentais, entre as décadas de 1980-2010, e formulada politicamente entre ONGs, pastorais e movimentos sociais (MOREIRA NETO, 2013). A tese tenta tornar explicável como pecuaristas firmaram o argumento político que coloca as mesmas fazendas criticadas pelos movimentos de luta pela reforma agrária, enquanto símbolos de um atraso, latifúndios que trazem o problema da “cerca e não da seca” sejam valorizados, justamente como espaço para realização de vocações que seriam naturais diante das condições inevitáveis da estiagem do semiárido nordestino. Nessa visão da elite, a fazenda que evoca o passado distinto da “Civilização do Couro” é também lugar do “ver para crer”, de que é possível aprender e, ao invés de combater, conviver as secas. Nesse exercício comparativo também é possível refletir em que medida, guardadas suas muitas diferenças e antagonismos políticos, grandes proprietários pecuaristas e movimentos sociais convergem seus projetos políticos ao negar ou desqualificar demandas urbanas nas suas bandeiras políticas de convivência com as secas. Em uma acirrada disputa política para impor e definir uma mudança na percepção social sobre as secas, esses dois projetos políticos não conseguem sair do esquema que coloca a palavra semiárido como sinônimo de um rural estreitamente agropecuário – seja pelo caminho das experiências agroecológicas de mulheres agricultoras ou pela imposição de uma vocação “natural” para pecuária, segundo os patriarcas da grande propriedade.

A partir disso, ainda há um outro problema de pesquisa a ser construído: até que ponto pode-se dizer que houve influência de uma elite de grandes proprietários para o atual status valorizado dos caprinos no semiárido nordestino? Desqualificada historicamente em relação aos bovinos, sob a pecha de pecuária “maldita” e “teimosia” dos pobres, os julgamentos e classificações sociais sobre as cabras e bodes passaram por gradativas mudanças nas últimas três décadas. Este trabalho também busca reconstruir algumas dessas nuances políticas pra que frases como “grandes criadores de caprinos” ou “agronegócio da caatinga” (O BERRO 27^a ed, 1997, p. 2) soassem cada vez menos estranhas no meio dos pecuaristas de elite nordestinos. Transitando a análise do trabalho de campo entre famílias de grandes proprietários rurais da região do Cariri paraibano, até a leitura de editoriais, publicidade e artigos de revistas do meio da pecuária – como a Agropecuária Tropical e O Berro, ligadas a entidades como SNP e ABCZ –, é possível tecer conexões entre a reconversão de frações de uma elite com a produção de uma crença que transformou o que era chamado de “miunça e criação” em “caprinocultura” –

atividade que recebe investimento de eventos turísticos e gastronômicos, mercados de leilões e genética , tema de pesquisas, de teses, dissertações nos cursos de ciências agrárias, e manuais de gestão empresarial rural, além de gerar demandas por políticas públicas de crédito e desenvolvimento rural e agricultura familiar a níveis municipal, estadual e federal em todo semiárido nordestino (NUNES, 2011) (MENESES;GOMES, 2015).

Analisando fontes diversas, tais como publicações sobre convivência com as secas, raças de caprinos e memórias de famílias proprietárias de grandes fazendas, tento compreender estratégias de manutenção e transformação dos recursos socialmente distintivos que marcam uma elite rural que se diz representante de uma brasiliade sertaneja, de um “autêntico Nordeste”, feito de valores sociais em torno de uma “saudade”, exaltação bucólica da grande propriedade da terra pela evocação de um passado centenário da “conquista” dos sertões; e de uma rusticidade, palavra chave no vocabulário dos criadores em defesa de um projeto político, via pecuária competitiva, e que convive com os ciclos de estiagem. Por isso, esta tese propõe dar modesta contribuição para um acúmulo já considerável de debates entre cientistas sociais, historiadores, economistas e geógrafos que fizeram com que o Nordeste fosse a porção de território mais estudada do Brasil nos temas das lutas para impor e definir categorias como região, nação e sertão, e imagens de rural e urbano – batalhas classificatórias historicamente dramatizadas na relação entre a seca, recursos e quadros do Estado e elites, como a dos pecuaristas e proprietários de terra. Impressiona que este tema apareça em autores de abordagens tão díspares com pesquisas sobre diferentes contextos históricos. Tomando de empréstimo a proposta de Vesentini (2012) sobre o conceito de região Nordeste, é visível como a relação elites-secas passa por correntes encabeçadas por, pelo menos, três autores: Manuel Corrêa de Andrade, Francisco de Oliveira e Durval Albuquerque Jr. Assim disputam intelectualmente a demarcação regional do Nordeste entre três vertentes: a inserção do debate no paradigma de Vidal de La Blache e um Nordeste definido entre as zonas climáticas e a estrutura agrária de livros como *A Terra e o Homem do Nordeste*; a problemática marxista que aponta as contradições do trabalho e do lugar do Nordeste no projeto de planejamento, relações de produção e integração do capitalismo nacional (Elegia para uma re(ligião) e, por fim, o viés foucaultiano, da região Nordeste como construção resultante de uma regularidade de discursos de saber e poder (*A Invenção do Nordeste*) (VESENTINI, 2012, p. 34-35). A recorrente referência em trabalhos acadêmicos a esse heterogêneo trio de autores e propostas mostra que o “eterno” retorno ao tema Nordeste, secas e elites – sejam elas intelectuais, agrárias, urbanas, nacionais ou regionais – está longe de ser um debate irrelevante ou concluso: falar de secas traz nuvens carregadas de polêmicas, principalmente pelas estratégias de poder de grupos

que, acionando um fenômeno natural, buscam naturalizar e monopolizar definições do que é “nordestino” nos planos social, cultural, político e econômico de uma região do Brasil.

As seções desta introdução servem como uma bússola para o leitor do que vai ser aprofundado nos capítulos seguintes da tese. Antes de passar para o capítulo em que trato da construção da pesquisa – mudanças no projeto inicial do doutorado, reflexões sobre a pesquisa e escrita da tese – é preciso qualificar melhor alguns processos históricos da elite pecuarista e sua “acumulação primitiva” de recursos de legitimação e distinção social. Com apoio de uma literatura historiográfica e das ciências sociais, debato como esses valores que evocam uma “tradição encouraçada”, apesar de sua aparente marca de antiguidade, foram firmados em um momento relativamente recente no imaginário regional brasileiro, ou seja, já durante o século XX. Sua construção foi firmada no encontro da literatura regionalista feita por descendentes de elites agrárias em declínio; seguido de uma dinâmica capitalista no mercado pecuário e algodoeiro feita entre relações de moradia e trabalho nas fazendas, e, por fim, na construção dentro do Estado brasileiro de uma questão regional para tratar do problema das secas. Compreendendo algumas dessas vias históricas que gestaram o patrimônio material e simbólico de distinção de uma elite social, é perceptível como o prestígio de grandes pecuaristas nordestinos, como os do Cariri da Paraíba, vai sendo gradativamente “arranhado” no momento em que um sistema de dominação, centrado na produção de algodão para exportação, criação de gado e relações de trabalho nas fazendas, entra em desmanche nas últimas décadas do século XX até a primeira do século XXI. Esse é o recorte temporal (1980-2010) selecionado para análise desta tese, porque considero que nele se cristalizou não apenas uma crise econômica, mas uma gradativa perda da crença na legitimidade de uma dominação, algo que pode ser registrado sob o ponto de vista das gerações das famílias proprietárias, bem como, em um plano mais geral, em mudanças nas desigualdades sociais do eixo rural-urbano em todo semiárido nordestino. É nesse mesmo período, em que ficaram reduzidas a abrangência política de redes dos “patrões” fazendeiros, que a caprinocultura ganha destaque nos círculos de exposições e leilões de grandes pecuaristas, e mudam também alguns dos parâmetros do debate acadêmico e político sobre o fenômeno das secas. Portanto, tecer relações nesse giro de transformações recentes que toca nos vários temas desta tese é fundamental para compreender os movimentos que frações de uma elite dinamizam nas suas fazendas enquanto formas de contornar uma ameaça de desclassificação nos seus recursos sociais distintivos. Assim, espero fazer visíveis e explicáveis as tentativas de uma elite de demarcar posições no campo de disputas políticas,

econômicas, regionalistas e identitárias, inclusive diante de outras frações dominantes³ do Nordeste e do Brasil.

A terra e o homem da elite pecuarista do Nordeste

Por mais que haja afinidades dos pecuaristas do Nordeste com a defesa da grande propriedade da terra que marca o *ethos* empresarial rural do agronegócio, do cinturão do Centro Oeste ao Norte do Brasil (BRUNO, 2009), ou com os grandes pecuaristas brasileiros do gado Zebu de circuitos, como de Uberaba-MG (LEAL, 2016), é importante demarcar quais são especificidades desse grupo social, que se autoproclama como autênticos “sertanejos e nordestinos”. Essa imagem de prestígio foi recorrente tanto em dados de pesquisa construídos nas fazendas das famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista do Cariri paraibano, como no material publicitário de revistas de associações de grandes pecuaristas nordestinos. Tem-se uma relação não apenas afetiva, mas política, com um conjunto de narrativas de ocupação territorial do sertão “na pata do gado”, ou seja, de extrair uma distinção social ao afirmar descender da chamada “civilização do couro”, termo que circulou entre memorialistas, folcloristas e escritores, seguindo clássicos como Capistrano de Abreu [1904] (1954). Para os pecuaristas, essa expressão, mais que um conceito historiográfico, evoca símbolos de poder e o prestígio de pertencer à linhagem de um “Outro Nordeste” pecuário, rústico e de costas para os canaviais do litoral (MENEZES, [1937] 1970).

Essa ordem social evocada atualmente na defesa da caprinocultura e a convivência com as secas dos grandes pecuaristas tem uma de suas possíveis gênese atrelada a uma lógica de relações de dominação que conviveu e seguiu vigente após a abolição da escravidão em parte considerável da grande propriedade rural no Brasil. Tal lógica pressupunha o consórcio de uma produção para exportação – algodão, café, frutas, cana de açúcar etc. – e vínculos entre a criação de gado e relações de trabalho que recrutavam famílias de agricultores, sitiante, posseiros e homens pobres livres; em suma, grupos identificados como um tipo de campesinato que circulava entre, mas, principalmente, “além da casa-grande e da senzala” (FORMAN, 1974), nos limites das relações de escravidão da *plantation* e das grandes fazendas, tendo restrito o ou nenhum acesso à propriedade oficial da terra. No Brasil rural de boa parte do século XX, a produção exportadora e as hierarquias entre proprietários e trabalhadores rurais foram legitimadas por vínculos sociais com diversos nomes: “moradia”, “agregados”, “o trabalho

³ Para compreender a formação de uma elite nordestina distanciada do latifúndio pecuarista, ver o trabalho de Liduína Costa (2005) sobre o perfil dos empresários-políticos que ascenderam ao governo do Ceará na década de 1990

alugado”, “cambão”, “terça” ou “sujeição”, dentre outros que variavam no tempo, local, e tipo de atividade nas grandes propriedades. Em termos materiais, a “troca” entre proprietários da terra e trabalhadores agregados podia ser feita através de múltiplas funções na fazenda – como agricultores em épocas de colheita e plantio, vaqueiros, empregados da casa sede, jagunços etc. – e em variadas formas de pagamentos que combinavam a “doação” de um terreno para moradia, a “partilha” da colheita com dias de trabalho alternados “na terra do patrão” e dias de trabalho em roçado próprio, ou apartação de animais do rebanho, no caso do “quarto dos vaqueiros” (ANDRADE, 2011, p. 205). Em termos simbólicos, os agregados se “sujeitavam” aos fazendeiros dentro de prestações e compromissos regidos por códigos de conduta e hierarquia que, no geral, pouco incluíam contratos jurídicos ou salariais – se baseavam em reciprocidades desiguais de bens, compadrio, parentesco, amizade e até ameaças com uso de violência física e intimidade sexual (RIBEIRO, 2011, p. 398).

No caso da grande propriedade pecuarista, não só no Cariri da Paraíba, mas na atual delimitação do semiárido nordestino⁴, a tendência foi que a produção algodoeira e a pecuária dessem movimento às relações de poder de uma sociedade que viveu intensos fluxos de modernização e inserção em mercados, notadamente entre os séculos XIX e até metade do século XX. É importante o marco dessa “sociedade algodoeira” para fazer uma ruptura com a visão de “sertanejos desbravadores”, símbolo de distinção social acionado pelas elites aqui estudadas, e narrativa sustentada até por clássicos da literatura econômica e sociológica, como Caio Prado Jr. e Celso Furtado – ao menos no livro *Formação Econômica do Brasil*. Aceitar intelectualmente esses mitos sobre os processos que envolvem a pecuária e a ocupação colonial significa corroborar a visão política que idealiza uma narrativa do passado, em que as fazendas de gado do sertão seriam autossuficientes, “ilhas” civilizadoras dos sertões. Outro dado mistificador é que a chamada “sociedade do couro” seria menos opressora e mais livre com o escravo negro vaqueiro ou com o indígena, a partir da leitura de que este se adaptaria melhor à atividade da criação. As fragilidades historiográficas dessa visão, como mostram Maria Yedda Linhares (1996) e Francisco Carlos Teixeira (1997), impediram uma leitura mais diversificada do processo histórico das ocupações de terra entre os séculos XVI e XVIII. Assim, as narrativas de que o gado foi se afastando dos canaviais e adentrou os interiores do Brasil colônia fazem

⁴ Embora já se falasse semiárido desde pelo menos o GTDN de 1959, a região só veio a ser instituída legalmente em 1989, delimitando uma área de atuação da Sudene com pluviometria inferior a 800mm. Essa classificação foi atualizada pelo Ministério da Integração Nacional (2005), em conjunto com um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e instituições como CODEVASF, BNB e DNOCS, tem a mais recente delimitação do Semiárido brasileiro incluindo regiões de todos os estados do Nordeste (com exceção do Maranhão) e norte de Minas Gerais, a partir de critérios tais como a precipitação pluviométrica, índice de aridez e risco de seca maior que 60%. Os debates políticos que envolvem a criação de significados para o termo semiárido serão explicitados mais adiante.

esquecer a diversidade e a complexidade dos caminhos coloniais nos sertões, como as disputas locais e territoriais de sesmeiros, posseiros, foreiros, que circulavam nas vastas demarcações da coroa portuguesa. Outro dado são as violentas investidas armadas contra os indígenas – como debate Luiz Mott (1979) no Piauí – os arrendamentos de terra e o escravismo que corriam nos entremeios do sistema de sesmarias da coroa portuguesa. No caso específico dos “Sertões da Borborema” – área que abrangia os atuais Sertão, Cariri da Paraíba, Pajeú e Agreste Pernambucano –, dos século XVI ao XX, observa-se momentos alternados entre concentração e fragmentação fundiária, feitos em meio a disputas e estratégias de aliança política e matrimoniais das “antigas” elites do gado e “novos” ricos, agricultores e comerciantes de algodão, além de uma agricultura feita por brancos pobres livres, escravos fugidos e indígenas nas regiões serranas (NUNES, 2011). Portanto, é razoável afirmar que a vida social nos “desertões” coloniais era muito mais heterogênea do que coloca a narrativa linear dos patriarcas, sesmarias e fazendas nas ribeiras, que supostamente permaneceram na posse de uma mesma elite durante três ou quatro séculos.

Revisitar e reconstruir algumas dinâmicas históricas da grande propriedade pecuarista do Nordeste também leva a analisar uma lógica de poder mais ampla que, pela coerção do voto ou de redes de pessoas e compromissos, ampliou a influência da grande fazenda pecuarista ao nível das decisões no Estado brasileiro em quase todo século XX. Essa gramática de dominação política de parlamentares recrutados da elite proprietária do interior da então chamada região “Norte” tem uma historicidade específica junto à dramatização pública do fenômeno das secas. É essa relação que historiadores, sob diferentes epistemologias, problematizaram: como membros de uma elite, recrutados das origens pecuaristas e proprietárias rurais, atuaram sob várias frentes no tema das secas, e firmaram uma forte e durável demarcação e política no imaginário nacional do Brasil. Tomando como recorte o estado da Paraíba na República Velha, o trabalho de Linda Lewin (1993) analisa o poderio das parentelas de famílias proprietárias que se dividiam entre as oligarquias dos Machado e dos Leal, e que dinamizavam alianças entre as classes médias urbanas e os proprietários rurais do sertão, vinculados ao consórcio pecuária/algodão, até a Revolução de 1930, na Paraíba. A nível federal, foi nesse mesmo mapa político que foram feitos conchavos e dramatizações de deputados que pediam salvação ao “Norte sofrido das secas” para controlar a construção das linhas dos trens da *Great Western Company*, no boom exportador algodoeiro na primeira metade do século XX (ARANHA, 2011). Por sua vez, apoiada nos referenciais de Marx e Gramsci, Rosa Godoy Silveira (1983, p.16) analisa algo mais amplo: as relações sociais de produção das classes dominantes e a construção de ideologias regionalistas a partir de demandas das secas. A afirmação de uma

identidade nordestina, da literatura à política, seria uma tentativa de essencializar a posição de uma classe dominante que, em plena decadência no fim do século XIX, diante da ascendente elite do Sul do país, coloca-se num “estado político” de crise permanente justificada pelas secas. Compartilhar dessa visão das estratégias das elites em investir na formação regionalista, com um discurso de necessidades apoiado nas secas de Iná Castro (1992, p. 57) – ao analisar discursos parlamentares no período de três constituintes, entre 1946-1988, a autora aponta que a insistente menção à questão Nordeste/questão regional, da “urgente necessidade” diante das secas, como uma construção de poder no eixo centro-periferia no Brasil, no qual as elites nordestinas, mesmo em frações dominadas, conseguem se manter nos espaços de decisão e barganhar alianças com outros grupos dominantes do país.

Saindo da abordagem marxista e apoiado na leitura de Michel Foucault, os trabalhos de Durval Albuquerque Jr. (1995, 2011) mostram como os discursos das elites políticas e intelectuais em declínio consolidam não apenas a seca como “problema nacional” diante do Estado republicano. Eles chegaram a alterar definitivamente a paisagem imaginária do Brasil. Muito mais que um reordenamento da distinção colonial “Norte/Sul” do Brasil, feita por interesses econômicos, instituiu-se um novo dizer e ver, um objeto de um saber e poder específico chamado “Nordeste”. Essa evocação de uma “nordestinidade”, hoje naturalizada como uma terra da “saudade”, da tradição e de uma brasiliadade autêntica é fruto de vários debates intelectuais – e suas rivalidades entre litoral/sertão, ou intelectuais pernambucanos e cearenses ou “sulistas” e nordestinos, de folcloristas a literatos – que ditaram a produção cultural entre as décadas de 1920 a 1950: dos escritores filhos de diferentes elites agrárias em declínio, como Gilberto Freyre, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida, José Lins do Rêgo, até folcloristas, como Câmara Cascudo, e músicos que ganharam relevância na difusão radiofônica nacional no Rio de Janeiro, nos anos 1950, como Luiz Gonzaga. Uma novidade – principalmente em relação ao viés marxista – trazida pelo trabalho de Albuquerque Jr. é que não foi só a retórica de nostalgia de elites decadentes mas a produção intelectual de esquerda também, demarcou e tornou visível uma singularidade do Nordeste: um território de revolta, da pobreza rural, do messianismo, do retirante que desafia a ordem, do cangaço e da revolução social iminente no Brasil – vide os trabalhos do escritor Graciliano Ramos e do cineasta Glauber Rocha (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 207). Portanto, é atravessando distintas e antagônicas tendências políticas que um estoque de discursos, verdades e formas de dizer e ver foram feitos e tornados “tipicamente nordestinos”. Apresentados como “carimbados de antiguidade”, esses discursos só vieram ter visibilidade consolidada depois da segunda década do século XX. Antes

disso, o Nordeste como unidade política, econômica e geográfica não existia (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 33).

Incorporando esse debate entre seca/elite/imaginário regional brasileiro, reflito como a visão de convivência com as secas e o “giro caprinocultor” nas estratégias reconversivas de elites pecuaristas do Cariri paraibano retomam uma visão legitimadora de Nordeste, movendo-se no aparente paradoxo entre “a saudade e rusticidade” – mas que ganha pleno sentido como arma de disputas de poder e distinção social. Trata-se de como uma elite ergue seus recursos sociais sob valores que carregam saudosismo, mas que são produtos estritamente modernos: a fazenda pecuarista que deve ser respeitada por rememorar uma ordem social passada, mas que também deve ser espaço de empreendimentos modernizantes via pecuária adaptada às secas. Nesse movimento – passado/futuro, modernidade/tradição etc. – das estratégias de reconversões sociais, busco compreender como visões de propriedade, seca e Nordeste “vão e voltam” a realidade da prática, ou seja, de como são incorporadas e operadas por agentes na construção de uma realidade. É esse lugar da prática e da agência que tende a ficar obscuro nas teses centrais, tanto de autores mais próximos a visões marxistas, quanto na visão dos discursos de saber e poder sobre o Nordeste e o semiárido. No geral, essas análises seguem o caminho de autonomizar um imaginário regionalista que, no fim, ficam como se fossem nuvens “reificadas” – seja por discursos de saber e poder, ou fenômenos ideológicos nas relações de produção – que desabam imagens de secas e regionalismos sobre as cabeças de agentes sociais sem capacidade de agência.

A dualidade “saudade-rusticidade” da convivência com as secas das elites aqui pesquisadas foi delineada na forma como setores dos grandes pecuaristas reagiram diante do modelo de planejamento da SUDENE, no final da década de 1950. É nesse momento conflituoso, de um Brasil dentro de um projeto de modernização na metade do século XX, que está uma gênese desses esquemas de percepção que exigem que as fazendas sejam respeitadas como instituições morais de um passado do “sertão frugal e verdadeiro” do Brasil, mas que também sejam prioridade de políticas de crédito, modernização técnica e obras do Estado. Essa dramatização política que já atravessava a criação de órgãos como DNOCS⁵ e BNB⁶, que vai ganhar intensidade máxima, entra nos espaços de planejamento da Sudene. É forte nestes

⁵ DNOCS foi criado em 1909, com o nome de IOCS, já resultado de debates anteriores nas escolas polítécnicas do Rio de Janeiro, que instituíram as secas como problema científico (FERREIRA, 2009, p.2)

⁶ O Banco do Nordeste do Brasil foi criado em 1952, com finalidade de financiamento público/privado de obras de infraestrutura, e auxílio nas obras de emergências. Como aponta Duarte (1999, p. 37), a ideia foi formulada pelo então ministro da fazenda Horácio Lafer, em 1951: estrutura de financiamento, mais um grupo de estudos (ETENE) para diagnosticar potencialidades e fragilidades

setores a presença de um personagem e de uma retórica: os chamados “nordestinos profissionais” atuantes na política, sempre dramáticos e ávidos a anunciar o Nordeste como “região esquecida pelos governantes”, e assim exigir recursos do Estado, assumindo papel de “industrializadores das calamidades” (CALLADO, 1960, p. 106). Do governo Juscelino Kubitschek (1956-1959) até o golpe de 64, a disputa se dá diante das ações propostas no GTDN. Nesse documento fundador da SUDENE, o problema das secas e infraestrutura tinha causas reais em fatores como expansão da área de plantação de algodão e de uso da pecuária sobre as lavouras de feijão e milho – problemas fundiários da grande propriedade pecuarista beneficiada nas políticas de solução hidráulica desde a concepção do IOCS/DNOCS, no início do século XX. A proposta de desenvolvimento no governo JK era reorientar as ações governamentais com políticas para conter a concentração fundiária, mudar os fluxos populacionais e o tipo de economia do Nordeste, (FURTADO, [1959] 2009, p 43). Reajustar a economia e a sociedade do semiárido para conviver com as secas passava pela retirada da “solução hidráulica” de construção de açudes e barragens, além de um fomento à industrialização, e uma reforma agrária que incluía ações como uma frente de expansão agrícola para retirar parte da população da área das secas para lotes de terra no Maranhão. Ante essa proposta de desenvolvimento regional, a primeira reação foi de um incômodo e resistência dos representantes da elite pecuarista. Um exemplo disso pode ser visto nos arquivos de discursos no senado, que mostram, no período de 1959-1963, pesadas críticas que políticos recrutados dos quadros pecuaristas e algodoeiros – como o senador Argemiro de Figueiredo, paraibano de Campina Grande – dirigiram ao projeto da Sudene e à própria figura do superintendente Celso Furtado. Os discursos virulentos de Figueiredo a favor da solução hidráulica e contra a reforma agrária proposta da Sudene acusam Furtado de ser um comunista que queria “tirar” não só a terra e a água dos açudes, como também o próprio “povo” do Nordeste (MENESES, 2017, p. 97). Essa retórica “macarthista e hidráulica” acompanhou alguns dos fundamentos do golpe militar e civil de 1964, que teve como legado firmar a SUDENE e ainda mais o DNOCS⁷ como “campos de caça” de elites fundiárias pelos controles dos seus recursos, de políticas de crédito a frentes de trabalho e projetos de obras hídricas (FURTADO, 1997).

O recorte temporal desta tese tem início no final da década de 1970, momento em que frações de uma elite pecuarista já tinham incorporado seletivamente a propostas do GTDN e da Sudene. Tanto que no inicio da década de 1980 já é visível nos veículos de imprensa das grandes

⁷ A lógica de controle moral clientelista e paternalista do proprietário da terra sobre os moradores acaba sendo reproduzida dentro da relação entre operadores técnicos e colonos nos projetos de lotes irrigados do DNOCS, como aponta o trabalho de Marcel Burstyn (1984), nos perímetros irrigados de Sumé-PB.

sociedades pecuaristas nordestinas a menção a “fazendas modelo” de agropecuária, que seriam a “prova” de uma convivência com as secas – unido a isso há uma ojeriza a qualquer pauta governamental de industrialização, urbanização e muito menos reforma agrária. Tratado no quarto capítulo, essa construção de uma ideia sobre convivência com as secas se torna mais coesa, durante o período de uma grande seca (1980-1985), de uma diminuição dos financiamentos rurais (Projeto Sertanejo, Finor etc.), e, principalmente, no desmanche da lógica social do latifúndio pecuarista, notadamente na relação de dominação, acesso à terra e trabalho, regida por valores de honra e reciprocidade entre moradores e proprietários. A legitimidade da dominação da fazenda pecuarista vigente – não sem contestação e resistências, cotidianas e silenciosas⁸–, durante quase todo o século XX, começa, então, a sofrer crises mais agudas. É possível comparar a perda da eficácia da dominação do fazendeiro pecuarista do semiárido, e perceber que houve similaridades com o que aconteceu com os descendentes de senhores e moradores de engenho da zona da mata canavieira nordestina, tema que passou pelas pesquisas como as de Sigaud (2004), Heredia (1970) e Garcia Jr. (1988, 1989). Guardadas as diferenças nos padrões fundiários entre a *plantation* dos antigos engenhos da zona da mata e a relação entre minifúndios, moradores e agregados das grandes fazendas de gado do interior nordestino⁹, pode-se afirmar que, na segunda metade do século XX, todos sentiram a crise de uma ordem social centrada no proprietário de terra: foram esgarçados princípios legitimadores de um tipo de dominação pessoal que ligava hierarquias de poder, acesso a terra, mercado e padrões de trabalho. Com o avanço de relações sociais cada vez mais regidas por relações jurídicas e assalariadas há um desvio no que antes era um destino politicamente inevitável da sujeição de moradores e agregados ao espaço da fazenda e à autoridade do “patrão”. No caso específico de regiões como o Sertão e Cariri Paraibano, percebe-se que eixo pecuário-algodoeiro também foi sendo dissolvido entre a saída de trabalhadores nos ciclos de secas, seja para trabalho nas frentes de emergência¹⁰, seja nos fluxos de migração para periferia de áreas urbanas, para morar nas

⁸ Resistências dos agregados com os fazendeiros se davam através de ações nos “bastidores”, tais como lentidão nos trabalhos, desobediências, fofocas, roubo e ferimento de bois da fazenda, até conflitos declarados, juras de morte, raptos e fugas da fazenda, algo comum em regiões de fronteira agrícola (RIBEIRO, 2011). Abordando a resistência de moradores e vaqueiros em relação aos grandes fazendeiros, o trabalho de Assis Batista (2010) evidencia como a região do Cariri da Paraíba foi destino de “fuga”, desde o fim do século XIX, de vários “jurados de morte”, pessoas que sabotavam os fazendeiros e que foram marginalizados na lógica da grande propriedade. Um outro elemento de resistência à relação de dominação com os fazendeiros podia ser representado através da criação de mitos e causos: a criação de vaqueiros e bois “encantados”, indomáveis e insubmissos, como destaca o trabalho de Joana Medrado sobre as relações de trabalho nas fazendas pecuaristas de Jeremoabo-BA, na transição dos séculos XIX-XX (MEDRADO, 2012).

⁹ A relação fragmentada entre latifúndio e minifúndios era um padrão comum no “vasto algodoal que se estendeu do Maranhão à Bahia” (OLIVEIRA, 1981, p. 47)

¹⁰ O incômodo que a elite pecuarista teve com as frentes de emergência evidencia alguns sinais de um grupo que deixou de ter prioridade em políticas de governo e também formas de controle sobre os pobres. Na década de 1980,

“pontas de rua” e/ou buscar empregos nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (DUQUE, 1985, p.168) (MENEZES, 1985). Outros fatores também atacam a dominação dos grandes fazendeiros, como a fundação e atuação de sindicatos de trabalhadores rurais (ASSIS BATISTA, 1993) e crises em programas de crédito e financiamento vigentes nos anos 1970, além da perda da concorrência do algodão no mercado de fibras sintéticas (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 56-57). Do ponto de vista dos pecuaristas, tanto em entrevistas, como em trechos de livros de memórias das famílias proprietárias e artigos de opinião, é recorrente um marco temporal e “biológico” dessa crise: a praga do “Bicudo”¹¹ que atacou as plantações de algodão-mocó do Cariri paraibano e de outras áreas do Nordeste produtoras do que era tido como o “ouro branco do sertão”. Nem mesmo iniciativas governamentais, a exemplo da algaroba (*Prosopis Juliflora*), espécie vegetal exógena, defendida, na década de 1970, em projetos governamentais de financiamento na Paraíba e Pernambuco como resistente às secas e eficiente para alimentação do gado, conseguiram trazer alternativas de fôlego para evitar que a grande propriedade do sertão nordestino sofresse drásticos prejuízos no que foi chamado “fim do ciclo do algodão” (CUNHA; GOMES, 2012).

As elites pecuaristas do semiárido nordestino vão sofrer ainda mais com o desgaste de seus emblemas sociais distintivos na transição entre século XX e XXI. Como apontam Buanain e Garcia (2013, p.218), esse é o período em que são consolidadas aos poucos as garantias da Constituição de 1988 e o combate a pobreza rural é feito em várias vertentes: do crédito para agricultura familiar (PRONAF), com políticas ambientais, de estrutura agrária e demográfica, e novos referenciais de ação, como o Territórios da Cidadania. Nesse período, se seguiu uma tendência de uma fragmentação fundiária e criação de assentamentos, muitos deles via PNCF, com ocupações e desapropriações de terras de centenárias fazendas – esvaziadas pela saída dos moradores para a cidade e pela falta de competência ou dificuldades dos herdeiros para gerir as atividades rurais cada vez menos lucrativas. Um marco político desse processo no Cariri paraibano foi a desapropriação da Fazenda Feijão – até o início do século XX pertencia à família Rafael de Menezes e tinha a distinção de ser a maior fazenda pecuarista da região com quase

durante uma grande seca, matérias de revistas das sociedades de classes pecuaristas do Nordeste, sobre as frentes de emergência, apontam alguns argumentos que serão adaptados aos atuais julgamentos sobre políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, ou de proteção social, como Seguro Safra. Para os pecuaristas, as frentes de emergência para construção de estradas e obras públicas seriam estímulo à preguiça e ao fatalismo improdutivo no sertão. “Em uma grande seca o pequeno agricultor não mais trabalha em sua propriedade, nem muito menos na do médio e grande proprietário. Ele prefere o salário vil das frentes. Essa geração não poderá mais reconstruir o Nordeste após a Grande Seca.” (AGROPECUÁRIA TROPICAL – 34^a ED., 1983, p. 68).

¹¹ Nos círculos pecuaristas do Nordeste, é bastante comum uma teoria da conspiração de que o Bicudo seria uma praga implantada pelos norte-americanos em conjunto com a elite “sulista” do Brasil, para destruir a concorrência da indústria têxtil do Nordeste. (AGROPECUÁRIA TROPICAL 34^a ED., 1983, p. 65)

nove mil hectares – para criar o Assentamento Mandacaru, que, desde 1990, abriga 118 famílias (SILVA, 2012, p. 53). A rede de dependências do “patrão” fazendeiro também sofrerá retalhos na medida em que avançam direitos trabalhistas, aposentadoria e previdência para os trabalhadores rurais. Junto a isso, tem a presença intensificada, na década de 2000-2010, de uma rede de políticas públicas para crédito, transferência de renda e programas de combate à fome, como Bolsa Família e PAA, aumento real do salário mínimo, dentre outras melhorias no poder aquisitivo dos mais pobres (BACELAR, 2010). A junção desses fatores é apontada como uma das razões possíveis para a melhora no IDH da região Nordeste com padrões de diminuição da atividade agropecuária nos PIBs municipais, aumento dos recursos de transferência de renda e aposentadorias, e a crescente formalização de empregos na administração pública trazem melhorias para os índices de renda, pobreza e desigualdade – o que, no caso do Cariri paraibano, aconteceu em uma proporção três vezes maior em relação ao total dos municípios brasileiros. (FAVARETO ET AL, 2011, p. 19).

Além do desgaste na legitimidade de uma dominação sobre os pobres no campo, a elite pecuarista ainda sofrerá perda de poder de barganha para atrair do capital internacional que recentemente avançou em grandes áreas no interior do Nordeste – uma sociedade do agronegócio exportador, como debatem Heredia, Palmeira e Leite (2010). Esse processo indica uma dinâmica capitalista¹² diferente daquela que, em boa parte do século XX, fez com que o Nordeste agrário e não açucareiro entrasse na rota de capitalismo internacional: quando, sob as garantias governamentais de crédito de bancos, projetos da Sudene e obras de açudagem do DNOCS (OLIVEIRA, 1981, p. 46-47), a produção de algodão para exportação e a pecuária dos latifúndios era consorciada com relações de trabalho não capitalistas. No contexto dessa mais recente expansão do agronegócio, a pecuária do semiárido passa longe de uma teia tecida pelo capital de grandes multinacionais junto a políticas de incentivo no âmbito dos governos federais, tanto no plano fundiário quanto em investimentos de obras públicas para escoar a produção. Isso se dá seja em grandes extensões de terra para o plantio de soja, como no Piauí e Bahia, ou mesmo na fruticultura irrigada no Vale do Açu-Mossoró (RN) e Vale do São Francisco, em Pernambuco, territórios dinâmicos de capital investido na agricultura do semiárido (GOMES; MIRANDA, 2013, p. 195). Em suma, não há aparato institucional para os

¹² Mantendo foco na tese nas transformações que tocam uma elite no meio rural e agropecuário, que é apenas um dos vários outros processos da relação desenvolvimento, estado e capitalismo, no Nordeste, na metade do século XX. Outros temas de análise são como a construção de polos petroquímicos na Bahia, e polos de confecção em Pernambuco, como pode ser vista em artigo de Roberto Véras (2016): nele o autor faz uma cronologia e análise sociológica da atuação do Estado, dos padrões de acumulação capitalista, das relações de trabalho e de assalariamento no Nordeste pós SUDENE (1959) até o governo Lula.

pecuaristas do semiárido em termos de vínculo Estado/mercado na proporção do que atualmente existe para promoção de polos de fruticultura ou para a existência de “fronteiras agrícolas” da soja, como o MAPITOBA, que delinea a fronteira entre semiárido e cerrado nordestino.

Transformações que diminuem o raio de influência de poder da grande propriedade pecuarista do Nordeste podem ser vistas por variáveis não estritamente econômicas: são mudanças nas relações de gênero, identidade, trajetórias de vida, perspectivas de trabalho, padrões de consumo e gostos musicais, principalmente nas novas gerações de jovens que transitam no eixo rural e urbano dos municípios, no interior do Nordeste. Entre final do século XX e início do XXI fica ainda mais nítido como os sertanejos são, antes de tudo, seres sociais em mudança: há um lento desmanche no monopólio de estereótipos – identificados com as elites pecuaristas – que enquadram a visão do Nordeste apenas como o “sertão” rústico, isolado, fechado nas tradições em que circulariam seres masculinos e encouraçados, como cangaceiros, vaqueiros, retirantes, cantadores de viola, jagunços, coronéis e padres. Essas imagens se tornarão ainda mais anacrônicas diante de mudanças significativas que anunciam recentes trabalhos acadêmicos. São os filhos de vaqueiros e agricultores que trabalharam toda vida nas fazendas, traçando uma trajetória diferente da dos pais, sendo empregados no crescente comércio local das cidades e que, assim, “abdicam do chapéu de couro presenteado pelo pai para usarem bonés” (MOREIRA, 2014, p. 227). Também, parte da juventude passa a apreciar megaeventos com bandas de forró que cada vez menos cantam nas suas letras menções a um passado rural e sertanejo. Até os valores conservadores trazem “novidades”: é o caso do machismo musical que se descola do regionalismo da fazenda, não mais focando os corpos, olhos e ouvidos, no vestuário e nas letras de Luiz Gonzaga e aboios de vaqueiro, e passa cada vez mais a ser identificado com a masculinidade dos potentes carros de som e estilos de vida de classes médias e altas urbanas (ALBUQUERQUE JR., 2010, p. 77). Até mesmo o forró perde o monopólio dos ouvidos e danças dos jovens do interior do Nordeste, que, a partir da década de 2000, com advento do acesso mais amplo à internet e redes sociais, *em smartphones*, alguns destes jovens começam a se inspirar nos vídeos do *youtube* para criar grupos locais de *street dance* (MORAES, 2010, p. 35). Nesse processo também é significativo trajetória de vida de mulheres trabalhadoras rurais que firmam suas autonomias emancipando-se dos maridos e até abdicando dos casamentos para se posicionar como “chefes de família”, gestoras da casa e titulares do cartão do Bolsa Família (LEÃO REGO e PINZANI, 2014, p.13). O sertão nordestino, território historicamente preso a uma ideia de masculinidade, também tem passado por mudanças nos padrões de gênero tem lentas mudanças nas suas sensibilidades e visibilidades no momento em que pessoas transgêneros e homossexuais buscam ocupar espaços

profissionais e políticos em pequenos municípios do interior do Nordeste (MORAES, 2010, p. 42)

Em síntese, há um giro de transformações sociais no rural e no urbano, na economia, nas relações de gênero, estilos de vida e gostos culturais que delineiam um “novo sertão” que coloca em descrédito o prestígio de uma elite pecuarista do Nordeste. Há perdas no plano material, com falências de fazendas deixadas às ruínas, pouco interesse ou de competência dos herdeiros para administrá-las, seguido de uma desvalorização das terras e desapropriação para assentamentos, segundo demanda de movimentos sociais. Há uma rede de políticas públicas e de proteção social que fez mudar a lógica de desigualdades sociais que condicionavam os anos de vida dos moradores e trabalhadores aos favores e lealdades dos detentores das grandes propriedades. Apesar da marca simbólica de uma “elite do couro” estar presente nos grandes eventos das vaquejadas e festas juninas, também é perceptível que essa elite sofreu perdas “culturais” na medida em que parte das novas gerações estão menos identificadas com as canções e estilos de vida que firmam estereótipos “machos e encouraçados”. Mesmo com influência eleitoral a nível de alguns municípios, estão remotas as condições para que as elites pecuaristas, agora distantes do tempo do “ouro branco do algodão”, possam disputar o protagonismo de um capitalismo agrário, e concorrer com os grandes projetos do agronegócio, como os que passam na fronteira semiárido e cerrado, e nas margens do rio São Francisco. O resultado dessa dinâmica de ampla e intensa desvalorização dos recursos sociais pode ser visto nas “marcas” políticas que associam essa elite pecuarista a um conjunto de imagens e práticas sociais inevitavelmente presas a uma ideia de um passado remoto a ser superado. É nesse sentido que Maia e Cunha (2015) debatem sobre a construção de narrativas acadêmicas sobre a grande propriedade pecuarista. A idealização dos heróis sertanejos da civilização do couro, autoimagem da elite pecuarista, é destrinchada, principalmente, no trabalho de movimentos sociais, pastorais e de críticas acadêmicas mais à esquerda: os fazendeiros pecuaristas seriam representantes, por excelência, do “atraso” das oligarquias e do latifúndio que agrava os problemas da miséria e das secas, travando possibilidades de mudanças no sertão do Nordeste (MAIA, 2014, p.57). Assim como o ferro na pele do gado, foi firmada sobre a elite nordestina da pecuária a seguinte “marca” simbólica:

O fazendeiro come gado que come capim-terra-folhas de algodão que come trabalho do pequeno proprietário-arrendatário-parceiro que come feijão-fava-renda negativa da venda do algodão que come forças do trabalhador que é comido pelo fazendeiro (...) (CPT - IBASE, 1986, p.50).

A cabra: caminho para revitalização de uma elite?

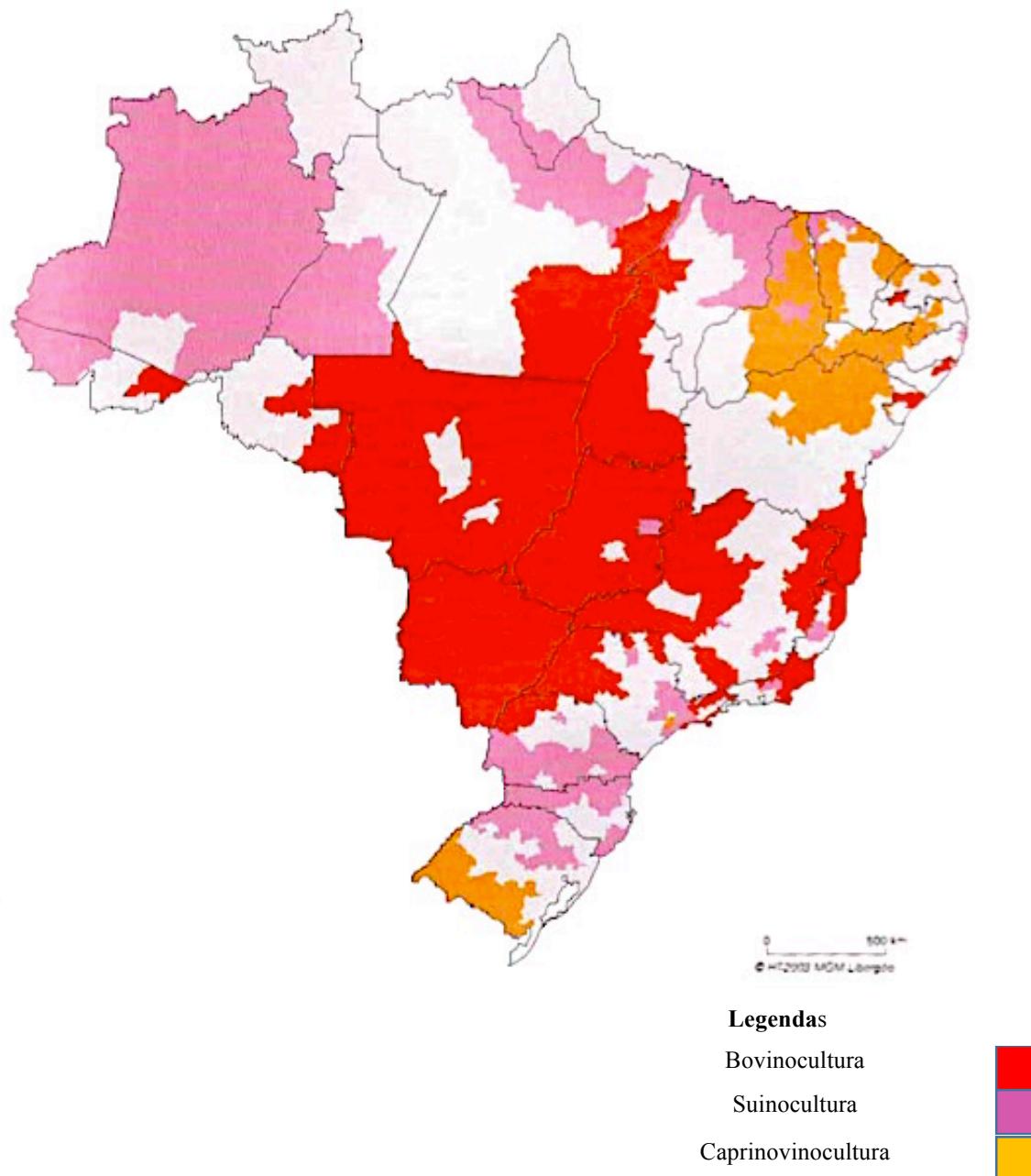
Diante de um cenário de desprestígio, quais seriam as estratégias para uma elite de proprietários pecuaristas para manter sua distinção? Ao que parece, essa pergunta deixou de aparecer nas pesquisas acadêmicas sobre a elite pecuarista do Nordeste que ou arrefeceram ou se limitaram a estudar estes grupos apenas em processos pretéritos, como se tivessem desaparecido. Pouco é debatido sobre como descendentes dessa elite tentam se posicionar ativamente diante de dinâmicas sociais recentes – inclusive tentando rebater ataques simbólicos de que são alvo.

Essa tese tenta apontar que o declínio dos pecuaristas não é sinônimo de que sua posição social foi extinta, pelo menos enquanto grupo que tenta impor e legitimar uma defesa da grande propriedade da terra, um lugar no imaginário da região Nordeste. O que está em debate aqui é como, no “pós-desmanche” do sistema de moradia e da economia algodoeira das últimas décadas, frações de elites pecuaristas do interior do Nordeste vão ressignificar seus recursos materiais e simbólicos, sem jamais abdicar da retórica de nostalgia distinta e “encouraçada”, presa a esquemas de percepção que remetem à posse da terra, à seca e pecuária que dão coesão e sentido a seu grupo social. Há um jogo estratégico de manutenção/transformação de recursos sociais de uma elite de proprietários rurais que esta tese busca evidenciar através de como as famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista propõem transformar suas fazendas em locais de culto à memória e também em modelos para caprinocultura e convivência com as secas. Por isso, a pesquisa empírica que fundamenta a tese mira apenas em pecuaristas que conseguiram manter a posse da terra na família: ao menos isso pode ser visto no caso do Cariri da Paraíba, em que uma parcela da elite de proprietários rurais, mesmo alguns com dívidas e problemas financeiros contraídos nas últimas décadas, mantiveram-se como proprietários das fazendas que herdaram das gerações anteriores, impedindo que suas fazendas fossem divididas, vendidas e/ou despropriadas para assentamentos. Isso se deu, em parte, graças aos investimentos na escolarização das famílias, que permitiu aos herdeiros obter recursos com outras profissões – professores, advogados, engenheiros, médicos etc. – fora do círculo econômico das atividades que entraram em crise nas fazendas nos últimos trinta anos (MENESES, 2015b). Por outro lado, não basta apenas a garantia do patrimônio fundiário, é preciso também saber administrá-lo simbolicamente: a escolarização dos herdeiros também deu competência para escreverem narrativas de memórias das famílias e das fazendas, tentando salvaguardar a marca de um passado distinto de proprietários rurais. Mesmo diminuído em valor econômico, acentua-se outra especulação pela posse da terra, de tipo simbólica, em que a

fazenda se torna local de encontro para sediar confraternizações com parentes, para escrever e sediar o lançamento dos livros de memórias e genealogias, para criar museus e arquivos em que os mais jovens da família e os visitantes vão ver os ferros de gado, utensílios de couro, fotografias, objetos antigos e documentos do “tempo dos avós”.

Ao analisar as estratégias de reconversão social de grandes pecuaristas do Cariri paraibano em direção à pecuária caprina, são acessíveis alguns valores que legitimaram a dinâmica que fez com que áreas do semiárido nordestino se tornassem atrativas para o investimento da caprinocultura – evidências que podem ser debatidas a partir de dados quantitativos – dos censos agropecuários e pesquisa pecuária municipal publicadas na década passada – estão na 2^a edição do Atlas das Disparidades Regionais (THERY, DE MELLO, 2005). Dados de censos agropecuários e pesquisa pecuária municipal (ver Mapa 2) mostram que, ainda no início da década de 2000, a bovinocultura (vermelho) se concentrava em toda região central do país “subindo” até o Pará (146 microrregiões), enquanto que a suinocultura (rosa) se espalhava por 111 microrregiões concentradas nos estados da região Sul, e no Norte, ao redor do estado do Amazonas. No caso dos caprinos e ovinos, havia a concentração de 47 microrregiões, a maior delas no semiárido nordestino – uma “mancha” (cor amarela) só encontrada no Rio Grande do Sul e ainda assim em tamanho menor.

Mapa 2: Tipos de pecuária por microrregião no Brasil



Fonte: THÉRY; DE MELLO, 2005, p. 131

Algumas considerações sobre essas mudanças não apenas quantitativas da pecuária no semiárido nordestino já foram apontadas dentro do que pesquisadores da UFCG trataram como um processo de (re) pecuarização, ao notar uma predominância da bovinocultura e caprinocultura em detrimento da produção agrícola, tanto nos padrões de uso da terra como no campo de políticas públicas para agricultura familiar (CUNHA, 2009) (NUNES, 2011, 2014). Outra dimensão desse processo é a criação de vários eventos turísticos, esportivos, religiosos e

gastronômicos, centrados na pecuária, em todo o Nordeste. Ainda dentro desse tema da caprinocultura no semiárido, dialogo com o trabalho de Gonçalves Júnior (2012), que, seguindo a Nova Sociologia Econômica, aponta que o fato dos caprinos e também ovinos ganharam centralidade em políticas públicas não resulta de espontaneidades de “mãos invisíveis” no mercado, mas sim em consequência do trabalho, do que chama de “rede de entusiastas” – ativismo de agrônomos, veterinários, políticos e criadores, junto a organizações com pesquisas e projetos de capacitação e extensão, como EMBRAPA e Sebrae¹³, governos federal e estadual, e núcleos de execução de políticas governamentais de compra de produtos da agricultura familiar, como PAA-Leite (GONÇALVES JÚNIOR, 2012, p. 45) . Segundo o autor, foi essa rede de entusiastas que fez com que se quebrasse a resistência em criar caprinos – antes de pouco status em relação aos bovinos –, e com que essa pecuária se tornasse dinamizadora do desenvolvimento de eventos turísticos a políticas de desenvolvimento nas regiões em torno das cidades de Mossoró-RN, Tejuçuoca-CE e Cabaceiras-PB.

Acompanhei, como pesquisador, algumas dinâmicas que deram protagonismo a caprinocultura em redes de políticas públicas, polos turísticos e comerciais na região do Cariri paraibano, na década de 2000-2010. Em um espaço de dez a quinze anos, essa pecuária foi sendo consagrada dentro de uma proposta de desenvolvimento regional: tanto na ação de pactos entre prefeituras municipais e deputados estaduais e federais, a exemplo do Novo Cariri, como pela consolidação de um mercado governamental em políticas do governo estadual e federal, como o Programa do Leite /Fome Zero e PAA, e o fomento de instituições, como o Sebrae, que investiu em projetos de capacitação e estímulo à criação de associações de caprinocultores (MENESES e GOMES, 2014b). A influência de um mercado institucional feita por projetos políticos nas últimas décadas pode ser notada também em dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (1990-2015)¹⁴. Nesse período, é intenso o crescimento, em número de caprinos, no Cariri da Paraíba, em maior proporção que o aumento do rebanho do Nordeste¹⁵ e em todo o Brasil (Grafico 1 e 2). Principalmente em dois biênios, entre 1995-2005 e 2007-2011, há um intenso crescimento (65%) no efetivo da região do Cariri (Ocidental +Oriental) (Gráfico 3). Isso não acontece com a mesma intensidade com os bovinos (Gráfico 4) que após uma forte queda, em 1998, ano que termina uma seca, se mantém em trajetória ascendente, mas não no

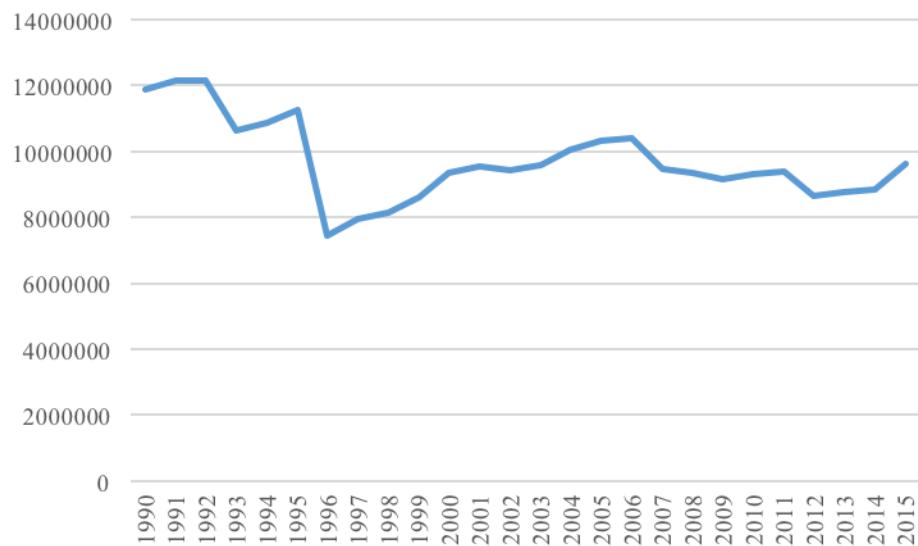
¹³ Para uma análise específica de um projeto do Sebrae para caprinocultura – os Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) –, ver Meneses e Gomes (2014).

¹⁴ Como microrregiões como o Cariri foram delimitadas após 1990, é a partir desse ano que o IBGE contabiliza os dados. No caso aqui, foram somados os dados relativos ao Cariri Ocidental e Oriental.

¹⁵ Segundo os dados de 2015 da PPM, cerca de 87,8 % do rebanho nacional se concentra nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba.

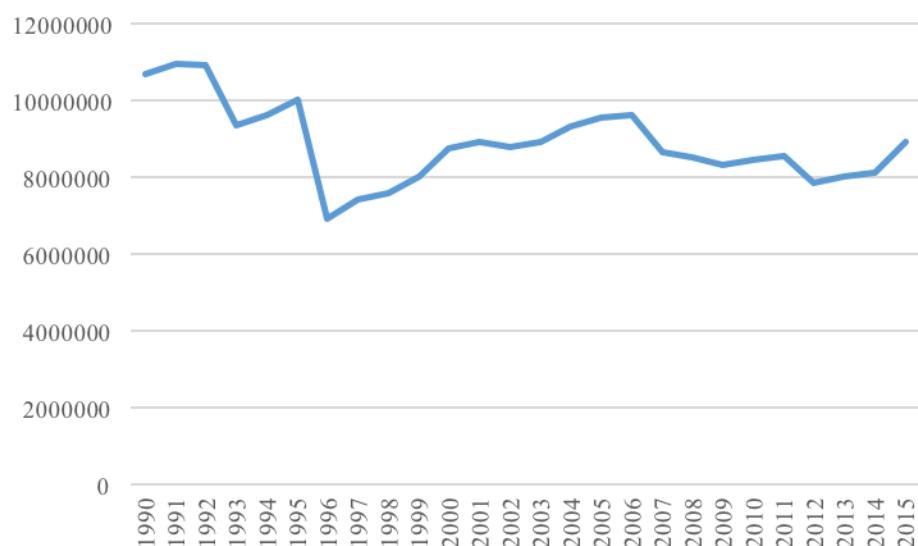
mesmo grau dos caprinos – que apesar de cair junto com a dos bovinos, após o início de um período de secas, em 2010, volta a ter ascensão em 2015.

Gráfico 1: Rebanho caprino no Brasil (1990-2015)



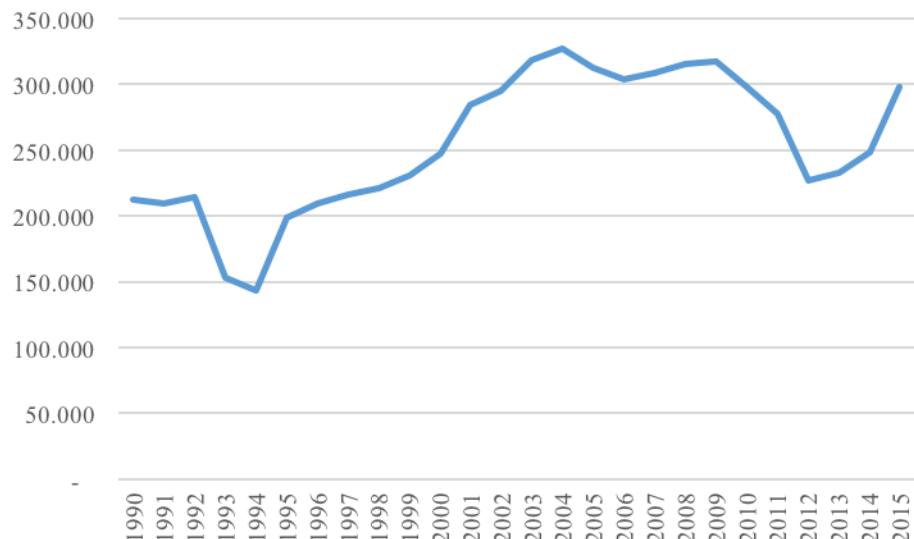
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal 1990-2015 (SIDRA-IBGE)

Gráfico 2: Rebanho caprino no Nordeste (1990-2015)



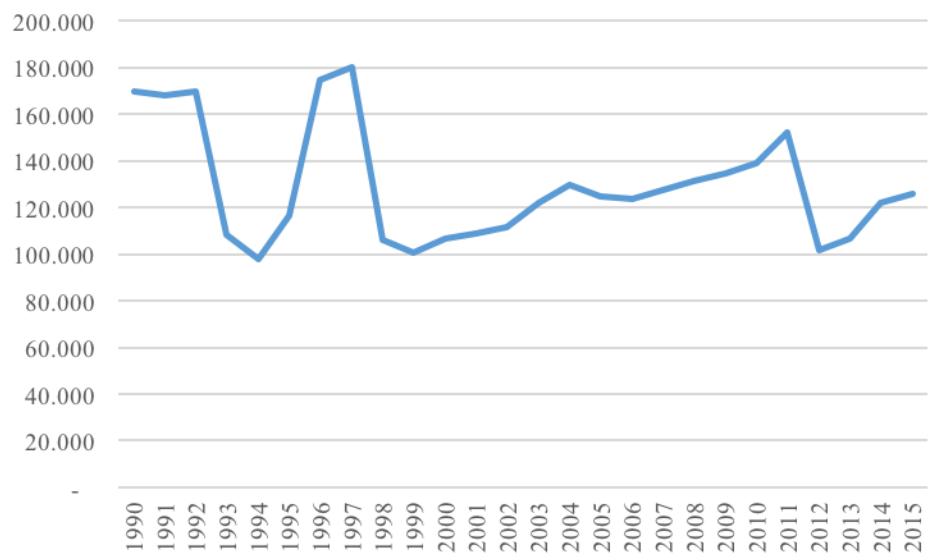
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal 1990-2015 (SIDRA-IBGE)

Gráfico 3: Rebanho caprino no Cariri paraibano (1990-2015)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal 1990-2015 (SIDRA-IBGE)

Gráfico 4: Rebanho bovino no Cariri paraibano (1990-2015)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal 1990-2015 (SIDRA-IBGE)

Um outro dado quantitativo ligado às “apostas” desenvolvimentistas em torno da caprinocultura é o da produção leiteira na década de 2000. Em dado recortado do Censo Agropecuário de 2006, registra-se que apenas a microrregião do Cariri Ocidental Paraibano contava com um total de 3% da produção nacional de leite de cabra (IBGE, 2006). Vale destacar que essa mesma região da Paraíba tinha cerca de 97% de sua produção de leite de cabra feita por agricultores familiares. Indicativo disso é que nenhuma outra atividade agrícola ou pecuária movimentou mais operações do Pronaf (B) (Agroamigo) entre 2000-2010 na região do Cariri: apenas a produção de leite de cabra foi responsável por 30,06%, segundo dados da agência do BNB, nessa região (MENESES e GOMES, 2014).

À medida que ia ficando mais nítido essa “corrida” aos caprinos, firmada entre 2000-2010 no Cariri paraibano, algumas dúvidas e novos problemas de pesquisa foram surgindo. Como explicar que, de forma relativamente rápida, fosse dada a conotação de “salvação regional” a uma pecuária outrora apontada em estudos técnicos como de pouca viabilidade de mercado fora do abastecimento interno – vide estudos do BNB (1959, p. 69) –, ou de extrema fragilidade para agricultura familiar em regiões semiáridas como coloca Cohen (1997, p. 412)? Nessa questão, tanto as pesquisas que participei sobre a caprinocultura no Cariri, como as análises de Gonçalves Junior (2012) deixaram um vácuo: pouco se debateu sobre quais seriam as origens sociais dos que são recrutados na “rede de entusiastas” que influenciaram na formação da teia de instituições pró-caprinocultura. Para tentar suprir essa lacuna, esta tese tenta refletir sobre os pontos de contato do mundo da elite pecuarista com as ressignificações recentes do caprino no semiárido nordestino. Busco delimitar como uma elite, tentando reconverter socialmente seu prestígio e status de elite, se engajou politicamente para fazer com que a “vaca dos pobres” (BRADESCO-GOUDEMAND, 1982, p. 60), ou a “miunça”¹⁶, passasse a ser chamada de “caprinocultura”, com status dado por instituições promotoras de desenvolvimento, como vocação nata “sertaneja e caririzeira”, que “impregna a sua formação e deita raízes na sua cultura”(SEBRAE, 2000a, p. 10), e que é colocada como solução dos problemas regionais:

O fortalecimento desse criatório no Nordeste, com visão empresarial, tecnologia e crédito, resultará em aumento da oferta quantitativa e qualitativa de carne, leite e pele, produtos com demanda crescente, e na geração de grande

¹⁶ Em um mercado cercado de laços de reciprocidade as, “miunças”, mais do que bens econômicos, são elementos de trocas sociais entre famílias pobres no meio rural. Em artigo publicado recentemente, me dediquei a analisar como beneficiários que vendem leite de cabra ao PAA/ Programa do Leite diferenciam os sentidos das palavras caprinovinocultura e “miunça”. Essas diferenças, por sua vez, indicavam diferentes usos sociais da pecuária caprina. As trocas de animais entre os agricultores familiares compunham estratégias tanto de reforçar e circular laços de parentesco e amizades, como também produtivas – emprestar ou criar cabras em conjunto com parentes e vizinhos era uma tática para conseguir produzir leite além do limite de cotas imposto pelo PAA (MENESES, 2015a).

número de empregos no campo, com o efeito de reduzir o fluxo migratório campo-cidade (SEBRAE, 2003, p. 7)

Foi reavaliando os dados de pesquisa produzidos em dissertação de mestrado, entre associações de caprinocultores do Cariri paraibano – construção da pesquisa detalhada no capítulo 1 –, que percebi que algumas centenárias dessa região pertencentes há várias gerações das mesmas famílias vinham sendo local de investimento na organização da cadeia produtiva dos caprinos, de técnicas de alimentação e melhoramentos na genética de raças, tanto exógenas, como Boer e a Saanen, quanto nativas, como a Canindé e Moxotó. Mas, além dessas mudanças nos padrões zootécnicos, foi ficando perceptível uma tentativa para construir uma legitimidade nas pretensões da elite pecuarista com os bodes e as cabras. Exemplo disso pode ser visto nas crônicas em que o escritor Ariano Suassuna fala ter iniciado, em 1978, uma sociedade de “cabreiros” com o primo Manoel Dantas Vilar Filho, o “Manelito” – à época, já criador referência de bovinos Sindi e Guzerá. Os dois começaram a pesquisar em feiras livres e fazer uma seleção rigorosa de cabras, tendo prejuízos e insucessos em fase inicial. A tentativa de criar cabras seguiu segundo critérios técnicos, mas principalmente, como coloca Suassuna, na busca das raças de cabras que representassem os tipos formadores do povo brasileiro (índios, escravos, portugueses). Em suma, era a fuga das comodidades urbanas para buscar nos caprinos um real sertão nordestino (SUASSUNA, 1978, p.36). Os espaços para esses experimentos zootécnicos e literários foram as fazendas Carnaúba e Pau Leite, de propriedade da família Dantas Vilar, mas também de forte ligação afetiva com a família de Suassuna, sendo, inclusive, refúgio da família diante das lutas políticas da revolução de 1930 (SUASSUNA FILHO, 2000, p.390). Local ligado à memória de oito gerações de duas famílias, a Carnaúba se tornou modelo de criação de novas raças de caprinos adaptadas à seca, como a “Parda Sertaneja”, e lugar de um laticínio em que são produzidos queijos de leite de cabra. Há uma frase de Ariano, gravada na embalagem do queijo, interessante para se pensar os temas dessa tese: “A cabra pode ser um caminho para revitalização política, literária e econômica do sertão Nordeste”. Ao problematizar sociologicamente o sentido dessa frase, pode-se pensar até que ponto o que se propõe a revitalizar é “um sertão de Nordeste” não universal, mas específico, que exalta e gira em torno das particularidades do grupo social do qual o escritor paraibano descende, os pecuaristas do sertão nordestino, chamados por Ariano em apresentação de um livro de memória da família como membros de uma “estirpe sertaneja (...) uma civilização do couro que pulsa dentro de mim” (SUASSUNA, 1993, p.11).

Reivindicações como essas a favor das cabras, por parte de Ariano Suassuna e família, podem dar caminhos para entender quais as tensões e estratégias de um grupo que evoca uma

tradição, um passado, uma fixa “identidade nordestina”, mas também propõe empreender uma mudança nos significados sociais que atribuem sobre si mesmos e que são atrelados à pecuária. Assim como o trabalho de Natacha Leal (2015), que percebeu a relação entre o sangue de elite de genealogias de gado zebu e a distinção auto atribuída das famílias dos zebuzeiros no Triângulo Mineiro, também posicionei na minha pesquisa os adjetivos aqui dados aos caprinos como uma linguagem em que uma elite fala, interage e percebe a si mesma: um grupo social que não consegue abdicar de mobilizar socialmente emblemas políticos dos rebanhos e da grande propriedade para se distinguir, e que agora tentam ressignificar os caprinos para dissipar marcas negativas do declínio que se intensificou nas últimas décadas. Para que sejam mantidas condições de disputar o jogo para manter um prestígio, é que parte dessa elite e sua retórica “sertaneja e nordestina” vai reorientar suas visões de mundo, junto à pecuária caprina e também com outra atávica relação: com as secas.

Uma convivência conveniente com a grande propriedade

Como já foi em parte discutido, as disputas políticas sobre o fenômeno das secas definiram, historicamente, boa parte dos sentidos da vida em sociedade na região Nordeste do Brasil – próximo a definições clássicas de um fato social total da antropologia (TADDEI E GAMBOGGI, 2010, p. 11). A estiagem aparece ora como protagonista, ora como coadjuvante, dentro de vários processos sociais e suas dramatizações: no messianismo das profecias apocalípticas¹⁷; nos diários de viajantes do Brasil colonial e cenários das cantorias e poesias da literatura regionalista¹⁸; nas brigas de honra de família¹⁹; nas cenas de frentes de emergência, de saques e retirantes nas estradas²⁰; no apelo midiático da injustiça social e miséria; e, por fim, no debate acirrado que atravessou o século XX²¹, entre academias de ciência, políticos e

¹⁷ Os profetas e as profecias da seca, fonte de consagradas narrativas literárias sobre a guerra de Canudos, como os Sertões de Euclides da Cunha e A Guerra do Fim do Mundo, de Vargas Llosa, tem sido tema recorrente em trabalhos antropológicos recentes. Ver os trabalhos de Martins (2006) e Taddei (2006, 2010) junto aos congressos de profetas e meteorologistas de Iguatu- CE.

¹⁸ Ver o livro Sertão, boi e a seca (1959), para uma coletânea dos relatos de viajantes e cronistas do período colonial a trechos de escritores dos séculos XIX até a metade do XX.

¹⁹ Sobre questões de honra, família e terra no Nordeste ver os trabalhos de Billy Jaynes Chandler (1981) sobre os Feitosa no Ceará, e Ana Cláudia Marques (2002) sobre as “questões” e intrigas no sertão de Pernambuco.

²⁰ Sobre a ação dos saques, multidões e os períodos de estiagem, ver os trabalhos do historiador Frederico Castro Neves (2002, 2012)

²¹O artigo de José Campos (2014) classifica em quatro fases a trajetória dos conceitos no debate científico e formas de intervenção do Estado diante das secas: a primeira seria entre 1849-1877, quando a seca se torna tema de debates entre especialistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ligado diretamente a Dom Pedro II. A partir de polêmicas e embates no IHGB, foi sendo desenvolvida a ideia da hidráulica como solução (1877-1958); foi nesta fase que se estabeleceu o paradigma da açudagem e obras públicas através do IOCS, fundado em 1909. Com a política de desenvolvimento regional de JK, inicia-se o período da Sudene, que se mantém como paradigma até 1980. A partir da década de 1990, o debate das secas e a formulação de políticas públicas incorpora conceitos

formuladores de projetos de modernização que diagnosticaram e tecnificaram a seca e suas supostas soluções.

É nesse debate acadêmico e nas mobilizações políticas que a ação governamental e a interpretação sobre as secas têm tido significativas mudanças nas últimas três décadas. É nesse período que ganha força de verdade a chamada convivência com as secas, uma nova concepção legitimadora de região que se propõe a ser uma superação da visão de combate às secas – norteadora das ações públicas desde o século passado –, e uma nova demarcação regional, sob critérios científicos: padrões de vegetação, clima, dados pluviométricos vão delimitar o semiárido, uma área que vai do norte de Minas Gerais e abrange parte de oito estados do Nordeste (AB' SABER, 1999). Esse processo não passa apenas pela proposta de uma nova nomenclatura regional, sendo algo mais amplo, que alguns autores chamam de uma “transição paradigmática” (SILVA, 2004, p. 362), em que retóricas do século XX, que tratavam a seca como um problema a ser combatido, vão sendo substituídas por estratégias de ação pública que valorizam uma aceitação e adaptação com as especificidades e potencialidades climáticas e hídricas (MOREIRA NETO, 2013, p.16-17).

Figuram como algumas das frentes políticas, em torno do termo convivência com as secas, as organizações, os movimentos sociais, sindicatos, pastorais da sociedade civil e suas reivindicações e lutas por uma política de intervenção constante e não apenas emergencial diante das secas (DUQUE, 2008). Para esses setores políticos, falar em convivência com as secas tem uma marca simbólica, influenciada por um catolicismo e pedagogia pastoral, de superação de um passado social em que a seca era usada para naturalizar os problemas de uma sociedade excludente e injusta. Acompanham essa transição a difusão do debate ambiental dentro de conceitos como o de sustentabilidade, gradativamente incorporados ao debate sobre as estiagens nos espaços acadêmicos e na esfera política: os discursos de parlamentares e gestores de políticas públicas adotaram o mantra de que é preciso adaptar-se e conviver com a normalidade de ciclos de períodos secos e irregularidade das chuvas.

Ao tentar tornar centenárias fazendas em modelos de criação de caprinos e de convivência com o semiárido, é notória a tentativa dos pecuaristas para se inserir nessas transformações semânticas mais recentes sobre o fenômeno das secas no Nordeste. Assim como

como desenvolvimento sustentável a partir das conferências como Rio 92. Já os trabalhos de Ângela Ferreira (2012, 2014) utilizam das cartografias como fonte documental para traçar uma história do fenômeno das secas e a produção de territórios e poder: desde a imagem do “desertão”, espaço vazio a se conquistar, até a cartografia de técnicos e engenheiros, a seca vai se tornando questão regional, mapeada e de territorialidade, através de órgãos como IFOCS e IBGE, dominando o território: para Ferreira (2014, p.15), há um marco quando se estabelece oficialmente em 1951 o chamado “polígono das secas”, quando o Nordeste deixa de ser um espaço vazio para ser uma unidade territorial brasileira.

a pecuária caprina transformada em símbolo regional, a visão de convivência com as secas vem a ser uma outra “novidade” que a elite pecuarista busca direcionar recursos que firmam uma distinção social. Há uma frase que registrei em diário de campo durante a pesquisa nas fazendas da família Fernandes Batista (analisadas no capítulo 2) “Aqui [Fazenda Capitão-Mor] é um espaço sentimental, mas também um espaço de experimentação para melhor conviver com o semiárido”. Esta fala é bastante ilustrativa para pensar como opera o sentido da “convivência pecuarista” com as secas: não apenas como aprendizado e adaptação a um fenômeno natural, mas como um chamado a conviver e exaltar um semiárido que tem um passado inscrito na arquitetura das casas sede, nos museus particulares e no registro de memórias de fazendas que há gerações pertencem a uma mesma família. A esse projeto memorial é somada a busca por uma melhor rusticidade dos caprinos, buscando uma qualidade regional na carne a partir de alimentação com plantas nativas, junto ao uso de forrageiras resistentes à seca, como a palma e capim búffel (*Cenchrus Ciliaris*), e também barragens subterrâneas para gerir os recursos hídricos – obras nomeadas em homenagem aos pais e avós. Em suma, uma geração de uma família de grandes proprietários rurais como a dos Fernandes Batista tenta convencer que suas fazendas são exemplo de convivência com as secas, não pelo argumento de uma viabilidade econômica e hídrica, mas em defesa da legitimidade de uma ordem social da grande propriedade rural no semiárido nordestino.

É interessante, do ponto de vista sociológico, notar que, na medida em que tentam fazer com que suas fazendas sejam modelo de convivência com as secas, os herdeiros pecuaristas incorporam um ideário político que se fez a partir de críticas dirigidas contra uma lógica de dominação social que privilegiava seu próprio grupo. Parte destas críticas vêm desde o documento fundador da Sudene, o GTDN, no final da década de 1950, enquanto que outra frente crítica vem das já citadas ONGs, pastorais e movimentos sociais, que “assinam a grife” da convivência com semiárido, levantando, pelo menos, dois argumentos com acusações à elite pecuarista. Na bandeira de convivência com semiárido de organizações como a ASA, as elites pecuaristas do Nordeste estariam enfraquecidas devido à sua ligação a um modelo “ultrapassado” de clientelismo e combate às secas, não tendo mais espaço na construção coletiva da bandeira de convivência com semiárido. Os pecuaristas do semiárido estariam presos ao passado, condenados ao esquecimento junto com as imagens monocromáticas de sertão dos retirantes e das secas que a ideia de semiárido busca superar (FORTUNATO E MOREIRA NETO, 2010, p.59).

Em contraposição a essa visão, tento explicar como a elite pecuarista do semiárido nordestino está açãoandoativamente significados para a convivência com as secas,

mobilizando justamente percepções incorporadas a um passado visto por movimentos sociais como incompatível com o novo paradigma sobre as estiagens. O arco que abrange a grande propriedade ligada à memória do parentesco e a pecuária caprina são recursos mobilizados por uma elite de captar, para si, e incluir na esfera pública um imaginário regional da grande propriedade nos mantras da convivência com as secas. Por isso, para perceber essa “convivência conveniente” com a nostalgia de um passado rural, a reflexão aqui desenvolvida, sobre o termo convivência com o semiárido, prioriza um olhar menos homogêneo e mais relacional sobre quais batalhas classificatórias e quais sujeitos políticos que acionam a convivência com as secas. Sair da semântica de um termo crivado por uma militância e, por esse caminho, assumir uma postura menos essencialista sobre a convivência com semiárido não significa nem a busca por uma falsa neutralidade na pesquisa, nem tampouco engajamento político favorável à proposta das elites pecuaristas sobre as secas. Implica buscar enxergar menos harmonia, ver um campo de “convivências em conflito” em torno das condições sociais de produção das estratégias, práticas e discursos que diferenciam múltiplos sentidos possíveis para “convivência com semiárido” – o que, do lado das elites pecuaristas, tende a evocar um tipo de regionalismo ligado à grande propriedade pecuarista, a figura do “patriarca” proprietário –, um conjunto de valores considerados conservadores por movimentos ligados à ASA, com suas propostas voltadas à pequena propriedade, à construção de cisternas, empoderamento da mulher agricultora, bancos de sementes e aprendizados para agroecologia no clima semiárido. Por outro lado, ao final do capítulo quatro, polemizo os pontos em que “convergem” convivências e semiáridos dos grandes pecuaristas, como também dos setores de esquerda em luta contra concentração fundiária: ambos se engajam na defesa de uma visão estrita de semiárido rural, que tira relevância de outros problemas, principalmente aqueles voltados para população urbana da região – essas tensões ficam nítidas, por exemplo, na posição que tanto os pecuaristas como as ONGs e movimentos sociais ferrenha contra as obras de transposição do Rio São Francisco. Ainda dentro dessa “convergência de convivências”, vence o argumento de que o caprino seria “uma salvação” do Nordeste.

Por fim, ao problematizar como a elite pecuarista do semiárido nordestino aciona uma versão particular de convivência com as secas, tento, nesta tese, iniciar um debate que não foi aprofundado ou sequer proposto, mesmo nos poucos e interessantes trabalhos que “desencantam” e buscam as contradições políticas inerentes à construção do paradigma da convivência com as secas – como é o caso de Moreira Neto (2013) e Cunha e Paulino (2014). Ficam restritos a uma análise da ideia de convivência com as secas dinamizada por movimentos sociais, no debate das universidades e em espaços de elaboração e decisão de políticas públicas.

Por isso, a principal contribuição deste trabalho talvez seja apontar alguns dos caminhos que permitem o uso de novos conceitos na esfera pública, alinhados sob aparentes “ antigas e encouraçadas” costuras das elites pecuaristas com o imaginário regional das secas e da região Nordeste.

Estrutura dos capítulos

O texto é dividido em cinco capítulos. **No primeiro capítulo** faço comentários acerca do caminho da pesquisa de campo e da “conquista” do objeto desta tese. Apresento de forma mais extensa a construção da pesquisa: num primeiro momento, entre livros de memória e genealogias sobre a região do Cariri paraibano, e, em seguida, transitando para artigos científicos e jornalísticos, de revistas ligadas às entidades de classe de grandes pecuaristas de todo Nordeste. Após esclarecer como se deu a escolha das famílias e fazendas na pesquisa, também faço uma reflexão sobre as tensões, hesitações e relações de poder ligadas às especificidades de minha posição de pesquisador com origens familiares na região do Cariri paraibano. Intercalando essa dimensão com a reflexão teórica sobre elites e reconversões sociais, é que defino as condições sociais na pesquisa de campo que direcionaram os caminhos da escrita da tese.

O segundo capítulo dedico aos dados construídos em pesquisa com a família Fernandes Batista, nas fazendas Capitão-Mor, Pitombas e Santa Clara, entre os municípios de São Sebastião do Umbuzeiro- PB e Zabelê –PB. Tomo como ponto de partida narrativas dos livros da família sobre o velório do patriarca da família, em 1988, ano em que a crise do algodão e um esvaziamento de trabalhadores afetava a economia das fazendas. A partir dai, tento compreender como uma geração dos Fernandes Batista, escolarizada nas cidades de João Pessoa e Recife, e representada pelo professor Malaquias Batista Filho, traçam a convivência com as secas a partir da escrita de livros de memória, confraternizações da família, construção de museus particulares nos espaços da fazenda feita e investimentos na criação de caprinos da raça Boer.

No terceiro capítulo, analiso os “primos” Dantas Vilar e Suassuna, a partir de pesquisas em Carnaúba, Pau Leite e Bonito, fazendas que evocam memórias de eventos políticos trágicos que marcaram essas famílias, mas que também são reconhecidos pela imprensa especializada como modelo na pecuária de cabras e bodes, e de convivência com a secas. Utilizo, além do material de entrevistas com membros da família, crônicas de Ariano Suassuna e Manoel Dantas Vilar para acompanhar como os símbolos que a família utiliza – como os centenários ferros de gado – se tornam logomarcas para a marca de queijo de leite de cabra produzido em um laticínio

da fazenda. Essa aliança pecuarista e familiar entre Dantas Vilar e Suassuna e sua expressão de convivência com as secas também entram na publicidade de uma exposição anual de animais chamada “Dia D”, feita na fazenda Carnaúba.

No quarto capítulo, tento ampliar a discussão sobre como os pecuaristas do Cariri paraibano incorporam visões de mundo da elite pecuarista do Nordeste, tendo como fonte um material de reportagens, editoriais e crônicas de edições de revistas de associações pecuaristas do Nordeste – edições da Agropecuária Tropical e O Berro, entre 1978-2013. Tento compreender quais as condições sociais de produção de um discurso de convivência com as secas entre elites pecuaristas, de como a construção biográfica da figura do “patriarca do semiárido” atribuída a Manoel Dantas Vilar Filho e Malaquias Batista Filho são condicionadas a um projeto mais amplo: de como as sociedades pecuaristas, desde os anos 1970, incorporaram seletivamente projetos desenvolvimentistas de fazendas modelo da SUDENE – sem jamais perder a defesa do passado da “Civilização do Couro”. No fim do capítulo, ainda tento mapear um campo de disputas dos grandes pecuaristas com outros grupos que acionam o termo convivência com semiárido, tendo como fonte documentos da ASA, que engloba rede de movimentos sociais, pastorais e ONGs e que priorizam a pequena propriedade familiar, o empoderamento da mulher camponesa e a agroecologia. Nesse exercício comparativo está uma “convergência com o semiárido”, ou seja, pontos em que, mesmo com antagonismos, se aproximam as convivências com as secas e os semiáridos dos grandes proprietários e militantes da reforma agrária.

O quinto capítulo direciona o debate da tese para refletir sobre como a convivência com as secas, produzida no mundo social das grandes fazendas, se relaciona a uma ressignificação das classificações sociais sobre os caprinos. As estratégias de reconversões sociais de elites pecuaristas dão legitimidade e projetam politicamente a figura de “um admirável bode novo”: a mudança da nomenclatura de “miunça” para caprinocultura faz com que o caprino, antes animal desprezado pelas elites e de valor moral apenas entre os pobres do campo, torne-se símbolo de uma naturalizada identidade “nordestina e sertaneja”, presente em discursos turísticos, de gastronômicos aos de políticas de desenvolvimento rural. Essa construção recente e de aparência generalizante traz em si uma forte defesa da grande propriedade pecuaristas nordestina, e que também tem fortes afinidades eletivas com a bandeira do ruralismo do patronato do agronegócio brasileiro.

CAPÍTULO 1: VIAGEM AO MUNDO DAS “ESTIRPES SERTANEJAS”: NOTAS SOBRE A PESQUISA

1.1 “Recordar é poder”: a fazenda como local de memória

A minha entrada acadêmica no universo dos grandes pecuaristas foi condicionada por uma dissertação de mestrado sobre como elites políticas e fundiárias teceram redes de poder entre as associações de caprinocultores de municípios do Cariri Paraibano (MENESES, 2014a). Um dos saldos dessa pesquisa foi um acervo de livros de memórias escritos, em boa parte, por membros de famílias de médios e grandes proprietários, e que tratam sobre a fundação de municípios, genealogias e memórias de famílias e fazendas na região do Sertão e Cariri da Paraíba e Sertão pernambucano. Segue uma extensa lista: a *Sombra do Umbuzeiro* (1999), *Herança de Manoel Monteiro* (2002), *Aspectos Históricos do Catolicismo no Sul do Cariri Paraibano* (2015) do Padre João Jorge Rietveld, *Rio do Camará* (1996) de Antônio Mariano Sobrinho; *Patriarcas de Alagoa de Monteiro* (1993) e *Testemunho dos Bem Nascidos* (1997), de José Rafael de Menezes; *Alcindo Menezes: uma vida* (1995) e *Essa Gente de Monteiro* (2000), de Antônio Rafael de Menezes; *Guerreiro Togado* (1995), de Pedro Nunes Filho; *Ferros do Cariri: Uma Heráldica Sertaneja* (1974) e *Almanaque Armorial* (2008), de Ariano Suassuna; *Uma Estirpe Sertaneja, de Raimundo Suassuna* (1993) *Memórias e Histórias* (2000) e *Mais memórias e mais histórias* (2015) de João Suassuna Filho; *Uma família na Serra do Teixeira* (2008), de Fabio Resende Dantas e Maria Leda Dantas; *Ramificações Genealógicas no Cariri Paraibano*, de Tarcio Dinoá de Medeiros (1989); a trilogia *Retrato Escrito* (1993, 2000, 2005), de Maria José Amaral França, e os livros *Papai: Estórias e Historias* (2005) e *Mãe Sinhá Memórias e lições* (2014), organizados por Malaquias Batista Filho e irmãos.

Com base na leitura de alguns desses livros, e cruzando informações com dados de arquivos públicos da Paraíba, como o IHGB, e sites de genealogias (como Family Search²²), a proposta inicial do projeto de doutorado tinha como objetivos analisar as transformações entre duas a três gerações de antigas famílias proprietárias de alguns municípios da região do Cariri paraibano. Era uma proposta de estudo mais focado na mudança temporal e geracional que as famílias fizeram nos seus patrimônios material e simbólico, de como elas mobilizavam uma memória ligada à posse de fazendas para se distinguir de outras elites da Paraíba e, por essa via,

²² O Family Search.org é um site de busca organizado pela Igreja dos Santos dos Últimos Dias, que tem um banco de dados alimentado por fotografias de documentos de certidão de nascimento, óbito, matrimônios, migração em todos os continentes.

buscar ganhos em diversos espaços de poder, desde festas de padroeiro e grupos de oração das paróquias, até ocupar posições nos embates políticos eleitorais nas prefeituras e câmaras de vereadores e deputados. Até esse ponto – bastante vago para uma tese de doutorado –, estava focado apenas em como as famílias e seus “memorialistas e genealogistas oficiais” trabalhavam politicamente as narrativas do passado, tentando manter uma distinção local relacionada à posse da terra, mesmo naqueles casos em que as fazendas sequer existissem mais, seja porque se tornaram assentamentos de reforma agrária ou porque já não eram posse da família.

Como sinalizam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004), a construção de um objeto, a sua demarcação como tema de pesquisa, não é algo dado de imediato e espontâneo, mas resultado de uma conquista através de rupturas com o senso comum, novas conexões e recortes com a realidade que perpassam leitura teórica e pesquisa empírica. As primeiras percepções que mudaram o desenho inicial do projeto, tornando perceptível a relação de elites pecuaristas com um discurso de convivência com as secas, vieram gradativamente, às vezes por momentos desconexos, à medida que ia avançando em releituras dos livros de memórias – feitas de forma bem menos apressada do que as realizadas durante a escrita do projeto que foi avaliado na seleção de doutorado. Nesses livros de memória dos “bem-nascidos” dos municípios do Cariri – expressão que dá título a um livro do escritor monteirense, José Rafael de Menezes, descendente de grandes proprietários algodoeiros e pecuaristas –, deparei-me com várias narrativas, algumas bem escritas, outras bastante tediosas – mas que, no avanço das leituras pude demarcar algumas tendências significativas. A primeira delas que chamou atenção foi a recorrente menção dos pecuaristas como descendentes de portugueses e desbravadores que “na pata do gado” adentraram um sertão “vazio”, fundando fazendas e também doando terrenos para a igreja católica no final do século XIX. Nos livros, essas narrativas aparecem tanto no caso das famílias Dantas Vilar e Suassuna, nos municípios de Taperoá e Desterro, como dos Rafael de Menezes, Neves, Fernandes Batista, Chaves e Quintans, em municípios como Monteiro, Sumé, Camalaú, Zabelê e São Sebastião do Umbuzeiro. Por diferentes narrativas, todas essas famílias tomam a missão de escrever suas memórias como sinônimo de um “resgate” da história de fundação de paróquias e municípios do Cariri da Paraíba.

Não é o objetivo aqui se aprofundar na validade empírica do que já pode ser visto como um dos grandes mitos da chamada “civilização do couro”: o pioneirismo da pecuária como único fator de ocupação das terras no interior do Brasil colonial, que hoje correspondem ao semiárido nordestino. Essas teses já foram desmontadas em vários trabalhos de historiadores como Luiz Mott (1979); Maria Yeda Linhares (1996) e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997). Para os fins desta pesquisa, o mais importante é perceber até que ponto as elites

pecuaristas, ao insistirem politicamente nessas narrativas do passado em suas memórias escritas, expõem alguns dos padrões valorativos e percepções comuns do lugar social distinto que pensam estar: evocar a figura de ancestrais pecuaristas e desbravadores da terra aciona um passado idealizado, operação literária recorrente em publicação de memórias como mostram trabalhos em diferentes contextos, como o das famílias da burguesia parisiense por Beatrix Le Wita (1985), as linhagens de parentesco entre políticos mineiros de Leticia Cañedo (1998, 2002, 2011), e a criação de memoriais sobre a trajetória de homens públicos de Luciana Heymann (2011). O ato de conversão de depoimentos, fatos e objetos pessoais em patrimônio memorial é mais que uma desinteressada atividade lúdica ou pesquisa por curiosidade, mas uma afirmação de distinção – afinal, a nível de elites sociais, recordar é poder. Apesar da recorrente justificativa declarada em prefácios de terem uma circulação restrita aos parentes, os livros são formas socialmente úteis para tentar perpetuar e reafirmar um prestígio para fora do grupo familiar: o principal critério de seletividade das lembranças, o registro escrito, de uma nostalgia “distinta”, no sentido de afirmar *a posteriori* um passado bucólico, toda “uma era de ouro que ficou no pretérito” (LE WITA, 1985, p. 7). Um outro recurso recorrente nos livros de memórias é a ilusão biográfica, ou seja, a linearidade, a harmonização de conflitos e contradições nas histórias de vida sobre os nomes notáveis da família: uma fabricação seletiva de um “senso comum da vida apresentada como se fosse um deslocamento linear, todo coerente e orientado” (BOURDIEU, 2006, p.184).

Nos livros das famílias do Cariri, as narrativas indicam, em grande maioria, os notáveis das famílias: geralmente homens patriarcas benevolentes, desbravadores de terras, doadores generosos para igrejas e fundadores de cidades e fazendas. Uma percepção inicial que ajudou a construir essa tese foi perceber que no mesmo espaço das fazendas, trabalhado por técnicas modernas para pecuária e convivência com as secas, há locais de culto a essas memórias de “pais fundadores” das propriedades – evocada por símbolos da família como a heráldica de ferros nas paredes dos casarões, museus com objetos centenários, arquivos de documentos e fotografias etc.. Como cenário que catalisa biografias, experiências e emoções do passado, as fazendas materializam-se em locais de memória, próximo ao sentido que aponta Nora (1993, p. 3), como um suporte exterior para acessar uma vivência não mais possível de ser experimentada de forma espontânea, já distanciada por um sentimento de ruptura e passagem de um tempo, sendo, no presente, acessível apenas por símbolos, vestígios e rituais tornados memoráveis. O detalhe de uma janela ou telhado, a cor de uma porta antiga, um chapéu de couro e um ferro de marcar animais do rebanho, cartas escritas pelos pais, fotografias emolduradas na parede: tudo pode sacralizar e tornar palpáveis os valores que dão sentido e coesão ao grupo social dos

pecuaristas. São como objetos “mágicos”, que abrem portais para que pessoas de uma elite social apresentem memórias de cenas bucólicas de uma infância junto à terra, ouvindo barulho e sentindo cheiro do mato, do gado e das cabras, um cotidiano apresentado como tipicamente rural e sertanejo que, mesmo sendo difícil com as secas, deixou saudades, não sendo mais possível repetir essa vivência com as gerações mais novas da família. E, para guardar e moldar a energia sentimental desse “tempo social pretérito perfeito”, as casas sede, os galpões, currais e celeiros, antes usados apenas para funções de trabalho na fazenda, tornam-se locais de arquivos, locais de exposição e museus abertos à visitação. Não é coincidência cronológica que a iniciativa de construir arquivos e museus nas fazendas do Cariri paraibano e a própria publicação dos livros de memória tenham iniciado, em sua maior parte, entre as décadas de 1980 a 2000, período em que houve não apenas uma crise econômica – afinal, o algodão e a pecuária, sujeitos a um mercado e aos ciclos das secas, passaram por várias oscilações de preços desde o final do século XIX²³ –, mas uma dissolução de uma ordem moral e social, um modo de vida em que o fazendeiro pecuarista tinha dominação legítima. Fundar lugares simbólicos de memória nas fazendas indica, portanto, uma luta de um grupo diante de um sentimento de perda de um passado ameaçado de ser diluído ou soterrado em mudanças sociais. “Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles [os locais de memória] envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 7).

Sacralizadas pelas famílias como local de memória, as fazendas do Cariri paraibano aqui pesquisadas apresentam uma geografia afetiva e familiar mapeada por sobrenomes tecidos por casamentos e alianças, e também conflitos políticos de sangue e honra. Nesse sentido, a relação parentesco e conflito, ao contrário da associação entre harmonia e família fechada, de autores como Gilberto Freyre, é um formador e não um desagregador de sociabilidades (QUIROS, 2007, p. 106). Os sobrenomes são maleáveis à flutuação de conflitos das relações sociais e, por isso, não são “roteiros” predefinidos: são provedores de recursos materiais e simbólicos, mobilizados em operações de mapeamentos e classificações sociais não apenas de pessoas, mas de situações e lugares. Essa constante construção dos sobrenomes pode ser vista quando o status da fazenda, como local de memória, entrelaça o código de parentesco aos marcos naturais das propriedades. A terra não é demarcada apenas por mapas, escalas quantitativas como a

²³ Crises econômicas não são sinônimos de crises na legitimidade do poder e dominação. Analisando um histórico de crises na produção açucareira em Areia-PB, Garcia Jr.(1989, p. 65) aponta como uma queda nos preços do início do século XX afetou economicamente os senhores de engenho. Mas, mesmo diminuindo seu potencial de consumo e expansão de mercado, os senhores de engenho não perderam a possibilidade material de manter as redes de dependência personalizada através da moradia. Foi uma crise econômica, mas não na legitimidade de um tipo de dominação tradicional que duraria até as décadas finais do século XX.

mensuração de hectares, mas também revestida de um vocabulário de parentesco: um córrego não é um lugar comum, mas um “riacho” que tem nome dos parentes que lá iam trabalhar, assim como uma árvore pode ser local que recorda eventos que marcaram gerações da família, desde assassinatos ou uma revelação de algum milagre religioso.

A tríade, parentesco, reputação e localidade – como dos córregos da Zona da Mata Mineira, que Comerford (2003, p. 327) menciona no seu trabalho sobre a sociabilidade cotidiana dos sindicatos rurais – opera de forma particular no universo das famílias detentoras de grandes propriedades nos Cariris Velhos da Paraíba. Exemplo disso é o recurso cartográfico e memorial das fazendas é a menção à pecuária caprina nas memórias, nomes de sítios, porteiras, lugares e ribeiras. Os caprinos referenciam nomes locais e momentos de conflito e tragédias da família, mas também lições de bravura, resistência e orgulho “sertanejo” que vão sendo passados entre as gerações da família e registrados nos livros. Assim registra o Padre João Jorge Rietveld (1999, p. 87), uma narrativa favorável à família Neves acerca de uma doação de braças de terras para fundação da igreja do atual município de São Sebastião do Umbuzeiro, na metade do século XIX. Em um período de secas e de uma epidemia de cólera, uma promessa para São Sebastião, feita pelo Capitão Mariano das Neves, seria um dos motivos de rivalidade com o Capitão João José da Silva – considerado nos livros organizados por Batista Filho (2014) como patriarca fundador da família Fernandes Batista da fazenda Capitão-Mor. As duas famílias tiveram uma “questão” que chegou a duelo de espadas entre os capitães e que foi motivada pela construção de uma capela e também por uma “invasão de cabras” entre os limites das propriedades Benevides e Santa Clara. O livro de memórias e genealogias de Batista Filho (2014) sobre sua família ainda menciona um local chamado “Pedra do Bode”, uma grande rocha próximo à casa sede da Fazenda Capitão-Mor, que os parentes mais velhos diziam ser mal-assombrada por um animal sem cabeça (BATISTA FILHO, 2014, p. 60). A prática de criação de bodes também é acionada como herança familiar na apresentação biográfica dos autores dos livros de memória. Assim o advogado Pedro Nunes Filho (1995) reúne em seu livro histórias da chamada Guerra de 1912, de Monteiro, contadas pelos pais e avós, e se apresenta no prefácio como um advogado que continua com a tradição familiar de criadores de cabras na antiga fazenda da família Nunes, Mugiqui. Já os ferros do gado e símbolos de marcação de orelha de cabras, compilados de um caderno de contas que data do fim do século XVIII, na fazenda Carnaúba, são tidos como um resgate do “orgulho dos Barões do Couro”, no livro Ferros do Cariri, do escritor Ariano Suassuna – que aparece em uma foto na contracapa, junto ao rebanho caprino, em frente ao casarão de sua família na fazenda Carnaúba (SUASSUNA, 1974). Falando das personalidades “notáveis” da história da cidade de Monteiro, o escritor José

Rafael de Menezes (1993, p. 81), exaltando seu tio Sizenando Rafael, proprietário da antiga fazenda Feijão – até o século XX era a maior fazenda da região dos Cariris Velhos –, como pioneiro que chegou à terra “apenas com algumas cabras”, conseguiu trazer luz elétrica pra fazenda, antes mesmo de chegar à cidade e, assim, montar um sistema de irrigação e um grande rebanho bovino para produção leiteira canalizada. O irmão de José Rafael de Menezes, o também escritor Antônio Rafael de Menezes (1995), descreve a biografia do pai como um “sertanejo valente” e inovador na propriedade rural, e caprinos:

Progressista, [meu pai] aceitou o desafio sertanejo. Enfrentou as permanentes secas; usou cata-ventos, furou poços, construiu açudes. Em sua residência foi construída uma cisterna de tal porte que apesar de cinquenta anos de uso nunca secou – sabia reter água, melhor produto do sertão. Criava animais adaptados à região; encontrava no caprino o verdadeiro animal para o Cariri. Dizia ser o bode o dono do sertão; ia mais longe e comentava: “se o bode pular a cerca devemos pedir desculpas, por tê-lo dificultado no seu caminhar em busca da sobrevivência. (MENEZES, 1995, p. 14)

Ao aprofundar o olhar da pesquisa nesse vínculo memorial junto à pecuária caprina, fui passando a leitura em trechos dos livros que mencionavam uma ambição de fazer com que fazendas, já mapeadas por símbolos de parentesco e de um passado “glorioso”, também tivessem perspectivas para o futuro. Assim fui percebendo tentativas de firmar a criação de caprinos, na “missão” que essas elites proprietárias rurais do Cariri paraibano assumem para si enquanto pioneiras e experientes, vocacionadas e autorizadas a falar sobre as secas. Nesse ponto, é que, na região do Cariri Paraibano, destacaram-se os Fernandes Batista, os Dantas Vilar e os Suassuna: primeiro porque, mesmo em uma crise na ordem social pecuarista dos anos 1980-2000, mantiveram a posse das suas fazendas, investindo nelas como “locais de memória” e na criação de rebanhos de caprinos e ovinos. Isso não aconteceu, por exemplo, com uma família que inicialmente estava no projeto para ser pesquisada, os Rafael de Menezes, que passaram a atuar apenas no comércio e atividade política na cidade de Monteiro, após vender e ter desapropriadas para assentamento parte de suas antigas fazendas, como a já citada Fazenda Feijão.

Portanto, as três famílias selecionadas para a pesquisa propõem fazer que o espaço das suas fazendas, detentoras de um passado distinto também sejam locais de inovação, no sentido de experimentos voltados para convivência com a seca e pecuária de caprinos. Isso pode ser visto em trecho de um livro da família Fernandes Batista, quando Batista Filho (2014) conta que em uma reunião familiar, no final da década de 1980, para tratar da herança da fazenda, surgiram as primeiras ideias para a pecuária caprina e experiências de convivência com o fenômeno das secas. “Uma reunião destinada a fundamentar decisões de interesse familiar

acabou se transformando em processo contínuo e progressivo de acumulação de ideias e movimentos em torno do semiárido” (BATISTA FILHO, 2014, p. 36). Segundo a leitura desse trecho fui percebendo e analisando como, para os Fernandes Batista, o sentido para a convivência com as secas indica além de um conjunto de práticas – cuidar do rebanho e das vendas das cabras, técnicas de gestão de água, plantio de espécies vegetais (como a palma e algaroba) e conservação da vegetação nativa –, uma espécie de “chamado” de uma geração com os compromissos, códigos de família e laços com a posse da terra. Essas ações marcam “a honraria e a memória de um compromisso” (FERNANDES BATISTA, 2014, p. 102).

Diferente das fazendas dos Fernandes Batista, que iniciaram na década de 1990 o trabalho simultâneo de investir na memória da família e investimento em cabras e bodes, o caso das famílias Dantas Vilar e Suassuna mostram fazendas que, desde o final dos anos 1970, vem sendo reconhecidas no Brasil, tanto como “templos” de memória da “civilização do couro”, como modelos de criatório adaptado às secas, segundo a imprensa especializada em agropecuária²⁴: desde a criação de gado da raça Sindi e Guzerá à seleção de raças de caprinos e ovinos com alto grau de rusticidade. O trabalho na pecuária também reforça o elo de parentesco entre Suassuna e Dantas Vilar, como pode ser visto no livro Ferros do Cariri: uma Heráldica Sertaneja, escrito por Ariano Suassuna, em 1974. A partir dessa obra feita de compilação de símbolos da família nos ferros de gado, serão criados os desenhos do alfabeto armorial, uma fonte de letras e desenhos de heráldicas típica de sua obra, símbolos esses também gravados na pintura das paredes das casas da fazenda Carnaúba. Essa mesma fazenda, refúgio das famílias Suassuna e Dantas Vilar, diante dos sangrentos conflitos oposicionistas políticos na Revolução de 1930, como apontam João Suassuna Filho (2000, 2015), Raimundo Suassuna (1993) e Fábio Resende Dantas (2008), também vai se tornar um espaço reconhecido nacionalmente na inovação na pecuária caprina adaptada às secas. Com a sociedade de criar um rebanho caprino dos primos Ariano Suassuna e Manoel Dantas Vilar Filho, as famílias também vão firmar um elo pecuarista e, assim, tornar a Carnaúba, referência em termos de criação de animais rústicos, adaptados às secas, e bastante valorizados em leilões e exposições de pecuária em todo o Brasil. A “fama” das propriedades ligadas aos Dantas Vilar e Suassuna pode ser vista na publicidade e em reportagens do programa Globo Rural, realizados em 1983²⁵, e do

²⁴ “Em pleno sertão paraibano, a Fazenda Carnaúba, da família do dramaturgo Ariano Suassuna, produz variedades especiais feitas com leite de cabras nativas”. Disponível em <<http://dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/o-queijo-do-poeta>>.

²⁵ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=K9nNpJtG014>>

Programa Campo Livre, em 1990²⁶, além de documentários feitos nas fazendas: Bode Rei, Cabra Rainha²⁷, produzido em 2008, e o Carnaúba, Amor, a Cultura e a Fazenda²⁸, de 2015.

1.1.1 Entre curriculum lattes e genealogias

Ao selecionar as propriedades rurais dos Fernandes Batista, Dantas Vilar e dos Suassuna, o foco da tese acabou dando uma ênfase maior em mudanças no espaço físico das fazendas, vendo de forma secundária outras estratégias como as matrimoniais ou investimentos no campo da política eleitoral dessas famílias nos municípios do Cariri paraibano. Uma outra escolha – e como toda escolha sujeita as falhas e imprecisões – da pesquisa foi debater as estratégias lideradas pelos homens de uma ou, no máximo, duas gerações das famílias, - daí o destaque para os chamados “patriarcas do semiárido” tidos como as figuras mais longevas e respeitáveis da família, bastante requisitados em entrevistas, reportagens e pesquisas acadêmicas sobre as fazendas as secas e a pecuária. São esses que considero, dentro das famílias, os porta vozes das estratégias de reconversão social que são horizonte desta tese: aquelas direcionadas ao culto à memória da fazenda, investimentos na caprinocultura e convivência com as secas. Essa percepção foi construída ao encontrar os sobrenomes Fernandes Batista, Dantas Vilar e Suassuna como referências bibliográficas nos temas da pecuária e convivência com as secas. Esses nomes aparecem na autoria de *papers*, coletâneas acadêmicas, relatórios, artigos de revista ou publicações em fundações de pesquisas envolvidas com a caprinocultura (Fundaj, Sebrae, FAO etc.), além do acervo virtual de revistas ligadas às entidades pecuaristas do Nordeste que tive acesso no site da ABCZ, como a Revista Agropecuária Tropical (1979-1987; 1995-2003), e também no site da Revista Brasileira de Caprinos e Ovinos, “O Berro” (1997-2013)²⁹. Nesse acervo de fontes estão textos de Malaquias Batista Filho (2001a, 2001b, 2005, 2010), Laurentino Fernandes (2001), Manoel Dantas Vilar Filho (1978, 2001a, 2001b, 2001c, 2004), Ariano Suassuna (1978, 1999, 2005, 2008), João Suassuna (1997, 2001, 2002, 2003).

A consulta a estes materiais auxiliou a compreensão de alguns padrões em que se apresenta a imagem do “patriarca do semiárido”. A narrativa das biografias de Manuel Dantas Vilar Filho e de Malaquias Batista Filho, transforma os dramas pessoais em um movimento

²⁶ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=F3YwBlgod1s>>

²⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=_Q9_DpChqWs>

²⁸ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=r0D4TUEcNgQ>>

²⁹ Parte do acervo das revistas Agropecuária Tropical e o Berro podem ser visualizadas no arquivo virtual do site da ABCZ <<http://www.crpbz.org.br/Revistas/ListaRevistas/6-Revista-Agropecuaria-Tropical-Memorias-do-Zebu?page=1>> e também em link na seção de anexos.

mais amplo de investir na memória e na criação de caprinos, pessoas escolarizadas e que seguiram profissões urbanas, mas que em dado momento “voltam à fazenda” da família, cumprindo uma missão com a terra dos ancestrais que sintetiza o sentido da convivência com as secas. Mais que meros acidentes biográficos essas formas de relatar uma vida mostram como pessoas que passaram por processos de escolarização em diferentes profissões – engenheiros, advogados, professores e escritores –, mas com origem social comum da elite pecuarista, operam competências para construir não apenas livros de memórias, “museus particulares” nas fazendas, mas uma imagem distinta de si, junto ao consenso em torno dos caprinos e sobre as secas, desde falas que exaltam essa pecuária como símbolo cultural e sertanejo ao domínio dos dados técnicos sobre melhoramentos genéticos, controle de doenças do rebanho, índices pluviométricos, construção de barragens subterrâneas, plantação de pastagens e conservação de vegetação adaptadas as secas. Assim, ao aproximar memórias de família com artigos acadêmicos e jornalísticos, deslocar-se de biografias e genealogias à bibliografias e *curriculum lattes*, foi frutífero para perceber em quais pontos a nostalgia pecuarista converge com a produção de uma crença que se impõe como verdade científica e principalmente política, para falar e impor padrões sobre as secas e a pecuária no Nordeste. Outra “conquista” da pesquisa na leitura dessas fontes foi ampliar o olhar e perceber que esse sentido de convivência com as secas não se restringe à fração dos pecuaristas do Cariri paraibano: essas estão sintonizadas com tendências mais amplas que circulam entre instituições desenvolvimentistas e associações pecuaristas de todo Nordeste, ao menos nas últimas três décadas: uma incorporação seletiva das propostas da Sudene voltadas para modernização e desenvolvimento rural dos governos militares, mas sem perder a demanda política de recriar uma ordem social da “civilização do couro”, da qual a fazenda pecuarista do Nordeste seria o espaço legítimo de uma “sertanidade”. Com isso foi possível reconstruir, no último capítulo, alguns elos das elites pecuaristas com as mudanças intensas, a partir da década de 1990, em investimentos zootécnicos, políticas públicas, eventos turísticos e gastronômicos para pecuária de caprinos. Seja como pioneiras ou influenciadas por esse processo, as famílias e as fazendas do Cariri paraibano aqui pesquisadas se inserem na legitimidade política desse processo de valorização dos caprinos que se deu em todo semiárido nordestino.

Ainda na busca de produção acadêmica sobre convivência com semiárido montei um acervo de artigos e de publicidade institucional, como o folhetim O Candeeiro (2009-2013), ligados a ASA e o IRPAA, que defendem convivência com as secas. A partir disso pude polemizar não só sobre as divergências, mas as convergências na visão de convivência com as

secas entre grandes proprietários pecuaristas e militantes de pastorais e movimentos sociais de luta por reforma agrária.

1.2 O campo e a escrita na pesquisa: reconversões sociais “dentro da porteira”

A produção desta tese também é influenciada pela minha posição de sociólogo com origens na região do Cariri paraibano, tendo contatos anteriores à pesquisa com o mundo social dos pecuaristas, já que minha família, tanto do lado paterno quanto materno, tem origem na área rural entre o Cariri da Paraíba e Sertão de Pernambuco. Minha escrita resulta desse encontro de alguém socializado no urbano, mas inserido em ambiente “familiar” – embora como um “não iniciado” nos rituais, nos “idiomas zootécnicos” e no código de parentesco, em suma, esquemas de percepção que emanam nos antigos casarões das fazendas, nas falas nos encontros de família, leilões, exposições, vaquejadas e outros momentos de interação em que pode-se compreender o que agrega e gera coesão no mundo social das elites pecuaristas. Por isso, posso dizer que, mesmo não tendo sido socializado no mundo de valores pecuaristas, parte de minha origem me fez não ser tão estranho a valores próximos aos dos pecuaristas e suas afirmações de identidade regional “nordestina”. Isso trouxe implicações para pesquisa na medida em que fui reconhecido entre as famílias como um “pesquisador e caririzeiro”, algo que influenciou nas interações sociais que deram rumo ao trabalho de campo e, consequentemente, à escrita dessa tese. Outro ponto de reflexão foi o risco constante de, ao fazer uma tese sobre elites pecuaristas, acreditar e referendar os discursos propagados por esse grupo.

E buscando refletir sobre essas especificidades de minha posição de pesquisador, que justifico o uso em todo texto da escrita em primeira pessoa que penso ser a expressão mais sintonizada com os conflitos inerentes à pesquisa sociológica, um artesanato intelectual, feito entre experiências pessoais, leituras teóricas e pesquisas empíricas. Vale uma breve reflexão sobre o processo de escrita. Como aponta Becker (2015, p. 14), muitos problemas, erros e vícios de escrita, são menos de ordem pessoal e mais de ordem social, sendo resultado de fragmentos de problemas teóricos³⁰ que “ficaram no caminho”, na trajetória de produção de

³⁰ “Os escritores costumam usar expressões sem sentido para encobrir dois tipos de problemas. Ambos refletem sérios dilemas da teoria sociológica. Um dos problemas tem a ver com o agente: quem faz as coisas que a frase afirma que foram feitas? Muitas vezes, os sociólogos preferem locuções que não dão uma resposta clara a essa pergunta (...) Em diversas teorias sociológicas, as coisas simplesmente acontecem sem serem feitas por ninguém. É difícil encontrar um sujeito pra uma frase quando estão operando “forças sociais mais amplas” ou “processos sociais inexoráveis”. Quando se evita dizer quem fez tal ou tal coisa, surgem dois defeitos típicos da redação sociológica: o costume de usar voz passiva e substantivos abstratos. (BECKER, 2015, p. 29)

conhecimento nas ciências sociais entre viradas epistemológicas e disputas acirradas, entre autores e escolas de pensamento. Exemplo desse tipo de problema é o processo de escrita dentro dos círculos acadêmicos, mesmo nas ciências humanas, ser recorrentemente enquadrado como uma linha final de montagem, solitária, sofrível, mas automatizada, um momento pós-reflexivo de gravar “resultados” de pesquisa no papel. A partir dessa representação da escrita surgem posicionamentos que, sob as bênçãos de um suposto realismo e distanciamento da narrativa em terceira pessoa, propõem dar “voz a um grupo pesquisado”, e apresentam um falso movimento neutro, horizontal e linear na relação pesquisador-pesquisa-pesquisados. Esse tipo de *doxa* sobre a escrita nega os conflitos e contradições próprias e produtivas da pesquisa sob a falsa objetividade do “escritor como narrador acima de tudo e todos, ou quase um “voyeur ou espião” (COLOMBO, 2005, p. 271). Tentando fazer uma tipologia de estilos de escrita em oposição a essa narrativa realista, Colombo (2005, p.283) define o narrador reflexivo: aquele que, em primeira pessoa, assume e expõe algumas das escolhas, tentativas, erros, obstáculos, posições pessoais de entrada na pesquisa e suas inevitáveis parcialidades. Essa narração tem a virtude de não esconder a “cozinha” da pesquisa, de mostrar ao leitor o caráter parcial, construído e maleável da pesquisa.

Contudo, ao assumir o tom reflexivo e o uso da primeira pessoa, o cientista social também deve ter vigilâncias para que a sua narrativa não seja apenas um apanhado de experiências pessoais escritas com alguma habilidade literária e deve manter o foco em compreender e fazer inteligíveis valores, práticas e processos sociais do grupo, situação ou processo particular que está estudando. Fazer o “caminho da volta” após o deslocamento da pesquisa, recortar e reconstruir uma realidade social, tecer a partir do caso particular afirmações gerais empiricamente válidas, ser realista sem cair em armadilhas de positivismos, são demandas tão importantes quanto se ater à subjetividade do pesquisador diante de um deslocamento físico e social, dos seus registros em diários de campo, suas sensações, dilemas éticos, seus momentos frustrantes e de sorte durante uma pesquisa. Assim, considero o uso da primeira pessoa não como solução definitiva para dilemas de escrita, mas como baliza, uma “âncora” para se firmar tanto das tentações de um realismo seco que tem como espelho uma visão deturpada das ciências naturais, assim como do “mergulho”, por vezes sem volta, de uma escrita na introspecção da vivência de pesquisa, que esquece do que faz um pesquisador.

É partindo da escrita que tento alinhar as leituras das tradições do pensamento das ciências sociais que me influenciam com a análise dos registros de entrevistas e fotografias, as sensações, imagens e momentos registrados em diários de campo. Desde as primeiras vezes que estive nas fazendas muitas dúvidas e problemas de pesquisa foram sendo construídos enquanto

eu estava aprendendo a ser um pesquisador que trabalha com elites sociais. Habitado desde os trabalhos na graduação e no mestrado em ciências sociais, a pesquisar um conjunto formado majoritariamente por pequenos caprinocultores, agricultores familiares, lideranças de associações, sindicatos e militantes de movimentos sociais, estava agora dentro do espaço de famílias proprietárias de grandes fazendas de 900 a 8000 hectares³¹, e que, como já vinha lendo nos livros de memória, eram locais em que os proprietários cultivavam relação de distinção social específica.

Essas novidades implicavam um grau específico de reflexividade, tanto acerca de questões de ordem teórica e metodológica, como de preocupações mais imediatas de aproximação prática com os pesquisados. Havia muitas dúvidas de como “guiar” a pesquisa junto a problemas práticos: como não tinha veículo próprio e dependia de caronas e serviços de moto-táxi locais nas cidades, também tinha de dinamizar o melhor possível o tempo de pesquisa nas fazendas. Após marcar previamente os contatos por redes sociais, telefone ou e-mail eu me indagava várias questões: como iniciar a interação com os pecuaristas? O que perguntar? De que maneira perguntar? Como me apresentar? Em que influenciaria na pesquisa a origem da minha família ser da mesma região do Cariri das fazendas pesquisadas? Como lidar também com a posição de pesquisador e as prováveis divergências entre visões de mundo com as elites pecuaristas e as opiniões políticas da minha parte – que, mesmo tendo família de origem rural no Cariri, sinto-me mais ligado a uma classe média urbana, socializada em espaços universitários e simpática a movimentos sociais de esquerda, que vão contra a visão dessas elites? Nos termos da sociologia interacional de Erving Goffman (2009) – ainda de leitura mais frutífera que qualquer manual técnico de pesquisa social –, qual o controle de impressões face-a-face seria mais viável para negociar a pesquisa no mundo social dos pecuaristas? Canalizei algumas dessas questões para elaborar um “artesanato” intelectual que viabilizasse a situações de interação e por fim, refletir sociologicamente sobre o mundo das elites pecuaristas.

Junto a esses percursos pessoais, a tese resulta também de consulta a estudos sobre elites, recursos de poder e estratégias de reconversões sociais no legado da sociologia de Pierre Bourdieu. Desde os anos 1960, os estudos sobre grupos localizados ao topo das hierarquias sociais e políticas têm incorporado rupturas, tanto com o conservadorismo de uma teoria das elites clássica do início do século XX (de autores como Mosca e Pareto), como com as tendências de um marxismo estrutural, preso a uma visão antielitista e/ou restrita ao olhar

³¹ Para se ter um comparativo, segundo documentos da Emater e Embrapa, o critério de extensão territorial na região do Cariri que define a pequena propriedade de agricultura familiar é definida em até quatro módulos fiscais de 55 hectares (LANDAL ET AL, 2012).

economicista da posição de classe diante dos meios de produção. Perissinoto e Codato (2008, p.10) apontam que essa tendência foi encabeçada pela sociologia de Pierre Bourdieu, que desnaturaliza as propriedades sociais distintivas de agrupamentos nomeados em termos gerais como elites, classes dominantes, grupos dirigentes etc. Desde os estudos de os *Herdeiros, Estudantes e a Cultura [1964]* (2014), ao denso trabalho de pesquisa que originou *A distinção: crítica social do julgamento [1979]* (2015), as abordagens sobre reprodução social de grupos ou classes dominantes têm passado por um deslocamento na forma de conceber esses fenômenos, percebendo como

(...) o mundo social das sociedades modernas é composto de esferas sociais de autonomia relativa e hierarquizadas em função de critérios próprios (...) Vale dizer que se os espaços sociais são múltiplos e organizados de acordo com estruturas e lógicas de poder específicas, perde sentido falar em um tipo de poder e em uma elite ou, ainda em um grupo dirigente. Pelo contrário, o que se tem são diversos grupos de agentes sociais que ocupam posições dominantes em uma ou mais esferas do mundo social, como as elites políticas, jurídicas, religiosas, econômicas, culturais, burocráticas. (SEIDL, 2013, p. 183)

Sai de cena, portanto, a busca por uma definição monolítica de elites e classes dominantes para se pesquisar os múltiplos recursos e princípios de legitimação nas estruturas de poder da vida social. Nesse caldo de debates é que está incluso o conceito de reconversão social – uma palavra que acompanha as operações da teoria social de Pierre Bourdieu, de transpor e ressignificar da economia para as ciências sociais termos como bens simbólicos, patrimônio e capitais. Um primeiro uso mais sistemático e empírico do termo reconversão pode ser visto em artigo conjunto de Bourdieu com dois alunos, Luc Boltanski e Monique de Saint-Martin, em que abordam empiricamente a correlação entre os modos de apropriação do lucro do patronato e grandes industriais da França, escolarização dos filhos desse grupo dirigente e a transformação na estrutura das *grand ecoles*. Nesse artigo, a reconversão é definida como

uma mudança de estratégias e de instrumentos de reprodução destinada a reproduzir ou elevar posições (...) determinando-se pela avaliação de chances de manter uma posição e pela percepção do presente e futuro de uma classe. (BOURDIEU, BOLTANSKI e SAINT-MARTIN, 1973, p. 101)

No texto de *A Distinção*, o termo reconversão social trata de estratégias de frações da classe dominante, de transformar os patrimônios de origem e manter a competitividade nas lutas sociais dentro do grande grupo a que pertencem. Essas estratégias, que se expressam em termos de gostos, estilos de vida, práticas e julgamentos sociais, ganham contornos dramáticos quando

um grupo se encontra em declínio social, dividido entre duas tendências opostas: o risco de desclassificação e a necessidade de reconversão:

Uma classe ou fração de classe está em declínio quando (...) deixou de ter possibilidade de se reproduzir com todas as suas propriedades de condição e de posição, e quando, para reproduzir o seu capital global e manter sua posição – atual ou a de sua família de origem – no espaço social, seus membros mais jovens devem, em uma proporção importante, operar, pelo menos, uma reconversão de seu capital que é acompanhada por uma mudança de condição, marcada por um deslocamento horizontal no espaço social: ou, em outras palavras quando a reprodução da posição de classe torna-se impossível (desclassificação) ou se realiza apenas por uma mudança de fração de classe (reconversão) (BOURDIEU, 2015, p. 425).

Em uma outra análise sobre os estados de transformação do capital cultural que os agentes dispõem, e sua relação com volume e estrutura de outros capitais de origem e seus princípios unificadores, Bourdieu [1980] (2014, p.139) enfatiza que visualizar estratégias de reconversões sociais direciona o olhar sociológico a saídas e recusas aos chamados estudos de mobilidade social, em que há uso e abuso de termos como “nova burguesia, novos ricos”, dentre outros. Esta modalidade de pesquisas – em boa parte ligada à avaliação de opinião pública e fixada na renda econômica – não trazem rupturas com o senso comum, e dão a impressão de que grupos sociais surgem espontaneamente, sem levar em conta suas posições e disposições relacionais diante das lutas e tensões da vida social. Assim, pensar em reconversões sociais remete aos campos de disputas e relações entre posições e tomadas de posição:

Somente com referência ao espaço de disputa que as define e que elas visam a manter ou redefinir, enquanto tal, mais ou menos completamente, que é possível compreender as estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam a conservar, transformar, transformar para conservar ou, até mesmo conservar para transformar. As estratégias de reconversão são apenas um aspecto das ações e reações permanentes pelas quais cada grupo se esforça por manter e modificar sua posição na estrutura social (...) (BOURDIEU, 2014, p. 195)

Dos que herdaram o legado acadêmico de Pierre Bourdieu³² na França, a socióloga Monique de Saint-Martin foi quem trabalhou mais profundamente, em termos teóricos e empíricos, o conceito de reconversões sociais. Embora não faça críticas tão intensas como Bernard Lahire ao “chef” francês de uma linhagem de sociólogos, Saint-Martin construiu, em décadas de pesquisa, uma sociologia mais processual e relacional das reconversões sociais,

³²Para uma análise das lutas sociais e de sucessão após a morte de Bourdieu dentro do campo sociológico francês, ver artigo de Ângela Xavier de Brito (2002).

esclarecendo melhor o fenômeno das mudanças sociais: uma espécie de “calcanhar de aquiles”, alvo de constantes e pertinentes críticas no viés estrutural, calcificado e obcecado no automatismo de princípios geradores e unificadores das interpretações canônicas³³ das obras de Pierre Bourdieu.

Saint-Martin irá trazer importantes novidades teóricas e metodológicas para analisar as especificidades das estratégias de reconversão social e em pesquisa com os descendentes da antiga nobreza europeia. A partir de obras como *L'espace de la noblesse* (1993), a autora lança uma agenda de pesquisa: como “pesquisar um grupo que não tem mais existência legal, recusado pelos princípios republicanos e igualitários, mas que manifestam, por diversas maneiras, meios de separação de outros grupos? (SAINT-MARTIN, 1993, p.8). A chave para pensar sociologicamente os descendentes dos nobres – mesmo após dois séculos da Revolução Francesa –, segundo Saint-Martin (1993, p.10), seria a produção de sua crença coletiva, que marca uma diferença entre os “não nobres”. É possível compreender essa crença na diferença quando se visualiza a nobreza como espaço onde frações dispõem de capital simbólico para organizar estratégias, práticas e estilos de vida: da escolarização, dos esportes, dos matrimônios, da manutenção de castelos e monumentos, dos ritos de entrada nos clubes e associações de literatura etc.

Longe de fazer qualquer retorno às teses há tempos superadas de “um feudalismo à brasileira”³⁴, essas pesquisas sobre a nobreza francesa ajudam a pensar o caso das elites pecuaristas como as do Cariri paraibano, focando em como elites “ameaçadas” por mudanças sociais produzem, impõem e justificam formas de distinção e produção de crenças sobre a “diferença” de seu grupo social. Assim, pode-se dizer que longe de ser um conceito abstrato, falar em reconversão social remete a traçar caminhos de pesquisa, tendo em vista as estratégias comuns³⁵ de reconversão em frações dominantes das sociedades modernas:

1) **As reconversões sociais se mantêm inacabadas:** dinâmicas e móveis, mas ao mesmo tempo conservativas, as reconversões jamais são levadas a termo, ou seja, estão sempre

³³ Estas insistem no suposto “ajustamento” que os agentes sociais teriam entre as estruturas que lhes são incorporadas e suas práticas por meio de um princípio unificador, um habitus – conceito esse carregado de deduções não explicadas de forma consistente e empírica, como aponta o exame minucioso que faz Lahire (2005, p. 15-16) do uso desse termo nas páginas da *Distinção*.

³⁴ Para uma revisão desses debates travados no interior do PCB e no marxismo brasileiro até a década de 1970, ver capítulo inicial do livro *Rural: Saber Necessário de Nazareth Wanderley* (2011). Para compreender a superação da tese do feudalismo à brasileira, ver também artigo de Moacir Palmeira (2009).

³⁵ O trabalho de Marcos Piccin (2015) sobre os estancieiros gaúchos mostra um processo diferente do que aponta a literatura sobre reconversões sociais: uma elite pecuarista que, desde 1930 acessa uma rede de frigoríficos e cooperativas, passando a investir em escolarização não como estratégia contra um declínio, mas para ascensão, aumentando o capital simbólico e saindo da submissão a outras frações de classe dominante.

em aberto, não sendo transformações completas e definitivas, o que implicaria o abandono dos patrimônios materiais e/ou simbólicos de uma origem social distinta. Nem toda reprodução social é reconversão: estas fazem parte de um leque específico de estratégias sociais de elites ameaçadas de desclassificação que dão mobilidade e inovam, mas que também conservam o patrimônio. São estratégias dos que se veem na iminência de mudar para não desaparecer distintamente, mas que também não podem, a custo de desaparecer enquanto elite, fazer uma total conversão dos bens distintos “sem abandono total das antigas posições nem entrega total às novas” (SAINT-MARTIN, 2012, p. 73). A reconversão está localizada nesse limiar de tensões inconciliáveis entre mudanças e permanências – essa é a constatação de que os descendentes da nobreza, no final do século XX, utilizam do capital social de redes de casamentos e amizades, mesmo com a predominância do processo de escolarização e inserção estritamente profissionais no mercado de trabalho (SAINT-MARTIN, 1995, p. 1036), ou, nas justificativas de uma elite política do leste europeu, já híbrida entre traços de antiga nobreza e burocracia estatal, fala tanto de “futuro” dentro de um discurso de reconstrução de oportunidades como das durante e depois do colapso soviético (SAINT-MARTIN, 2011, p. 433). O caso dessas elites que “mudam para permanecer iguais” dão subsídios para refletir sobre como classificações sociais sobre a pecuária e as secas, e um trabalho de memória indicam estratégias reconversivas das elites pecuaristas do Cariri paraibano.

2) Reconversões sociais, crença na diferença e o sentido de coesão das elites: perceber as reconversões sociais como estratégias abertas direciona o sentido de pesquisar quais tendências levam a reavaliação estratégica de um grupo social que se vê diante de intensas mudanças. O que é mais valioso em termos de preservar a distinção social? Quais riscos da mudança? O que conservar e como mudar? Essas são perguntas feitas, não necessariamente de forma consciente, racional e maximizadora, mas dentro das flutuações do jogo social relacional com outras elites pela manutenção de uma crença coletiva que justifique uma coesão: mesmo que não se assumam mais como nobres, quando descendentes das famílias aristocratas falam “não sou superior, mas não sou como os outros”, e assim demarcam um sentimento de diferença que os separaria de outros grupos, tornando inclusive a socialização dos filhos como uma esfera à parte, como no caso dos grupos e escolas indicadas para netos da nobreza (SAINT-MARTIN, 2002a). Para Saint-Martin (2002b, p. 143), não cabe ao sociólogo delimitar de forma arbitrária quais recursos diferenciam elites de não elites, ou uma elite entre outras, mas observar e compreender as fronteiras e o sentimento de coesão que delimitam a crença distinta e confiança sobre si mesmos, as circunstâncias e os usos de diversos bens materiais e simbólicos que

legitimam uma elite – posse da terra e castelos, sobrenome, casamentos, rituais de sociabilidade e transmissão de heranças, recrutamentos em profissões, memórias, escolarização etc. A legitimidade da afirmação distinta de um grupo vai ser ditada decisivamente pelo reconhecimento dado via interdependência com outros grupos sociais: nesse sentido, o modelo de reconversões sociais proposto por Saint-Martin dialoga com o debate de Norbert Elias (2000), das figurações sociais, coesão e autoimagem de superioridade feita na relação entre estabelecidos e também nos vínculos destes com os outsiders. “Se uma crença continua a se desenrolar é porque existe um mínimo de reconhecimento” (SAINT-MARTIN, 2002b, p. 135). Boa parte do conservantismo das reconversões, da preferência por recompor ao invés de desmontar radicalmente os recursos sociais disponíveis, vêm do temor a grandes rupturas que tragam necessidade de movimentos mais ousados de um indivíduo ou coletivo, e que, por essa via, perca capacidade na luta de reconhecimento com outras elites e haja desgaste da coesão que garante o sentimento social de superioridade (SAINT- MARTIN, 2008).

Os estudos de Afrânio Garcia Jr. (1988, 1989, 1993, 2007, 2009, 2011) foram um dos primeiros a mobilizar empiricamente o conceito de reconversões para refletir sobre elites agrárias no Brasil³⁶. Um dos primeiros usos do termo está em um capítulo do livro *Sul: caminho do roçado* (1989), que trata nas transformações de dominação social e de patrimônio fundiário em vista do declínio dos engenhos e das relações personalizadas de moradia e trabalho na *plantantion*. O advento das leis trabalhistas e modernização tecnológica da produção canavieira pelas usinas exercem pressões sobre os senhores de engenho e seus descendentes que buscam reconverter seus patrimônios nas escolarizações e que buscam também por empregos remunerados fora do engenho: os usos da terra passam a servir apenas para assegurar condições de reprodução social e preparo para outros campos de atividade – indústria, comércio etc. – em que os descendentes das elites canavieiras internalizam códigos de trabalho pelas leis trabalhistas e monetarização, lógicas estritamente capitalistas (GARCIA JR., 1989, p. 214). Nessas reconversões, sempre há o risco de falhas: dependendo do tempo e da estratégia, alguns proprietários podem ser vistos como atados demais a “coisas do passado” em relação aos

³⁶ Tendo como pioneiros os estudos de Sergio Miceli (2001) sobre as academias de letras, os estudos sobre elites sociais vêm se intensificando nos últimos 20 anos. Estudos sobre elites e estratégias de reprodução e reconversão tem sido tema de pesquisas de diferentes programas de pós-graduação, reunidas em torno de um grupo de trabalho da ANPOCS e de um Observatório de Elites Sociais – que integra pesquisadores como Flávio Heinz (2001) e Odacir Coradini (2001). Seguindo a linha deste último, há a produção de Ernesto Seidl (2013, 2015), Adriano Codato (2015), Eliana Tavares e Igor Grill (2017), Fernanda Petrarca (2008, 2015) e Wilson de Oliveira (2008). Essa rede de pesquisadores analisa casos de elites parlamentares, eclesiásticas, empresariais, profissionais e militantes sem se enclausurar em fronteiras epistemológicas entre sociologia, ciência política e antropologia, e recorrendo a diversas formas de produzir conhecimento sobre a vida social, desde aplicação de survey à prosopografias e etnografias. No caso específico das redes de parentesco e política na Paraíba tem o trabalho de Monteiro (2016) que atualiza uma agenda de pesquisa sobre as redes de família e posições de poder no Estado.

segmentos já reconvertisdos com sucesso. Reversões podem ter insucessos dependendo das gerações das famílias. A trajetória biográfica de intelectuais e políticos brasileiros é exemplar de como, mesmo produzindo “filhos notáveis”, algumas elites “falharam”, ao menos em nível local, em manter e reconverter condições de reprodução social de um status. Em um trabalho sobre as reversões sociais nas biografias de estadistas e políticos no primeiro governo Vargas, Garcia Jr. (2007) toma como exemplo uma fotografia do casamento de Juarez Távora – na qual estavam, entre os convidados, Getúlio Vargas e José Américo – para analisar como descendentes de elites canavieiras e pecuaristas nordestinas conseguiram ingressar nos ministérios governamentais do Estado Novo após a Revolução de 1930, mas suas famílias tiveram dissolvidos localmente o status e prestígio associados à terra, cana-de-açúcar, gado e algodão.

Nenhum determinismo provocou o encontro de Juarez Távora e José Américo de Almeida: eles pertenciam a tendências políticas opostas, nos anos 1920, e se aliaram em uma oposição comum às forças estaduais hegemônicas, claramente agrupadas em torno do Partido Republicano Paulista (contra os “perrés”). Suas carreiras políticas foram bloqueadas por motivos diferentes, e a análise das vias de reversão que eles encontraram no universo social através, da função pública, nos permite entender o funcionamento do espaço político da República Velha e sublinha os limites que pesavam sobre aqueles que não pertenciam aos estados mais poderosos. O acesso de ambos ao núcleo do poder central supôs condições muito específicas e eles só puderam permanecer nesse nível através de ações inovadoras que consolidaram sua reputação política em âmbito nacional. Assim, esses personagens cujas trajetórias seguimos aqui são, ao mesmo tempo, os índices das transformações do campo político brasileiro e seus principais atores. (GARCIA JR. 2007, p. 86)

Recurso utilizado no capítulo 4 dessa tese – quando analiso as biografias dos “patriarcas do semiárido” Manuel Dantas Vilar e Malaquias Batista Filho –, esse expediente de análise de cruzar a narrativa de trajetórias biográficas e processos políticos mais amplos é feito para analisar casos como o de Nelson Werneck Sodré e Alberto Torres, intelectuais “nacionalistas” da República Velha (GARCIA JR., 1993) da biografia dos “meninos de engenho”, José Américo e José Lins do Rêgo (GARCIA JR., 2011), e também na trajetória de Roberto Cardoso de Oliveira, David Maybury-Lewis e Luiz de Castro Faria, os “pais fundadores” do PPGAS do Museu Nacional, dentre disputas que definiram o campo da antropologia brasileira a partir da década de 1970 (GARCIA JR., 2009). Analisar estratégias de reversões sociais nas biografias de descendentes das elites permite que a análise sociológica transite em uma fronteira menos rígida entre fatos particulares e grandes processos sociais: é possível explicar como

dramas de famílias de senhores de engenho se tornam símbolos de brasiliade focados em uma nostalgia de um rural “passado”, como os percursos individuais influem numa intelectualidade que investiu na criação de uma “consciência nacional”, quando ela inexistia durante as primeiras décadas da república brasileira ou, finalmente, como trajetórias sociais de antropólogos que consolidaram a pós graduação das ciências sociais no Brasil são filtros de controvérsias científicas e embates políticos que consolidaram as “trincheiras” de uma disciplina acadêmica.

No esforço de pesquisa para compreender como dramas familiares das elites pecuaristas são feitos símbolos de convivência com as secas – inclusive transformando uma pecuária outrora de pouco status em símbolo máximo de “nordestinidade” –, esta tese também dialoga com a produção acadêmica voltada para estudos sobre o mundo rural brasileiro, feitos pelo CPDA. Dialogo com os trabalhos de Eli Napoleão de Lima (2001, 2008), intercalando discussões sobre a categoria de “sertão” e mundo rural, particularmente na dicotomia sertão/litoral, uma semântica politicamente forte incorporada à visão de mundo das elites pecuaristas aqui estudadas, que usam como recurso narrativas literárias – como as de Euclides da Cunha e Ariano Suassuna – sempre evocadas para engessar imagens e emblemas de uma identidade regional nordestina atrelada a uma representação de um imaginário rural e nacional. Essa ideia de “vocação” rural de uma elite também entra em um outro debate dentro das linhas de pesquisa do CPDA, uma vez que trata das afinidades eletivas dos valores, estilos de vida da elite pecuaristas, aqui estudadas, com os setores patronais ruralistas e do agronegócio, analisados nos trabalhos de Regina Bruno (2009, 2012). Essas análises ajudam a entender a “encruzilhada” de valores da elite pecuarista – um lugar social de encontro entre valores regionalistas e ruralistas: retórica do regionalismo nordestino, da identidade rural e sua vocação pecuária e “sertaneja”, mas que reclama “esquecimento” do resto do país, tem afirmação do estilo de vida empresarial e uma retórica central no ruralismo que defende o destino rural do Brasil de “celeiro do mundo” – com falas, práticas e valores, ligados à violência física e simbólica em defesa da grande propriedade da terra.

Como comentário conclusivo, tento sintetizar as reflexões dessas notas das leituras realizadas durante o doutorado com as questões colocadas no início do capítulo que me desafiam a refletir sobre o trabalho de campo “dentro da porteira”, ou seja, da minha entrada

no universo de grupos sociais dominantes. No trabalho de mediação teórica e empírica com as dúvidas que tive, antes, durante e depois da pesquisa, ajudaram a lapidar um particular “mal estar deontológico” – como colocam Pinçon e Pinçon-Charlot (2007, p. 32), ao pesquisar a alta burguesia francesa – vinda de um conjunto de agressões simbólicas que um sociólogo espera e realmente pode sofrer diante de assimetrias de poder e dos contatos com códigos e recursos sociais estranhos ao mundo do pesquisador. Um espectro de fazer pesquisa em um mundo social que lhes é superior ronda o sociólogo: os elogios por parte de membros da elite, orgulhosos por ser tema de uma pesquisa de doutorado, às reticências e dificuldades ao acesso de informações, e um sigilo dos patrimônios e pedidos abertos de ocultamento de memórias do passado, tidas enquanto desagradáveis ou inapropriadas. No caso aqui pesquisado há memórias de situações de conflito e relatos de violência passados na fazenda tanto ligadas com outras famílias de elite como com moradores e trabalhadores. Outro aspecto foi que, embora a região do Cariri fosse já conhecida por minhas “raízes familiares”, minha falta de conhecimento dos rituais sociais do “mundo particular” dos pecuaristas teve de ser cadenciada com um lento aprendizado para me familiarizar com o básico da linguagem sobre a pecuária que a elite está assentada: os nomes de raças, técnicas de criação, termos zootécnicos, doenças, formas de alimentar os animais etc. O receio em fazer perguntas triviais e que podiam ser julgadas desnecessárias sobre esses temas, por vezes, deixou tímida e vagarosa a construção de um diálogo entre os pesquisados.

Aprender a lidar com esse “mal-estar” me leva a polemizar como o exercício de fazer sociologia sobre elites sociais entra em confronto com uma crença, um tipo de “senso comum sociológico”, de que a escolha de temas e objetos de pesquisa servem para “dar voz” aos pesquisados, ou seja, produzir conhecimento, analisar os problemas e propor condições de transformar um grupo social. Essa “boa vontade” epistemológica geralmente é levantada em pesquisas direcionadas aos pobres, os outsiders, as classes e estratos dominados na vida em sociedade. Se acreditarmos a fundo nessa missão salvadora e engajada que atribuem – ou impõem – às ciências sociais, uma dada entrada no espaço de posições distintas das elites vai ser acompanhada com um sentimento de “traição”, por supostamente estar fazendo visível as práticas e vozes das elites, dos dominantes e “opressores”, o que pode gerar desconfiança e uma acusação dos pares durante seminários e congressos de que o sociólogo que estuda elites estaria fascinado ideologicamente pelo seu objeto. No contexto dessa pesquisa, para enfrentar esse tipo de acusação, me posicionei diante de duas tensões, que poderiam “viciar” as percepções do trabalho de campo, a condução das entrevistas e a produção da tese. De um lado, o risco de acabar sendo “convencido” pela crença dos pecuaristas, ou seja, convidado a participar das magias dos lugares de memória na forma como as famílias os apresentam – como paraibano,

com família da região do Cariri, e, em certa medida, socializado desde a infância com os argumentos regionalistas, havia possibilidade de ser encantado, por exemplo, pelas afirmações de nostalgia sertaneja, ou pelos símbolos “medievais” da literatura de Ariano Suassuna, em suma, poderosos recursos textuais e imagéticos expostos nos símbolos de ferro de gado à vista dos visitantes da fazenda, e que tentam convencer que aquele lugar tem um passado glorioso. Do outro, poderia ocorrer o inverso: a minha escrita ser excessivamente pautada em tom de desmonte e desvendamento do que eu poderia julgar como farsas e maniqueísmos que uma antiga elite usaria supostamente para “esconder” ou desacelerar o processo de declínio que sofria. Essa postura se aproximaria ao que Pinçon e Pinçon-Charlot (1991, p. 129) apontam como uma revanche, consciente ou inconsciente, que o pesquisador faz das violências simbólicas que sofreu ao circular nos espaços privados da elite.

Para evitar deslizar, seja em posturas encantadas ou vingativas em relação às elites pecuaristas, busquei construir as evidências para a tese, auxiliado pela literatura sobre elites e reconversões sociais, e direcionado para algumas posturas e papéis que eu assumi durante este processo, para a negociação da pesquisa – uma espécie de apresentação de si, voltada para interações face-a-face, gravadas ou não gravadas, com os pecuaristas. Eis um conjunto de “regras de um método” (ou do improviso) sociológico que fui construindo gradativamente na pesquisa junto às elites pecuaristas:

Anunciar “origens caririzeiras”: quando informava das origens³⁷ da minha família da região do Cariri paraibano, percebi que havia certo “amaciamento”, uma entrada de pesquisa, uma vez que, o mundo social, interno, dos pecuaristas era fortemente marcado pelo regionalismo e desconfiança com o quem “vem de fora”. A visão de que eu era de uma universidade “lá do Rio”, mas que estava pesquisando a própria “terra”, em certa medida, agradava aos pecuaristas, e tornava menos estranha a minha presença em momentos mais privados, como confraternização de famílias. Por isso, “anunciar minha origem” foi uma das estratégias utilizadas principalmente nos momentos iniciais das interações. No caso dos Fernandes Batista, a informação que eu me costumei a socializar nos primeiros encontros era de que meu avô materno chegou a prestar serviços consertando motores de descaroçar algodão das fazendas na década de 1960. Por vezes percebi que a relação da minha origem social do pesquisador fazia com que eu fosse um “meio-termo”, alguém fora do mundo pecuarista, mas

³⁷ Outro fator digno de reflexão é o de gênero: um universo pautado em valores rígidos de rusticidade, associados a uma “masculinidade” dos pecuaristas, traria outras implicações e problemáticas para uma pesquisadora mulher. Segundo relatos de pesquisadoras de Campina Grande a tentativa de entrada em algumas das mesmas fazendas que pesquisei foi dificultada devido as interrupções recorrentes de palavra por parte dos proprietários.

que conhecia algumas referências do grupo, e, dessa maneira, tentei captar momentos em que os pesquisados emitiam opiniões e sugestões para mim, na posição de pesquisador. “Você é do Cariri e tem que contar no Rio como temos muita história”; “nem sempre o pessoal da academia lá do Sul do país sabe das coisas, só quem tem vivência com as coisas de quem é sertanejo, de quem é da terra”. O registro de falas como essas foi bastante significativo para refletir como membros de uma elite veem sua distinção, antiga e rústica, pelo vínculo da pecuária e das secas e que, mesmo com formação acadêmica, os pecuaristas preferem que sejam vistos antes como sertanejos do que “doutores”, e que, com mais vivência do que ciência, sabem como conviver com as secas.

A prioridade da fazenda como local para entrevistas: Estive na Fazenda Carnaúba e Pau Leite, dos Dantas Vilar e Suassuna em julho de 2015, maio e julho de 2016, e julho de 2017. Em todas essas visitas acompanhei leilões, vaquejadas, “pegas de bode” e o chamado “Dia D”, uma celebração de encontro das famílias Suassuna e Dantas Vilar que também é uma grande exposição de caprinos, ovinos e bovinos, realizada, desde 2013, em um fim de semana do mês de julho. Já no caso dos Fernandes Batista, os contatos ocorreram na festa do padroeiro da cidade de São Sebastião do Umbuzeiro, em janeiro de 2015 e 2017, além de agosto de 2015 na festa da padroeira Santa Clara. Ficando hospedado na Fazenda Capitão-Mor, consegui acompanhar alguns dos encontros anuais de janeiro e agosto entre as famílias Fernandes Batista, Souza e Silva Lima. Fora das fazendas foram feitas entrevistas e atividades de pesquisa na Feira de Agronegócios da Paraíba, em setembro de 2015, feiras do Sebrae, Embrapa, Bode Rei Cabaceiras, além de levantamentos bibliográficos em novembro do mesmo ano, na sede da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife-PE.

O acervo de 22 entrevistas foi produzido com pecuaristas, técnicos, políticos, agrônomos, escritores, trabalhadores rurais relacionados ao universo pecuário e/ou com alguma relação de parentesco com as famílias pesquisadas. Privilegiei as fazendas como local de registro de entrevistas com pessoas das famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista. Esse foi um movimento interessante, pois permitiu dialogar e observar os pecuaristas interagindo dentro do “seu espaço sagrado” de memórias de família, geralmente em eventos como exposições ou confraternizações de parentes. Interagir com eles nos alpendres e salas de estar, perguntando aos proprietários das famílias sobre fotografias na parede, conversando nos currais sobre os animais no rebanho, fizeram-me refletir sobre algo que quase sempre fica implícito em pesquisas que recorrem ao registro oral: a disposição corporal, as pausas, as hesitações e a maneira de falar e argumentar, seguindo as provocações do fluxo dialógico (BEAUD, 1996, p. 230). Geralmente, eu seguiu um roteiro mais geral de assuntos e tópicos do

que de perguntas fechadas: iniciava falando sobre as memórias da fazenda – também para demonstrar aos pesquisados que tinha feito leituras atentas dos livros da família –, e daí seguia para a pecuária e a compreensão sobre a convivência com as secas. Esses temas não foram roteiros fechados: a maior parte das entrevistas não se seguiu de forma linear, podia ter conexões e circularidades segundo o caminho construído pelos entrevistados. Outras situações de interações importantes, não registradas em gravador, foram os momentos nas mesas de refeições e conversas regadas a cachaças, cervejas e cafés: essas situações ficaram marcadas pela demonstração de capital cultural dos pesquisados com as recorrentes citações às memórias da família, que eram narradas intercaladas entre citações de poesias de cordel, aboios de vaquejada e trechos de livros de Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Rachel de Queiroz, Câmara Cascudo, Graciliano Ramos, Ariano Suassuna – este último tive de me aprofundar mais na leitura das obras, ensaios e críticas literárias³⁸ devido ao vínculo direto com uma das famílias pesquisadas. Também nesses momentos cotidianos, eu percebia as interações entre os “chefes” das fazendas com seus irmãos, primos e netos, dentro de reuniões da família, para tratar do rebanho das cabras, negócios, pagamentos de trabalhadores e serviços nas fazendas. As caminhadas ao redor da fazenda junto com os proprietários também foram bastante interessantes para captar uma dimensão cotidiana de pessoas socializadas em fazendas: eles me falavam das lembranças que evocavam os cheiros de ervas e dos animais no curral, paravam em capelas e cruzes que marcavam locais de assassinatos de honra da família, relatavam lembranças da infância e recordações dos medos de “assombrações” nesta primeira fase da vida, além de explicar projetos de restaurar algumas casas antigas que traziam memórias dos pais e avós. Esses momentos ajudaram a construir uma compreensão de uma “geografia sentimental” na qual os pecuaristas mapeavam as terras de suas fazendas.

Fotografias e registro do padrão arquitetônico das fazendas: nos cenários dos diálogos com os pecuaristas, nos alpendres e salas de estar das fazendas, também recebia um “bombardeio” de informações através da disposição de objetos, como ferros de gado, as cadeiras e tapetes de couro das salas, os baús e guarda-roupas centenários dos quartos, as antigas espingardas nos museus da fazenda, mapas meteorológicos e cartazes sobre criação de caprinos. Entender a “energia social” depositada nesse material era algo sempre em mente ao andar dentro das casas sede. Outro exercício frutífero à pesquisa foi a observação e registro fotográfico dos

³⁸ Foram consultadas as seguintes análises e críticas literárias sobre a vida e obra de Ariano Suassuna: *ABC de Ariano Suassuna*, de Braúlio Tavares (2007); *O sertão medieval*, de Ligia Vassalo (1993); *Em Demanda da Poética Popular: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial*, de Idellete Muzart dos Santos (1999); e *Ariano Suassuna: o cabreiro tresmalhado*, de Maria Aparecida Lopes Nogueira (2002).

padrões arquitetônicos das fazendas, consultando o trabalho sobre arquitetura rural das antigas fazendas de gado dos ^{Sertões} do Norte, feito por Nathália Diniz (2015). Assim, pude ficar mais atento aos padrões das casas sede das fazendas pecuaristas – bem menos ostentatórias do que os engenhos de cana de açúcar, mas que não deixam de ter símbolos de poder e distinção: os currais de pedra e madeira, a técnica de sobreposição de beiras nos telhados de cumeeira, elevada de duas águas, as três janelas frontais, símbolos na parte superior frontal da casa, a alvenaria em tijolos maciços de barro cozido, a disposição de corredores e muitos cômodos na casa e pisos de ladrilhos. Estas são algumas das técnicas e estilos coloniais que os proprietários das famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista se esforçam para conservar nas casas das fazendas.

Opiniões políticas: no universo social pecuaristas, seja nas fazendas do Cariri paraibano ou na leitura das edições de *Agropecuária Tropical e o Berro*, notei que alguns temas e debates políticos são bem demarcados. Embora haja variações e “pontos fora da curva”, a tendência de frações da elite pecuarista do Nordeste é de repúdio a movimentos sociais como MST, bem como a políticas governamentais voltadas para os pobres. Falo no capítulo 5 da dramatização que fazem os pecuaristas pelo fato do PAA Leite restringir compras à agricultura familiar e “excluir” os grandes produtores, como também da acusação de que programas de transferência de renda, como Bolsa Família, “acomodam as pessoas” a não quererem trabalhar mais no campo. Em torno disso está todo um universo social de julgamentos e percepções que tendem a naturalizar as hierarquias em defesa da grande propriedade como “direito sagrado”, o que mostra afinidades eletivas dessa elite pecuarista do diagrama de opiniões das organizações de interesse e bancadas parlamentares ruralistas (BRUNO, 2009). Como possuo visões divergentes dos pecuaristas sobre esses temas, eu buscava um afastamento de enfrentamentos políticos, mas sem perder as oportunidades de fazer alguns questionamentos, provocações, como pedidos para que falassem sobre seu voto nas eleições estaduais ou federais ou que fizessem uma análise do “momento político” do país – durante os anos do meu doutorado, marcados pelo turbulento processo de impeachment e as acusações de golpe contra o mandato da presidente Dilma Rousseff, em 2015. Falar sobre esses temas “ainda quentes” também foi uma maneira de obter dados relevantes acerca das estratégias de reconversão e de um projeto político dos pecuaristas ao falar sobre convivência com as secas.

CAPITULO 2: OS FERNANDES BATISTA: OS FILHOS DOUTORES DAS FAZENDAS CAPITÃO-MOR E PITOMBAS

2.1 O funeral do “vaqueiro patrão”

No ano de 1987, quando avançava uma crise de preços e também da praga do Bicudo na lavoura do algodão da região do Cariri paraibano, faleceu Malaquias Batista Feitosa, conhecido também como “Batista Malaquias”, proprietário e “patrão” das fazendas Capitão-Mor e Pitombas. O corpo do Sr. Malaquias foi levado de um hospital, em Recife, para o velório nas fazendas em que ele criou seus filhos com Sebastiana “Sinhá” Fernandes, junto a um círculo de aliados políticos, amigos e compadres. Em um texto publicado no livro de homenagem aos 100 anos de Malaquias – Papai Histórias & Estórias (2005) - um dos filhos, Laurentino Fernandes, registra a mesma mensagem que escreveu durante um voo que veio de Brasília para João Pessoa na Paraíba e que foi lida no dia do velório:

“Oitenta e dois anos marcaram a tua presença entre nós. Viver foi projeto enquanto vida. Vaqueiro foi tua profissão, honra maior (...) Te amamos te admiramos, te respeitamos e te seguimos. Sábio mestre. Teu Saber cristalizou nossas vidas. Patrimônio maior que deixaste para os filhos. Pai Batista, Ramada, Pitombas, Capitão-Mor, terras onde nasceste, cresceste e morreste, serão eternos símbolos de tua vida. Cada riacho, gruta, serra, encosta, várzea, açude, casa e curral tem um pouco da tua história ou é tua própria história. Cavalo preto, orgulho de um vaqueiro. Quantas histórias (...) Touro turino, vaca turina, burro campineiro, todos os outros mais, fizeram a história de um fazendeiro (...) Homem de opinião e de defesa dos princípios da sociedade. A morte leva um esposo, um pai, um avô, um bisavô, um irmão, um sogro, um amigo e um vaqueiro, um patrão e um político e deixa esposa, filhos, netos, bisnetos, genros, noras e amigos, vaqueiros e companheiros, uma saudade tão grande, um espaço vazio e uma vontade de um dia te encontrar. (FERNANDES, 2005, p. 77)

Durante a missa de sétimo dia, foi lida uma homenagem escrita pelo primogênito do casal Malaquias e Sebastiana, Malaquias Batista Filho, e que posteriormente foi publicada no jornal Correio da Paraíba, em que trabalhava outro filho de Malaquias, o empresário José Fernandes. O obituário enfatiza que o pai

era um líder carismático dos vaqueiros, dos deserdados, de oprimidos, de fracos e fortes como ele. Fazia suas brigas e comprava disputas dos amigos. Assumia o partido de quem o procurasse, como um pai de todos. Vivia da ajuda dos filhos, da mesada dos seus “doutores”, mas ajudava a todos, parentes e aderentes, como se fossem seus filhos. Sua casa sempre estava cheia, dos que chegavam para pedir uma carta, um empréstimo, um tratamento de saúde (...) um conselho, uma opinião dos que buscavam sua mesa de muitos lugares

para o café de todas as horas e a ceia larga de todas as noites ou (...) dos que chegavam e ficavam para ouvir suas histórias, suas fanfarras, suas poesias, suas piadas (...) (BATISTA FILHO, 2005, p. 78).

Em 1988, aniversário de um ano da morte, os filhos e a viúva Sebastiana “Sinhá” colocam os chapéus de couro que “Batista Malaquias” usava junto a uma placa no alpendre da Capitão-Mor, ao local onde ele costumava sentar-se e “olhar” o movimento em frente à fazenda:

Foto 1: Chapéus de couro que pertenceram a Malaquias Batista no alpendre da casa da Capitão-Mor



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

O capítulo “Mãe, e o semiárido” no livro *Mãe Sinhá: memórias e lições*, organizado por Batista Filho (2014), narra uma reunião de família após o aniversário de um ano da morte do Malaquias. Segundo o relato, esse foi o momento dos Fernandes Batista para, com consulta a amigos e aliados políticos, reunirem-se e tratarem da divisão de heranças e funções entre os irmãos, a fim de administrar do “vermelho” as contas nas fazendas. Segundo o livro, esse foi o momento que surgiu, entre os parentes e amigos, uma demanda para o semiárido:

Quando papai morreu, em 1988, mãe assumiu a gerência da Capitão-Mor, herança quase bicentenária do Capitão João José da Silva Lima, seu fundador. Transferindo aos filhos a administração da propriedade (...) mãe convocou uma reunião de família com o convite circular aos filhos e consortes, na linha direta de mando. Em outras palavras como herdeiros imediatos da propriedade

(...) Sede da reunião: casa herdada de vovô, em Pitombas. (...) Na agenda da reunião um tema e um desafio histórico, como conviver com o semiárido. Nascia naquele momento, uma pergunta secular que seria novamente revisitada, dois anos depois, no encontro realizado na Fazenda Capitão-Mor (...) Dessa forma, uma reunião destinada a fundamentar decisões de interesse familiar acabou se transformando em processo contínuo e progressivo de acumulação de ideias e movimentos em torno do semiárido. Seria muita presunção de nossa parte acreditar e promover a originalidade da iniciativa como um ponto de partida de todo o processo (...) Podemos até considerar que toda esta trajetória começada na reunião da família coordenada por mãe na casa desativada de Pitombas, resultando em um longo caminho que chega até nossos dias (...) e se deve a um processo de mutação de ideias em curso. (...) O grupo de Pitombas/Capitão-Mor respira novos ares desta atmosfera (...) É importante assinalar o pioneirismo de um grupo familiar bicentenário, tradicionalmente influenciado por valores e condutas ortodoxas, para esta radical mudança no curso da história do semiárido, especialmente no meio mais engessado pela força centrípeta da tradição. (BATISTA FILHO, 2014, p. 35-36)

O recorte desses trechos dos livros que narram desde a morte de Malaquias Batista até a reunião da família Fernandes Batista, para tratar da herança e da convivência com semiárido, dá subsídios para compreender quais recursos mobilizaram a geração de descendentes de uma elite para confeccionar uma versão particular que possibilitasse a convivência com a secas. No caso da família Fernandes Batista, podem ser traçados três caminhos: primeiro na realização periódica de encontros da família e publicação de livros, seguido da preservação do patrimônio arquitetônico e da transformação das fazendas em sede de arquivos e museus, e, por último, o uso do espaço das propriedades visando melhoramentos na criação de caprinos da raça Boer, cultivo de palma e preservação de espécies vegetais nativas da caatinga. Por isso a Capitão-Mor se tornou local de palestras, jornadas de trabalho e seminários sobre pecuária e secas, junto a parcerias com universidades e empresas de extensão rural.

2.2 “Os filhos são os bancos de manutenção da propriedade”

A Fazenda Capitão-Mor que, junto com Pitombas e Santa Clara, forma um círculo propriedades dos Fernandes Batista, localizado na área do município de São Sebastião do Umbuzeiro-PB, entre os limites com o município de Zabelê-PB, São João do Tigre-PB e com o município de Sertânia-PE. Juntas, as três propriedades somam 2927 hectares. A Capitão-Mor é a maior propriedade abrangendo cerca de 1260 hectares, divididos em duas localidades: Capitão- Mor (980ha) e Capitão-Mor de Cima (280ha). Pitombas possui 337 hectares e a Santa Clara 70 hectares.

Mapa 3: Município de São Sebastião do Umbuzeiro- PB e Fazendas Capitão-Mor, Pitombas, Santa clara



Fonte: Mapa Municipal Estatístico (IBGE)

É nesse trio de fazendas que são realizados a maior parte dos encontros que as famílias Fernandes Batista, Souza Silva e Santana promovem desde a comemoração das bodas de casamento de Batista Malaquias e Sebastiana Fernandes, em 1983. Segundo Batista Filho (2004, p. 75), a continuidade desses encontros não seria possível se não fosse a iniciativa de uma prima da cidade de Pesqueira-PE, Maria José Amaral França, a “Zezé”, que foi a primeira da família a escrever as genealogias de seus parentes. A trilogia de publicações de Zezé, os *Retratos Escritos*, é uma importante fonte para a pesquisa genealógica da família Fernandes Batista e de outras no Cariri da Paraíba. No Retrato Escrito I, de 1993, Amaral França publica um registro de memórias e os resultados de uma busca de parentes por carta e telefone nos

estados de Pernambuco e Paraíba. O ponto de encontro para a genealogia das famílias é a história de um capitão chamado João José da Silva, neto de portugueses que, antes da metade do século XIX, se envolveu em crimes de honra e fugiu da fazenda Mochila, da família Silva Souza – à época, localizada na cidade de Garanhuns-PE, e, atualmente, em Canhotinho-PE – e ocupou terras na região chamada de “Cariris Velhos”, na Paraíba. A memória escrita por Amaral França (1993, p. 15) é centrada em como João José fundou a fazenda Santa Clara, além de estabelecer um duplo casamento com as irmãs Joana e Iaiá, da família Fernandes de Lima de uma fazenda próxima chamada Capitão-Mor. É nesse registro dos deslocamentos, matrimônios e enraizamentos genealógicos dos casamentos do “patriarca” João José que Amaral França (1993) “resgata” um elo ancestral comum entre sua família, conhecida em Pesqueira como “Santana”, os Silva Souza e os Fernandes Batista.

Continuando a proposta do Retrato Escrito I, os livros Retrato Escrito II e III são elaborados a partir da inclusão de nomes nas genealogias e cópias de cartas e poemas, alguns com agradecimentos das pessoas da família Fernandes Batista. O livro II inicia com apresentação feita por José Fernandes Neto (2005, p. 16), que compara o livro de Zézé com uma chuva que molhou as secas “nas cabeceiras da memória” da família. O irmão de José Fernandes, Malaquias Batista também agradece a Zézé: “antes tínhamos um só nome de batismo com dois ou três sobrenomes (...) agora temos uma resenha de 8 gerações, uma memória de 200 anos (BATISTA FILHO, 2004, p. 75)

A partir da década de 2000, em diálogo com a trilogia de Zézé Amaral França, os Fernandes Batista passam a organizar com maior frequência encontros temáticos de parentes, como a festa da padroeira da família, Santa Clara, e, a partir desses momentos, registrar memórias da família para publicação em livro. A maioria desses encontros foram sediados em fazendas, sendo metade deles na Capitão-Mor ou Pitombas:

Quadro 1. Encontros entre as famílias Santana, Fernandes Batista e Silva Souza

DATA	LOCAL	MOTIVO
Maio de 1983	Fazenda Capitão-Mor e Pitombas	- Missa campal e festa em comemoração aos 50 anos de casamento de Malaquias Batista e Sebastiana Fernandes
15 de julho de 1989	Casa de Inácio Souza, no município de São Sebastião do Umbuzeiro	- Primeiro encontro da família “idealizado” por Inácio Souza (ex-prefeito de São Sebastião do Umbuzeiro)
7 de agosto de 1993	Fazenda Lagoa Rasa, em Pesqueira-PE	- Encontro promovido por Zezé de Amaral França, na sua fazenda
20 de janeiro de 2001	Fazenda Pitombas	-Inauguração de uma rua chamada Florêncio Souza Lima, na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro; - Aposição de uma placa na Fazenda Pitombas
6 de julho de 2002	Fazenda Lagoa Rasa	- Segundo encontro promovido por Zezé de Amaral França
4 de janeiro de 2004	Fazenda Capitão-Mor	-Terceiro encontro da família promovido por Zezé de Amaral França
Maio de 2005	Fazenda Capitão-Mor	-Lançamento do livro <i>Papai: estórias e Histórias</i> ; - Aposição de uma placa em homenagem a Malaquias Batista
7 de janeiro 2006	Fazenda Lagoa Rasa	- Terceiro encontro promovido por Zezé de Amaral França, dessa vez oficializado como Encontro dos Descendentes do Capitão João José da Silva
Dezembro de 2014	Fazenda Capitão-Mor	- Lançamento do livro <i>Mãe Sinhá: memórias e lições</i> ; - Criação de um museu da família. Inauguração da barragem “Dona-Sinhá”
09-11 de agosto de 2015	Fazenda Capitão-Mor Fazenda Santa Clara	- Comemorações do padroeiro Santa Clara

Elaborada a partir de Amaral França (2004, p. 128); Batista Filho (2014, p. 105-109) e também de observação de placas nos alpendres da fazenda Capitão-Mor

Os encontros da família realizados em 2005 e 2014 são tidos como marcantes em razão do lançamento de publicações das biografias dos pais dos irmãos Fernandes Batista: Malaquias Batista e Sebastiana “Sinhá” Fernandes. O primeiro é biografado no volume *Papai: Histórias & Estórias*:

(...) [o livro] faz a história da vida de papai, como resgate de um processo deliberadamente contextualizado em seu tempo e espaço, até chegar ao nosso tempo e ao nosso espaço. Registro biográfico, mas, ao mesmo instante, crônica de costumes. Forma-se uma pretensa biografia cultural. Uma história de todos, e de não apenas de pai para filhos. Ou de filhos para netos e bisnetos (...) (FERNANDES BATISTA ET AL, 2005, p. 3).

A divisão do livro é feita em doze capítulos, sendo os cinco primeiros destinados a construir uma biografia da infância até a adolescência, enquanto os outros exaltam características consideradas marcantes – empreendedor, político, vaqueiro – de Batista Malaquias. Ao leitor, nos capítulos biográficos, são transmitidas as memórias sobre a vida do pai quando menino na fazenda, no catecismo e na vivência de vaqueiro com os parentes e serviços da fazenda Ramada, Santa Luzia, Pitombas e Estrela D’Alva. As descrições também dão cenas do cotidiano, dos riscos e medos que circulavam na vida social rural da região do Cariri da Paraíba, entre final do século XIX e início do século XX: as “questões”, brigas de política e honra dos Fernandes com outras famílias, como os Feitosa e os Neves, dentro de alianças entre as oligarquias no estado da Paraíba, os parentes que foram chamados pra lutar na guerra de Canudos, as dificuldades de manter a plantação e o rebanho diante das secas dos “anos ruins”, o problema da água e das epidemias de cólera, e a ameaça constante dos ataques violentos de bandos de cangaceiros.

Foi nesse cenário que aconteceu a aproximação das famílias Batista e Fernandes de Lima, circulando pessoas, informações e alianças políticas entre as fazendas vizinhas, Ramada e Pitombas, proximidade que tornou possível o casamento do jovem Malaquias Batista com Sebastiana “Sinhá” Fernandes, realizado em cinco de novembro de 1933, indo o casal morar na casa da fazenda Pitombas (FERNANDES BATISTA ET AL, 2005, p. 16). Após dez anos de casamento, a fazenda Capitão-Mor passa de José Fernandes de Lima (pai de Sebastiana) para Malaquias Batista. Assim, em 1944, após o nascimento de oito de seus dezesseis filhos, Malaquias e Sebastiana Fernandes se mudam da casa de Pitombas para Capitão-Mor. Essa divisão entre nascidos em Capitão-Mor e os “do tempo” de Pitombas irá demarcar hierarquias atualmente vigentes entre os irmãos (ver quadro 1 mais adiante).

Sebastiana Fernandes, falecida em 2001, foi biografada no livro *Mãe Sinhá: memórias e lições*, publicado no ano de seu centenário, 2014. Fui presenteado com um exemplar desse livro após uma entrevista que fiz, em 2015, com uma das filhas de Sebastiana, Quitéria Fernandes, em Sumé-PB. Durante nosso registro, ela abriu uma página no perfil de uma rede social e me mostrou o álbum de fotos do dia do lançamento do livro, em 17 de dezembro de 2014: numa grande festa feita em frente da casa da Capitão-Mor, estavam nas fotos parentes “espalhados” pelo Brasil – além da Paraíba, vieram parentes de Pernambuco, outros de Goiás, Brasília e Rondônia. Uma das mais comentadas e curtidas pelos parentes é uma que no alpendre estão alguns dos irmãos usando camisas confeccionadas, especialmente para ocasião: com a foto de “Sinhá” e com a frase escrita “exemplo de vida”.

Foto 2: Os irmãos Laurentino, Malaquias e Quitéria em encontro realizado na fazenda Capitão-Mor (2014)



Fotografia gentilmente cedida por Quitéria Fernandes

A narrativa do livro “Mãe Sinhá” consagra a figura materna como principal incentivadora moral na formação escolar dos filhos: a frase “dá-se um jeito” é tida como uma filosofia de vida de Sebastiana Fernandes, que faz uma escola primária dentro da fazenda

Como estudar, se não tinha escola nem pública nem privada, nos nossos grotões e cercanias? Dá-se um jeito. E o jeito foi construir uma escola, num salão anexo à casa grande de Capitão-Mor, com porta de entrada, duas janelas de iluminação e ventilação, uns bancos escolares, uma mesa grande para as sabatinas, uma lousa e a temida palmatória. Contratou uma professora: Maria Antonieta de Albuquerque, ou apenas D. Etinha, então com 16 anos de idade, sem diploma de professora, sem curso de pedagogia, como formalmente seria a exigência. Foi o jeito que se deu para nossa iniciação nos estudos e para os meninos dos sítios e fazendas vizinhos: Pitombas, Estrela D’Alva, União, Boa Sorte. Uma escola privada com cobertura pública (BATISTA FILHO, 2014, p. 28).

Um outro nome lembrado pelos livros e entrevistas dos Fernandes Batista é o do fazendeiro e engenheiro André Bezerra Rego Barros, amigo de Malaquias Batista, “patriarca” da fazenda vizinha Estrela D’Alva – que atualmente é área de um assentamento com mesmo

nome³⁹. O “Dr. André” é tido como um incentivador para escolarização dos filhos de Malaquias e “Sinhá”. Através da aplicação de testes e tabuadas, o “Dr. André” comenta com “Sinhá” que os seus “meninos tem futuro”, o que faz com que, no fim da década de 1950, ela comece a enviar os filhos para estudar em colégios de Pesqueira-PE, à época um intenso centro urbano e industrial na região agreste de Pernambuco. Os meninos iriam para o Colégio Cristo Rei e as meninas para o ginásio religioso das Lourdinhas (BATISTA FILHO, 2014, p. 29). Segundo o relato dos filhos, o “jeito” para pagar os colégios de Pesqueira foi o esforço conjunto da “fibra de nervos, músculos, resistência, tolerância e superação da mãe, junto ao ativo do agave a das fábricas de fibras do Caroá, além de pecuária combinada com algodão de safras entre 1945 e 1955 (BATISTA FILHO, 2014, p. 29).

Em entrevista com o Sr. Malaquias Batista Filho, quando peço para que fale sobre o momento em que saiu da Capitão-Mor para estudar (por volta do final da década de 1950), ele destaca que, diferente da mãe, o pai teve uma resistência ao fato dos filhos saírem, pois era muito centrado na propriedade e temia que se distanciassem da política local de São Sebastião do Umbuzeiro. Contudo, o Sr. Batista Filho afirma que os primeiros sinais de uma crise no algodão fizeram com que o pai mudasse de ideia e se voltasse para o estudo dos filhos:

Malaquias Batista: Papai dizia propriedade não é pra dar lucro (...) propriedade era qualquer coisa que você fazia por tradição (...) claro que isso dava lucro no tempo de João José do meu bisavô (...) mas depois que mantendo essa regra do jogo no passado começou a dar prejuízo (...) ele [Papai] apelava para os filhos dizia bem (...) os filhos são os bancos de manutenção da propriedade.

A relação entre o declínio de uma produção econômica e o capital investido na “saída”, dos filhos, da fazenda dá indicação do manejo e transmissão de valores em situação de risco de desclassificação, ou seja do temor do grupo perder condições de reprodução social de um status. Entre 1960-1980, em que todos os filhos de Malaquias e Sinhá ou estão em conclusão ou já são formados em cursos universitários, é visto como momento que acentuam dificuldades pelas secas e que marcam o “fim dos ciclos” de alguns dos produtos que faziam circular a economia local: extrativismo de caroá e agave e, principalmente, os preços do algodão com a praga do bichudo, e a concorrência das fibras sintéticas (BATISTA FILHO, 2014, p.30). Não é apenas uma crise na renda econômica dos proprietários, mas um mal-estar pela dissolução e falta de

³⁹ No fim da década de 1980 para os anos 1990, a fazenda Estrela D’alva passou por um processo de desapropriação para tornar-se área de assentamento do mesmo nome. Para uma referência sobre antigas fazendas de gado, que se tornaram assentamentos através do Programa Nacional de Crédito Fundiário na região do Cariri paraibano, ver a dissertação de Miriam Silva (2012).

recursos para manter uma ordem social, sentida principalmente na saudade, junto a um senso de “tarefa a ser cumprida” pelos herdeiros de Malaquias e Sinhá, em trânsito entre as férias na fazenda e os períodos escolares em João Pessoa ou Recife. Alguns traços desse sentimento são perceptíveis na descrição da sensação de sair do limite de uma vida “no campo”, como, por exemplo, nas primeiras falas de uma entrevista feita no alpendre da casa sede da Capitão-Mor, quando solicito que o Sr. Laurentino faça uma fala autobiográfica:

Valdênio: O senhor pode falar da sua vida?

Laurentino: Eu nasci aqui nessa casa [Capitão-Mor], em janeiro de 1950, no município de São Sebastião de Umbuzeiro. Tive toda minha infância aqui, até hoje. Onze anos de idade, eu não tinha saído daqui, não conhecia além de São Sebastião de Umbuzeiro e Sertânia. Meus limites ficavam exatamente aqui até os 11 anos de idade. Fui alfabetizado aqui na escola Santa Teresinha, que está aqui na nossa frente, com uma professora que morava aqui em casa [...] Convivendo com bode, com a cabra, com o cachorro e com o porco. Minha passagem de infância foi normal para uma criança do meio do campo, não teve nada além da criança do meio do campo. Certamente o ciclo... nós estávamos mais ou menos no auge, ou melhor, nós estávamos no início do fim do ciclo de algodão, mas ele ainda era muito determinante aqui. Se vivia muito dele, que era algodão, boi e bode. Essas coisas tinham uma relação muito forte, que você cultivava o algodão, quando tirava o algodão, botava boi e depois botava bode pra reaproveitar tudo. Era um ciclo bem interessante e era algodão mocó de fibra longa.

Valdênio: Qual sua sensação de sair daqui [Capitão-Mor] e ir estudar fora?

Laurentino: Pois é, evidentemente que eu não entendia muito o que estava acontecendo, mas eu estava indo porque estavam mandando e tinha que ir cumprir a tarefa. Evidente que eu morria de saudade daqui. A saudade era uma coisa maluca que nos meus dias lá de angústia em João Pessoa e a angústia demorou até uns 15 ou 16 anos, depois eu comecei a compreender o outro cenário, mas a vontade era voltar, sempre era de voltar. Aí cumpri o primário todo, fui fazer o ginásio e fiquei determinado que eu faria agronomia. Eu sou o segundo agrônomo do município de São Sebastião do Umbuzeiro

As falas dos Srs. Malaquias Filho e Laurentino mostram a visão da crise segundo cada um dos “porta vozes” dos dois grupos que dividem hierarquias entre os filhos de Malaquias Batista e Sebastiana Fernandes: de um lado, os mais velhos, nascidos na Fazenda Pitombas (antes de 1945), e os que nasceram na Fazenda Capitão-Mor após a mudança que os pais fizeram da moradia na fazenda. No quadro abaixo, demarco as trajetórias biográficas e escolares dos onze filhos vivos do casal Batista Malaquias e Sinhá :

Quadro 2 : Local de nascimento e formação escolar dos filhos de Malaquias Batista e Sebastiana Fernandes

NOME	FAZENDA EM QUE NASCEU	FORMAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL
Malaquias Batista Filho	Pitombas (1934-1945)	Fez curso secundário no Colégio Cristo-Rei em Pesqueira-PE. Formado em medicina e nutrição pela Universidade de São Paulo (USP); professor aposentado da UFPE; Diretor do Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP); Consultor da ONU e UNICEF em missões internacionais. Mora em Recife-PE.
Eudésia Fernandes Batista		Fez o curso secundário nas Lourdinhas, em Pesqueira-PE. Comerciante e reside Sumé.
José Fernandes Neto		Fez curso secundário no Colégio Cristo-Rei em Pesqueira-PE. Formado em economia pela UFPB é empresário de comunicação (Jornal Correio da Paraíba); Foi Secretário de Indústria e Comércio da Paraíba (1994-1998). Mora em João Pessoa- PB.
Elza Fernandes Batista		Fez o curso secundário nas Lourdinhas, em Pesqueira-PE. Atualmente é empresária do setor de comércio turístico e reside em João Pessoa.
Quitéria Fernandes Batista		Advogada, formada na UFPB, trabalha no fórum da cidade de Sumé-PB.
Idalina Fernandes Batista		Fez o curso secundário nas Lourdinhas, em Pesqueira-PE, e agronomia na UFPB de Areia-PB. Atualmente mora em Brasília.
Maria do Socorro Fernandes Batista		Professora no campus da UFPB, em Areia-PB.
Laurentino Fernandes Batista	Capitão-Mor (1945-1965)	Fez o curso secundário em João Pessoa e o curso de agronomia na UFPB de Areia-PB. Foi secretário Adjunto de Ciência e Tecnologia de Brasília. Primeiro Reitor da Universidade de Tocantins; Foi presidente da associação de avicultores do Centro Oeste. Atualmente é empresário do ramo de carne suína nas fazendas Nova Capitão-Mor e Nova Pitombas em Goiás.
Antônio Fernandes Batista		Fez curso secundário no Colégio Cristo-Rei em Pesqueira-PE. Formado em odontologia (UFPB), atualmente é empresário e fazendeiro em Porto Velho, Rondônia (RR).
Maria da Conceição Fernandes Batista		Fez o curso secundário nas Lourdinhas, em Pesqueira-PE. Enfermeira formada pela UFPB; Trabalha no hospital de São Sebastião do Umbuzeiro, onde também foi Secretária de Saúde. Reside na fazenda Capitão-Mor, em São Sebastião do Umbuzeiro (PB).
Maria de Fátima Fernandes Batista		Fez o curso secundário nas Lourdinhas, em Pesqueira-PE. Advogada formada na UFPB; Trabalha no fórum da cidade de Monteiro-PB e foi prefeita da cidade de São Sebastião do Umbuzeiro (1997-2000).

Elaborado a partir de Amaral França (1993, p. 18) ;Batista Filho et al (2005, p. 32-33) e Batista Filho (2014, p.27)

As trajetórias de escolarização e a divisão de uma hierarquia familiar entre a “turma de Pitombas e a de Capitão-Mor” orientam a gestão financeira e principalmente “memorial” do espaço e dos eventos nas fazendas Capitão-Mor, Pitombas e Santa Clara. É nessa divisão que se apresenta um núcleo de lideranças formado, basicamente, por quatro irmãos: dos mais velhos nascidos em Pitombas, Malaquias Batista Filho, organizador dos livros de memórias e que tem a “palavra final”, por ser primogênito do casal Malaquias e Sinhá Fernandes; e o empresário José Fernandes, patrocinador de palestras sobre as secas e festas da padroeira Santa Clara, na fazenda de mesmo nome. A ala dos mais novos da “turma da Capitão-Mor” tem dois representantes: o empresário Laurentino Fernandes, que reside em Goiás e vem semestralmente à região do Cariri paraibano, e a enfermeira Maria da Conceição Fernandes, a única que reside na fazenda Capitão-Mor.

Essa hierarquia e divisão social de um trabalho no patrimônio material e simbólico entre os irmãos Fernandes Batista também foi acionada na primeira interação que tive com Malaquias Batista, através de e-mail enviado no dia 08 de junho de 2015, em que eu propus visitar a fazenda Capitão-Mor, durante os eventos da Festa de Santa Clara, a serem realizadas em agosto. Ele fala de convocar os “irmãos protagonistas” para auxiliar na minha pesquisa:

Prezado Valdênio,

Foi uma agradável e honrosa surpresa ter conhecimento de que, no seu projeto acadêmico de doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, consta o interesse de conhecer a história de nossa família no Cariri paraibano (Capitão-Mor, Pitombas e Santa Clara) com seu ponto inicial no tempo provavelmente situado na última década do Brasil colônia. É nosso passado. Ademais, focalizar nossas tentativas de seguir um discurso alternativo (convivência com o semiárido), que é o desafio do presente e do futuro. Em nome da família, queremos agradecer a escolha e assegurar nossa concordância e apoio. Já estou contatando meus irmãos mais protagonistas para um encontro de 3 a 5 dias com você. Vamos juntar outros documentos pertinentes com seu objeto de estudo, para apresentação numa data possível entre julho e agosto. Até lá trocaremos as informações necessárias.

Um abraço e nossos agradecimentos.

Malaquias Batista Filho

O Sr. Malaquias mandaria outra mensagem após eu informar que tinha origem familiar na região do Cariri se dizendo bastante empolgado com o tema da pesquisa, principalmente por ser feita como alguém como ele, um “caririzeiro de pedras e espinhos, suor, esperanças velhas e novas”. Através dessas falas que já indicavam dados interessantes para a construção da pesquisa, fui convidado junto ao Sr. Malaquias, com os irmãos ditos “protagonistas”, José

Fernandes Neto, Laurentino Fernandes e Maria da Conceição Batista, para acompanhar a festa de Santa Clara, entre 8 e 11 de agosto de 2015, ocasião em que fiquei hospedado durante cinco dias na fazenda Capitão-Mor. A programação da festa foi feita em torno da capela da fazenda Santa Clara. A referência a essa padroeira vem da história de uma promessa feita por alguns retirantes que vinham do Sertão de Piancó, na Paraíba, na metade do século XIX, e estavam com muito peso e deixaram uma imagem da santa nas terras do capitão João José, que, em 1860, fez uma capela na fazenda para Santa Clara, tornando-a padroeira do local (AMARAL FRANÇA, 1993, p. 13). Até 2012, quando teve de ser removido devido a uma obra de pavimentação na estrada que passa pela Santa Clara, havia um grande escudo de madeira na porteira da fazenda para marcar a fundação da fazenda e o nome do fundador.

Foto 3 : Escudo na Fazenda Santa Clara



Registro por Valdênio Meneses (2012)

Os pontos altos da festa de Santa Clara foram um jantar no sábado dia 8, junto com pessoas da família Souza Silva, seguido de um show de cantores católicos patrocinados por José Fernandes e, por fim, uma procissão feita após a missa de domingo, dia 9. Durante as festividades religiosas, acompanhei Laurentino e Malaquias Batista, que me explicaram que, apesar de não serem pessoas religiosas, eles sentem que precisam participar desse evento para

guardar a memória de rituais da família, já que a festa de Santa Clara era um compromisso que Sebastiana “Sinhá” assumia com seus primos e compadres de outras famílias. É esse mesmo ímpeto de trabalho memorial que eles vão aplicar à conservação do patrimônio arquitetônico e de um inventário de objetos antigos da família, inclusive na criação de um museu, no prédio que funcionou a “escolinha” primária da fazenda, ao lado da casa sede.

2.3 A fazenda que hospeda pessoas e memórias

A posição da casa sede da Capitão-Mor tem uma diferença com as antigas fazendas de gado da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, mapeadas no trabalho de Nathália Diniz (2015). Segundo essa pesquisa de arquitetura e história, as fazendas pecuaristas das ribeiras do sertão do Nordeste apresentam geralmente um caminho central que termina nas casas sede – que ficam nas partes mais altas da propriedade. Esta seria uma das poucas similaridades das sóbrias casas dos proprietários pecuaristas com a ostentação do casario dos antigos engenhos de cana de açúcar do litoral nordestino. No caso da Capitão-Mor, a casa central não finaliza em um caminho central, pois margeia uma estrada que corta a fazenda e que segue para fronteira entre Paraíba e Pernambuco – dividida pelo marco natural, chamado Serra do Capitão-Mor. Dessa forma, a casa sede era estratégica, segundo Batista Filho (2014, p.24) e Laurentino Fernandes (2005, p.77), para que a Capitão-Mor fosse uma “hospedaria”, ponto de passagem e repouso no fluxo de comerciantes, vaqueiros e amigos de Malaquias Batista e Sebastiana Fernandes, que faziam a rota a cavalo ou automóvel entre pequenos comércios, barracões nas fazendas e as grandes feiras de cidades como Sertânia, Pesqueira, Arcoverde (antiga Rio Branco), em Pernambuco, e Monteiro, na Paraíba. Esse fluxo de pessoas permitia a circulação de notícias sobre a política, sobre a ação de bandos de cangaceiros e a possibilidade de negociar mercadorias na fazenda (BATISTA FILHO, 2005, p. 25).

Foto 4: Casa Sede da Fazenda Capitão-Mor



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

Fora essa posição não centralizada, a casa sede da Capitão-Mor tem similaridades no padrão arquitetônico das fazendas coloniais apontado por Diniz (2015, p.51): alvenaria com tijolos cozidos, de adobe (um tipo de tijolo maçico) ; piso de cimento queimado, o “pé direito”, distância do pavimento ao teto, alto, e o telhado com duas águas⁴⁰ e três janelas centrais – o que facilita a circulação de ar em uma região de clima seco e quente. As janelas são fechadas por travas de madeira, sendo as fechaduras com chaves restritas às portas que se abriam para o exterior (DINIZ, 2015, p. 156). Outra característica da casa da fazenda pecuarista presente na Capitão-Mor é a distribuição dos espaços internos, divididos em funções receber/estar, estar íntimo/reposo e serviço caseiro geralmente divididos por um corredor que divide os ambientes da casa:

“Os aposentos destinados a vida íntima da família proprietária da fazenda localizavam-se no miolo da edificação, entre as dependências para realização de serviços domésticos, ao fundo, e os ambientes destinados a receber e dar acesso à edificação na parte frontal da casa, juntamente com armazéns e ambientes de trabalho” (DINIZ, 2015, p. 160)

⁴⁰ “Água” é a expressão utilizada para demarcar quantas direções são divididas o telhado da casa.

As explicações para a disposição de objetos e cômodos podem ser vistas usando como recurso uma sequência de fotografias (6 a 9) e trechos de entrevistas com o Sr. Laurentino Fernandes e Malaquias Batista, gravadas enquanto eles me guiavam nos cômodos da casa sede da Capitão-Mor. Na sala de estar, ficam as fotografias da família, diplomas, quadros e objetos feitos de couro de gado ou caprino, apoiados nos vários punhos para rede na parede. A porta de saída liga o quintal e um conjunto de quartos na parte exterior da casa.

Foto 5: Sala de estar da casa grande da fazenda Capitão-Mor



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

Foto 6 :Telhado da casa sede da Capitão-Mor



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

Ligada por um corredor à sala de estar, está a sala de jantar que segue para três quartos na casa. Os livros falam que esse corredor entre sala de estar e jantar podia ser bloqueado por uma porta de madeira: assim era mantida a privacidade da família, principalmente das mulheres, diante da circulação e da passagem dos muitos visitantes que circulavam na fazenda e pernoitavam na sala (BATISTA FILHO, 2014, p. 55). Na sala de jantar, além de uma longa mesa de madeira há um tapete feito de couro de caprino e um guarda roupa que o Sr. Malaquias Batista afirma ser uma das peças mais antigas da fazenda, com mais de 200 anos.

Foto 7 Corredor entre sala de estar e jantar**Foto 8 :Armário e tapeçaria de couro**

Registros feito por Valdênio Meneses (2015)

A casa sede da Capitão-Mor tem como anexo exterior um alpendre feito de alvenaria em que, além das placas descritas no quadro 1, estão algumas outras molduras:

- Homenagem aos 60 anos de Laurentino Fernandes Batista; “um homem em tudo e por tudo”. De todos que te amam. Capitão-Mor, 22 de janeiro de 2010;
- “Homenagem ao centenário de Malaquias Batista Feitosa “Ele aqui contava histórias de mentira e de verdade/ eram coisas tão simplórias ou lições de eternidade/ um cantinho de memórias nosso mundo da saudade. Malaquias Batista Filho: Capitão-Mor, 22 de maio de 2005”;
- “Homenagem ao centenário de Malaquias Batista Feitosa: Nesta casa ele morou até o falecimento e viu nascer os filhos Idalina, Maria do Socorro, Laurentino, Sebastião, Antônio, Maria da Conceição e Maria de Fátima. Lembrança dos filhos que aqui nasceram. Capitão-Mor, 22 de maio de 2005”;

- “Nesta casa lembaremos a linda imagem da minha inesquecível prima Sinhá, um exemplo de muito trabalho, lutas e conquistas” Zezé de Amaral França, 24 de julho de 2000;
- “Malaquias Batista: 12º Aniversário de sua morte: Quanta saudade eu derramo a esmo/Vendo a paisagem que daqui se avista/O chão quem sabe pode ser o mesmo/Mas o seu dono já não é Batista. Capitão-Mor, 20 de dezembro de 1999, José Fernandes Neto.”
- Uma moldura de vidro com uma carta escrita à mão por Sebastiana “Sinhá” Fernandes, que data de 24 de agosto de 1978. Endereçada a um “compadre” chamado José Ramalho, o texto da correspondência fala de um assassinato ocorrido no dia 21 de agosto daquele ano. “As quatro horas da tarde na estrada de Umbuzeiro para Dois Riachos houve uma morte bárbara de um filho de meu amigo. Com o fim de roubar assassinaram o rapaz com 12 tiros e o roubaram. De onde ficou morto apanharam a pista dos assassinos até a Serra de Moça”. Em seguida, Sinhá Fernandes pede a José Ramalho para “abrir” uma sindicância e fazer investigações pois ela crê que os assassinos sejam daquela região. Ela também se compromete a “custear as despesas, custe o que custar” pois é um caso do seu interesse.
- Mapa da Sudene da área do município de Sertânia-PE; mapa rodoviário do estado da Paraíba; mapa de suscetibilidade a desertificação no Brasil” e “Mapa de ocorrência e desertificação e áreas de atenção especial no Brasil”. Estes dois últimos contêm marcações de áreas dentro do semiárido nordestino tem maior ou menor grau de desertificação. O material é elaborado a partir da Conferência Internacional sobre Impacto das Variações Climáticas no Desenvolvimento Sustentável das Regiões Semiáridas (ICID), em 1992. Na cartografia estão também registrados dados de precipitação de São Sebastião do Umbuzeiro, entre 1963-1989.

Foto 7 : Alpendre da casa sede da Capitão Mor com placas que homenageiam encontros da família, à esquerda, e mapas pluviométricos, à direita



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

Com exceção de parte do telhado da sala, dos banheiros e da cozinha, totalmente reformada com cerâmica e fios de energia elétrica embutidos na parede, todos os cômodos conservam a arquitetura centenária e colonial: assim afirma, com orgulho, o Sr. Laurentino – que os irmãos colocam como o “mais tradicionalista” – durante a nossa visita guiada dentro da casa, afirmindo o seu desejo de manter ao máximo a fidelidade do padrão arquitetônico da casa, deixado pela última reforma feita pelo pai, quando começaram a morar na fazenda em 1944.

Uma das mais novas construções na propriedade Capitão-Mor é o museu “Major Sérgio Santana”, concluído em 2007, e aberto à visitação desde 2014. Nos livros, esse espaço memorial é tido como um centro histórico e cultural para as novas gerações das famílias “bicentenárias dos descendentes do capitão João José” (BATISTA FILHO, 2014, P. 65). Feito a partir de reforma no prédio da antiga escola primária “particular” da fazenda que os filhos de Malaquias e Sinhá estudaram as primeiras séries do ensino fundamental, o museu abriga em seu acervo os objetos considerados relíquias da família, distribuídos em três salas.

Quadro 3. Acervo do museu Major Sérgio Santana na fazenda Capitão-Mor

SALA 1 – Fotografias e cartas	<ul style="list-style-type: none"> - Fotografias de bisnetos e tataranetos do Capitão João José da Silva de um tronco da família Santana; - Uma ordem do mérito, assinada pela matriarca Sebastiana Fernandes e por Malaquias Batista Filho, que, em nome da família Fernandes, premiam José Fernandes Neto pelo Seminário de Viabilização econômica, feito em Capitão-Mor e Pitombas, em 17 de janeiro de 2000. O texto destaca “relevantes serviços de José Fernandes para viabilizar alternativas sócio-econômicas de convivência com o ambiente geográfico e as tradições culturais do Cariri paraibano”; - Uma moldura com carta datilografada por Zezé Amaral, de um discurso feito em 20/01/2001, em encontro na fazenda Pitombas. Na carta, Zezé coloca a seguinte passagem: “imaginem se essas terras tivessem passado para pessoas que desconhecem o sacrifício de nossos ancestrais para construí-las. Teriam usado máquinas e mãos criminosas para demolir toda uma história, como tantas outras que não tiveram sorte e a dedicação de serem preservadas pelo amor e dedicação dos Fernandes”; - Uma moldura com um poema de Malaquias Batista Filho, chamado “Pesqueira ou a sereia da saudade”; - Um marcador de pluviometria de uma estação meteorológica do Cariri da Paraíba, entre os anos de 1970 até 1992; - Um panfleto com a programação da Festa de Santa Clara de 1991.
SALA 2 - Objetos	<ul style="list-style-type: none"> - Uma sela de montaria que pertenceu a Malaquias Batista; - Um chapéu da marca “Prada” presente dos filhos para Malaquias Batista; - Um baú encouraçado para guardar roupas que pertenceu a Sebastiana Fernandes; - Material para costura, renda e renascença, doado pelos filhos de Quitéria de Souza Lima.
SALA 3 – Ferramentas e armas	<ul style="list-style-type: none"> - Espingardas utilizadas por Pedro de Souza Lima, durante a 1ª expedição à guerra de Canudos; - Motor Slavia, utilizado para a produção de algodão; - Telefone antigo utilizado na fazenda; - Peças de tijolos que pertenceram à primeira casa do capitão João José, na fazenda Pitombas. - Bolandeira de pedra usada para moer grãos

Outro fator de memória tão importante quanto a arquitetura ou a criação de um “museu-fazenda” são aqueles, por assim dizer, “naturais”, como os caprinos do rebanho das fazendas e as pedras, árvores, riachos, dentre outros locais pertencentes às propriedades Pitombas, Santa Clara e Capitão-Mor, que marcam momentos na história da família Fernandes Batista.

A HONRA EM UMA TRANSFUSÃO DE SANGUE

Ana Cláudia Marques (2002, p. 328), em pesquisa sobre intrigas e “questões” familiares no sertão pernambucano, coloca que o sangue é um estoque físico sobre o qual “famílias traçam suas fronteiras que jamais são definitivas”. Por esse viés, o conflito ao invés de destruir cria e reconstrói sociabilidades. Assim foi construído o sobrenome Fernandes Batista, em episódios de violência, honra e assassinatos nas terras da família desde pelo menos a metade do século XIX, quando os livros relatam duelos de espada entre o Capitão João José com o vizinho Mariano das Neves, da fazenda Benevides por causa de bodes que atravessaram as terras das suas fazendas. Um conflito fundador do sobrenome Fernandes Batista começou em 1930, com a divisão política da Revolução na Paraíba, entre liberais e “perrepistas”. A família Feitosa Maciel de Malaquias Batista deu apoio ao Cel. Nilo Feitosa de Monteiro, enquanto que os Souza Lima (parentela da família de Sebastiana Fernandes) se uniram ao advogado Augusto Santa Cruz que, desde 1912, já vinha sendo protagonista de conflitos armados e disputas entre oligarquias da Paraíba (NUNES FILHO, 1995). Essa rivalidade entre famílias iria se acentuar quando Malaquias Batista casou com Sebastiana Fernandes, e passa a apoiar, a partir de 1940, o sogro José Fernandes, contra os parentes partidários de Nilo Feitosa, na política local. Uma série de assassinatos de primos Feitosa entre Pitombas e a fazenda Juazeiro, do médico João Feitosa, por questões de animais e terras, iria iniciar um então “racha” interno na família. Na década de 1950, parte dela manteve firme apoio ao filho de Nilo, o deputado João Feitosa Ventura, da UDN, enquanto que a outra, capitaneada por Malaquias Batista, ficou com o Partido Social Democrático (PSD) – essa rivalidade partidária demarcou, em apelidos populares, uma briga entre “Marmiteiros” (PSD) contra os “Bocas pretas” (UDN), tal divisão marcou toda a vida de Malaquias que, inclusive, negou-se a colocar o sobrenome Feitosa em todos os seus filhos. Um momento em que Malaquias teve de fazer uma transfusão de sangue em um hospital de João Pessoa é exemplar de como operam os significados de sangue e honra entre os Fernandes Batista:

(...) [Papai] em 1975, sofreu uma copiosa hemorragia nasal (...) No hospital de Sumé foi atendido por quem? Pelo Dr. João Feitosa, médico homônimo do chefe político adversário (...) Nessas circunstâncias emergenciais o Dr. João Feitosa recomendou sua remoção para João Pessoa(...) No hospital Santa Izabel [Malaquias] recebeu seguidas transfusões para repor o sangue perdido (...) Só assim a hemorragia foi controlada.

No regresso, dez dias depois, papai passou por Sumé, onde moravam duas filhas (Eudésia e Quitéria Fernandes). Aproveitou a escala para visitar o Dr. João Feitosa:

- Como está seu Batista? Perguntou o médico.
 - Bem, muito bem doutor, nunca estive tão bem na vida.
 - Por que, seu Batista?
 - Doutor, acho que perdi todo o sangue Feitosa que corria em minhas veias. Recebi doação de sangue de um batalhão de soldados do 15º Regimento de Infantaria. Fiz questão de excluir da lista de doadores qualquer Feitosa. Tenho sangue de Ferreira, de Gomes, de Silva, de Bezerra, de Oliveira, de Rafael etc. E tal. Não tenho mais sangue Feitosa, Dr. João Feitosa. Estou livre da maldição!
- (FERNANDES BATISTA ET AL, 2005, p. 52)

2.4 “O bode na sala”

No caminho entre a antiga fazenda Estrela D’Alva, Pitombas e Capitão-Mor há um local tido nos livros de memória dos Fernandes Batista como “mal-assombrado” chamado de “Pedra do Bode” que, segundo relatos que o pai Malaquias Batista contava, apareciam, à noite, caixões junto a um animal sem cabeça, saltando do alto da rocha. Nesse mesmo lugar que faleceu uma filha de Sebastiana e Malaquias, Maria das Dores, que com apenas 5 meses de vida voltava medicada do hospital na cidade de Monteiro (BATISTA FILHO, 2014, p. 74)

Foto 8 Pedra do Bode entre Capitão-Mor, Pitombas e Estrela D’Alva



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

Mas nem tudo é sinal mau agouro quando se fala em caprinos entre os Fernandes Batista. A cabra também é mencionada em boas recordações dos filhos sobre Sebastiana Fernandes:

Cuidar do chiqueiro era a tarefa imediata ao café da manhã, tirar o leite das cabras, amamentar os cabritos enjeitados, curar as bicheiras, prender as cabras amojadas, sarjar os caroços maduros (adenite caseosa), medicar os umbigos dos recém nascidos, ajudar na amamentação dos mais fracos, tudo isto em um plantel de mais de 500 animais(...) Hoje nós temos um funcionário ajudado pela mulher (...) para fazer o serviço que mãe Sinhá fazia ajudada por um filho menor, logo no início do dia. Quando voltava do chiqueiro botava para coalhar o leite do queijo. (FERNANDES NETO, 2014, p. 62)

Em entrevista, o Sr. Malaquias Batista Filho lembra que o pai tinha resistência a investir nos caprinos, considerados animais “ladrões”, que geravam motivo de brigas pois não respeitavam limite de terras e comiam o “roçado” dos vizinhos, opinião que era influenciada pelo seu amigo, vizinho e criador de gado, Dr. André Bezerra, da fazenda Estrela D’Alva. Já José Fernandes (2005, p. 64), relata uma visão não tão negativa do pai em relação as cabras devido a boa fama de uma fêmea do plantel da fazenda:

Uma cabra, ao que tudo indica, da raça British alpina, mesma malha da Canindé e que não saia de dentro dos roçados, portanto uma ladra compulsiva: por isso mesmo, comendo do bom e do melhor, cresceu mais que as outras e tornou-se excelente produtora de leite. À época, todo o plantel caprino da região era destinado a produção de carne, e as fêmeas bastava produzir para alimentar suas crias. A cabra que produzisse dois litros ou mais, era uma coisa excepcional. A cabra ladra da fazenda alcançava esta produção sem que fosse necessária complementação alimentar, como farelo ou outra ração qualquer. Papai batizou o animal de Cabra de Bia, em homenagem a filha mais velha, que se chamava Maria e tinha o apelido de Bia. A tardezinha, ele se sentava no alpendre da casa e ficava a ver o plantel caprino desfilando rumo ao chiqueiro. Nesses instantes quase sempre estava acompanhado de um amigo, um vizinho, ou simplesmente um viajante. Era a oportunidade de fazer a louvação dos méritos daquele raro exemplar leiteiro. Se a cabra estivesse de cabrito novo, tendo passado o dia na várzea que lhe conviera, tal sua facilidade de pular a cerca, convidava quem estivesse com ele para irem ao chiqueiro, ordenhar o animal, e mostrar excelência na sua produção leiteira. A fama da cabra acabou espalhando-se por toda a região. Quando se falava que queria uma cabra leiteira, não tinha o que discutir. A primeira indicação era procurá-lo na Capitão-Mor, já considerada como tendo o melhor plantel leiteiro da região. (...) Todo o plantel estava carimbado com a identificação de excelente, daí porque o preço de suas matrizes tornaram-se superiores aos preços do mercado de carne. A Cabra de Bia valorizou e vendeu mais de 100 outras (...) O bode que tivesse pelagem parecida com a da cabra, era vendido pelo dobro do preço de outro qualquer, supostamente carregado que estava com a genética leiteira da Cabra de Bia. (FERNANDES NETO, 2005, p. 63-64)

Atualmente, a Capitão-Mor possui um plantel de 800 animais, boa parte das raças Boer, que possui aptidão para carne. Para cuidar desse rebanho, o Sr. Laurentino coloca, em entrevista, a necessidade de reproduzir na fazenda o modelo de sucesso na avicultura e suinocultura, mercado das quais ele está inserido em fazendas de Goiás e Brasília, desde sua aposentadoria como professor universitário. Ele narra, em entrevista, mudanças na genética e organização da cadeia produtiva, além de algumas adaptações no espaço da fazenda para que os animais ganhassem valor nas feiras de cidades próximas, como Monteiro- PB e Sertânia-PE.

Laurentino: Aqui em Capitão Mor foi uma situação bem interessante, vou pegar o exemplo aqui (...)o rebanho não tinha melhoria, genética zero, então houve um cruzamento, um auto cruzamento, pai com filha, tal e tal e houve uma degeneração genética violenta, o animal ficou pequeno, não produzia, só sobrevivia. Essa degeneração genética chegou a tal ponto que o número de animais que nascia com deformação por consanguinidade já era tal que inviabilizava. Então nós fomos obrigados a termos uma melhoria genética, exatamente como forma de correção dessa coisa que nós não fizemos, ou que meu pai e minha mãe não fez a tempo. a solução que tava aí na praça que era o Boer e o Saanen e no carneiro o Dorper, que era o que estava em alta. (...) eu trouxe de Brasília, botei dentro de uma caminhonete lá em Brasília e vim dando chupeta pra eles e ainda têm muitos desses animais por aqui. (...) Hoje a cadeia produtiva do bode e do caprino, a cadeia que começa nos insumos que eles consomem que vem de fora e termina no supermercado. Essa é a cadeia, passando pelos remédios, os insumos que você compra, a ração, a produção do animal em si, a engorda dele, o abate, a frigorificação, o estoque, a distribuição, o processamento e finalmente o supermercado. Então a gente tem que organizar essa cadeia que ela já está organizada para os suínos, para os bovinos e está muito organizada para a avicultura, não é só meio organizada não, hoje ela é top. A cadeia dos avícolas no Brasil é top no mundo, é respeitada, ela é absolutamente organizada. Esse é o desafio que tem a fazer com caprinos e ovinos, é organizar a cadeia.

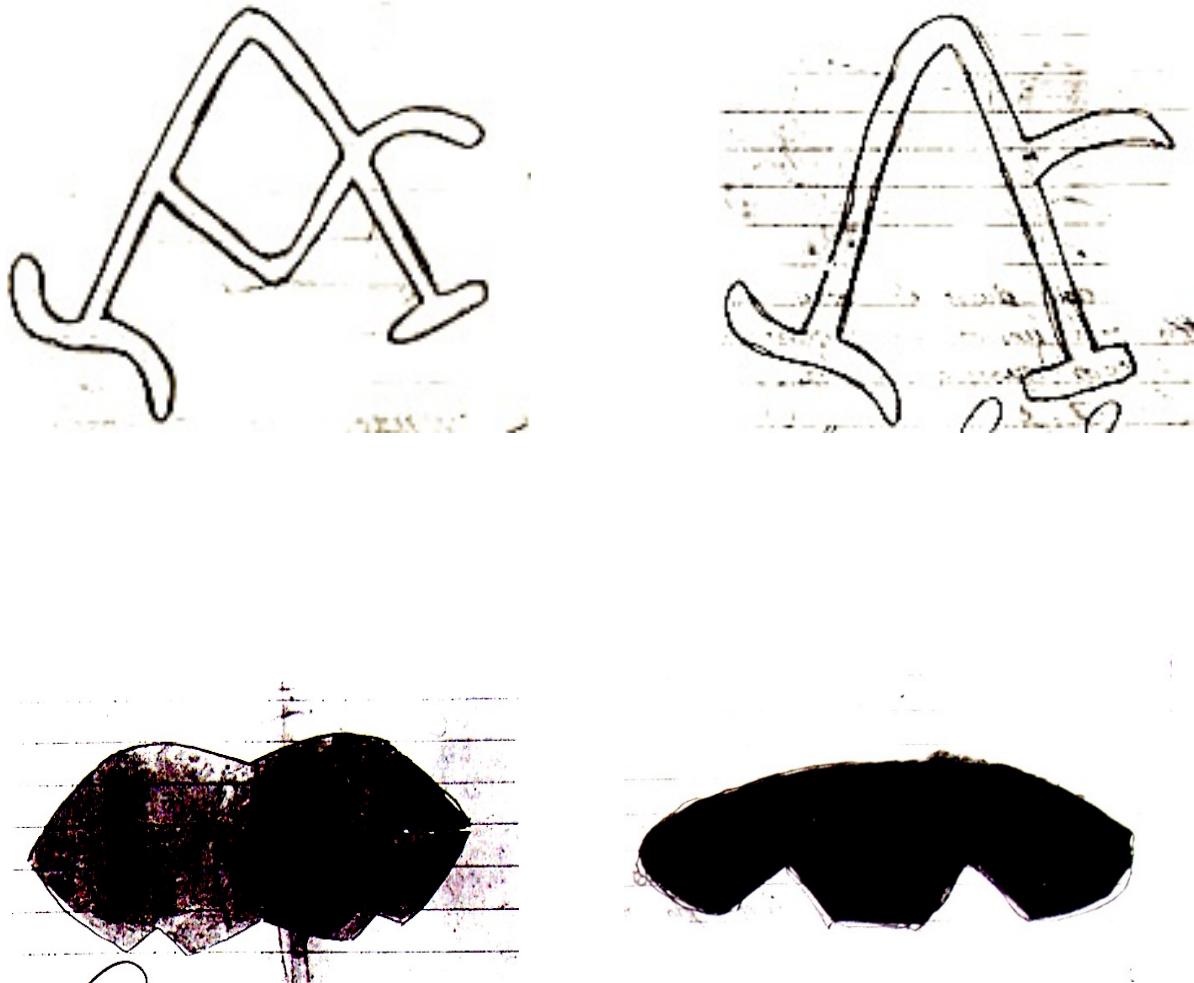
Acompanha esses investimentos a substituição das áreas em que antes plantava algodão, para currais de caprinos e plantação de palma – cerca de 150 hectares na Capitão Mor e 80 na Pitombas, 15 na Santa Clara, que passam a ser divididos entre 40 a 50 de palmal, e o restante para currais de caprinos – feitos em cimento e alvenaria. Também houve um trabalho para plantar áreas de capim búffel e também para conservar e crescer áreas de pastagem nativa. Durante a caminhada para onde fica a maior parte dos currais da fazenda, o lugar chamado “Capitão-Mor de Cima”, o Sr. Laurentino Fernandes parou na estrada e tirou um graveto das árvores, amassou as folhas na mão e pediu para que eu sentisse o cheiro. Eram folhas de catingueira, planta comum na região do Cariri da Paraíba. O Sr. Laurentino me diz que apenas os caprinos da região do Cariri da Paraíba se alimentam desses tipos de planta e que, por isso, a sua carne tem um gosto especial. Um animal alimentado com plantas nativas do Cariri como catingueira, aroeira, jurema pode dar um produto refinado, carne com valor agregado, um selo de gosto e qualidade regional. Continuando a “entrevista caminhada”, o Sr. Laurentino menciona a reunião que a família fez após a morte do pai, e também justifica a importância da caprinocultura na esperança de repassar uma fazenda economicamente viável para as gerações mais novas da família:

Sr. Laurentino: (...) papai era uma figura que aglomerava não só a família como os amigos e o desafio era esse. Ele faleceu e agora? E uma coisa que ficou muito clara é que não vamos dividir a fazenda, vamos permanecer com o nucleozinho e vamos manter. (...) Então quando meu pai morreu, realmente nós determinamos isso, em cima da memória dele e da vontade que ele tinha de ficar sentado aqui e estamos mantendo até hoje. O desafio hoje é um só: quem vem substituir? Porque a nossa geração já tá no final, não temos a menor dúvida disso e vem um neto, ou um bisneto pra substituir. E a ideia era entregá-la [Capitão-Mor] com uma base econômica razoável, de sobrevivência. Hoje ela continua no vermelho, mas pelo menos a gente já tem horizonte e que ela possa sair do vermelho e que não queremos condenar um neto ou um bisneto a viver aqui em condições sociais, econômicas de condenação. Esse é o desafio. Hoje o projeto é mais ou menos esse, valorizar a caprinocultura, organizar a cadeia da caprinocultura, inserir nessa cadeia, para dar um norte correto a cadeia da caprinocultura e participar dela economicamente.

Dessa maneira, o gado – que na época de Malaquias Batista era um dos pilares da produção da fazenda – não é mais uma pecuária praticada na fazenda com o grau de investimento alto e constante, como é o caso da caprinocultura. A substituição quase completa de bovinos por caprinos é demarcada em uma pequena mudança nos símbolos herdados da família: o antigo ferro de marcar bois da família que os irmãos Laurentino, Malaquias e José Fernandes transferiram e redesenharam para os caprinos. O símbolo desenhado pelos irmãos alterou um círculo central, mas mantém um pequeno traço na lateral direita, presente nas marcas dos ferros – registradas em livro do cartório de Monteiro em 1944⁴¹ – de bois e vacas dos rebanhos de Malaquias Batista (similar a uma letra A) e de seu pai Laurentino Batista, da fazenda Ramada (como uma letra A “incompleta”). Já as marcas nas orelhas dos caprinos foram substituídas por brincos numerados na cor azul:

⁴¹ Ficam aqui agradecimentos ao colega Aldo Branquinho Nunes, professor da UFCG, que encontrou essa fonte durante parte de sua pesquisa de doutorado, feita em arquivos dos cartórios de cidades do Pajeú pernambucano e Cariri da Paraíba.

Foto 9 : Ferros de gado e marcas na orelha de caprinos de Malaquias Batista e Laurentino Batista, registrados no cartório de Monteiro (1944)



Fonte: Registro de Ferros de Monteiro (fls. 21 e 96) (1937-1944)

Foto 10: Caprinos da Raça Boer em Capitão-Mor de Cima



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

Foto 11: Marca de ferro e brincos nos caprinos da Capitão-Mor



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

No dia seguinte ao final da festa de Santa Clara, de 2015, os irmãos fizeram uma reunião após o café da manhã na sala da casa sede da Capitão-Mor. Após ajustarem as despesas da festa de padroeiro, os Malaquias, Laurentino e José Fernandes entraram em consenso para inscrever a fazenda em um projeto que envovia o Sebrae e pequenos produtores da região de São Sebastião do Umbuzeiro e Monteiro. Encabeçada por Laurentino, em diálogo com o gerente da agência do Sebrae de Monteiro, a proposta seria fazer trocas de 1 reproduutor da fazenda com quatro matrizes de outros criadores da região. Isso também pode permitir a Capitão-Mor e Santa Clara serem locais de engorda e melhoramentos na cadeia produtiva pra outros produtores que não têm boa estrutura, e favorece para que a boa genética dos reprodutores da fazenda seja compartilhada. Os irmãos chegam a um consenso de uma meta para que sejam abatidos 25 animais por semana na fazenda. Para isso, a proposta é melhorar a capacitação dos funcionários contratados para trabalharem na fazenda e também ampliar uma área na Santa Clara tendo em vista o plantio de capim-búffel, para alimentação dos animais, mas com cuidado, visando a manutenção do local do antigo cemitério da fazenda.

Além do Sebrae, a fazenda Capitão-Mor – através das redes empresariais, acadêmicas e políticas dos três irmãos – também tem parcerias com instituições como Emater, Embrapa e Fundaj, para jornadas e cursos de capacitação em criação de animais, e também orientação em técnicas para convivência com as secas. Desde o final da década de 1980 – pouco após a morte do pai – o espaço da Capitão-Mor e também da casa de Pitombas sediou reuniões de colegas de universidade e aliados políticos, tendo como tema a viabilização do semiárido, encontros feitos através da rede de contatos de Malaquias Batista, Laurentino (professores universitários da UFPE e UFTO) e José Fernandes – que além de empresário do Correio da Paraíba, foi secretário de comércio durante o governo estadual de José Maranhão (1995-2002). Desde 1995, esses encontros foram oficializados com o nome de Seminários sobre a Viabilização do Semiárido e tiveram doze edições. No de 2001, Malaquias Batista Filho elaborou um cordel chamado “O Sertão pode dar certo?” – tendo, com foto de capa, a casa de Pitombas –, para sintetizar em poesia os debates acumulados durante sete anos dos seminários. O livreto inicia com uma rima criticando a visão da açudagem no semiárido:

Muitas coisas que sabemos
 Já não podemos errar
 Se a seca é uma certeza
 Só a chuva sendo azar
 Como crer no velho sonho
 Que o sertão vai virar mar?
 Açudes, porque açudes
 Se para enché-los não chove? (...)
 Se não secam salinizam
 Diz o mano Laurentino
 Logo confirma Quintans⁴²
 Embaixo disso eu assino
 A ilusão da açudagem
 Não passa de desatino.

(BATISTA FILHO, 2001b, p. 1-2)

Nas páginas seguintes, Malaquias Batista cita o irmão Zé Fernandes para defender o potencial da caprinocultura, diante da inviabilidade da agricultura no semiárido e a falência da economia do algodão e do gado:

Esse sertão é viável?
 Como aqui sobreviver de forma aceitável
 Sem ostentação, sem luxo, mas sem ficar miserável
 Zé Fernandes fez as contas
 De computador na mão
 Plantar milho não resolve
 Nem também plantar feijão
 E o bichudo condenou
 A cultura do algodão
 (...) O boi já não paga a conta
 Como muita gente pensa
 Mas o mesmo Zé Fernandes
 Vislumbrou uma saída
 O bode paga as despesas
 numa conta bem medida

(BATISTA FILHO, 2001b, p. 3)

⁴² Francisco de Assis Quintans, natural de Sumé-PB, é um político paraibano, atualmente filiado ao Democratas (DEM) e possui uma boa base de votos na região do Cariri. Foi deputado estadual durante três mandatos e secretário de agricultura durante o governo Cássio Cunha Lima (2002-2006). Também é proprietário de uma fazenda em Sumé-PB que abriga a cooperativa de caprinocultores e usina de beneficiamento de leite de cabra para programas como o PAA-Leite.

Em seguida, os versos são dirigidos àqueles que Batista Filho (2001b) considera os mais pobres, os que sofrem com as secas:

(...) Não se pode criar bode
 Como Deus cria besouro
 Você trata igual a pedra
 Uma pepita de ouro?
 O bode, no sertão seco
 E, de fato, seu tesouro!
 Tem que gastar um pouco
 Fazenda a vacinação
 Aplicar, no tempo certo
 Uma vermiculização

Quem for preguiçoso burro
 Não mexa com criação
 Plante meio litro de milho
 Uma xícara de feijão
 Três covas de melancia
 Espere pelo trovão
 Dentro de oito ou dez anos
 Você faz uma refeição

Até lá fique esperando
 Pelo avô aposentado
 Ou a frente de emergência
 Se você é flagelado
 Ou a feira da prefeitura
 No lugar de seu roçado

Como velho torcedor
 Visto a camisa do bode
 Num jogo de cabra e vaca
 A vaca nem se sacode
 É a cabra serelepe
 Que ganha nesse pagode

(BATISTA FILHO, 2001b, p. 5)

A gestão de recursos hídricos e a convivência com as secas é um tema a que tem se dedicado Laurentino Fernandes (2001), publicando, no livro organizado pelo irmão Batista Filho (2001), um estudo chamado “Água, mais água... é a solução para o semiárido?”. Após fazer uma revisão histórica de propostas como a transposição do São Francisco, que vem desde o império de D. Pedro I, Batista Fernandes (2001, p. 33) tece duras críticas à visão que prega um combate às secas, a partir das obras de açudagem e dos perímetros irrigados.

A baixa eficiência do aparelho público, o caráter paternalista – eleitoreiro das obras realizadas, a falta de coordenação, a baixa eficiência do uso das águas disponíveis, a descontinuidade do trabalho, associado à ignorância política no tratamento da água, resultam no quadro de agravamento e de pobreza vivido pelos sertanejos do semiárido (FERNANDES BATISTA, 2001, p.33).

“Aqui é nosso espaço afetivo, mas também de experimentos para o semiárido”. Assim justifica, em entrevista, o Sr. Malaquias Batista, a proposta de fazer a fazenda da família, das terras herdadas desde o “patriarca João José”, um modelo de como conviver em condições de secas periódicas no semiárido. Além da pecuária e da palma – da qual Malaquias tem um projeto de nutrição infantil no IMIP da UFPE – a proposta de melhor aproveitamento da água nas terras da família Fernandes Batista tem como base a construção de grandes cisternas para reservas de consumo humano e cacimbões, espalhados no leito de um riacho que corta a Pitombas e Capitão-Mor, e que também tem sua água utilizada para o rebanho de caprinos. Tendo seus recursos capitaneados por Laurentino Batista, a construção de uma barragem ligada aos cacimbões e cisternas é tida entre os irmãos Fernandes Batista como a principal obra para convivência com as secas nas fazendas dos Fernandes Batista.

Foto 12: : Barragem “ Dona Sinhá” na fazenda Capitão-Mor



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

Batizada com o nome de “Dona Sinhá” a barragem foi inaugurada na festa de publicação do livro, em homenagem à mãe, em setembro de 2014. Na fundação da obra, foi encomendada uma placa que diz “ Neste local em dias de chuva ela lavava, ensaboava, quarava e enxugava a roupa da família. Trabalho e dedicação, símbolos de sua vida. Dos filhos, netos, bisnetos noras e genros.”.

Se nos ativermos à proposta de convivência com semiárido feita em torno de organizações como a ASA e movimentos sociais de luta pela terra, soa estranho e, dependendo do nosso engajamento, até politicamente incômodo, que essa ideia seja acoplada a valores sociais como compromisso com a defesa de uma grande propriedade e em memória de um proprietário “patrão” e sua esposa, que estavam próximos a um exercício de poder e dominação sociologicamente visto como um mandonismo⁴³ entre os moradores e aliados de um chefe de política local. O caso das fazendas dos Fernandes Batista traz uma sensação de estranhamento na medida em que não foi abordado na literatura acadêmica a possibilidade de esquemas de percepção social de grandes pecuaristas nordestinos construírem uma concepção de convivência com as secas. O “conviver” com a seca para essa elite não é apenas adaptação a um fenômeno natural: é a evocação de significados embutidos em objetos como cartas de memória, menções a uma terra marcada por memórias do passado – da infância, onde se aprendeu a ler na escola feita pelos pais, aos assassinatos de honra dos parentes –, junto ao projeto de manter o legado da família e da fazenda, buscando alternativas para o semiárido. É nesse chamado a uma construção do passado, firmado na defesa da grande propriedade, que vai se construindo um horizonte político em que se faz uma elegia aos caprinos – que estavam lá há séculos, mas não tinham sido “percebidos” como potencial pela elite. Embutido nessa visão de mundo, está uma redefinição de como as elites olham os pobres, no campo, e a seca – uma tutela não mais legitimada por uma dominação pessoal na interação face-a-face na fazenda –, mas a nível de categorias políticas e imposições – o que deve ou não plantar, o que deve criar, como criar para conviver no semiárido. E esse jogo político que vai ser dinamizado em um campo de disputas com a versão da convivência com as secas, vinda, em boa parte, de pastorais católicas, e que será debatido no capítulo 4. Todavia, antes de entrar nesse mapeamento de

⁴³ Para uma análise conceitual sobre mandonismo em relação com outras formas de poder historicamente localizadas no Brasil (coronelismo e clientelismo), ver Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) e Murilo de Carvalho (1998)

divergências, mas também de muitas convergências entre fazendeiros e militantes a favor da reforma agrária no semiárido nordestino, busco fundamentos para tese em outras famílias proprietárias de fazendas criadoras de caprinos no Cariri paraibano: os Dantas Vilar e Suassuna da Carnaúba e Pau Leite, em Taperoá-PB. Estas são consagradas no meio pecuarista e imprensa especializada em agronegócio no Brasil como fazendas modelo em criação de caprinos e convivência com a secas.

CAPITULO 3: OS DANTAS VILAR E SUASSUNA: UMA ESTIRPE SERTANEJA E OS BODES FIDALGOS

3.1 O queijo armorial

Em 15 de fevereiro de 2015, uma reportagem no caderno de mercado da Folha de São Paulo⁴⁴ informa que o Laticínio Grupiara da Fazenda Carnaúba, município de Taperoá-PB, foi notificado pelo governo da Paraíba, sob alegação de que deveria mudar as embalagens da sua marca de queijo de leite de cabra. Em nota oficial⁴⁵, a secretaria estadual de agricultura e pesca apontou irregularidade nos nomes “Cariri”, “Arupyara” e “Borborema”, que indicam os sabores dos queijos. No entendimento da fiscalização, esses nomes não atendiam às exigências de vigilância sanitária, ao dispor poucas informações acerca da composição dos produtos – uma sugestão seria renomear em padrões internacionais como são os queijos de cabra franceses. Caso não se enquadrasse nas mudanças exigidas, o governo iria caçar o registro do laticínio, impedindo-o de vender ou fornecer seus produtos nos supermercados e exposições. Em entrevista à Folha, Joaquim Vilar, administrador do laticínio, se recusou a fazer o que chama de “afrancesar” os queijos: para ele não teria sentido nomear dessa forma uma produção artesanal, feita a partir de uma seleção rigorosa de ervas da região do Cariri paraibano – marmeleiro, alfazema, aroeira e cumaru –, e o leite de cabras de raças nativas, o que, nas suas palavras, dá aos queijos um original sabor da cultura regional nordestina. Vilar ainda argumenta que seguir à risca as alterações propostas pelo governo estadual implicaria descharacterizar a premiada arte da embalagem dos queijos produzidos no Grupiara, com as centenárias marcas de ferros de gado que representam os sobrenomes Dantas Vilar e Suassuna. Essas marcas, junto ao letreiro em alfabeto armorial, combinam o estilo das obras do tio de Joaquim, Ariano Vilar Suassuna e gravuras selecionadas pelo pai, Manoel Dantas Vilar Filho, o “Manelito”. Essa dupla, Manelito e Ariano, é reconhecida como responsável pela Carnaúba ter se tornado, segundo imprensa⁴⁶ especializada em agronegócio, um modelo de sucesso para pecuária caprina e convivência com as secas. A parceria entre os primos engenheiro e escritor foi firmada na década de 1970, quando os dois iniciaram pesquisas em feiras e exposições para selecionar

⁴⁴ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1590146-pariba-impede-laticinio-da-familia-de-ariano-suassuna-de-renovar-registro.shtml>.

⁴⁵ Ver.: <http://www.wscom.com.br/noticia/paraiba/GOVERNO+EXPLICA+SOBRE+REGISTRO+LATICINIO-183445>.

⁴⁶ “Em pleno sertão paraibano, a Fazenda Carnaúba, da família do dramaturgo Ariano Suassuna, produz variedades especiais feitas com leite de cabras nativas”. Disponível em <<http://dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/o-queijo-do-poeta>>.

raças de caprinos segundo critérios tanto técnicos, como aptidão para carne e leite, rusticidade e resistência ao clima semiárido, como literários de pureza “ibérico-sertaneja”, representantes de um sertão frugal e verdadeiro do Nordeste do Brasil (SUASSUNA, 2013, p.9).

Foto 13: Embalagem do queijo de cabra produzido na Fazenda Carnaúba



Para afirmar a qualidade de uma marca genuinamente sertaneja, o laticínio das famílias Dantas Vilar e Suassuna elaborou uma nova linha de queijos lançada durante a edição de 2016 do Dia D (uma grande exposição anual de animais realizada na fazenda): os queijos Dom Manelito e Dom Ariano. Nos rótulos dos queijos – na cor azul o “Dom Manelito” e vermelha o “Dom Ariano” –, estão inscritos os ferros das famílias Dantas Vilar e Suassuna, e a heráldica de cada uma dessas famílias. Na lateral das embalagens estão gravadas frases de autoria dos homenageados, em estilo de alfabeto armorial. No queijo Dom Manelito, de origem bovina, estão gravadas as seguintes frases:

“A grande vocação das terras secas é a pecuária de ruminantes e isso já começa a ser considerado, graças a deus”;
 “Uma nação só cresce com um caráter, uma fidelidade ao seu passado, uma luta por identidade”;
 “O Brasil com o Nordeste seco bem incluído tem a vocação e o destino de ser também, a grande nação agropecuária, sobretudo pecuária, do mundo”;
 “A identidade, o caráter das plantas e dos animais do chão da terra e a forma de trabalhar nele pedem consideração análoga, para que possam prestar.

No rótulo do queijo de cabra “Dom Ariano”, há os seguintes trechos:

“Sou dos que acreditam que o sonho e a utopia são capazes de carregar a realidade do chão raso para o alto e para o Sol”;
 “A cabra pode ser o caminho para revitalização política, literária e econômica do sertão do Nordeste”.

A cerimônia oficial do lançamento dos queijos foi no galpão da fazenda Carnaúba. Iniciando com palestras de chefs de cozinha e atestando a qualidade gastronômica do produto, seu sucesso na culinária *gourmet* de restaurantes em João Pessoa, Recife e até Rio de Janeiro, o evento seguiu com discursos de representantes de instituições como Embrapa e Sebrae, que premiam a Carnaúba como um “santuário das raças nativas” de caprinos no semiárido nordestino. Na sequência de falas, os filhos de Manelito Dantas fazem cobranças a alguns deputados presentes, como Pedro Cunha Lima (PSDB), afirmando que atualmente se sentem “contrabandistas de queijos” diante da burocacia do estado que atrapalha quem quer produzir e que assim impede a região Nordeste de cumprir sua vocação: a pecuária que, desde séculos, produz alimentos para nação.

No momento final da festa, há uma confraternização dos primos das famílias Dantas Vilar e Suassuna. Representantes das duas famílias – filhos de Ariano e filhos de Manelito – afirmaram seu orgulho familiar e lembram dos parentes falecidos. Alguns bastante comovidos, recitam o poema “Aqui Morava um Rei”, uma das poucas poesias conhecidas de Ariano Suassuna que ele gostava de recitar em homenagem a seu pai, João Urbano Suassuna, advogado e político paraibano assassinado durante a Revolução de 1930.

"Aqui morava um rei quando eu menino
 Vestia ouro e castanho no gibão,
 Pedra da Sorte sobre meu Destino,
 Pulsava junto ao meu, seu coração.
 Para mim, o seu cantar era Divino,
 Quando ao som da viola e do bordão,
 Cantava com voz rouca, o Desatino,
 O Sangue, o riso e as mortes do Sertão.
 Mas mataram meu pai. Desde esse dia
 Eu me vi, como cego sem meu guia
 Que se foi para o Sol, transfigurado.
 Sua efígie me queima. Eu sou a presa.
 Ele, a brasa que impele ao Fogo acesa
 Espada de Ouro em pasto ensanguentado

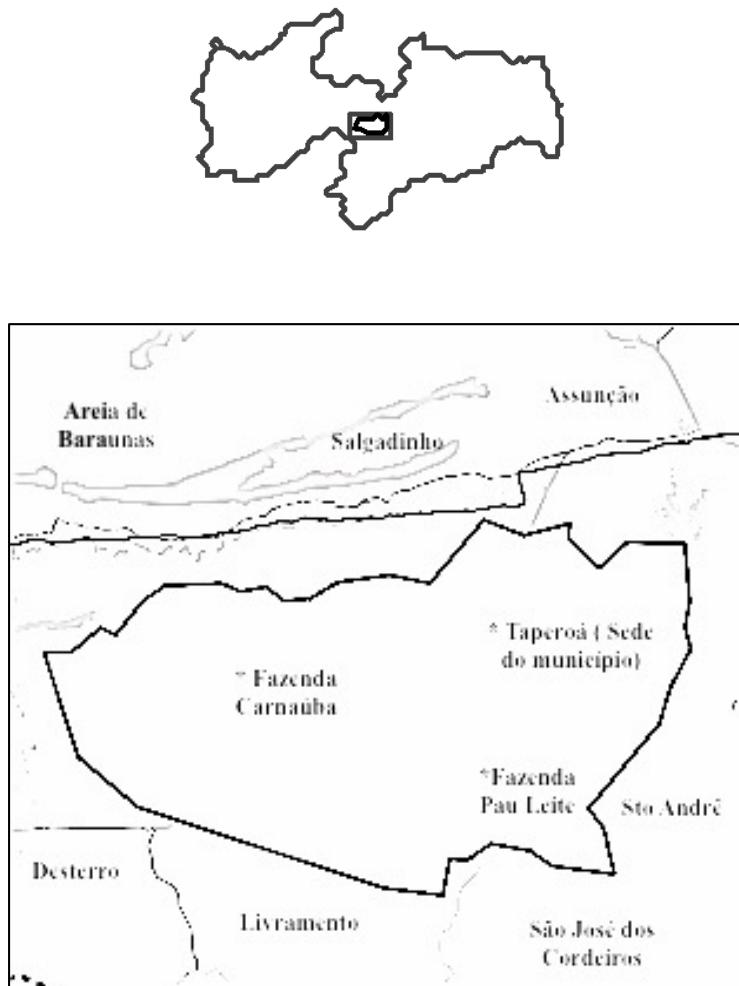
O conflito entre os proprietários da Carnaúba e o governo da Paraíba, e seus desdobramentos através dos discursos no lançamento dos queijos Dom Ariano e Dom Manelito, trazem evidências para pensar recentes processos de reprodução e transformação social de grandes pecuaristas no mundo rural nordestino. Mais do que a defesa de uma empresa rural pela venda de seu produto no mercado, há algo mais, socialmente falando, em jogo: um mosaico montado entre recursos de poder que envolvem afirmação de uma elite dentro de percepções e classificações sociais sobre família, terra, pecuária caprina e as secas, em suma, algo que toca no núcleo dessa tese. Por esse recorte, analiso as famílias Dantas Vilar e Suassuna, e as estratégias de reconversão em suas propriedades: 1) uso dos símbolos pecuaristas e de parentesco, como a recuperação das marcas de ferro do gado nos livros e arquivos da família; 2) no trabalho sobre os caprinos que mescla uma proposta zootécnica e literária; e 3) como esses valores circulam no cotidiano de organização e divisão de funções na família em eventos como o Dia D – que mescla um encontro de parentes com empório para vendas de animais, palestras, exposições artísticas, fotográficas, “pegas de bode” e vaquejadas.

3.2 Oito gerações na Carnaúba: a heráldica sertaneja dos Dantas Vilar e Suassuna

A Fazenda Carnaúba (900 hectares), de propriedade da família Dantas Vilar, mas que também tem um casarão da família Suassuna, está localizada às margens de uma rodovia que liga Taperoá às cidades de Livramento e Desterro na Paraíba. Na área mais ao sul, neste mesmo município, está localizada outra grande fazenda das duas famílias: a Pau Leite, de 4000

hectares. Na Carnaúba, há um maior rebanho de bovinos, enquanto que na Fazenda Pau Leite fica distribuída a maior parte do rebanho de caprinos e ovinos, e as plantações de palma para alimentação dos animais. O plantel das fazendas conta com um rebanho de cerca de 2500 caprinos e ovinos, e 800 bovinos.

Mapa 4: Município de Taperoá- PB e fazendas Carnaúba e Pau Leite



Fonte: Mapa Municipal Estatístico IBGE

Além de referência em pecuária, a Carnaúba e Pau Leite também são lembradas nos livros de Raimundo Suassuna (1993), João Suassuna Filho (2000, 2015), Ariano Suassuna (1974, 2008), Fabio Dantas e Maria Dantas (2008), dentro de memórias sobre as infâncias e também fatos políticos trágicos dos Dantas Vilar e Suassuna, após a Revolução de 1930, na Paraíba.

Nos perfis biográficos da família feitos por Raimundo Suassuna (1993, p. 213), há uma seção dedicada ao advogado João Urbano Suassuna, nascido em 1886, em Catolé do Rocha-PB, e que foi casado com Rita de Cássia Vilar, da cidade de Desterro. Esse casamento consolidou uma aliança de política e parentesco entre Dantas Vilar e Suassuna, inseridas em uma rede de famílias proprietárias da Paraíba, sob influência do ex-presidente da república, Epitácio Pessoa, e também na transição do domínio das oligarquias Leal e Machado, vigentes durante a primeira quinzena do século XX (LEWIN, 1993). Durante seu mandato de “presidente” da Parahyba, entre 1924 a 1928, João Suassuna teve forte apoio com coronéis algodoeiros e pecuaristas do interior do estado – pacto político que começa a se desfazer quando João Pessoa, primo de Suassuna, é indicado pelo tio Epitácio Pessoa para assumir o governo em 1928. Durante o seu mandato, João Pessoa inicia uma política fiscal rigorosa, assumindo tons de modernizador, com impostos de circulação das mercadorias como o algodão, o que o fez ser conhecido entre os pecuaristas e algodoeiros pelo apelido de “João Cancela”, referência à porteira que controlava a circulação de mercadorias nas estradas da fronteira da Paraíba e Pernambuco.

Em 1930, a divisão acentuada por João Pessoa entre uma nascente da classe média urbana do “litoral” e outra de proprietários rurais do interior desencadeia conflitos armados e sangrentos: como a Revolta de Princesa, liderada pelo Coronel José Pereira, que proclamou independência da cidade – um país com bandeira e hino –, e que fez Pessoa mobilizar tropas policiais para o enfrentamento no sertão. O acirramento político acentua seu grau de violência quando João Pessoa é assassinado a tiros pelo jornalista João Dantas, primo de Rita de Cássia Villar, na Confeitaria Glória, em Recife-PE, em 26 de julho de 1930. Dantas atirou em Pessoa por motivos que uniram uma ferrenha oposição política ao “presidente” e também para “lavar” a honra devido a publicação de fotos e cartas íntimas com a professora e poetisa Anayde Beyriz⁴⁷, em jornais ligados aos partidários de Pessoa (TAVARES, 2007, p.21).

Como relata João Suassuna Filho (2000, p. 15), o período após 1930 foi sofrido para sua família que ganhou pecha de uma “família de cangaceiros”, com perseguição e as ameaças de linchamentos diante da comoção política da morte de João Pessoa⁴⁸ – processo político no que

⁴⁷ A professora e poetisa Anayde Beyriz, que chocava a conservadora sociedade paraibana do inicio do século XX usando cabelos curtos e vestidos vermelhos é a protagonista do filme Paraíba Mulher Macho, de 1983, dirigido por Tizuka Yamazaki..

⁴⁸ Inclusive a família Dantas Vilar e Suassuna atualmente militam a favor da mudança do nome da capital e da bandeira da Paraíba – dividida entre vermelho e preto com o nome NEGO – devido a toda sua simbologia ser um luto pelo sangue e morte de João Pessoa. “O nome vigente da capital simboliza a tragédia ampliada dos mortos (...), a vitória dos que se apropriaram da tragédia, criaram um mito do bem e do mal” (DANTAS E DANTAS, 2008, p. 35)

fez ascender lideranças regionais, como José Américo de Almeida, que levaram à frente o projeto de mudar a bandeira e o nome da capital da Paraíba. Além da morte de João Dantas, degolado em uma prisão de Recife, esse conflito de 1930 também é lembrado por uma outra tragédia nas famílias Dantas Vilar e Suassuna: o código de honra também seria acionado para justificar a morte de João Suassuna, então deputado federal, em outubro de 1930, no período que preparava sua defesa no congresso nacional, e foi atingido por um tiro nas costas, por um pistoleiro contratado pelos Pessoa, quando estava entre as ruas Mem de Sá e Inválidos, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro (SUASSUNA FILHO, 2000, p. 25). Temendo represálias à sua vida e a dos filhos Rita de Cássia Vilar, toma como refúgio a cidade de Taperoá-PB, entre uma casa da família na cidade e outra na fazenda Carnaúba, que à época pertencia a seu irmão Manuel Dantas Vilar. Manuel Dantas, inclusive, chegou a ser preso alguns dias durante os conflitos de 1930, na cidade de Teixeira, quando saiu em defesa do primo Silveira Dantas, que foi cercado em sua fazenda pela polícia paraibana, sob o comando do tenente Ascendino Feitosa, aliado de João Pessoa (SUASSUNA, 2015, p. 58).

Além da narrativa de tentar mostrar o sofrimento do “lado perdedor” da revolução de 1930, os livros dos Dantas Vilar e Suassuna também direciona o leitor para as genealogias. Uma delas, feita por Fábio Dantas e Maria Dantas (2008), propõe registrar e exaltar os séculos de história da família, a partir de linhagens que se encontram na figura do patriarca Bento da Costa Vilar, que no século XVII chegou de Portugal a Paraíba, estabelecendo-se em datas de terra em ribeiras, na então região dos Cariris de Fora. A conquista da atual região do sertão da Paraíba é atribuída às fazendas de gado que se estabeleceram ao longo do rio Paraíba e rio Taperoá, e que tiveram Bento Vilar como fundador: exemplo disso é a Boa Vista da Carnaúba dividida no século XIX entre os descendentes do casal Antônio Dantas e Josefa Francisca: terras, escravos, bolandeiras, casas de farinha e gado, enraizados por oito gerações da família no território que hoje faz parte dos municípios de Taperoá, Desterro e Teixeira⁴⁹ (DANTAS E DANTAS, 2008, p. 97-98).

Outras narrativas são contos, piadas, crônicas em que são passadas pequenas lições de moral, muitas delas recordando e valorizando um estilo de vida sertanejo e rural no meio das fazendas, e na paisagem feita pelas secas, em oposição a vida urbana que seria decadente, suja e fútil. Assim narra Suassuna Filho (2015)

⁴⁹ O enraizamento de séculos do sobrenome Villar nessa região pode ser visto a partir de um Recenseamento de Propriedades Rurais, em que, até 1920, pessoas dessa família tinham títulos oficiais de pouco mais de 10 % (31 propriedades), no total de 280 estabelecimentos rurais recenseados na cidade de Taperoá.

O menino que passa sua infância numa fazenda do Nordeste do Brasil é sempre um garoto diferente dos outros. Ele recebe todo dia, de manhã e de noite, preciosos ensinamentos, que lhes são ministrados, de graça, pelo mundo do Sertão e pela Mãe Natureza. Esses ensinamentos são enfiados na mente do garoto, pelas circunstâncias da vida, sem que ele saiba, sem precisar estudá-los e sem que precise fazer o menor esforço pra isso. É o sol brilhante, é a noite com a lua cheia, é o céu estrelado (que não vemos nas cidades porque as luzes elétricas das ruas não nos permitem vê-lo), são os animais domésticos e selvagens, o povo (...) todo o meio ambiente em época de chuvas ocasionais ou, ao contrário, no tempo das secas, os galhos ficam nus, o mundo todo cinzento, as grandes pedras das serras aparecem e, apesar disso, o Sertão continua bonito! (SUASSUNA FILHO, 2015, p. 161)

Nenhum outro memorialista da família foi mais eficiente em defender, em termos literários, a honra do sobrenome do que Ariano Vilar Suassuna: os principais recursos e cenários de suas obras passam por uma reconstrução das suas origens no sertão pecuarista nordestino, junto a elementos fantásticos, messiânicos e católicos medievais. Em suas memórias de estudante, Suassuna coloca esse ambiente sertanejo das propriedades da família, como a Acahuau, em Sousa-PB, e a Carnaúba, em Taperoá, nos encantamentos dos momentos das férias na fazenda, junto aos primos dos Dantas Vilar, em meio às idas de trem entre Alagoa de Baixo (atual Sertânia- PE), Campina Grande e Recife, quando ia estudar o ginásio no Americano Batista e depois na faculdade de Direito, na década de 1950 (SUASSUNA, 2008, p. 204). Em crônica escrita em 1973 e publicada no livro *Almanaque Armorial* (2008), Ariano Suassuna fala como a paisagem que se via da janela do trem ao chegar ao sertão da Borborema, onde descia em Campina Grande para pegar um veículo para Taperoá, era um alento diante da desagradável companhia de bêbados grosseiros e outros tipos urbanos incômodos da viagem:

[...] O que me compensava de todos os sofrimentos da viagem era olhar o mundo que desfilava diante de mim pela janela do trem. Sim, olhar o mundo! O mundo que corria ali, com elementos que podem ou não valer nada para os outros, mas que, para mim, eram fortemente poéticos: o rio que, às vezes, o trem beirava, principalmente nos trechos pedregosos e encachoeirados; um homem a cavalo, de botas e roupa cáqui, bois pastando num campo; mulheres que nos davam adeus; cavalos correndo, soltos, espantados pelo apito do trem; e, sobretudo, as pedras, as grandes pedras sertanejas da caatinga (...) com a terra crestada e pedregosa que anunciaava, para mim, a aproximação da minha terra, do meu Reino, do Sertão sagrado! (SUASSUNA, 2008, p. 205).

Foi a partir dessa paixão pelo sertão de pedras e pecuária que o escritor se dedicou a uma busca pelo passado da terra da família em peças e documentos antigos da Carnaúba. Essa pesquisa deu acesso a um material que Suassuna usou para publicar o livro *Ferros do Cariri*,

*uma Heráldica Sertaneja*⁵⁰, de 1974, compilando os desenhos dos centenários símbolos de ferros de gado e marcações na orelha de cabras da família – esboçando assim o que depois seria o “Alfabeto Armorial”, letras que fazem parte da imagética de suas obras. Na apresentação do livro, feito pelo escritor e membro do Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP), Hemílio Borba Filho, Suassuna é perfilado como

Inventor e líder de um movimento estético que ele chamou de Armorial, cria e incentiva a criação alheia de uma heráldica nordestina, mais especificamente sertaneja, onde as bandeiras, os estandartes, os ferros de marcar bois, a música, a pintura, a cerâmica e a tapeçaria refletem todo o espírito da tradição que, vindo da Península Ibérica, aqui se corporificou mágica e ludicamente naqueles elementos e mais na literatura de cordel e nos repentistas (...) Cria cabras na sua fazenda do sertão do Cariri da Paraíba, nisto está próximo dos pastores gregos (BORBA FILHO, 1974, p.3).

É na posição de defensor e praticante da pecuária que Ariano fala da sua identificação com a simbologia dos ferros de gado, despertada em conversas com colegas de colégio e na leitura de obras como a Gustavo Barroso⁵¹, que o fizeram resgatar elementos pecuaristas, mas também as mágoas na honra da família que o acompanharam desde o nascimento:

“Creio que esse assunto – os ferros sertanejos de marcar gado – começou a se sedimentar no meu subconsciente desde muito menino, aliás como tudo que se sucede com a Civilização do Couro”.

Muita gente, porém, contribuiu para que aquela raiz subterrânea do sangue aflorasse à minha consciência. Em 1943, por exemplo, no Ginásio Pernambucano, tornei-me amigo de outro sertanejo da Paraíba, Ivan Neves Pedrosa. Ele me emprestou um livro de Gustavo Barroso, no qual, escrevendo sobre os ferros, o escritor cearense falava nas marcas familiares e nas diferenças colocadas em cada uma pelos diversos filhos de um fazendeiro como se elas fossem diferenciações apostas ao ferro ancestral pelos descendentes com os elementos de uma verdadeira Heráldica.

Naquele tempo, porém, Gustavo Barroso era vivo e eu herdara, da minha família, uma espécie de rancor inconsciente contra ele: é que Gustavo Barroso, hostil aos Dantas e aos Suassunas, acolhera como verdadeiras todas as informações que tinham recebido contra nós, dadas por inimigos sertanejos nossos e, tratava-nos a todos, em seus livros como se fossemos um bando de cangaceiros. Depois de sua morte, porém, a raiva passou, e eu puder ver que, apesar dos insultos, aqueles livros tinham um certo valor e continham também (...) vários títulos de glória sertaneja para minha família. (SUASSUNA, 1974, p. 3)

⁵⁰ Com edição limitada a 500 exemplares, o livro *Ferros do Cariri* é um dos mais raros do escritor Ariano Suassuna. Tive acesso a um exemplar nos arquivos da biblioteca Átila Almeida, no campus I da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande – PB.

⁵¹ Gustavo Barroso (1889-1957) foi um intelectual de origem cearense e membro da academia brasileira de letras. Em obras como *Terra de Sol – Natureza e costumes do Norte*, Barroso [1912] (2008), influenciado por teorias racistas e deterministas, faz um apanhado geral dos “tipos sociais” e da natureza do sertão.

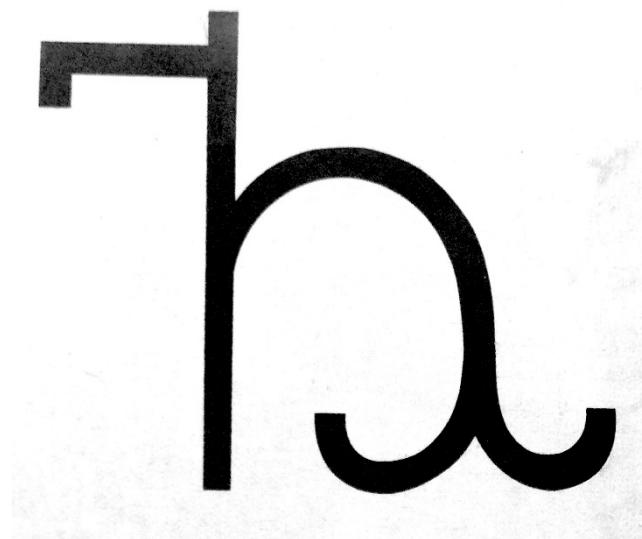
Feitas as pazes literárias com Gustavo Barroso, Suassuna (1974), algumas páginas adiante, fala de como teve acesso aos ferros de gado da sua família através do tio e referência intelectual, Manuel Dantas Vilar:

Meu tio, Manuel Dantas Vilar, foi uma das pessoas que mais influenciaram na formação da minha personalidade. Era uma dessas raras pessoas que no Brasil guardam velhos papéis de família, anotações, cartas e escrituras já caducadas de terras. Lá, remexendo seus papéis, encontrei um livro de anotações diárias de um velho fazendeiro de minha família, Paulino Villar da Costa Santos. Paulino viveu no século XIX, na mesma data de terras, a Carnaúba, doadas a nosso antepassado, Bento da Costa Vilar, em 1791, pela rainha Dona Maria I, a Louca. A casa que foi sua – e que é a mais antiga ainda de pé das pertencentes a minha família no Cariri paraibano – é hoje, minha. (SUASSUNA, 1974, p. 5)

A posse de outros objetos antigos permitiu a Ariano Suassuna fazer uma breve genealogia da família de seu pai a partir das poucas mudanças no símbolo do ferro que João Suassuna utilizava:

Guardo ainda hoje, comigo, entre os meus objetos sagrados, o ferro com o qual, pessoalmente, meu pai, antes de 1930, marcava seu gado nas fazendas Acahuau e Malhada da Onça. É o ferro dos Suassunas, aquele mesmo que aparece na capa deste livro. Não existe, nele, nenhuma diferenciação: meu Pai era o último dos filhos homens do meu avô, motivo pelo qual, quando começou a ter gado, seu Pai já tinha morrido e como os irmãos mais velhos já usavam todos, o ferro familiar com as respectivas diferenças meu Pai ficou com o ferro do meu avô, ferro que era, aliás, o mesmo do meu bisavô, Raymundo Francisco Sales de Albuquerque Suassuna (SUASSUNA, 1974, p. 4).

Foto 14: Ferro da família Suassuna

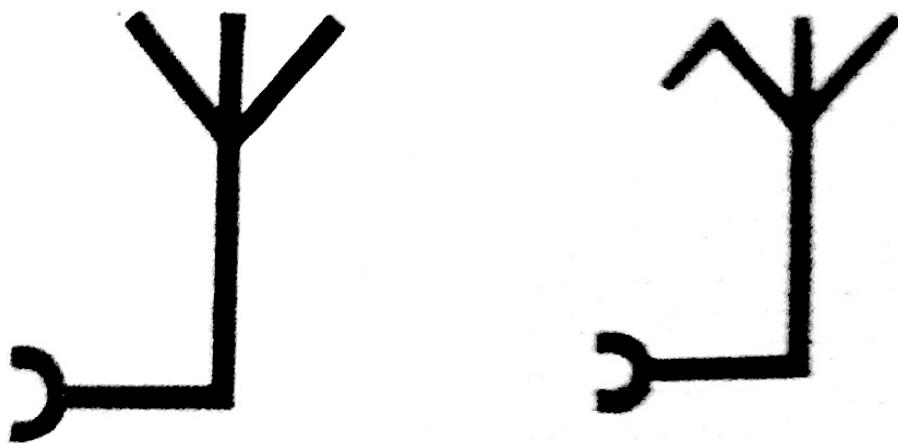


Fonte: (SUASSUNA, 1974, p. 6)

Mesmo lamentando que a família tenha perdido esses documentos, Ariano Suassuna alega que, a partir do que transcreveu deles, conseguiu “salvar” algumas memórias, como a escritura de venda, de 1810, da fazenda “Caraça”, que foi agregada à fazenda Pau Leite (SUASSUNA, 1974, p. 8). Além de servir como inspiração para alguns personagens do romance da Pedra do Reino, o acesso a esse acervo de documentos da família no século XIX permitiu identificar as mudanças nos símbolos entre as gerações da linhagem familiar materna

A base de um ferro familiar chama-se mesa (...). A mesa de uma das minhas famílias maternas, a família Villar, é um pé de galinha. Dentro da família Villar, o ramo de meu bisavô, Adeodato Villar de Araújo, usa o pé de galinha, tendo, embaixo e para o lado esquerdo, um puxete rematado por uma meia – lua voltada para fora. Assim usava seu ferro meu avô, Gabriel Villar de Araújo, filho de Adeodato. O filho de Gabriel, meu tio Manuel Dantas villar, usava o ferro do pai e do avô com uma divisa como diferença: um pequeno puxete abaixado obliquamente, pendendo da haste lateral esquerda do pé de galinha. (SUASSUNA, 1974, p. 8)

Foto 15: Ferros de Gabriel Vilar e Manuel Dantas Vilar



Fonte: Suassuna (1974, p. 8-9)

Herdeiro dessa marca de ferro de Manuel Dantas Vilar, Manoel Dantas Vilar Filho assume, no início de nossa entrevista, seu papel de ser “um dos últimos representantes da oitava geração da família na Carnaúba”. Cuidadoso com o acervo arquitetônico e de peças da fazenda, ele me guia pela casa sede, explicando as mudanças que fez no desenho do ferro do pai – acrescentando um traço na parte superior, formando um “M”. É esse símbolo que está no galpão de eventos da fazenda e também nos alpendres da casa sede da Carnaúba (ver foto 17). Durante nossa entrevista, o Sr. Manelito consulta as páginas de um livro que estava lendo – o *Rudes Brasões*, de Vigilio Maia (2004), que trata de desenhos de ferros em fazendas cearenses –, e me mostra como a sua marca e outras da família Dantas Vilar e Suassuna foram gravadas na pintura amarela, azul e branca dos prédios que fazem parte do casario da fazenda Carnaúba.

Foto 16: Galpão de exposições da fazenda Carnaúba



Registro feito por Valdênio Meneses (2016)

Foto 17 : Casa sede da Carnaúba



Registro feito por Valdênio Meneses (2016)

Com a combinação de alpendre, janelas com trava de madeira, telhado duas águas – no caso da de Ariano Suassuna com eira e beira –, pisos com parte de cimento queimado e de tijolos, pode-se dizer que as principais casas da Carnaúba seguem – mais do que a Capitão-Mor e Pitombas do Fernandes Batista – à risca o padrão das fazendas coloniais de gado dos sertões da Paraíba e Pernambuco, apresentado no trabalho de Diniz (2015).

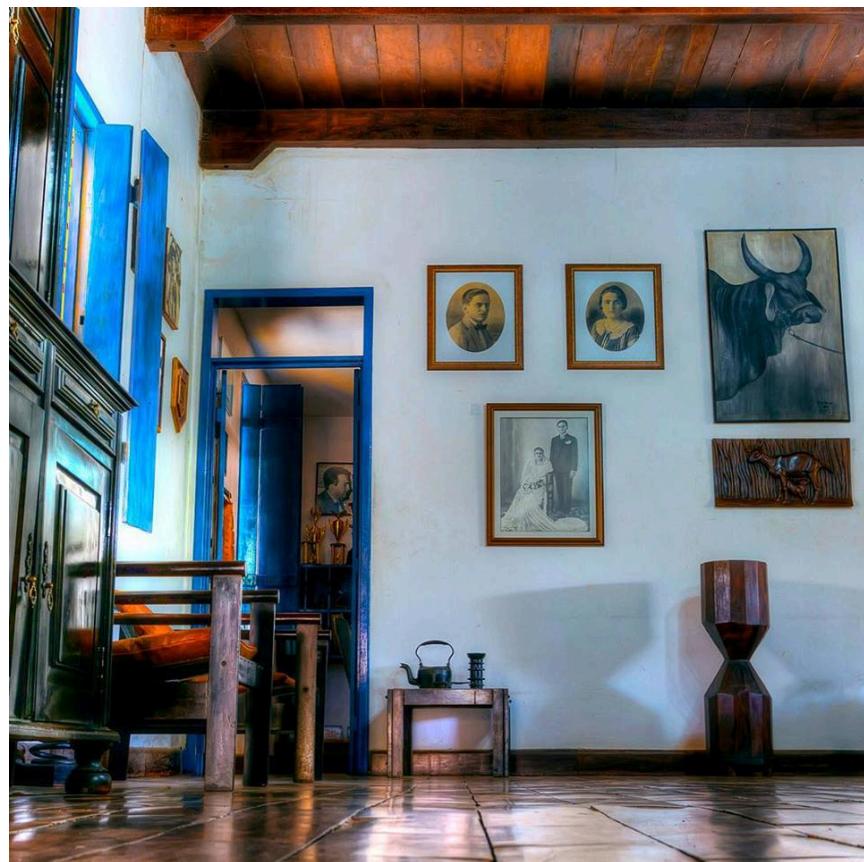
Foto 18: Crânios de animais e ferros dos Vilar no alpendre da casa sede da Carnaúba



Registro feito por Valdênio Meneses (2016)

Na sala de estar da casa, estão dispostos quadros com imagens de animais, fotografias da família, arreios e selas de cavalo, peças de madeira para cavalaria, chaleiras, ferros de gado e peças de couro caprino e tapeçaria, feita no estilo armorial do teatro de Ariano Suassuna. Nas homenagens e presentes de amigos e familiares, destaca-se uma placa com a “Comenda Bode Rei”, prêmio dado em 2003 a Manelito Dantas, pela prefeitura da cidade de Cabaceiras-PB, pelos “serviços prestados a consolidação da caprinocultura no semiárido nordestino”. Foi cercado por esses objetos que fui registrando algumas das falas do Sr. “Manelito”, mencionando as poucas reformas e mudanças que considera “radicais” na arquitetura original: uma ampliação das laterais da casa para novos quartos e uma substituição da madeira no telhado.

Foto 19 Sala de estar da casa sede da Fazenda Carnaúba



Fonte: Instagram Fazenda Carnaúba

Há um pequeno aposento ligado à sala de jantar da casa apenas para guardar os prêmios do rebanho da fazenda. Quanto aos bovinos, acumulam, nas prateleiras, troféus e medalhas em torneios e leilões de todo o Brasil, e também comendas e menções dadas por associações de criadores de outros países, como Paquistão e Índia. As datas dos prêmios vêm desde 1934, quando o pai de Manelito se tornou um dos primeiros criadores de gado Sindi e Guzerá da Paraíba, trazendo alguns reprodutores, em 1930, da linhagem João de Abreu⁵², de uma fazenda no Rio de Janeiro. Quanto aos caprinos, os prêmios são bem mais recentes, já que essa é uma pecuária que começou a ter investimento na fazenda, no início nos anos 1970.

⁵² Segundo perfil no site da ABCZ, João de Abreu Júnior foi um dos mais destacados pecuaristas brasileiros do início do século XX, dando início ao empreendimento próprio de escrituração zootécnica. Decidiu criar animais puros, em 1895, na Fazenda Ribeirão Dourado, então propriedade do Barão das Duas Barras, adquirindo um lote de novilhas e o "touro Gladiador" – seu primeiro puro-sangue guzerá. Em 1911, o rebanho atingiu a marca de 300 animais, sendo 150 vacas parideiras, 100 novilhas e 51 machos, havendo, entre eles, animais puros indianos (a maioria) e mestiços. João de Abreu também foi um dos introdutores do gado Zebu no circuito de Uberaba-MG.

Foto 20 : Casa da família Suassuna na fazenda Carnaúba



Registro: Valdênio Meneses (2015)

Por sua vez, a casa que pertenceu a Ariano Suassuna é hoje do seu filho, Manuel Dantas Suassuna, também chamada pela família de “Casa do Padre”; a decoração é bastante simples, tendo alguns quadros com fotos de João Urbano Suassuna e Rita de Cássia Vilar. Atualmente a casa é local de hospedagem da família Suassuna durante confraternizações na fazenda – como o Dia D – e também sedia a Oficina “Cabeça de Cabro”, local de trabalho do artista plástico Manuel Dantas Suassuna, filho mais velho do escritor e “herdeiro” do legado do pai – herança registrada segundo carta publicada por Ariano Suassuna e assinada pelos irmãos no Catálogo da Exposição Cabeça de Cabro, feita no Centro Cultural dos Correios de Recife, em setembro de 2011.

3.3 Bodes fidalgos, cabras ibero-brasileiras: a busca do sertão frugal e verdadeiro

Em uma das passagens do livro *Pedra do Reino*, há um debate acalorado entre o protagonista, Dom Dinis Quaderna, com um outro membro da chamada Academia dos Emparedados de Taperoá, o Professor Clemente. Este lembra a participação de um primo de Quaderna em conflitos messiânicos, no interior de Pernambuco, “revoluções sertanejas do século XIX”. O auto proclamado “Cronista-Fidalgo, Rapsodo-Acadêmico e Poeta-Escrivão” responde ao Professor:

[Clemente] Bem, aí é que chegamos realmente ao que desejo. E pergunto: seu primo e sobrinho Sinésio Garcia-Barreto (o tal do Dom Sinésio, o Alumioso, como o senhor prefere chamar) esteve metido nisso tudo?

[Quaderna] Esteve, sim senhor! Tanto ele como seu Pai e seus dois irmãos, Silvestre, o Bastardo, aliado seu, e o outro, seu inimigo irreconciliável, Arésio, o Cáprico, membro da aristocracia rural!

[Clemente]: Cáprico?

[Quaderna] Excelência, "cáprico" quer dizer "bódico". Aprendi isso com Carlos Dias Fernandes, genial escritor e fidalgo paraibano que, sendo da Direita, tinha o costume de falar difícil! Carlos Dias Fernandes, um dos mestres queridos de Samuel, escrevia sempre "o Capro", em vez de "o Bode", motivo pelo qual entendi que um capro é um bode fidalgo, um bode da Direita, e um bode é um capro popular, um capro da Esquerda! De fato, porém, para mim tanto faz uma coisa como outra: porque, sendo monarquista, sou a favor dos Bodes fidalgos e ibéricos que vieram nas caravelas; mas sendo também da Esquerda, sou também a favor dos Capros negros e vermelhos dos Povos mouros do Brasil, tão fidalgos como quem mais o seja! (SUASSUNA, 2007, p. 299-300)

Inspirado nessa ideia da fidalguia caprina, e com suporte financeiro de um prêmio recebido em 1972 pela obra *Pedra do Reino*, Ariano Suassuna inicia uma criação de cabras na Carnaúba (NOGUEIRA, 2002, p. 151). Fundamental para esse projeto foi a sociedade com Manelito Dantas, já experiente na criação de gado. Escrito por Manelito, exatamente nesse período que iniciou a criação de cabras, o artigo intitulado *Nordeste, o conflito entre o possível e o feito*, publicado na revista Paraíba Tropical, de setembro de 1978, expressa dúvidas quanto a produtividade do algodão e acusa manipulações de mercado por parte de empresas intermediárias, como a Sanbra. A partir disso, Vilar Filho (1978) reclama por técnicas mais adaptadas ao clima seco, demandas que o levaram a apostar todo o investimento da fazenda na pecuária:

O meu caminho era... a produtividade. Para o algodão isso seria o uso de sementes melhoradas, adubação química, etc. Fui procurar a semente e a novidade era um tal de IAC-13 (C de Campinas- São Paulo, onde eu sei que D. João VI criou o Instituto Agronômico que, ainda hoje, continua orgulhando o Brasil), mas, por pura ilação ilógica desisti... “essa semente pelo próprio nome deve ser pois de fonte respeitável, mas, garanto, se acertar aqui, será por acaso; ela foi criada para São Paulo, onde o clima é outro (...) o triste do comércio espalhara certa vez, acabando com o rústico [algodão] Mocó verdadeiro, lembrado com saudade por todos. Acertei.

[Assim] plantar algodão é, pois, uma das incertezas que adquiri (...) espera-se que um dia a comercialização do ex-ouro branco escape das garras de todas as Sanbras (...) De qualquer modo estou convencido de que, nas nossas possibilidades caberá maior peso à pecuária. Quero crer no capricho do clima e a posição geográfica nos conduzirão, francamente, para produzir carne como derivado da pecuária leiteira. (VILAR FILHO, 1978, p. 6)

Em seguida, Manelito reproduz ensinamento do pai, alerta para os riscos do mestiçamento com raças europeias e expressa lamento pelo governo federal cortar créditos, justo no momento que ganhava força a importação do capim búffel para alimentação dos animais:

Meu pai me dizia, sempre que, no mestiçamento um grau de sangue europeu acima de meio não dava certo no gado e que, nas condições de sertão seco, chegava mesmo a preferir ¼, se o zebu da mistura fosse Guzerá, como, depois de muito experimentar, ele criou cruzou, desde os anos 30 (...)

[Também] são muito animadoras as possibilidades abertas com a introdução do capim búffel na região. Louvados sejam os competentes australianos que os trouxeram da Ásia/Africa e os esforços da Secretaria de Agricultura da Paraíba na confirmação de sua adaptabilidade aqui e sua disseminação. (...) O diabo é que, justamente quando essa janela se abriu mostrando um caminho que poderia diminuir muitas pobrezas, a pecuária foi maltratada com um corte radical de créditos incluindo aí o Nordeste. (VILAR FILHO, 1978, p. 7)

Manelito, um criador com “olho bom”, e contatos em feiras e mercados pecuaristas do Nordeste, conseguiu reprodutores e fêmeas *bhuj* através de um irmão que trabalhava na Emater de Pernambuco, que havia comprado parte de um rebanho que o exército brasileiro tinha na ilha de Fernando de Noronha. Durante um momento da nossa entrevista, pergunto a Manelito o que mudou, desde esse experimento inicial nos caprinos, na visão negativa sobre os caprinos já que levantamentos do BNB, até o final da década de 1950, colocavam como inviáveis para grandes investimentos econômicos na área do então chamado “Polígono das Secas”. O proprietário da Carnaúba reforça em sua resposta que ele e Ariano, antes de transformar a visão que se tinha da caprinocultura no Nordeste, tiveram de vencer a própria resistência baseada em uma visão negativa sobre os caprinos:

Manelito: Tanto eu como ele [Ariano] fomos criados com hostilidade as cabras (...) era a defesa dos malditos dos roçados. Fica até na linguagem (...) cabra safado cabra da peste, cabra ruim, não tem ovelha safada vaca safada (...) e as bicha são malcomportada, mas com a gente as custas do couro de espinhaço (...) aprendeu o caminho de virar cabra, virou o melhor negócio dessa fazenda.

Enquanto Manelito começava a selecionar cabras para o rebanho, Ariano Suassuna, com a habilidade de escritor, tentava legitimar um sentido para a nova estratégia pecuária na Carnaúba, em artigos semanais, publicados em jornais de Pernambuco e reproduzidos na Paraíba. Em um deles, o escritor assume na criação de cabras e bodes uma dívida moral com seu pai e as gerações anteriores de sua família. Assim coloca em artigo do Jornal da Semana de 9 de junho de 1973, reproduzido no trabalho de Dimitrov (2011, p. 45):

Muita gente da cidade ficava admirada pelo fato de eu querer criar cabras. Não vejo nada estranho nisso. Em primeiro lugar, sou de uma família de criadores. Não exclusivamente de cabras. Meu Pai foi criador, meu Avô, o Pai do Pai do meu Avô; e assim por diante. Eu ia lá, admitir essa desmoralização de a única geração de Suassunas⁵³ a não criar ser a minha? Confesso que era uma coisa que me humilhava; sensação que aumentou muito quando, um dia, lendo um discurso pronunciado pelo meu pai no tempo em que ele governava a Paraíba, encontrei um trecho no qual ele falava com invencível desprezo dos “parasitas da cidade, de rosto pálido e bolso vazio”, e rematava, com orgulho, dizendo que, quanto a ele, sempre fora um homem do campo que vivera apegado à terra, plantando e criando e, portanto, produzindo algo de concreto e indiscutível.

Os experimentos, apostas e erros no início desse empreendimento “cabreiro” dos primos são descritos no artigo “As cabras do Cariri”:

“Apesar dos prejuízos, parece que vamos poder reunir um rebanho de 100 fêmeas de raça que eu, meio literariamente, chamo “indubrasil vermelha”, e 100 da “indubrasil negra” sendo todas originadas no cruzamento de reprodutores bujhes indianos com as cabras vermelhas e pretas do Cariri paraibano. A partir delas, esperarmos fazer dois lotes de cabras sertanejas leiteiras – a raça “cariri-lombo pardo” e a “cariri lombo-preto” (SUASSUNA, 1978, p. 36)

⁵³ Segundo levantamento genealógico de Raimundo Suassuna (1993, p. 226-236) os filhos de João Suassuna e Rita Vilar exerceram as seguintes profissões:

Saulo Vilar Suassuna: formado em medicina e professor da UFPE;

João Suassuna Filho: formado em medicina

Lucas Vilar Suassuna: formado em direito, exerceu cargos de promotor, juiz e deputado estadual;

Selma Vilar Suassuna: formada em contabilidade e tradutora de inglês;

Marcos Villar Suassuna: formado em medicina;

Germana Vilar Suassuna: professora formada em filosofia

Betacoelli Suassuna: professora formada em pedagogia;

Saulo Suassuna: formado em engenharia;

Magda Suassuna: funcionária pública.

Ariano Suassuna (1978) enumera os erros e acidentes que acompanham a vida de quem quer ser um “cabreiro”: das falhas em seguir estudos teóricos feitos em gabinete de universidades que não conhecem a realidade seca do Sertão, aos ataques de cachorros aos animais do rebanho. Para superar esses inevitáveis problemas e prejuízos, o escritor argumenta ter uma missão de um idealismo sertanejo rural em fuga das falsas comodidades urbanas:

Produzir carne, leite e peles é muito mais importante do que produzir bugigangas (...) o desenvolvimento dos bodes e cabras é uma mensagem aqueles que insistem em continuar apegados ao solo de nosso tão caro, grande e estranho e mal conformado país (...). Muitas pessoas me perguntam sobre a criação de cabras (...) uns perguntam se eu desisti, se perdi a fé do começo e se me convenci, afinal, que “bode só da aperreio e prejuízo. Outros indagam se persisto, se estou satisfeito e se a criação está dando lucro. Respondo que nem tanto o mar nem tanto à terra. Nem tanto ao litoral e a cidade, adversários do bode, nem tanto do sertão, que é o meio ideal para a raça caprina e terra de cabreiros dos meus sonhos de menino, adolescente e adulto (...). As cabras representam para mim (...) a porta aberta para uma vida renovada para uma atividade criadora, real e bela (...). Assim é que as cabras adquirem um valor de símbolo e alegoria e que [a partir delas] é preciso reformular todas as estruturas de nossa vida: de um lado, os admiradores de boates, dos televisores e perfume francês; do outro, os adeptos das cabras, de Ghandi, dos profetas judeus ou mais recentes (...)

Essa é a parte da tristeza (...) a todos aqueles que permanecem apegados ao campo, ao trabalho da pecuária, na terra e agricultura (...). São ásperos desgostos e dificuldades que acho que desanimariam qualquer outro agrupamento humano, qualquer comunidade menos tenaz e curtida do que a do Sertão Nordestino. Mas nós, como herança e exemplo daqueles de quem descendemos, não digo nem que decidimos resistir (...). Nem sequer nos ocorreu desistir. Não é que tenhamos mais coragem do que a comum – é que temos acanhamento e não aprendemos ainda muito bem a fugir. De modo que vamos em frente, sustentados pelas alegrias e esperanças que, quando o problema se torna mais duro, chegamos até a inventar, através do sonho por necessidade. (...) Sou mesmo é um devaneador e quimérico, a tal ponto que um de meus sonhos, ligados as cabras é abandonar, por elas e através delas, o suborno das falsas comodidades e dos confortos artificiais da vida urbana. (SUASSUNA, 1978, p. 36)

Essa produção de textos e argumentos, nas colunas de jornais de Ariano Suassuna e nos periódicos e boletins das associações de criadores por Manelito, vai dar subsídios para construir um consenso a favor da caprinocultura e entre os grandes pecuaristas do Nordeste. As visões defendidas por Suassuna e Dantas Vilar venceram resistências e críticas aos caprinos dentro do meio da elite pecuarista – as acusações de que os caprinos eram improdutivos e geravam desertificação foram vencidas – é este processo de disputa que será analisado no tópico inicial do capítulo 5.

Vencidas as batalhas dentro de um “campo” pecuarista, e a pecuária caprina colocada como tema relevante, formou-se um consenso entre grandes proprietários que os experimentos zootécnicos e literários da Carnaúba são um exemplo para quem quer investir nas cabras em condições climáticas do semiárido nordestino: a partir dessa fama que Manelito ganhou, o “apelido de Camelô das secas”, como um leva e traz de conhecimentos e experimentos para pecuária, como na importação do uso pioneiro do capim búffel australiano e técnicas de convivência com as secas, sendo temas das várias reportagens sobre a Carnaúba no Globo Rural, realizadas em 1983⁵⁴ e em 2013⁵⁵, e também do Programa Campo Livre, em 1990⁵⁶.

O status de fazenda modelo é também reconhecido por Ariano Suassuna (2005) em prefácio para o livro *Culinária Caprina, do alto sertão à alta gastronomia*, coletânea de receitas organizado pelo Senac. Citando o trabalho em família com o primo da família Dantas Vilar, Suassuna (2005) reafirma o seu compromisso de vida, através das cabras, de buscar as raízes do povo brasileiro e dos seus mitos sertanejos-literários, além de demarcar a antiguidade do próprio sobrenome:

(...) a década de 1970-1980 marcou minha vida com três acontecimentos para mim importantes: o lançamento do Romance D'a Pedra do Reino, o do Movimento Armorial, e o começo, em Taperoá, da criação de cabras que – perdoem a imodéstia constatação – exerceu papel importante na mudança da opinião injusta e negativa que se tinha até então do rebanho brasileiro de caprinos (...)

Chegamos assim à conclusão de que o tronco da nossa criação deveria ser constituído por aquelas cabras chamadas nativas; que descendiam das cabras pirenaicas portuguesas; que como as famílias Dantas, Vilar e Suassuna, e como a maioria do Povo brasileiros, estavam já com 500 anos de adaptação ao Nordeste; e que, por isso, passamos a chamar Cabras Ibero-brasileiras; com a vantagem histórica e estética de assim aludirmos às três vertentes formadoras iniciais do povo brasileiro; a Gurguéia, parda-vermelha, representaria os índios; a Moxotó, branca, os Portugueses; e a Graúna, preta, os negros. Quando tudo isso ficou claro para nós, nosso caminho foi também iluminado. Sentíamo-nos agora com a segurança daqueles crentes fundamentalistas que são os verdadeiros criadores de cabras (como aconteceu com o nosso Profeta Antônio Conselheiro que, com êxito, fez da cabra o centro das atividades econômicas do sagrado Arraial de Canudos (SUASSUNA, 2005, p. 7- 8).

⁵⁴ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=K9nNpJtG014>>

⁵⁵ Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/videos/t/especial-de-domingo/v/seca-castiga-fazenda-do-interior-da-pariba/2794696/>>

⁵⁶ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=F3YwBlgod1s>>

Nas décadas de 1980-1990 o plantel da fazenda foi ampliado para 18 raças a partir de cruzamento entre animais nativos e importados. Também foi registrada a Parda Sertaneja na ABCC⁵⁷, nome dado por Ariano Suassuna, resultado de uma variação entre cabras nativas e seu ancestral ibérico, a Parda Alpina. Em reportagem publicada no site da Revista O Berro, Manelito explica o desenvolvimento das raças com rusticidade para as secas e aptidão leiteira para os criadores que estão iniciando nesse negócio, e passam pela defesa da vocação para toda pecuária. Assumindo tom crítico, diante da atividade da agricultura na pequena propriedade, Manelito afirma que para se viver no sertão tem de se reconhecer as secas não enquanto um entrave, mas uma situação normal, e que daí se tiram potencialidades.

E desses animais [caprinos] que o povo do interior do Nordeste precisa para viver na região da seca e não o cultivo da terra para plantar grãos - afirma Manelito, realçando o que chama de “culturas lotéricas”. Para ele, “arar a terra significa desmontar o solo” (...). “Precisamos considerar a seca um componente intrínseco do trabalho rural e atuar racionalmente, reforçando a atividade mais resistente a ela, como é a criação de vacas, cabras e ovelhas”. (...) A solução está no estímulo à criação de animais resistentes à seca e a introdução e cultivo de plantas adaptadas ao Semiárido. Afinal, é o Semiárido mais rico do mundo em leguminosas, que vem a ser a proteína da ração animal (O BERRO, 2013, p. 14)

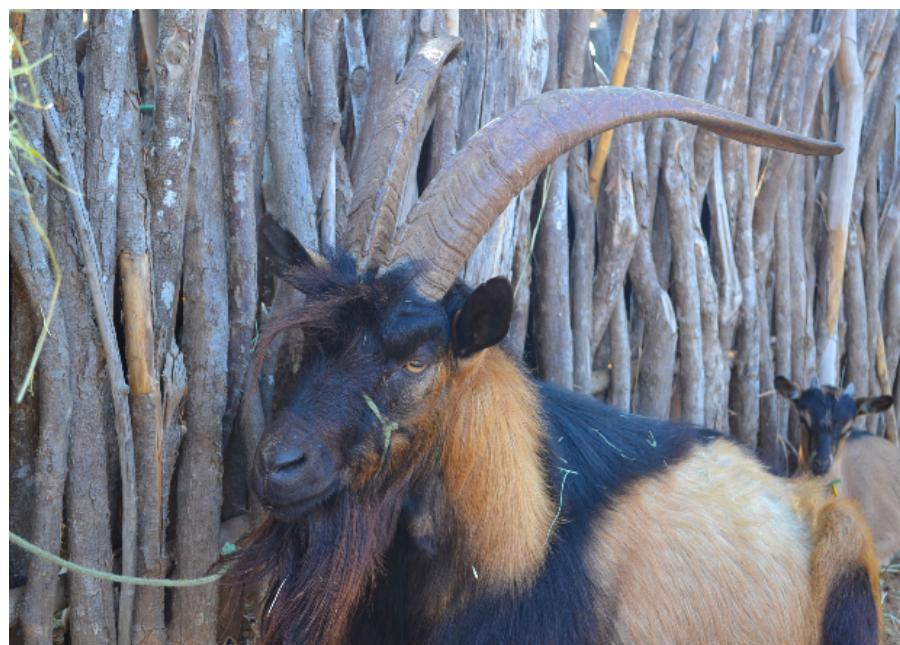
⁵⁷ Até meados da década de 1980, apenas a raça Moxotó tinha sido reclamada por criadores enquanto raça registrada como nacional (DA HORA, 1982, p. 84). Atualmente o registro da ABCC considera zootecnicamente como grupos étnicos nativos: padrões de animais que se aproximam da Marota, Canindé, Repartida e Gurgueia. Também considera nativas raças que, mesmo de origem estrangeira, como Mambrina, Jamnapari e Bhuj, que hoje possuem características diversas dos agrupamentos étnicos originais, devido à adaptação às condições edafoclimáticas.

Foto 21 : Caprinos da raça Moxotó na Fazenda Pau Leite



Registro feito por Valdênio Meneses (2016)

Foto 22: Reprodutor da Raça Parda Sertaneja na Carnaúba



Registro feito por Valdênio Meneses (2015)

Para Manelito as “bandeiras” a favor das cabras e a convivência com as secas acompanham também a superação da visão hidráulica de políticas de açudagem e irrigação. Essa é a linha argumentativa da “Crônica de um Sertão Frugal e Verdadeiro”, publicado no blog do sobrinho João Suassuna, engenheiro da FUNDAJ, e também em coletânea acadêmica organizadas por Malaquias Batista Filho (2001). Manelito faz o histórico de um fracasso de um século de açudagens e defende a concepção de que o semiárido enquanto região “com regime irregular de chuvas, deve assim ser aproveitado como ele é” (VILAR FILHO, 2001a, p. 43-44). Manelito que, desde 1976, registra em planilhas a pluviometria da Carnaúba, coloca que a média de chuvas da região indica uma seca a cada oito anos e que, como esses ciclos são naturais e se repetem, os problemas da região vêm de gerações de políticos brasileiros que insistem em negar o que é o sertão nordestino – ele cita uma frase atribuída ao tio-avô João Suassuna – “somos um povo sugestionado por uma política inferior dos decalques”, distanciando-se assim do sertão frugal e verdadeiro que separa o “Brasil real do Brasil oficial”, metáfora essa, por sua vez, tomada de empréstimo à distinção feita por Ariano Suassuna em um texto publicado na Folha de São Paulo, em 1999, em que analisa os 100 anos da Guerra de Canudos (SUASSUNA, 2008, p. 275).

Esse discurso que tenta mostrar um “Brasil real” em defesa da pecuária e convivência com as secas é um dos principais recursos de publicidade do evento do dia D: um conjunto de palestras, leilões, vaquejadas e confraternização das famílias Suassuna e Dantas Vilar, realizado anualmente na fazenda Carnaúba.

3.4 O Dia D: família e pecuária como vocação

Minha primeira ida à fazenda Carnaúba foi durante o Dia D, em julho de 2015. Através de contato com amigos da cidade de Taperoá e com os filhos de Manuel Dantas Vilar, e, por uma página na rede social de Carnaúba, fui construindo os primeiros canais da pesquisa de campo nas fazendas das famílias Dantas Vilar e Suassuna. Após esse primeiro momento – em que os filhos de Manelito passaram a me identificar como um pesquisador “que vinha do Rio, mas era caririzeiro e paraibano” – fiz mais duas visitas – em um leilão de bovinos, em maio de 2016, e nas edições do Dia D, em julho de 2016 e 2017 – seguindo a programação dos eventos em jornadas de dois a três dias. O evento do Dia D sintetiza um trabalho simbólico dos Dantas Vilar e Suassuna nas suas fazendas, desde a exposição de símbolos e memórias da família, aos discursos em defesa da caprinocultura e convivência com as secas. Essa junção se expressa, por

exemplo, nos panfletos de divulgação do Dia D que, em 2015 e 2016, seguiram um formato similar: o slogan que coloca “a maior exposição de caprinos e ovinos nativos do Brasil” junto às fotografias dos animais à venda, os ferros dos Dantas Vilar e Suassuna, e, na parte central, a logomarca do Dia D, em forma de ferro de gado marcado em uma peça de couro.

Foto 23 : Publicidade do Dia D 2016 na fazenda Carnaúba



Fonte: Facebook Carnaúba Taperoá

Também em publicidade veiculada em redes sociais da internet, a menção ao Dia D como momento de encontro da família vem junto à afirmação dos proprietários da Carnaúba, de conhecimento e vivência do “sertão real”. Essa é a tônica de um dos folhetos de divulgação

na do Dia D, de 2015, intitulado “a Brava Carnaúba”⁵⁸ que faz um misto de orgulho do passado junto à linguagem técnica pautada em conhecimentos zootécnicos:

Numa terra de chuvas e aguas desarrumadas os Dantas Vilar buscaram compreender o clima, a terra e os animais para, a partir da realidade local, adaptar recursos e desenvolver tecnologias compatíveis com o ambiente sertanejo tais como fenação tropical, introdução de capim buffel e hidrolização do bagaço de cana. Uma apurada seleção zootécnica que aliou a resistência das raças nativas a outras originárias da África e Península Ibérica (...) resultou no plantel que hoje, a Carnaúba faz questão de exibir e que conta com dois mil e quinhentas cabeças de caprinos e ovinos e mil cabeças de gado. (DIA D, 2015, p.1)

Cruzando informações a partir de entrevistas e observação nos eventos, livros de genealogias e o registro das programações das edições de 2015 a 2017, é perceptível como a aliança de parentesco e de “cabreiros” entre Manoel Dantas Vilar e Ariano Suassuna indica também uma divisão de trabalho entre seus descendentes durante os eventos realizados na Carnaúba e Pau Leite. O quadro abaixo mostra as funções de alguns dos parentes dos casais Manoel Dantas Vilar e Alice Ferreira Vilar, Ariano Vilar Suassuna e Zélia de Andrade Lima.

⁵⁸ Uma cópia do panfleto está disponível na seção 1 dos anexos da tese: <https://drive.google.com/drive/folders/1e4MTlu5Aefa6HRYGr12COtqBnDdruRhV>

Quadro 4. Membros das famílias Dantas Vilar e Suassuna, na organização das edições do dia D na fazenda Carnaúba e Pau Leite (2015-2017)

MANOEL DANTAS VILAR FILHO - CLÍVIA GUEDES PEREIRA (+)		ARIANO VILAR SUASSUNA (+) – ZÉLIA DE ANDRADE LIMA	
FILHOS	SOBRINHOS E PRIMOS	FILHOS E NETOS	
Joaquim Dantas Vilar (pecuarista): Mora na fazenda Carnaúba. contato com produtores (whatsapp, telefone) negociação de preços de lotes de animais no dia D, locução durante leilões, contato com empresas especializadas em eventos agropecuários. Guia durante a visita ao palmal e ao rebanho da fazenda Pau Leite (2015-2017)	Suetônio Vilar Campos (pecuarista): Exposição de lotes de caprinos e ovinos da fazenda Belorizonte (2015-2016)	João Suassuna: (Engenheiro agrônomo, funcionário do CNPq e FUNDAJ) – contato com representantes do Sebrae, Embrapa e palestras sobre convivência com semiárido	Manuel Dantas Suassuna (artista plástico): organização da exposições de fotografias e pinturas. Em nome do Pai (2015) e “De onde viemos, quem somos?” (2016). O acervo é produzido dentro da sua Oficina Cabeça de Cabro, em um ateliê na casa de Ariano Suassuna na Carnaúba. Também é organizador da mostra de tapeçaria e louças produzidas pela sua esposa Denise Suassuna e a mãe Zélia de Andrade.
Daniel Dantas Vilar (pecuarista): Mora na fazenda Carnaúba. Contato com criadores (whatsapp, telefone), negociação de preços de lotes de animais no dia D, chamada de produtores para os leilões	Marcos Dantas Vilar (pecuarista): Negociação de lotes de caprinos, ovinos e bovinos durante dia D (2015- 2016)	Alberto Suassuna (Zootecnista): palestra sobre o uso e plantio da palma mexicana; visita a fazenda Pau Leite (Dia D 2015)	Lucas Suassuna Wanderley (artista e fotógrafo): Neto de Ariano Suassuna. Montou uma exposição de fotografias (2015, 2017)
Inês Dantas Vilar (engenheira): Mora na fazenda Carnaúba. Divulgação da internet; responsável pela página do Facebook da fazenda Carnaúba e do Laticínio Grupiara. Contato para entrevistas com Manelito.			
Manuel Dantas Vilar (advogado): Mora na fazenda Carnaúba. Suporte jurídico para organização do evento, fotógrafo oficial dos eventos na fazenda, organizador de exposições fotográficas durante o Dia D (2015-2017)			

(+) Falecidos

Elaborado a partir de: Cartaz e programações do dia D (2013-2016); programação do I Leilão de Gado Comercial da Carnaúba (2016); Genealogias dos livros de Raimundo Suassuna (1993) e Fábio Dantas e Maria Dantas (2008) e Catálogo da Exposição da Oficina Cabeça de Cabro de Manuel Dantas Suassuna (2011)

Tendo essa divisão familiar do trabalho, a programação do Dia D de 2015 a 2017 foi distribuída em espaços na Carnaúba e Pau Leite, de acordo com as diferentes atividades: as palestras, os circuitos de vendas dos lotes de animais, as sessões de ordenhas públicas e as exposições artísticas e fotográficas.

1) Auditório: em 2015 e 2016 era uma estrutura de lona montada para leilões e exposições ao lado do galpão (ver foto 21) onde ficam posicionados um espaço com uma projeção para exibição de vídeos, frente a várias cadeiras. Ao redor, são montadas barracas de madeira que tinham diferentes exposições: artesanatos em tecido produzidos por cooperativas de Taperoá; degustação dos queijos produzidos no laticínio da Carnaúba; venda de esculturas e livros produzidos pelo Empório das Artes (Caruaru-PE); stands do Sebrae, EMATER, barraca com alunos e professores do Programa de Gerenciamento de Rebanhos Leiteiros do Nordeste (PROGENE), do departamento de Zootecnia da UFRPE, e stands com livros, pinturas e esculturas feitos por Manuel Dantas Suassuna e sua mãe, Zélia Suassuna. Também estavam dispostos banners de instituições que apoiavam o evento – FAEPA, SENAR-CNA. Do lado de fora do auditório, foi montada uma barraca de vendas de uma empresa de máquinas forrageiras. Exclusivamente para o Dia D, há uma estrutura de caixas de som espalhadas pela fazenda, com a mesa principal localizada no auditório. Em 2017, para programação de palestras sobre queijos foi inaugurado uma estrutura fixa de alvenaria – o pavilhão “Clivia Maria”, nome em homenagem a esposa de Manelito, Clívia Guedes.

2) Lotes de animais, central da organização e cadastro dos compradores: o “QG” central da organização ficava em uma estrutura de pedra entre os currais de gado e de caprinos, e o galpão das exposições artísticas e do restaurante. Era nesse local que os compradores dos animais iam registrar o cadastro nas mesas dos funcionários da Terra Nova ou EM Leilões, empresas contratadas para organizar o serviço de vendas da feira. Após esse cadastro o comprador pode ir ao local dos lotes e negociar pessoalmente os preços e parcelas com membros da equipe organizadora da família Dantas Vilar e Suassuna, e informar as compras para registro no computador dos funcionários das empresas especializadas em eventos de exposição e venda de pecuária. O sistema para aquisição dos animais (ou de doses de sêmen) era realizado por lotes. Durante o evento de 2016, estavam à venda 143 lotes: os numerados do 1 até 91 de bovinos Guzerá, Sindi e Pé Duro, 100 a 118 de sêmen de Guzerá e Sindi e, dos lotes 201-262, de caprinos e ovinos. Cada lote de bovinos podia conter um macho reprodutor ou

uma fêmea, enquanto que no caso dos caprinos e ovinos podia ser composto de 6 a 8 animais, a maioria composto de apenas uma raça. O preço mínimo por lote de bovino podia variar entre R\$ 4200,00 a R\$ 15000,00, enquanto que caprinos e ovinos variavam entre R\$ 3050,00 a R\$ 5000,00. Segundo o regulamento, o pagamento das compras poderia ser realizado em 30 parcelas, com o valor mínimo de R\$ 100,00 por parcela para o gado e de R\$ 35,00 para caprinos e ovinos. O regulamento também indica que duas parcelas deveriam ser pagas já no ato da compra e outras duas quitadas com trinta dias da data da compra.

Quadro 5: Lotes de caprinos e ovinos a venda no dia D 2016

RAÇAS	LOTES	N º DE ANIMAIS	FÊMEAS	MACHOS
BIRITINGA	201	5	5	-
MURCIANA	202-205	15	11	4
REPARTIDA	204-209	30	24	6
MAROTA	210-212	17	15	2
REPARTIDA	214-216	12	10	2
AZUL	213-218	36	30	6
MOXOTÓ	219-224	33	22	11
MURCIANA	225-226	16	16	-
MORADA NOVA VERMELHA	227-230	23	22	1
CARIRI	231-233	18	18	-
MISTO - AZUL E CANINDÉ	237	6	-	6
CANINDÉ	238-240	17	17	-
GRAÚNA	241-242	19	17	2
PARDA SERTANEJA	243-246	25	19	6
JAGUARIBE	247- 248;255	14	19	-
BARRIGA NEGRA	249	12	-	12
CARIRI	250-251	30	-	30
MISTO- MORADA NOVA VERMELHA E MORADA NOVA BRANCA	252	19	-	19
CARA CURTA	253-254	14	11	3
MISTO – RABO LARGO, SANTA INÉS E BARRIGA NEGRA*	256	6	-	6
MISTO – ALPINO E MURCIANA	257	6	-	6
SANTA INÉS CHITADA	258-260	10	6	4
SOMALIS	261-262	16	8	8
TOTAL		399	270	134

Fonte: Catálogo 4º Empório Dia D (p. 61 – 73)

* Todos os lotes estavam sendo vendidos no nome da Fazenda Carnaúba, com exceção do 256 e 257, vendidos por Suetônio Vilar.

Junto à cada lote está uma placa com o preço da parcela, a produção leiteira e regime de lactação, premiações, descendências, idade dos animais e, no caso dos bovinos, uma numeração que acompanhava a marca MDVS ou MDVG (com as iniciais de Manoel Dantas

Vilar, junto com S, para raça Sindi, ou G, para raça Guzerá). Nos lotes de caprinos e ovinos as divisórias feitas de madeira ficam junto a duas placas com os escritos “Cabras ibero-brasileiras de múltipla função – seleção desde 1971” e “Ovelhas deslanadas para o Nordeste real: carne sem sebos e comida sem farelos: 3,5 partos em dois anos”.

3) Fazenda Pau Leite e Currais, próximos a casa sede da Carnaúba: no período da manhã a programação contou com uma ordenha pública feita nos currais próximos a casa sede da Carnaúba. Esse momento é o primeiro em que Manelito cumprimentou os visitantes da fazenda. Tanto em 2015, como em 2016, a programação dedicou uma parte do período da tarde para uma visita guiada dos participantes do Dia D à fazenda Pau Leite, guiados pelos filhos de Manelito, Joaquim e Daniel. Na Pau Leite estão reservas hídricas da fazenda (açudes e cacimbões), e os apriscos com boa parte dos 2500 caprinos e ovinos da fazenda. Feitos de pedra, a disposição dos apriscos e currais divide os animais por raças, além das fêmeas em lactação separadas dos reprodutores:

Foto 24: Aprisco na fazenda Pau Leite separando caprinos da raça serrana azul (à esquerda) e moxotó (à direita)



Registro feito por Valdênia Meneses (2015)

4) Galpão e restaurante: em um grande galpão são realizadas as exposições das pinturas de Manuel Dantas Suassuna, intitulada “Em nome do pai” (2015) e “De onde viemos, quem somos?”, além de tapeçarias e esculturas em louça, feitas por Zélia de Andrade Lima. Em 2015 e 2016, as paredes do galpão também foram usadas para exposições de fotografias de Lucas Suassuna Wanderley e Manuel Dantas Vilar, filho de Manelito, conhecido como “Dantinhas”. O galpão ainda abriga um restaurante exclusivo para os participantes do “Dia D”. Nesse galpão tiveram alguns momentos de jogos e premiações como o anúncio dos prêmios de uma vaquejada, realizada no parque Vila Batalhão (ao lado da rodovia que liga a Carnaúba à Taperoá), e também uma “pega de bode”: uma brincadeira que valia um prêmio em dinheiro para quem conseguisse capturar, sem usar cordas, um caprino que era solto em um terreno próximo a casa sede da fazenda

Ao operar um “resgate” dos ferros do gado da família e um projeto literário e zootécnico que busca uma profunda “brasiliade sertaneja” nas raças de caprinos, os Dantas Vilar e Suassuna expressam valores sobre o seu lugar social e, a partir disso, uma concepção sobre a pecuária e o fenômeno das secas. Esse constructo entrelaça um compromisso com a história da família, e exerceu uma forte influência política no meio pecuarista nordestino sob vários aspectos. Impressiona como a caprinocultura passou dentro de poucas décadas de uma atividade descreditada quanto à sua viabilidade econômica entre grandes pecuaristas, até ser elevada a “caminho para revitalização política literária e econômica do Nordeste”, como coloca a frase de Ariano Suassuna gravada nos queijos. Estes dados de pesquisa indicam como problemas de desmonte de uma ordem social de uma elite – que tocam principalmente seus recursos de distinção pecuaristas – foram transformados em uma virtude “sertaneja”: uma fração dos pecuaristas elaborou, com recursos de memória sobre a terra, mesclados a termos agronômicos, zootécnicos e empresariais, todo um discurso de “novidades” sobre o que se deve ou não fazer, não apenas de atividades agropecuárias no Nordeste, mas para classificar socialmente o fenômeno da estiagem. Em uma proporção bem mais abrangente com o caso dos Fernandes Batista – que começaram mais recentemente, nos anos 1990, o trabalho sobre os caprinos nas fazendas.

O status obtido pela Carnaúba e Pau Leite indicam evidências de como estratégias de reconversão entre grandes proprietários pecuaristas foram transformados politicamente em vocações para todo o semiárido, e símbolo de uma autêntica “sertanidade” e “nordestinidade”. As gerações dessas famílias que ingressaram em atividades urbanas fora de uma crise econômica agropecuária obtiveram um capital econômico e competências de conhecimento para tecer justamente a defesa de um rural – que aparenta ter tons universais, e é uma referência ao passado da elite pecuarista do Nordeste. A partir do caso dessas famílias, é possível entender como estratégias de reconversão de grandes proprietários do semiárido nordestino autonomizaram-se para um campo político em relações com representantes do Estado, instituições como Sebrae, Embrapa e na posição política de associações pecuaristas. Nesse campo, são mobilizados argumentos para fazer “crer e ver” vocações para as secas, e impor um conjunto particular de definições e práticas sociais, uma concepção particular de elite para o que deve ser convivência com todo o semiárido – desviando a relevância, inclusive dos problemas urbanos dessa região do Brasil. O ponto de partida “dentro da porteira” de centenárias propriedades do Cariri paraibano permite, no capítulo seguinte, tentar ampliar o olhar da tese e mapear qual concepção de semiárido e de convivência com as secas é legítimado entre frações da elite pecuarista do Nordeste constrói. Historicizando a formulação desses

discursos a partir de como foram incorporadas propostas da Sudene dos anos 1970, com uma defesa memorial da “civilização do couro”, é possível delinear um campo de divergências, mas também de significativas afinidades das concepções políticas dos pecuaristas com outros atores que acionam a ideia de convivência com semiárido, como os movimentos sociais e ONGs.

CAPÍTULO 4: SAUDADE E RUSTICIDADE: SENTIDOS DA CONVIVÊNCIA COM AS SECAS ENTRE GRANDES PECUARISTAS DO NORDESTE

4.1 A convivência em conflito

Nos últimos anos, têm se acentuado os embates em torno das obras de Transposição do Rio São Francisco: a construção de canais que ligam o leito do “velho Chico” a partir de dois eixos na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, iniciada em 2007, e parcialmente concluídas até 2017. O projeto que já tem mais de 150 anos – se contarmos de suas primeiras proposições nos institutos de engenharia, durante o Império de Dom Pedro II⁵⁹ –, e que teve sua realização política dinamizada nos governos Lula, tem sido centro de uma das mais acirradas disputas entre governadores, setores empresariais, igrejas e movimentos sociais em relação ao problema das secas no Nordeste. No campo dos defensores da obra está o político Ciro Gomes – ex-deputado federal e governador do Ceará, e ministro do planejamento durante o primeiro governo Lula. Durante o programa Roda Viva (TV Cultura) de 15 de julho de 2005⁶⁰, Gomes parte em defesa da obra, que estava em fase de licitação, destacando a garantia de “segurança hídrica” das áreas urbanas, principalmente das cidades de médio porte do semiárido. Ele também apela para que os que fazem críticas às obras não caiam na malícia de políticos, que nas reuniões do Comitê da Transposição insistem em um discurso de divisão regional entre estados “com e sem água” do Nordeste: notadamente Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco *versus* Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Na bancada do programa estavam jornalistas, especialistas acadêmicos, gestores e militantes de movimentos sociais. Entre eles – descrito por Ciro Gomes como um dos críticos respeitados das obras de Transposição –, o engenheiro e professor da FUNDAJ, João Suassuna. Desde a década de 1990, Suassuna (1997, 2001, 2002, 2003, 2007) tem publicado artigos e dado palestras sobre os problemas do projeto da transposição do São Francisco e de suas alternativas⁶¹. Em entrevista, realizada em novembro de 2015, em escritório da sede da Fundaj,

⁵⁹ Campos (2014, p. 74) menciona um debate em 1877 entre os engenheiros Henrique de Beaupaire Rohan e Viriato de Medeiros no IHGB. Em questão estava uma obra de canais do São Francisco defendida por Beaupaire Rohan e criticada por Medeiros, um primeiro confronto de ideias que colocou a seca como um problema científico e nacional.

⁶⁰ A entrevista está disponível na íntegra no youtube <https://www.youtube.com/watch?v=IYVfkLkKzBU&t=624s>.

⁶¹ Ver currículum lattes de João Suassuna <<http://lattes.cnpq.br/0668467515573937>>.

o professor Suassuna se coloca, além de crítico da Transposição, como um representante da “nona” geração da família na fazenda Carnaúba. Nesse momento ele cita o trabalho na pecuária de caprinos da Fazenda Carnaúba – do seu primo Manelito – como exemplo de convivência com as secas e, portanto, uma alternativa a grandes obras hídricas.

Valdênio: O Sr. pode falar da sua vida?

João Suassuna: (...)Eu sou oriundo da família Suassuna, meu avô foi governador do Estado da Paraíba, nos anos de 24 até 28 do século passado [...]Eu passei muito tempo em Campina Grande e a gente foi criado muito com esse sentimento de terra. Então a gente viveu e isso foi muito forte na vida da gente, principalmente em Taperoá que era a região que a gente ia passar nossas férias. (...) mas Manelito ficou morando lá (...) com a morte do pai dele, voltou para Taperoá e assumiu os trabalhos das fazendas (...) ele começou a enxergar que Taperoá, a meteorologia lá é meio desmantelada, lá não costuma chover, para você ter ideia, as chuvas do Nordeste seco são concentradas em quatro meses do ano. (...) Aí ele também começou a criar os pequenos ruminantes, os caprinos, que foram introduzidos aqui na época da colonização, eles se misturaram durante esses 500 anos, mas eles ficaram com uma característica importantíssima, que é a rusticidade da sobrevivência num ambiente inóspito.

Além desse ativismo em que se insere o professor Suassuna, há uma outra frente crítica às obras de transposição vinda de um setor de pastorais, ONGs e movimentos sociais que, desde os anos 1980, encampam uma bandeira de da convivência com as secas. Dramatizado por uma greve de fome do bispo Dom Luiz Cappio, em 2013, na cidade de Juazeiro na Bahia⁶². Esse ponto de vista contrário a transposição pode ser sintetizado nas críticas do livro de Roberto Malvezzi (2007), membro da pastoral da terra e da ASA. Para Malvezzi (2007), são os defensores da transposição que fazem uma falsa polêmica entre os que “tem água e os que não tem” – rivalizados entre personalidades políticas dos estados do Nordeste. Segundo o autor (MALVEZZI, 2007, p, 40), a transposição não foi concebida para pessoas e animais, mas para irrigação voltada à grande exportação agrícola, dando continuidade a uma indústria da seca. As alternativas mais sustentáveis e mais baratas a esse modelo estariam justamente nas experiências de convivência com as secas, baseadas em tecnologias sociais como as do P1MC, sintetizadas no capítulo final do livro *Uma visão holística* (MALVEZZI, 2007).

Debater a fundo cada uma dessas críticas às obras de transposição extrapola os limites desse trabalho, mas, ao menos, ao olhar esse tabuleiro de argumentos, torna-se perceptível como os diferentes atores e grupos enfatizam sua posição contrária à obra, acionando diferentes bandeiras de convivência com as secas, contra os argumentos dos defensores das obras. No

⁶² Ver notícia <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1381665-bispo-que-fez-greve-de-fome-contra-transposicao-aponta-uso-eleitoral-da-obra.shtml>>

âmbito desta tese, esse embate das obras no rio São Francisco indica como distintas tendências políticas levantam uma bandeira de convivência com as secas. Em suma, a questão do “Velho Chico” lembra que convivência com semiárido ou convivência com as secas são palavras políticas. Elas não têm nenhum sentido inerente se não considerarmos suas gestações dentro de relações de poder conflituosas. No enquadramento desta tese, posicionei que a convivência com as secas pode ser arma mobilizada para trincheiras de militância política, tanto em trabalhos que apontam na convivência com as secas uma transição paradigmática no debate acadêmico (SILVA, 2007), como no experimentalismo institucional entre movimentos sociais dentro de políticas públicas, na década de 2000 (DINIZ, PIRAUT, 2011), mas também uma bandeira que sintetiza projetos políticos dos círculos das elites pecuaristas do semiárido nordestino. Ao fazer este capítulo da tese – ampliando o olhar sobre os pecuaristas do Cariri Paraibano para a região do semiárido nordestino – busquei analisar as condições de possibilidade do sentido que elites proprietárias dão convivência com as secas, a partir de artigos, editoriais, em suma, debates de ideias publicados em revistas ligadas às sociedades pecuaristas, além dos dados de pesquisa analisados nos capítulos 2 e 3 – nas biografias daqueles que assumem o papel social de “patriarcas” das fazendas e, por fim, um material ligado à ASA e ao IRPAA com artigos, cartilhas, projetos e movimentos sociais que acionam a bandeira da convivência com o semiárido. A partir disso, espero compreender a convivência com as secas entre os pecuaristas nas estratégias de poder relacionais entre os variados “jogadores” que produzem e acionam cada qual suas “convivências” e seus “semiáridos”.

Ao debruçar-me sobre essas fontes, também tomo distanciamento de argumentos que quase soam como uma propaganda, com pouco grau de crítica de ideias e experiências classificadas como exemplo de convivência com semiárido. Esse é tanto o caso do ideário de “fazendas modelo”, de convivência com as secas, defendido pelos grandes pecuaristas, mas também de um volume considerável de artigos sobre as políticas das cisternas, a agroecologia e a pequena pecuária em ações dinamizadas pela ASA e IRPAA, além de outras redes e instituições. A ideia de convivência com o semiárido é apresentada como se fosse uma descoberta espontânea, harmônica e uníssona em termos de significados. Se há controvérsias nos significados, nas bandeiras de convivência com semiárido, elas são tidas como resultado dos atritos inerentes à produção simbólica de uma ideia, mas de uma falha de conscientização, vista, principalmente, como culpa dos representantes do Estado. Vale demarcar que ao problematizar e criticar sociologicamente esses trabalhos a favor da bandeira da convivência com as secas e, em seguida, tentar explicar uma versão dessas ideias do “lado” de grandes pecuaristas, não faço engajamento político favorável da minha parte, nem deste trabalho de tese

às elites. Proponho aqui uma tentativa de sair de um lugar comum, se possível devolvendo um pouco de maleabilidade política à ideia de convivência com o semiárido, expondo seus conflitos e contradições inerentes, não para destruir seu potencial, mas alertando como elites condicionam seu poder criativo a uma lógica de dominação, e assim restringem suas capacidades para combater as desigualdades sociais reproduzidas sob a aparência naturalizada das secas no Nordeste. Por isso, quando faço uma crítica à bandeira política da convivência com o semiárido, não desqualifico a importância e efetividade das iniciativas voltadas para populações pobres da zona rural do interior nordestino, que apenas recentemente vieram a ter acesso menos restrito a políticas públicas de proteção social e cidadania. São esses grupos, por sinal, constantemente alijados, que mesmo não mais majoritariamente moradores e agregados subordinados às fazendas, são vistos pelos pecuaristas como socialmente inferiores, tidos como “acomodados” pelos programas sociais do governo, e incapazes de pensar um projeto político. Na percepção dos pecuaristas, os pobres no meio rural são passivos de tutela a serem “conscientizados” dentro de uma visão de semiárido do projeto pecuarista, no qual o termo convivência com as secas indica a defesa da grande propriedade da terra e de uma distinção de elites sociais.

Feitos essas ressalvas políticas sobre esta tese, passo para a crítica a poucos trabalhos que saem de um viés harmônico, analisam o recente reordenamento político sobre o fenômeno da estiagem. É o caso do livro de Mariana Moreira Neto (2013), *Outro sertão: fronteiras da convivência com semiárido*, fruto de uma tese de doutorado em sociologia. A autora inicia o seu debate tratando como a convivência com o semiárido enuncia a transformação recente da imagem regional do Nordeste, que deslocou o constructo de “região problema” do Brasil, condenada a paisagens naturais e sociais dominadas por terras rachadas pela seca, animais mortos, frentes de emergência, miseráveis e dos retirantes “paraíbas” que iam trabalhar no sul do país. A transição sertão/combate à seca para o semiárido/convivência, segundo Moreira Neto (2013, p. 14), pode ser “escavada” em textos de intelectuais que assumiram posição pública ainda na primeira metade do século XX, como José Américo, Guimarães Duque e Josué de Castro, além do período da Sudene, dos anos 1950, que institucionalizou na linguagem técnica e científica uma região chamada semiárido brasileiro. Para Moreira Neto (2013), o atual consenso político em torno da convivência com as secas é construído quando instituições e movimentos da sociedade civil, sindicatos, pastorais, associações e movimentos sociais, entre 1980-1990, trazem novos dizeres e imagens sobre o Nordeste. A região do semiárido, dentro desses novos significados, passa a ser vista em discursos de pedagogia pastoral como lugar da “boa nova”, de superação da antiga filosofia de combate às secas, do esquecimento das imagens

cinzentas de caatinga seca, em que andam corpos magros em frentes de emergência, ao verde das experiências de plantio agroecológico irrigado em mandalas⁶³, tecnologias sociais de cisternas, e outros aprendizados feitos em cursos e jornadas desenvolvidas em assentamentos, cooperativas e associações de agricultores familiares (MOREIRA NETO, 2013, p. 196). Apesar dos momentos de trabalho em que Moreira Neto (2013) e seus artigos posteriores, em parceria com a historiadora Lucinete Fortunato (2018), transitaram de forma problemática na fronteira entre pesquisadora e militante no universo que pesquisa, e do fato tratarem com menos rigor crítico termos como “saber local” e ideias como “despertar” valores “naturalmente” agroecológicos, o núcleo de sua tese é bastante interessante, uma vez que mostra como é produzida e firmada uma visão de convivência com o semiárido a partir de uma realidade de lutas possíveis – mais que uma região geográfica definida por especificidades climáticas de fauna e flora, mais que uma “consciência” espontânea ou ensinada de adaptação⁶⁴, o termo semiárido e suas convivências são realidades politicamente produzidas e impostas, e assim naturalizadas. É nessa arena de embates que redes como a ASA travam ferrenhas disputas, inclusive inibindo e desqualificando qualquer iniciativa que desloque o semiárido de um eixo rural em que reinam a retórica da sustentabilidade, agroecologia e educação contextualizada (MOREIRA NETO, 2013, p.197).

Um outro trabalho que debate as contradições no discurso de convivência com as secas é o artigo *Convivência com o semiárido: um novo paradigma de políticas públicas para o Nordeste?* dos pesquisadores da UFCG, Luis Henrique Cunha e Jonatta Paulino (2014). Propondo conhecer melhor as condições de produção do novo paradigma sobre as secas no semiárido, os autores refletem sobre as tensões – não refletidas entre os militantes das organizações em defesa da convivência com as secas – entre posturas vanguardistas, mas também dotadas de um tradicionalismo. Trata-se de um “conservantismo de vanguarda” que se propõe menos a uma transformação social de grupos sociais esquecidos no paradigma de combate às secas e mais para mantê-los em um conjunto de práticas sociais e estilos de vida diante de um fenômeno natural, reconhecido como inevitável e cíclico. Analisando documentos de ONGs, projetos governamentais, relatórios de políticas públicas e trabalhos acadêmicos,

⁶³ As mandalas são técnicas de irrigação e cultivo de hortaliças através de formas circulares e pequenos canais de irrigação.

⁶⁴ Como provoca Ab'Saber (2003, p. 85), a partir de reflexão feita no final dos anos 1990, a mais grave falácia sobre o Nordeste seco ocorre quando se pretende ensinar o nordestino a conviver com a seca. Trata-se de atitude pretensiosa que atinge em cheio a dignidade de uma das populações rurais mais briosas e sofridas de todo o país. O problema das secas jamais deixou de estar ligado à capacidade de políticas públicas alcançarem e efetivarem acesso a recursos e direitos básicos a essa população.

Cunha e Paulino (2014) problematizam a ideologia de engajamento que coloca a convivência com semiárido menos como mudança e mais como manutenção e conservação de uma ordem social rural e seus saberes – como o das experiências agroecológicas – contra grandes transformações modernizadoras, sejam as investidas do capital do agronegócio ou as grandes obras de combate às secas. Outro exemplo “conservantista” é a manutenção de uma política bem-sucedida, como as das cisternas, tida como definitiva, ou seja, como um fim em si e não como algo transitório, sem nenhuma demanda por parte dos coletivos da ASA e outras redes de organizações em defesa de acesso à água canalizada e potável para os pobres das áreas rurais do semiárido (CUNHA, PAULINO, 2014, p. 53-54). Os autores chamam essa ideologia de “excepcionalismo dos pobres”, um projeto de modernização que se fixa mais na adaptação, aceitação e harmonização contra uma radical mudança – mesmo positiva – de padrões de vida de populações rurais que habitam na área atingida pelas secas. Mais que uma mera discussão retórica ou abstrata, as contradições entre conservantismo e o excepcionalismo da convivência com o semiárido são legitimadas e se tornam problemas reais ao adentrar em espaços de debate, planejamento e execução de políticas públicas, como o antigo MDA, CONSEA, BNB e secretarias de governos municipais⁶⁵, estaduais e federal.

Reconhecidas as muitas contribuições que Moreira Neto (2013) e Cunha e Paulino (2014) dão a esta tese, é notável como nenhum deles aborda a construção dos significados da convivência com as secas entre elites de proprietários rurais do semiárido do Nordeste. Seja pelo engajamento político de quem escreve ou nos critérios para seleção de fontes – restrita ao campo da ASA e à produção acadêmica de seus representantes –, fica a impressão de que as elites pecuaristas do semiárido nordestino desapareceram ou não influenciam nesse debate público de superação do modelo de combate às secas. Incorporando o caminho metodológico que tanto Moreira Neto (2013) como Cunha e Paulino (2014) seguem – que é tencionar analiticamente a noção de campo da sociologia de Pierre Bourdieu (2009, p. 67) –, mas tentando ir além da análise deles, tento reconstruir os caminhos pelos quais elites pecuaristas do Nordeste acionam a convivência com semiárido, ciente de que essa palavra é disputada e distribuída sob

⁶⁵ Tendo como tema o Plano Municipal de Convivência da cidade de Serra Talhada em Pernambuco, os artigos de Sieber e Gomes (2013, 2016) debatem como o discurso de empoderamento da sociedade civil anunciado na convivência com semiárido “esbarra” ou se entrelaça com uma lógica de poder clientelista e eleitoral das prefeituras e espaços de decisões (associações, sindicatos etc.). As autoras, inspiradas na leitura de processos de “confluência perversa”, feita por Evelina Dagnino, sobre sociedade civil nos anos 1990, colocam como velhos modelos de negociação adentram as novidades ditas democráticas e participativas. Relações de poder local, dependência e jogos eleitoreiros entram pela disputa dentro do associativismo e coletivismo das organizações que seguem o paradigma da convivência com as secas. A convivência com as secas se torna uma convivência política que coloca agricultores familiares em hierarquias inferiores, submetidos a modelos de decisões de “cima para baixo” pautados na retórica da seca e visando disputas eleitorais. (SIEBER, GOMES, 2013, p. 185).

um plano relacional de um campo, ou seja, um microcosmo social dotado de propriedades específicas. Frações de uma elite pecuarista do semiárido nordestino da qual fazem parte as famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista ocupam posições e relações, tecem argumentos e se movimentam em um tabuleiro como “jogadores” que acionam a convivência com o semiárido: de grupos estabelecidos em estratégias de conservação de posições de poder até aqueles que fazem “heresias e vanguardas” pela conquista do monopólio de classificações sociais e políticas sobre as secas.

Colocados os termos do debate do campo da convivência com o semiárido, pode-se analisar como esse termo, enquanto palavra política, circula entre grandes pecuaristas, fazendo com que estes produzam socialmente uma crença para legitimar a propriedade de terra e de uma vocação sem alternativas para a pecuária no Nordeste. O fio que costura esse argumento é “puxado” a partir da apresentação da figura dos “patriarcas”, personalidades masculinas respeitadas pela hierarquia das famílias aqui pesquisadas. As condições sociais de produção desse personagem podem ser inteligíveis cruzando a construção da narrativa biográfica de Malaquias Batista Filho e Manuel Dantas Vilar Filho com valores sociais e esquemas de percepção da elite pecuarista do Nordeste, em editoriais, reportagens e artigos de revistas, como Agropecuária Tropical, criada no final da década de 1970, com patrocínio e corpo editorial dos membros de entidades de classe e sociedades de grandes criadores – associações estaduais, SNC e ABCZ. Assim pode-se compreender como se produz um “conviver com as secas” que evoca a saudade das fazendas, da memória dos ancestrais da família na propriedade, junto com uma proposta de melhoramentos na rusticidade nos bovinos, ovinos e nos caprinos – estes últimos eleitos não apenas para um potencial econômico, mas como símbolos de projeto político em busca de um símbolo “autêntico”, nordestino, que recomponha traços de prestígio e distinção social da grande propriedade do interior do Nordeste.

4.2 Vidas secas e o semiárido do patriarca

As figuras de Malaquias Batista Filho e Manuel Dantas Vilar são colocadas em posições dominantes nas hierarquias de suas famílias e tidos entre seus parentes como “patriarcas” e últimos representantes vivos de uma linhagem ancestral da família estabelecida em suas centenárias propriedades. Os dois também são hoje “porta vozes” acionados por pecuaristas, jornalistas ou pesquisadores acadêmicos para falar sobre as estratégias – junto com irmãos e primos – que fizeram as fazendas Carnaúba e Capitão-Mor lugares de culto à memória familiar e também criatórios referência de caprinos e de experiências de convivência com as

secas. Por isso analisar como são tecidas suas narrativas biográficas é uma interessante via para entender como valores particulares da elite pecuarista se tornam fundamentos para uma bandeira de convivência com as secas: a dramatização que compõe as “vidas secas” dos descendentes de uma elite tornada símbolos de resistência e “sertanidade”.

Nascido em 1937, na Fazenda Carnaúba, e quarto filho do casal Manuel Dantas Vilar e Clívia Guedes – casamento entre famílias que estenderam suas redes entre Taperoá até a cidade de Patos, no sertão paraibano –, Manelito se define como um “sertanejo teimoso” que nunca deixou de olhar para o seu chão e suas “afinidades mais íntimas com a pecuária” (VILAR FILHO, 1978, p. 5). Tais afinidades são descritas durante conversa que registrei com ele nos alpendres da casa da Carnaúba, quando peço para que ele fale do seu período de infância e adolescência. Manelito diz que sua primeira escola foi a fazenda: pelos investimentos em professores primários, feitos pelos pais, e o contato com autores que falavam do sertão – ele recorda de um exemplar de Euclides da Cunha que fazia parte da biblioteca do falecido governador João Suassuna que foi toda transportada para a Carnaúba. Outras lições de uma infância vieram da convivência com trabalhadores durante a lida do rebanho do gado na fazenda. Lembranças dessa fase da vida são detalhadas na crônica “O Bom Começo Levou o Guzerá”, publicada em edição da Revista Agropecuária Tropical (2004):

(...) Meu pai começou a criar zebus em 1934, antes de eu nascer. Vivi, desde pequeno, num curral onde leite, João de Abreu, Cantagalo, seca, Guzerá eram assuntos do dia-a-dia e meu mundo mítico de menino, povoado dessas imagens (...).

“Vaca Guzerá só parte, quando o bezerro novo está junto. É para defender ele. Tenha medo não!” – Cazuza Emiliano (1944), vaqueiro, protegendo-me entre a porteira e uma vaca recém parida. Eu com o caneco de asa que ganhara, para aprender a tirar leite.

Espere por aquela, essa daqui tem o leite duro e o peito grosso. Da vaca azulada é macio e cabe na sua mão; vai encher seu caneco.” (idem).

Oh! vacas bonitas!” – Minha mãe (1945), no terraço, vendo passar um grupo no pátio, enquanto fazia um curativo no dedão topado do meu pé...

A gente fala e elas vão. Essas outras, ficam teimando, querendo voltar para comer mais.” – Seu Chico Clementino (1945), vaqueiro, apontando as Guzerás, ensinando-me a tanger o gado pro curral após bebida no açude, eu ao lado, escanhachado e fagueiro, num jumento em osso.

Esses chifres, que deixam o gado até mais bonito, têm que ter serventia. Se não, a Natureza tinha tirado eles.” – Seu Manoel Damião, Mestre de Açude e Profeta de Chuva, de barba e cabelos bem brancos, dos mitos do meu mundo primitivo, no escritório dos sábados, na cidade, onde eu ia escutar a

administração e as conversas.

Quando vem o leite da Carnaúba, o queijo cresce...” – Maria Cajarana, queijeira sertaneja, despejando a coalhada já cozida em leite, na urupema grande da panela de barro. A gente esperando escorrer para mordiscar pedaços, no “quarto do queijo”, da casa da rua.” (VILAR FILHO, 2004, p. 12-13)

Após os 10 anos, Manelito sai desse mundo da fazenda e vai para o que chama do “exílio”, em Recife, para cursar o ginásio nos colégios Salesiano, Americano Batista e Marista, e, em seguida, o curso de engenharia na UFPE, também em Recife. Logo após a formatura, Manelito começa a atuar como professor universitário e em cargos da SUDENE e nas companhias estaduais de gestão da água – como a SANECAP e a CAGEPA, da qual Manelito afirma ter participadoativamente da fundação, em 1966. É nesse momento, em que transita em cargos docentes e de administração pública, que Manelito rememora que aconteceu algo decisivo que o fez fazer um caminho inverso da sua geração: sair da cidade e voltar ao “sertão”. Além da insatisfação com reformas na estrutura acadêmica de disciplinas – como a implantação do sistema de créditos, modelo que considerou uma “americanização” da universidade brasileira – Manelito demarca o falecimento do pai, no início da década de 1960, como crucial para voltar a morar na Fazenda Carnaúba e passar a se dedicar exclusivamente às atividades agropecuárias: buscar conhecimento e experimentação “na prática”, sem modismos vindo de tecnocratas do “sul do Brasil”, e sem intermediação de universidades distanciadas da “realidade do sol e da seca”. Assim, afirmado conhacer, antes de vivência do que de ciência, a terra e o clima do sertão dos Cariris Velhos, Manelito afirma em entrevista à revista da ABCZ que fez nada mais que um reencontro com uma vocação:

Revista ABCZ: O senhor é engenheiro por formação. Porque decidiu se dedicar à pecuária?

Manelito: Sou engenheiro civil por formação acadêmica. Por natureza e sentimento fui criador. A dedicação exclusiva a pecuária ocorreu por sucessão súbita de meu pai, há 36 anos. Foi um encargo, mas, também um reencontro com minhas raízes e minha vocação essencial (CRPBZ, 2016, p.1).

Essa “volta às raízes” teve percalços já de início, sendo um deles a crise no mercado do algodão, fato que antecedeu a praga do Bicudo, e que, segundo Manelito, também serviu como comprovação da “loteria” e inviabilidade da agricultura diante das secas no semiárido:

Valdênio: (...) aqui além da pecuária teve algodão?

Manelito : Teve (...) nessa e na outra fazenda (...) desde a década de 1960 com o advento da petroquímica que a lavoura de algodão já tinha se acabado no Brasil com os derivados de petróleo e continuava sendo o carro-chefe com o uso da terra (...) pai tinha 180 hectares de algodão, milho e feijão (...) aí fui pra 700 (...) aí como era eu prestando conta pros outros (...) fui percebendo maior as contas maior prejuízo (...) eu cancelei antes do bicudo o plantio de algodão aqui (...) milho e feijão é uma loteria a lavoura temporária (...) aí fui aprendendo as custas do couro e do espinhaço (...) que aqui eu tenho de ser com planta perene pra eu escapar da loteria da germinação anual (...) e tinha que me voltar pra pecuária. Aí zerei os roçados daqui (...).

Firmada em 1970 a aliança de “cabreiros” com o primo Ariano Suassuna Manelito também atua como participante ativo nos quadros de grandes associações pecuaristas na Paraíba (SRP, APPACCO) onde ficara conhecido como “Camelô das secas”. Esse foi o tema inclusive de uma reportagem do Globo Rural, no ano de 1983⁶⁶: guiando o repórter Ivaci Matias nos açudes secos da fazenda, Manelito mostra o sistema de cacimbões para captar água do lençol freático, as vacas do rebanho Guzerá, e encerra a reportagem mostrando as técnicas de fenação para alimentação dos animais, desde o trabalho de importação de capim búffel da Austrália, até o uso do bagaço de cana de açúcar comprado das usinas da zona da mata paraibana

Um outro assunto comentado por Manelito quando lhe peço para falar da sua vida está em referências à falta de instituições de pesquisa sobre as secas e pecuária no semiárido. Durante momentos da nossa entrevista, o proprietário da Carnaúba reclama várias vezes do que chama um erro histórico da falta de investimentos de pesquisas voltadas para especificidades climáticas. A única exceção disso foi o período da Sudene à frente de Celso Furtado, até 1964, e a iniciativa do INSA, a partir de 2004, instituto do qual ele foi fundador e um dos primeiros presidentes, articulando à época com o governo Cássio Cunha Lima. Segundo Manelito, o semiárido é sempre esquecido por uma visão estreita de brigas políticas que tiraram a pecuária dessa região do foco de escolas de agronomia e universidades do Brasil. Ele toma como exemplo a fundação da escola de agronomia de Areia, ironizando o legado de José Américo de Almeida, um dos políticos que ficaram contra os Dantas Vilar e Suassuna, ficando do “lado vencedor” da comoção pela morte de João Pessoa após a Revolução de 1930⁶⁷:

Manelito – (...) o semiárido do Nordeste que é 91% do Território da região (...) ficou fora de tudinho. A escola de Agronomia de Salvador foi em torno

⁶⁶ A entrevista com Manelito começa por volta de 2 minutos e 49 segundos do vídeo <<https://www.youtube.com/watch?v=K9nNpJtG014&t=537s>>

⁶⁷ José Américo de Almeida foi advogado, escritor e político que nasceu em Areia-PB, e, seguindo o ritual dos filhos das elites agrárias do Nordeste em declínio no fim do século XIX, formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1908. Foi ministro da Viação e Obras Públicas nos dois governos de Getúlio Vargas, senador, ministro do Tribunal de Contas da União e também exerceu cargo de governador da Paraíba (1951-1956). Apoiou a Revolução de 1930, firmando como uma de suas marcas o símbolo do lenço branco da Aliança Liberal. Para uma análise da trajetória da elite canavieira que descende a família de Américo de Almeida, ver Garcia Jr. (2007).

do Cacau (...) a do Recife em função da cana de açúcar (...) e a do Ceará foi em função da engenharia de pesca marítima (...) o semiárido nunca entrou com um tema ou inspiração (...) aí resolveram criar uma aqui na década de 30 no Brejo de Areia, onde chove (...) e foi inspirado nas propostas de alguém (...) historicamente político aqui da Paraíba (...)

Valdênio – José Américo?

Manelito – (...) Bata na madeira pois dá um azar arretado esse nome (...) chega de botar as instituições do semiárido na beira d'água

Ainda no tema das universidades, Manelito insiste nos seus argumentos que há um grave distanciamento da pesquisa acadêmica com a prática da pecuária sertaneja: por isso ele elogia o curso de zootecnia da UFRPE que, inclusive, o recebeu, em maio de 2016, para uma das (hoje) raras palestras fora da Carnaúba, com o tema “^{“Avanços} tecnológicos no campo”, na abertura da XXIV Semana de Zootecnia da UFRPE, em maio de 2016. No cartaz há o destaque de uma frase que Manelito coloca em várias de suas intervenções públicas: “o gado é a mola do mundo, os caprinos e ovinos são os parafusos que prendem os extremos dessa mola, completando, assim, o amortecedor para o conforto da humanidade”.

Na edição de 2015 do dia D na Fazenda Carnaúba, houve uma homenagem a Ariano Suassuna (falecido um ano antes), seguida do lançamento do documentário **Carnaúba, Amor a Cultura e a Fazenda**⁶⁸. A narrativa do filme exalta a figura do Sr. “Manelito” como alguém que fez da “fraqueza a força”, um representante da oitava geração da família Dantas Vilar na fazenda, que deixa para os filhos um legado do vínculo com a terra da Fazenda Carnaúba, colocada como um “santuário de raças nativas” do semiárido nordestino. Após o filme, Manelito seguiu para uma jornada de “apertos de mão”: primeiro de parentes e afilhados pedindo a benção e o cumprimento a políticos e amigos do meio pecuarista que visitavam a Carnaúba.

Diferente de Manelito, que interrompeu em definitivo a carreira acadêmica para fazer um “retorno à vocação da pecuária”, Malaquias Batista Filho conciliou os investimentos feitos a partir da década de 1980, nos livros de memória da família e na pecuária na Capitão Mor e Pitombas, com as atividades universitárias que o consolidaram como referência na área de nutrição e segurança alimentar no Brasil. Primogênito do casal Batista Malaquias e Sinhá Fernandes, Malaquias nasceu na fazenda Pitombas, em 1934, e, no relato dos seus primeiros anos de vida, recorda da infância e adolescência, convivendo com os trabalhadores da fazenda como os vaqueiros de Chico Lúcio, Sebastião Tenente e João Frazão, que, além da ajuda no trato do gado e dos bodes, operavam tratores e tocavam um forró nas horas amenas (BATISTA

⁶⁸ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=r0D4TUEcNgQ>>

FILHO, 2014, p.101). Havia outros “homens de confiança”, como o vaqueiro Gerson Brito, que chegou a ser “compadres” da família, casando com uma neta de Pedro Lima (tio-avô de Sebastiana Fernandes), e também João Caetano, descrito como “um preto retinto, bom de machado, foice e enxada e sempre disponível para operar um rifle – lembrado por fazer a escolta dos filhos de Malaquias Batista quando iam pra um forró em “território inimigo”, próximo a uma fazenda dos rivais da família Feitosa (BATISTA FILHO, 2014, p. 100). Outra memória bastante mencionada é a “escolinha” da fazenda por iniciativa da mãe e do vizinho da fazenda Estrela D’Alva, o “Dr. André” Rêgo. Ao contratar uma professora primária para ficar na fazenda, havia também interesse, principalmente por parte do pai de Malaquias, de que o filho mais velho fosse uma liderança política na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro – que, em 1958, se emancipava da cidade de Alagoa de Monteiro.

Malaquias Batista : Meu pai achava que o ideal do homem aqui (...) ser aventureiro tomar umas cachaças e ser um bom vaqueiro (...) bom de briga (...) e quando eu comecei a estudar medicina (...) o futuro que ele vinha para mim era que eu como médico tinha trunfo eleitoral e seria prefeito de São Sebastião do Umbuzeiro (...) a visão dele era muito aqui (...).

Malaquias Filho cursou o secundário na cidade de Pesqueira-PE e, em seguida (final da década de 50), foi para João Pessoa, onde iniciou o curso de medicina pela UFPB – quando também ficou responsável por uma casa da família no centro da cidade que contava com a “ajuda” de Dona Iracy, uma moradora da Capitão-Mor que foi para João Pessoa trabalhar nas atividades domésticas. Durante esse período, Malaquias trabalhou como jornalista e se inseriu na militância de esquerda universitária, com cargo na UNE, desviando-se do projeto do pai de conseguir um diploma e logo depois se tornar liderança política de São Sebastião do Umbuzeiro⁶⁹. Foi também nessa curta experiência jornalística que encontrou a obra literária que iria lhe influenciar para toda vida: a *Geografia da Fome*, de Josué de Castro. Assim ele coloca em discurso de agradecimento a uma homenagem que recebeu em um congresso na FUNDAJ:

Aquele livro foi um divisor de águas para mim. Naquele momento, eu decidi que não seria mais o clínico convencional que tinha sido retratado, que tinha sido caricaturado por minha família e até por mim. Agora, eu queria ser um médico de saúde coletiva e, ao mesmo tempo, também um militante político (BATISTA FILHO, 2013, p. 4).

⁶⁹ Esse desejo do pai de ter um filho líder político seria realizado anos mais tarde quando uma das filhas de Batista Malaquias e Sinhá Fernandes, Fátima, foi eleita prefeita da cidade de São Sebastião do Umbuzeiro na década de 1990.

Em 1961, Malaquias conseguiria emprego no Serviço da Assistência Médica Domiciliar de Urgência, cargo do qual seria cassado em razão do golpe militar de 1964. Nesse momento, ele foi para Pernambuco e se inscreveu nos quadros do Instituto de Nutrição da UFPE, sendo acolhido pelo professor Nelson Chaves – o que permitiu participar de pesquisas pioneiras no campo da nutrição brasileira, nos Centros de Educação e Recuperação Nutricional (CERN) (1967-1972), que tinham como objetivo a recuperação de crianças com desnutrição.

Concluído o doutorado em medicina na USP, na década de 1980, o professor Malaquias Batista, já consolidado como referência⁷⁰ na nutrição brasileira, passa a dedicar artigos, pesquisas, participação em bancas e orientação de trabalhos ao tema da alimentação em condições do semiárido – destaca-se pesquisas com o uso da palma e do leite de cabra na nutrição infantil. Segundo trecho do seu memorial, a preocupação do professor Malaquias Batista nesse momento era “o que fazer nas terras secas, para sobreviver com certa dignidade à escassez de chuvas e à pobreza dos solos magros? (BATISTA FILHO, 2013, p. 12). O interesse acadêmico pela seca e pelo semiárido também veio no momento de morte do pai, em 1987, lembrado também como a época do endividamento das fazendas da família, principalmente pela quebra do vínculos e saída dos moradores, e baixas nos preços devido às pragas na lavoura do algodão. Batista Filho (2014) narra que a família teve de discutir as heranças do patrimônio da família, e a responsabilidade de tornar viáveis as fazendas Capitão-Mor, Pitombas e Santa Clara – nesse sentido Malaquias justifica o caminho acordado entre os irmãos Fernandes Batista para que, na década de 1990, iniciassem a criação de caprinos Boer e implementação na fazenda de técnicas de conservação de pastagem nativa, plantio de capim búffel e palma, além dos cacimbões. Todas essas experiências eram expostas e debatidas em jornadas de trabalho nas fazendas Capitão-Mor e Pitombas que ficaram conhecidas como “Seminários de Viabilização do Semiárido” e que originaram dois livros.

Um primeiro livro que registra os debates nos seminários iniciados na Capitão-Mor e Pitombas é a coletânea *Viabilização para o Semiárido Nordestino* (2001), que reuniu alguns especialistas proprietários de terra, formados em universidades paraibanas e pernambucanas, nos temas da hidrologia, pecuária e agricultura no semiárido. Nesse livro estão artigo de Laurentino Fernandes – “Agua Agua...Solução para o semiárido?”, em que tece críticas ao modelo de combate às secas e açudagem; e também as “Crônicas do sertão frugal e verdadeiro”, de Manoel Dantas Vilar Filho. Também é da coordenação de Malaquias Batista Filho (2005) o volume 2 da coletânea *Semiárido: Riquezas e Oportunidades*, dedicado ao tema da Segurança

⁷⁰Ver currículum lattes <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787195U6>>

Alimentar e Nutricional. Na introdução do livro, Batista Filho (2005) menciona a história do Capitão João José, e seu dever acadêmico e familiar:

Apesar de saturado por demandas profissionais e obrigações domésticas que passam pelo polígono Rio/Recife/João Pessoa/São Sebastião do Umbuzeiro, com o quadrado mágico Capitão-Mor (de Cima e de Baixo), Pitombas, Santa Clara e adjacências, além do pesado ônus dos oitenta anos, carregando assim um “container” nas costas, aderi amadoristicamente ao convite/desafio do professor Mário Antonino, para coordenar a editoração de um caderno de Segurança Alimentar e Nutricional sobre o Semiárido Nordestino. É, afinal, um dever de ofício familiar e atávico, assumido desde que o Capitão João José da Silva Lima, avô do meu avô José Fernandes de Lima, transferiu-se, aos 15 anos, com armas e bagagens (leia-se coragem, espírito de aventura e vocação para enfrentar desafios) do Agreste de Canhotinho (PE) para o sertão de cactos, pedras, espinhos, terras e rios secos dos Cariris Velhos da Paraíba. Sem a coragem e a história do guerreiro João José e seus descendentes, aqui estou, de prontidão para o ataque e a defesa, cumprindo o mandato de compromisso com as coisas, a gente e os velhos e novos problemas do semiárido. Ou seja, do quadrado mágico dos velhos sítios de meus antepassados e do meu presente para a agenda maior de 22 milhões de pessoas que povoam o subcontinente do semiárido, com seus 980.000 Km² (BATISTA FILHO, 2005, p.13).

Ao encerrar o livro *Mãe Sinhá: memórias e lições*, listando os investimentos que tiraram a fazenda do “vermelho”, Malaquias Batista Filho “chama a responsabilidade” e conclama aos 61 descendentes das gerações mais jovens registrados na genealogia da família Fernandes Batista a seguir o trabalho, e colocar as propriedades no “verde”, não só em relação às contas, mas da convivência com as secas, mantendo assim uma “honraria e um compromisso” com a memória dos ancestrais (BATISTA FILHO, 2014, p. 102).

Essas narrativas recortadas do trabalho da pesquisa dos capítulos 2 e 3 mostram a apresentação biográfica dos “patriarcas” vivos das famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista. Guardadas as especificidades de cada trajetória, o vivido para Malaquias Batista e Manelito Dantas Vilar tende a ser narrado em uma sequência: 1) da infância de “meninos da fazenda”, vivendo entre os moradores, parentes e amigos, seguida da adolescência, momento de saída para estudar nos ginásios e universidades das capitais nordestinas; 2) um momento da morte do pai e de “voltar à fazenda”; e, inserido nesse movimento, 3) a missão de “honrar” a memória da família e transformar a centenária fazenda da família em modelo de convivência com as secas, com forte investimento na pecuária caprina. Longe de uma leitura de maniqueísmos ou determinismos, é preciso analisar essas etapas da vida, segundo os “patriarcas”, como crenças impostas e aceitas como verdadeiras e “reais” pelos autores das biografias, e principalmente no grupo social em que eles estão inseridos. Essa construção da imagem dos “patronos” das fazendas Carnaúba e Capitão-Mor está sintonizada com tendências de transformações recentes nas relações de poder e visões de mundo dos pecuaristas do

Nordeste. São esquemas de percepção e interpretação dos fatos vividos que podem ser reconstruídos a partir de valores sociais que circulam em veículos de imprensa porta-vozes de associações estaduais e regionais de criadores – como a SRP, SNC, e, além, ABCC⁷¹ e ABCZ. O personagem social filho de pecuarista, “sertanejo” antes de acadêmico, que “conhece seu chão” e defende um discurso “convivente” com as secas, um eixo norteador da biografia de Manelito e Malaquias Batista, é uma construção bastante recorrente em edições de Agropecuária Tropical (AT), publicadas entre 1978- 1995⁷². Esse seria o ideal biográfico do empresário rural e uma consciência “nordestina”, termo que dá título a uma resenha sobre o premiado pecuarista de gado Gir Ismar Amorim, da cidade de Passira-PB:

“Uma longa lista de gestos pioneiros, entremeados por atitudes de defesa política do Nordeste junto a autoridades regionais e ministros, ardoroso defensor das potencialidades da terra, vitorioso nas pistas de Exposições por 10 anos consecutivos, ele [Ismar Amorim] confessa que, o melhor mesmo, é percorrer a fazenda, vendo o gado Gir gordo, saudável, futuros campeões, síntese de uma consciência empresarial de fazer o que é certo no Nordeste e pelo Nordeste (...) A pecuária é um dos formidáveis caminhos para redenção nordestina e a seleção de gado fino tem de sediar, no futuro, no Nordeste, onde existe o clima seco tão propício para a formação de bons geneartes para todo país. Mas, pecuária exige perseverança, principalmente quando a política agrária e a situação econômica nacional drena, lamentavelmente, o resultado do esforço rural para o meio urbano. Ser empresário rural é amar a Natureza, aprender a conviver com a rudeza no clima, compreender o homem do campo e ter a certeza de que, nos anos futuros, é no alimento que estará a força de uma nação (AT 35^a, 1984, p. 31).

É nesse tom que descreve as “sumidades” na pecuária que vão seguir artigos e publicidades da revista. Com a periodicidade que variava entre bimestral e trimestral, AT teve como “matriz” uma publicação chamada Paraíba Pecuária, que começou a circular no ano de 1976, e que tinha no corpo editorial fundador membros das associações e sociedades ruralistas e pecuaristas de bovinos, caprinos e ovinos da Paraíba – entre eles, Manuel Dantas Vilar Filho. A missão da publicação, como colocam os editoriais chamados “Conversa ao pé da porteira”, é ser um porta voz do empresariado rural nordestino lembrando que “o alicerce de toda nação reside na exploração do solo (...) e que não se deve perder de vista o Nordeste e o Brasil como celeiro do mundo” (PARAIBA PECUÁRIA 1^a ED, 1976, p. 5).

⁷¹ A SRP é uma associação de pecuaristas fundada no início da década de 1970, inicialmente para gerir o Parque de Exposições da cidade de Campina Grande-PB. Já a Sociedade Nordestina de Criadores teve sua fundação em 1937, ligada à secretaria de agricultura do Estado de Pernambuco.

⁷² Disponíveis nos arquivos digitais do site da ABCZ <https://www.zebu.org.br/Revistas/ListaRevistas/6-Revista-Agropecuaria-Tropical-Memorias-do-Zebu?page=1>

O termo convivência com as secas passa a ser utilizado com mais frequência durante os anos do que ficou conhecida como ‘A Grande Seca’, que teve ciclos mais intensos⁷³ de 1979 até 1984. Nesse período, os textos da AT trazem definições, projetos e políticas regionais para o problema das secas no Nordeste. Nesse sentido, é exemplar uma sequência de seis páginas na edição da Nº 29, de dezembro de 1982, que inicia com o artigo “As regras do desenvolvimento: o modelo nordestino”, que se propõe enquanto síntese de uma filosofia a ser seguida pelos editores e pelo público leitor da revista. A proposta trata que

Conviver com o clima austero não tem nada de trágico, muito pelo contrário, é positivamente indicado para um sem número de explorações com boa rentabilidade (...). A seca não poderá continuar sendo apenas uma fatalidade, de certo modo irremediável. É o componente natural e definitivo da vida nordestina e há que se buscar a conciliação com ela. (AT, 29^a ED., 1982, p.4-5)

O argumento do texto ainda coloca que projetos voltados para a seca no Nordeste são ditados por regras feitas em “gabinetes refrigerados de Brasília”, por técnicos que não sobrevivem da economia rural do semiárido (AT, ED.29, 1982, p. 6). Em razão disso, o texto acusa que o setor agropecuário da região foi alijado no orçamento nacional, tendo seus investimentos desviados para usos exclusivos de serviços em áreas urbanas e distritos industriais das grandes cidades do Nordeste e, principalmente, no Centro-Sul do Brasil. Por isso, os editores da revista clamam por um planejamento patriótico que comece a privilegiar o desenvolvimento em conciliação com as regiões secas, obedecendo a “mandamentos” de quem vive no campo e, assim, sabe aproveitar uma melhor economia no clima semiárido. Segundo o artigo, isso passa apenas por um caminho, a pecuária:

Até as indicações de natureza cultural do Nordeste, estão marcados pela pecuária, como bem dizem as expressões comuns no linguajar e na literatura. Carne do Ceará, Rio dos Currais, comércio intenso de couros, festas folclóricas como boi bumbá, soalheiras e tantas outras quase sempre apontando a pecuária como uma legítima ferramenta para o desenvolvimento regional” (AT- 29^a.ED, 1982, p.6).

A demanda principal é que sejam priorizadas as potencialidades do mercado de carne, leite e peles, inclusive alertando para as “falsas convivências com as secas”, como as propostas de perímetros irrigados e a agricultura de alimentos – tida pela sua inseurança de colheita nas secas como uma grande fábrica de flagelados (AT-29^a.ED, 1982, p. 6). Ao chegar na página 8, há uma seção chamada Panorama Agrotropical, que faz uma cronologia da chegada do gado ao

⁷³ O livro *Genocídio do Nordeste* (1979-1983), lançado pela CPT, registra que, durante os anos dessa seca, houve uma alta mortalidade infantil, com cinco mil mortes, e mais setecentos mil em anos posteriores, por consequências de doenças e desnutrição.

Brasil, tomando como referências o rebanho que chegou de Portugal através dos García D'Avila, em 1555, e destacando que experiências zootécnicas em vários centros de pesquisa, como EMBRAPA e EMEPA, também tentam recuperar potencialidades do gado Pé Duro – o cavalo nordestino e os caprinos destacam-se nas exposições que começam a ser organizadas em Taperoá-PB, Sertânia-PE, e Uauá-BA. Na conclusão, a seção apresenta perfis exemplares de fazendas e pecuaristas, e diz que, a partir dessas experiências, espera-se recuperar o legado de séculos dos verdadeiros desbravadores do Nordeste, a partir da criação de gado bovino e caprino (AT- 29^a.ED, 1982, p. 10).

A leitura dessas três páginas evidencia algumas tendências de como a convivência com as secas vai ser acionada, seja para defender a propriedade, exaltar a classe pecuaristas e propor melhorias zootécnicas, seja para fazer críticas aos investimentos em indústria e/ou propostas de reforma agrária dos governos federais – dos militares a Sarney. Selecionando trechos que tratam da convivência com as secas nos editoriais de edições da Agropecuária Tropical, entre 1980-1987, pode ser montado o seguinte quadro:

Quadro 5. A convivência com as secas segundo editoriais da Revista Agropecuária Tropical (1980-1987)

ANO/ EDIÇÃO	RESUMO DO EDITORIAL
17 ^a ed. Julho de 1980	Palavras chave da solução nordestina: carne e leite, dois produtos que enfrentam a seca muito mais que agricultura (...). Todas as outras palavras mágicas são complementares: irrigação, nucleação, açudagem, etc. De nada adiantam obras se não houver capim nas imensas vastidões povoadas do semiárido.
22 ^a ed. Janeiro de 1981	A seca mostra o caminho contra a mistificação da água: uma pecuária resistente à seca pode render 2/3 da dívida externa nacional Nossa vocação básica é terra e gado (...)
23 ^a ed. Outubro de 1981	A hora e a vez dos nordestinos: crítica aos erros nas frentes de emergência – é preciso crédito para convivência com as secas: fenos, silos, cacimbas, armazéns diversos – manter o trabalho nas pequenas grandes e médias propriedades
24 ^a ed. Janeiro de 1982	O Nordeste, berço da civilização brasileira, que tantos homens de valor produziu, vive um momento inglório (...). O solo nordestino é viável e o sertanejo sabe trilhar esse caminho, os técnicos oficiais é que não o sabem (...) fracassaram, com exceção feita aos projetos da Sudene (...) Implantação de um modelo de desenvolvimento fundamentado na convivência com as secas (...), que é colocar abaixo o paternalismo ditador que chega até a obrigar o agricultor a plantar isso ou aquilo, mesmo que ele saiba, desde épocas de antanho, que tal orientação vá resultar num fracasso !
25 ^a ed. Março 1982	Chega ao quarto ano de secas (...). Um aprendizado inigualável de convivência. De um lado a seca, do outro a injeção de sabedoria cultivada pelo sol (...) A consciência de que o Nordeste é viável em suas atividades agropastoris, para os quais o sol é fator positivo (...) Consciência de que a exploração econômica que mais consegue suportar uma Grande seca deveria ser oficialmente indicada, gozando de apoio creditício farto. No caso, a pecuária rústica deveria ocupar o mesmo papel da Austrália, EUA e Espanha. (...) Um verdadeiro caminho da redenção nordestina.
27 ^a ed. Maio de 1982	Assumir a seca: eis a solução (...) De D. Pedro a Sudene: todos procurando descobrir a maneira de “redimir” o Nordeste de suas secas. Todos tentando transformar a terra seca num oásis, tentado fazer água mesmo que viesse a salinizar, tentando fazer agricultura onde se pode ter pecuária, tentando fazer indústria, mesmo sem matéria prima e mercado (...)
28 ^a ed. Novembro de 1982	O advento do autoritarismo político (...) trouxe o vilipêndio das culturas do algodão, sisal, cana de açúcar e couro, e trouxe o incremento do êxodo rural, trouxe a drenagem de recursos do setor rural para o setor urbano e manteve a continuidade de frentes de emergência (...). Não haveria fome se houvesse recursos para pecuária e culturas resistentes a seca.
33 ^a ed. Maio de 1983	Crítica ao ministro do planejamento Mario Andreazza: paradoxalmente o primeiro a pregar a convivência com as secas está adotando um pacote tecnológico de “molhar o semiárido”, uma apoteose de mediocre mistificação da seca.
34 ^a ed. Dezembro de 1983	Hora de ser mais nordestino: são poucos que sabem que a caprinocultura e ovinocultura de deslanados é a maior da América Latina (...) A pecuária e seus derivados sozinha poderia transformar o Nordeste numa grande fonte de riqueza para todos.
37 ^a ed. Julho/agosto de 1984	A região Nordestina é habitada por heróis e semideuses (...) Conseguiram sobreviver ao massacre do setor rural, às discrepâncias do modelo industrialista, à omissão oficial e à permanente tentativa de desmontar a vida regional. Eles continuam de pé, porque a região é viável.
46 ^a ed. Março/abril 1986	Depois de começar a emergir das ruínas de cinco anos consecutivos de seca – ocasião em que sucumbiram 45% dos rebanhos e mais de 3,5 milhões de pessoas – o Nordeste poderia fornecer alimentos para o centro-sul (...). Para salvar o centro-sul e sua canícula, o Nordeste é atrelado com mais rigor ao feudalismo financeiro! Dessa maneira liquidou-se a chance de fornecer alimentos e solidificar, um pouco mais a infraestrutura de convivência com o regime semiárido.
51 ^a ed. Nov/dez de 1986	Avaliação do Plano Cruzado e falta de participação de políticos nordestinos nas decisões (...). Os nordestinos, até hoje, não assumiram a fragilidade do seu clima e não colocaram em uso econômico as alternativas e potencialidades da terra.
54 ^a ed. Fevereiro de 1987	- A história do Brasil está repleta de realizações de homens, muito mais que governos e autoridades. No Nordeste (...) os engenhos são provas eloquentes dessa vontade férrea de construir alguma coisa de duradouro. Também a pecuária teve suas esplêndidas fazendas ao lado das culturas do sisal e algodão. Tudo isso no passado. A história registrou um lento processo de marginalização da região nordestina (...). Os notáveis exemplos foram sendo sepultados pela bruma do tempo. Hoje, pouco se comenta sobre os majestosos engenhos do passado, sobre as proezas dos homens que construíram uma civilização sobre as secas (...) Inaugura-se a nova sede social da Sociedade Nordestina dos Criadores, último gesto da classe que mal acaba de sair do “flagelo dos Cem anos”, uma impiedosa seca que durou cinco anos consecutivos. Mal terminando o flagelo, o governo Sarney nos ameaça com Reforma Agrária confiscatória!

Fonte: Acervo Agropecuária Tropical (<https://www.zebu.org.br/Revistas/Index/Memorias-do-Zebu>)

A leitura desses editoriais indica os senso de pertencimento e coesão de um grupo que passa pela defesa política da grande propriedade rural e a vocação para a pecuária como um modelo social ideal, um “destino manifesto” para melhor conviver com as secas no semiárido nordestino. Outro dado interessante da leitura é a recorrente referência, seja para criticar ou apoiar, das propostas de políticas voltadas para o meio rural dos documentos fundadores da Sudene. Assim, no tópico seguinte, proponho reconstruir um dos caminhos de engajamento que integram esses valores e que orientam a convivência do “patriarca” pecuarista”, tendo como ponto de partida, no final da década de 1970, a incorporação seletiva dos pecuaristas das propostas desenvolvimentistas do GTDN, publicado em 1959. Nessa incorporação política de um projeto de modernização, serão inseridos elementos de valorização memorial do passado, em defesa de reerguer uma ordem social “encouraçada” do passado nordestino: via melhoramento zootécnico e econômico da grande propriedade e um forte regionalismo em defesa do setor rural, em oposição a investimentos no setor industrial e urbano e “sulista”.

4.3 A “Civilização do Couro” e as teses do GTDN/ Sudene

A Sudene foi uma instituição que, durante as décadas de 1970 e 1980, deu maciço investimento de crédito, assistência técnica e engenharia entre convênios com fazendas e sociedades de criadores no semiárido nordestino (SANTOS, 1987, p.22). Pouco mais de quinze anos depois do golpe de 1964, e alvo de crítica – como o senador e pecuarista paraibano Argemiro de Figueiredo e sua retórica “macarthista e hidráulica”, que acusava a proposta de convivência com as secas, e Celso Furtado de querer “tirar água do povo” e ser comunista⁷⁴ –, a Superintendência passou a ser uma das principais instituições responsáveis não só por auxílio monetário, mas de financiamento “simbólico”, fiadora de argumentos e discursos legitimadores de uma ideia de convivência com o semiárido entre grandes pecuaristas nordestinos. Uma das gêneses dessa operação ideológica é o mostruário da moderna fazenda pecuarista “que dá certo, em plena seca”. Essa retórica utilizada pelos pecuaristas do Cariri paraibano, e que também aparece em várias reportagens e artigos da Agropecuária Tropical, vem a partir de um recorte seletivo notadamente no GTDN, o clássico estudo sobre o Nordeste ligado à presidência da república, no final do governo JK. Publicado em documento oficial no ano de 1959 e

⁷⁴ Entre 1961 e 1962, estão registrados nos arquivos do senado 13 virulentos discursos do senador Argemiro de Figueiredo, com acusações e críticas às propostas de industrialização, reforma agrária e de convivência com as secas de Celso Furtado e equipe (MENESES, 2016, p. 97).

sintetizado na palestra Operação Nordeste, ministrada por Celso Furtado no mesmo ano na sede do ISEB no Rio de Janeiro, o GTDN propunha uma leitura desenvolvimentista e uma proposta de ação diante do grave problema da disparidade regional no Brasil, em especial da distância entre a economia do Centro-Sul e o Nordeste. Apresentando dados de renda, carga tributária, a cobertura do setor público, a estrutura fundiária, produção de alimentos e fluxos populacionais na primeira metade do século XX, o documento “Uma Política para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste” apresenta as diretrizes básicas de um plano de ação em que Furtado [1959] (2009) destaca o que seria a essência do problema das secas e miséria enquanto uma economia inadaptada ao fenômeno natural, apoiada no algodão-pecuária e sua pressão sobre a pequena propriedade e produção de alimentos:

O mínimo que se pode dizer, portanto, é que se criou na região um sistema econômico estruturalmente vulnerável e instável, inadaptado ao meio (...). Quando vem a seca, o homem transforma as sementes destinadas ao plantio em reserva alimentar, para comer enquanto sai pela estrada, em busca de melhor sorte. Além disso, é obrigado a vender a meação do algodão no momento que lhes é mais desfavorável, por um preço fixado pelo dono da terra. E o fazendeiro o exige porque precisa do algodoal para transformá-lo em pasto, a fim de assegurar a sobrevivência de parte do gado. O sistema econômico que existe na região semiárida do Nordeste constitui um dos casos mais flagrantes de divórcio entre o homem e o meio, entre sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região. Já nos referimos a esse fenômeno extraordinário de adaptação da flora e ao clima, a caatinga que representa toda uma riqueza vegetal. Esses recursos vegetais, todavia, não foram devidamente estudados (...). Só mediante persistente estudo do meio, do desenvolvimento de técnicas agrícolas adaptadas as regiões tropicais, teria sido possível criar no Nordeste, condições para a formação de uma economia de alta produtividade. (...). O primeiro objetivo ali [no Nordeste] deve ser, portanto criar uma economia resistente à seca (...) essa economia de maior produtividade há de implicar, provavelmente, redução do rebanho em algumas zonas. A sobrecarga animal prejudica a economia algodoeira e torna o sistema mais vulnerável a seca. Uma economia de alta produtividade, na caatinga, não será compatível com uma grande densidade demográfica. Assim, a reorganização da economia da caatinga criará excedentes populacionais que deverão ser absorvidos alhures. Daí a necessidade de incorporar novas terras ao Nordeste, de deslocar sua fronteira agrícola. Podemos incorporar ao Nordeste precisamente aquilo que lhes falta: terras úmidas, terras com invernos regulares. A terceira linha de ação é a de um forte aumento dos investimentos industriais na região. É a linha da industrialização. Mas não será possível seguir essa linha de ação no setor industrial se não resolvemos outro problema – o do abastecimento de alimentos nas zonas urbanas (FURTADO [1959], 2009, p. 44-46)

É na incorporação seletiva dessas propostas originais da Sudene, retirando alguns elementos e maximizando a defesa de outros, que vai ser dado o “gatilho” da visão de convivência com as secas expressa nas publicações dos grandes pecuaristas do Nordeste. Uma primeira operação desse tipo está na defesa ferrenha da grande propriedade em detrimento de qualquer proposta de reforma agrária. Eram rechaçadas mesmo as propostas moderadas de reorientar a economia do semiárido de Celso Furtado, muito distantes de uma reforma agrária

para dividir ou abolir a grande propriedade da terra: por mais que fizessem críticas à pressão do latifúndio pecuarista na produção de alimentos e aos pequenos proprietários, pode-se dizer que até certo ponto a Sudene defendia a grande propriedade como modelo viável desde que fossem feitos investimentos em produtividade e deslocamentos no fluxo populacional rural do semiárido. Para Furtado [1959] (2009, p. 62), a economia mais irracional no semiárido era a do pequeno proprietário que, durante a crise de abastecimento das secas, era forçado a entrar nas frentes de emergência. O problema a ser resolvido, segundo essa tese furtadiana, estava no padrão populacional, uma densidade demográfica na região submetida às secas, o que influía na economia baseada na moradia e grande propriedade pecuarista. Daí que a reforma agrária proposta pela Sudene nos anos 1960 não tinha como meta a divisão de terras: segundo Furtado [1959] (2009, p. 62), isso seria “um tiro de misericórdia, inclusive com a possível liquidação da pecuária”. Paradoxalmente criticada como “comunista”⁷⁵, essa proposta do primeiro superintendente da Sudene era mais um deslocamento populacional de fronteiras agrícolas para colônias no Maranhão, “despovoando” parte do semiárido, ao mesmo tempo em que anexaria pequenas e médias propriedades pecuaristas e algodoeiras desta região, que seriam assistidas com crédito e melhoramentos zootécnicos. Nesse programa do GTDN, estariam também descartados o modelo de solução hidráulica pela irrigação e açudagem para, assim, dinamizar uma convivência com as secas, voltada, ao menos no meio rural, para a pecuária:

Os efeitos mais calamitosos das secas têm suas causas profundas nestes dois fatos: baixa produtividade da economia da região e incidência maior sobre a agricultura de subsistência. A questão central é, portanto, a seguinte: como elevar a produtividade da região semiárida? Para alcançar esse objetivo será necessário integrar o mais possível, no mercado, a unidade produtiva típica. No momento presente, essa unidade se articula com o mercado por meio da pecuária e da produção de algumas xerófilas, particularmente o algodão mocó (...). A organização dessa unidade agropecuária típica, de nível de produtividade razoavelmente elevado e adaptada às condições ecológicas da região, deveria constituir o objetivo central de toda política de desenvolvimento econômico para a região semiárida. Por mais importante que venha a ser a contribuição da grande açudagem e da irrigação para aumentar a resistência econômica da região, é perfeitamente claro que os benefícios dessas obras estarão circunscritos a uma fração de terras semiáridas do Nordeste. Infelizmente não é possível substituir a atual economia da região semiárida por outra com base na grande açudagem e irrigação. As possibilidades dessa última são limitadas, ainda mais se pensarmos o seu custo real. A questão básica continuará a ser como adaptar a economia às condições do meio físico (...). Uma pecuária sustentada durante os períodos secos em forragens arbóreas que se adaptem às condições mesológicas (...)

75 Fica claro que, do ponto de vista conceitual sociológico, como eram absurdos os ataques que a Sudene e Furtado sofreram após 1958 e 1964. Políticos, como o já citado Argemiro de Figueiredo, e jornalistas, como Assis Chateaubriand, acusaram Furtado de “soviético” e Antônio Conselheiro de “Fraque”, ao comparar erradamente o plano de reforma agrária do GTDN, centrado em colônias e deslocamento populacional, com as experiências coletivistas dos países comunistas, como a URSS e China (FURTADO, 2009, p.26). Foram acusações unicamente usadas para o calor de uma disputa política que expressavam um temor de que, fazendo mover um fluxo populacional da área seca, a proposta da Sudene retiraria trabalhadores e eleitores da zona de influência política da grande propriedade pecuarista.

poderiam constituir o núcleo de uma economia de elevado grau de resistência às secas e de razoável nível de produtividade (...) (GTDN, [1959] (2009), p. 145- 147).

O descarte de uma proposta de reforma agrária, mesmo uma “moderada” do GTDN, vai encaminhar à visão política dos pecuaristas uma demanda de melhoramentos na grande propriedade da pecuária como o único caminho para uma “redenção do nordestino para fixar o homem à terra” (AT-33^a ED., 1980, p. 3). Seguindo esse argumento, há o ponto de ruptura mais acentuada das entidades pecuaristas na leitura que fazem da proposta original do GTDN e Sudene, na ferrenha crítica aos investimentos voltados para industrialização e serviços urbanos – modelo que, segundo às reportagens, produz uma sociedade artificial distante da vocação rural do Nordeste (AT- 24^a ED., 1981, p. 10). Nesse ponto, os governos militares são acusados de fazer “uma política voltada para uma pseudoindustrialização que não coloca (...) carne na mesa do nordestino” (AT- 18^a ED,1980, p.4). A partir dessa crítica, a industrialização em defesa do setor rural também é demarcada por uma forte oposição regionalista dos grandes pecuaristas nordestinos ao chamado Centro Sul do Brasil. É o que traz a matéria “Nordeste: o perfil de uma espoliação”, da edição 18 da Agropecuária Tropical (1980), com dados sobre a Grande Seca que começara a dar sinais em 1979. A reportagem questiona ao governo federal se, apesar das previsões do estudo sobre as secas do CTA estarem se confirmado, há alguém no governo que “luta pelo Nordeste”? (AT- 18^a ED., 1980, p. 13), e critica, principalmente, o ministro da fazenda, Delfim Netto, que atrofiou recursos para agricultura em todo a região nordestina – compara-se, por exemplo, o orçamento de recursos para obras do Metrô do Rio de Janeiro, muito maior do que o da Sudene (AT- 18^a ED., 1980, p. 16). As críticas mais pesadas vêm nos tópicos finais que demarcam uma “distorção fundamental”, causada pela política industrializadora de expulsar pessoas do campo – que até 1960 tinha 80 % da população do Nordeste. Segundo os pecuaristas, a prioridade industrial seria a causa de problemas urbanos

Com o advento da Sudene, surgia a possibilidade de se incorporar essa população [os 80%] a um novo estrato social, bastando alterar substancialmente as proposições essenciais do novo órgão, optando por um industrialismo que tivesse como consequência a geração de um franco e novo mercado consumidor de produtos daquela região. Assim, criou-se uma nova opção existencial no Nordeste: o meio rural passou a ser sistematicamente boicotado em suas necessidades de crédito, enquanto as indústrias implantavam-se nos novos Distritos Industriais. Os rurícolas fugiam dos campos, onde escasseavam os empregos e os preços da produção eram aviltados, engrossando as filhas que procuraram as cidades e capitais, ou migrando para o sul, aliciados pelas construtoras civis. (AT- 18^a ED., 1980, p. 16)

Diminuir investimento na indústria e nos serviços urbanos, e aumentar em zootecnia e na gestão de grandes propriedades seria, para os pecuaristas, seguir o que no semiárido tem de “tradição essencialmente rural e pecuária” (AT-24^a ED., 1981, p.10). Segundo esses parâmetros, na *Agropecuária Tropical* 33^a edição, de maio de 1983, em manifesto intitulado “O Grande Plano Nordestino”, escrito pelo corpo editorial da revista, há um modelo de política pública focada na grande propriedade rural como resposta contra o faraonismo de propostas, como o da transposição do São Francisco e também de perímetros irrigados – medidas anunciadas naquele mês pelo então ministro da integração Mario Andreazza, no governo de João Figueiredo. A exigência de uma grande propriedade bem estruturada e produtiva no semiárido também serviria como contraponto aos que acusam de elementos que incitam massas contra os grandes proprietários, fazendo um culto de “pequena propriedade apoiado por clérigos e esquerdistas nas universidades” (AT- 33^a ED., 1983, p. 13). Ao propor incorporar práticas adequadas a uma realidade tropical – plantio de palma, capim *buffel*, mais uma pecuária de animais rústicos –, fazendo um uso racional da grande propriedade da terra, os pecuaristas se posicionam contra tanto a visão dos “tecnocratas de Brasília”, com projetos de irrigação e transposição do São Francisco, como também os chamados “padres comunistas”.

Uma outra crítica desferida nas publicações pecuaristas, dirigida tanto ao governo como a movimentos sociais, trata do avanço de leis trabalhistas no meio rural. Assim argumenta um trecho de artigo, da edição 23 de 1981, também assinado pela equipe editorial da revista *Agropecuária Tropical*:

A lei trabalhista rural (CLT N 5889 de junho de 1973) é um corpo de leis cheios de defeitos, concebida para problemas urbanos. A Lei e a CLT constituem um corpo estranho em qualquer fazenda tradicional, enquanto se prestar admiravelmente para novas empresas rurais, da mentalidade industrial, que estão tomando o lugar dos antigos fazendeiros (...). Diabolicamente planejada para expulsar do campo mão de obra para alimentar as necessidades do pessoal da grande indústria. Essa lei consegue ser altamente prejudicial tanto para empregado como para empregador, dando origem ao mais cruel êxodo rural de todos os tempos (...). O “modelo brasileiro” quer enforcar um último peão nas tripas de um fazendeiro (...). Uma nova legislação rural deveria respeitar o fazendeiro como a instituição legitimamente brasileira (...). Um dos maiores erros da lei [de 1973] constituiu em desconhecer a realidade brasileira, procurando impingir no campo leis urbanas, que talvez funcionassem na Suíça ou Dinamarca. Nossas leis deveriam se basear na figura dos fazendeiros ou agregados que usufruem da fazenda do patrão em um sistema de simbiose social. Esta conjuntura deve ser respeitada e preservada, pois as leis, para vingarem deveriam adaptar-se as pautas culturais, as tradições e valores morais. (AT- 24^a ED., 1981, p. 8-12)

A defesa de que não há alternativa fora da “instituição legitimamente brasileira da grande propriedade e da pecuária para o semiárido fundamenta a construção das fazendas modelo através de engenharia da Sudene e financiamentos via BNB-FINOR⁷⁶. Essas propriedades seriam, acima de tudo, um “ver para crer”, provas dos pecuaristas de que na região seca do Nordeste do Brasil nada se inventa porque “tudo está inserido na natureza (...), mostrando o quanto é mistificação a falta de água como fator principal do flagelo” (AT-32^a ED, 1983, p. 31). São exemplos de fazendas desse tipo que o leitor pode ver ao folhear as páginas de publicidade da Sudene, impressas nas edições entre os anos de 1978 e 1985: como a Bandeira, no Pajeú Pernambucano, a Boa Ventura, no Moxotó do mesmo estado, ou fazendas experimentais, como a Pendência da EMEPA, na cidade de Soledade-PB, consolidada em 1983, e tida como uma das pioneiras na importação e cruzamento de caprinos e ovinos (AT-32^a ED, 1983, p. 35).

Um artigo publicado na edição Agropecuária Tropical n.7, de 1978, sobre a fazenda Jaramandaia em Taperoá, no Cariri Paraibano, traz um bom exemplo do “ver para crer” dos pecuaristas do interior nordestino. Escrito pelo engenheiro e proprietário Sebastião Simões Filho, o texto *Pecuária no Cariri: uma tentativa cara e divertida de racionalização* inicia com a seguinte pergunta: “o que faz uma fazenda nordestina, incravada em plena caatinga para enfrentar as secas e se tornar auto-sustentável?” (AT- 7^a ED, 1978, p. 6). O texto inicia contando a história da fazenda desde o requerimento feito por um português chamado Vicente Nogueira, de datas de terra em 1741 para ampliar a área de criação de gado Vacum, e de como, a partir dai, a pecuária na fazenda conseguiu firmar uma notável tradição de convivência com as longas estiagens e secas periódicas da região (AT-7^a ED., 1978, p. 7). Após a introdução, o autor explica os investimentos feitos na fazenda a partir de 1976, em que 350 ha de palma forrageira substituem plantações de algodão e milho, junto a construção de currais de pedra e com parte coberta para o rebanho. Isso permitiu aproveitar melhor os 1500 ha da propriedade em um rodízio de alimentação dos animais entre pastagens nativas e cultivadas, o que permitiu as experiências de cruzamentos entre bovinos Simental e Guzerá. Nas conclusões, o autor expõe as intenções de repetir o antecessor e desbravador Vicente Nogueira, em 1741. Se no século

⁷⁶ O Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974, e reformulado pela Lei nº 8.167, de 16/01/1991, regulamentada pelo Decreto nº 101, de 17/04/1991, com modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001 (última reedição da MP nº 2.058, de 23/08/2000). Destina-se a apoiar financeiramente empreendimentos instalados ou que venham a se instalar na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

XVIII este apelou para a corte portuguesa, para ampliar o espaço para sua produção de gado diante das secas, cabia à família de Simões, no século XX, apelar para a modernização junto a fundos de incentivos do Banco do Brasil, SUDENE e outras instituições de incentivo de crédito e assistência técnica (AT- 7^a ED., 1978, p,9).

O texto sobre a fazenda Jaramandaia é ilustrativo do argumento de uma “necessidade” de modernização zootécnica e empresarial, com a proposta de “resgatar” o legado das antigas fazendas de gado e seu passado como “templos” de uma ordem social do couro, que remonta aos desbravadores coloniais. Talvez nenhum outro colunista da Agropecuária Tropical tenha escrito com mais intensidade nessa retórica nostálgica e “encouraçada” do que o criador e funcionário aposentado do DNOCS, Eurípedes Oliveira, da cidade de Campina Grande, que se apresenta como orgulhoso de ser um nordestino e pecuarista, que, aos 80 anos de idade, se permite montar a cavalo para ir nas pastagens de gibão de couro. Em um dos últimos textos de sua coluna, na edição 52 da Agropecuária Tropical, com o artigo “O Sertanejo Nordestino e a pulha colonialista”, Eurípedes Oliveira reforça sua retórica em defesa da “civilização do couro” e do Nordeste como último reduto da civilidade da cultura tipicamente brasileira e, em seguida, disserta sobre sua visão de convivência com as secas, fazendo críticas às propostas de reforma agrária que estavam em pauta durante o governo Sarney:

Foi o vaqueiro o desbravador do Nordeste. Enquanto o senhor de engenho e seu escravismo permaneciam a beira mar a espera de especiarias do oriente para trocar por açúcar, o vaqueiro sozinho entrava pelos sertões. Erguia currais para seus bois e abria veredas interligando pontos vitais de comércio e de artes que vieram a se constituir núcleos da nação. Cada página da revista documenta que o ousado vaqueiro – que antes criava bois de menos de sete arrobas – hoje dirige estabelecimentos, onde geneticistas e zootecnistas criam bois de dezessete arrobas. (...) Aqui no semiárido jamais o homem resolverá o problema da irregularidade dos invernos. Não há criação de represas tecnicamente planejadas guardando água das chuvas. A redivisão das terras busca apenas escravizar o homem à baixa produtividade, formando um exército de milhões de párias. Esses problemas são conhecidos pelos profissionais da politicagem que vivem aproveitando-se das oportunidades para formar seu curral de eleitores. (...) Antes da reforma agrária é importante pensar na reforma dos feudos eleitorais. Em vez de dividir a terra seria melhor dividir o poder com quem não tem. (OLIVEIRA, 1987, p. 22)

Uma outra síntese de como os que reivindicam ser descendentes da “civilização do couro” cruzam seus valores com as propostas de desenvolvimento da Sudene, de convivência com as secas, pode ser vista em livro de autoria de um dos editores chefes da Agropecuária Tropical e o Berro, o jornalista pernambucano Rinaldo dos Santos. No primeiro volume do livro *Revolução Nordestina – Epopéia das secas* (1500-1983), ele se propõe a analisar a história do

Brasil, tentando entender os “erros do passado”, principalmente relacionados à pecuária e ao drama da estiagem, que fizeram com que o Nordeste, último reduto da autêntica brasiliade, se tornasse um bolsão de pobreza (SANTOS, 1984, p.5). No capítulo dedicado à civilização do couro, é com as palavras “carregadas” de nostalgia que descreve, o jornalista, as casas dos pecuaristas, algo que soa bastante próximo do zelo pela arquitetura das famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista, pelos casarões de suas fazendas:

Até hoje, notam-se milhares de grandes casarões em todos os Estados [do Nordeste] nas regiões secas. Eram as “casas” dos coronéis, dos ricos de outrora. Tais moradias estão em ruínas, depois de muitas medidas protecionistas que fizeram a riqueza do Centro Sul e aceleraram a crescente pobreza do Nordeste. Essas casas são a segura testemunha de que o Nordeste é viável, em sua região seca. Proclamam que já houve muita riqueza no sertão, que a miséria de hoje é falsa, encenação de cunho demagógico e até desumano. (SANTOS, 1984, P. 66)

Mais adiante, Santos (1984, p. 218) anuncia que essa riqueza do sertão pode ser recuperada a partir das medidas acertadas da Sudene, ou seja, aquelas dedicadas à agropecuária e ao meio rural. Esse viés traria uma redenção para os problemas sociais e redimiria o equívoco da mesma superintendência em propor algumas estratégias industrialistas e voltadas para o urbano:

O importante não é debelar a seca, mas conviver com ela, estudando-a e tirando partido dela. Toda tecnologia de combate às secas será sempre inócuia por se tratar de uma estratégia puramente complementar no processo de exploração do semiárido. (...) O que está prejudicando o sertão é o encontro de duas civilizações. E o pobre lavrador que dispõe apenas de uma enxada e alguns palmos da terra e os técnicos que falam em canais de irrigação, encanamentos e maquinismos. (...) O bovino tropical exige pouca água durante o dia. A cabra, quase nenhuma. O jumento passa dias sem beber, se preciso. (...) Por isso os almocreves tangiam caravanas com jumentos pelas estradas, antes do advento dos caminhões. A ovelha também se adaptou, perdeu a lã e se transformou em ótima produtora de carne. A pecuária, portanto, é atividade mais resistente à seca e mais producente. (SANTOS, 1984, p. 221)

A afirmação da convivência com as secas da elite pecuarista também coincide com a ascensão de uma outra proposta de superação do modelo de combate às estiagens e mobilizações no período da redemocratização e anos 1990. Esse é o momento em que ONGs, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e pastorais começam a firmar um debate público sobre as secas e seus graves problemas sociais – inclusive atacando a elite de grandes pecuaristas. Entender esse embate – não só seus antagonismos, mas suas afinidades – da bandeira da convivência com as secas ajuda a compreender a produção de uma imagem fechada

do semiárido nordestino como referência a uma ordem social rural – seja ela agrícola ou pecuária.

4.4 Os grandes pecuaristas e movimentos sociais: inconveniências e convergências com as secas

Uma forte contraposição ao paradigma de combate às secas vai ser construída nos setores que os grandes pecuaristas acusavam, na década de 1980, de serem “clérigos comunistas que cultuam a pequena propriedade” (AT- 24^a ED., 1981, p. 8). Como aponta Moreira Neto (2013), há uma raiz católica⁷⁷ das Comunidades Eclesiais de Base e de pedagogia popular – influenciada pelo legado de Paulo Freire –, incorporada à bandeira de convivência com semiárido que agregou pastorais, ONGs e movimentos sociais de luta por reforma agrária e contra desigualdades sociais no campo – o MAB, MST, MPA, dentre outros. Com visibilidade desde o final da ditadura militar, estes grupos produziram redes políticas que firmaram uma visão que, de tão eficiente consenso, apresenta-se como homogênea para toda região semiárida: a da convivência com as secas não apenas na reinterpretação do fenômeno da estiagem, mas como proposta de empoderamento de grupos sociais marginalizados pela concentração fundiária, projetos de açudagem e combate às secas vigentes em quase todo século XX. Assim, propõe-se um deslocamento na imagem de sertão nordestino, como região de retirantes condenados a migração e exploração de trabalho, seja nas fazendas ou nas frentes de emergência, para que seja anunciado o semiárido, uma “terra prometida”, em que conviver com a seca traz, ao invés de fatalismo e tragédia, esperança a partir da criatividade local e comunitária dos pobres do campo. Se para os pecuaristas a máxima “o sertanejo é antes de tudo um forte” serve para afirmar uma vivência e autoridade seculares do grande proprietário para falar sobre as secas, na visão de mundo pastoral o “conviver com as secas” traz a lição cristã de que os “humilhados serão exaltados”, com o sertanejo representado por pequenos produtores rurais, agricultores familiares, assentados, mulheres do campo e quilombolas. Na convivência com as secas, é anunciado o momento histórico de empoderamento desses grupos, ou seja, de assumir ativamente as decisões de um projeto político.

Nesse sentido da convivência com as secas, a relação com o passado da grande propriedade da terra é de ruptura: tão valorizada pela elite pecuarista, a centenária ordem social do couro e das grandes fazendas é duramente criticada na convivência com o semiárido de raiz

⁷⁷ Para uma análise dos diferentes segmentos e correntes políticas no processo histórico de aproximação entre política e igreja católica brasileira no século XX, ver o trabalho de Scott Mainwaring (2004).

pastoral popular. Um argumento central é de viés ecológico e político: a grande propriedade do semiárido e sua pecuária bovina extensiva, praticada há séculos, é responsável por agravar a desertificação, privatizando e deixando vulneráveis os recursos naturais do semiárido. Em suma, o latifúndio é acusado de marginalizar a agricultura familiar e de abraçar o modelo tecnicista e agrotóxico de desenvolvimento da revolução verde (DUQUE, 2008, p. 133). A elite pecuarista do Nordeste é vista como o protagonista desse “sertão arcaico” – marcado pela grande propriedade, do familismo, das lutas de “coronéis”, das oligarquias que se aproveitavam das secas para garantir votos, restringir acesso à água e à terra, explorar o trabalho dos mais pobres e se apropriar das obras contra as secas. Por isso, o advento da convivência com semiárido passaria politicamente por superar uma fundamentação filosófica de natureza hostil (...) que propiciou às elites locais/regionais a apropriação político-ideológica da seca (DOURADO, 2010, p.56).

Com essa marca simbólica de superação da grande propriedade e de sua dívida socialmente excludente, disfarçada de fenômeno natural, é então firmado um novo conceito civilizatório de região:

A imagem difundida no semiárido, como clima, sempre foi distorcida. (...) E como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos. As imagens dos migrantes, de crianças raquíticas de solo esturricado, dos açudes secos, dos retirantes das estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca. (...) É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua a natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos (MALVEZZI, 2007, p.11).

O livro de Roberto Malvezzi, na linha da Pastoral da Terra, segue nos seus capítulos falando sobre o enraizamento de “um catolicismo sertanejo” – revisitando movimentos messiânicos liderados por personagens populares, como Antônio Conselheiro e Pe. Cícero – para exaltar a importância das reflexões religiosas na organização comunitária, educação contextualizada à realidade local e formação de agentes do campo, alguns dos fundamentos básicos de redes como a ASA. Criada em 1999, e tendo como documento fundador uma série de compromissos na “Declaração para o Semiárido”, a ASA teve como gênese a efetivação de reivindicações e lutas por uma política de intervenção constante e não apenas emergencial diante das secas. Essa luta teve um marco em 1993, com a ocupação do prédio da Sudene (em Recife) por 300 entidades que dinamizaram debates no Seminário de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido – Fórum Nordeste (DUQUE, 2008, p.135). Junto aos projetos embrionários de cisternas de placas na Bahia, do que viria a ser o P1MC e o P1 + 2, houve uma conjuntura favorável de debates nos anos 1990 – conferências feitas no Brasil, como a Rio-92

e COP-3, a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação de 1999, realizada em Recife –, que demarcam a difusão e incorporação de conceitos como o de sustentabilidade nas academias e nos discursos políticos. Firmou-se um núcleo semântico para a convivência com semiárido e uma liga política para mobilizar não apenas pastorais e movimentos sociais, mas fortes engajamentos nas universidades. Esse movimento de resistência ao modelo de combate às secas, do debate acadêmico à mobilização de movimentos sociais, vai desaguar no que Diniz e Piraux (2011) chamam de experimentalismo institucional: uma construção processual de diálogos entre governo e sociedade civil, particularmente no mandato presidencial de Lula, em 2003: daí a efetivação de quadros dentro do MDA e MDS, de programas e políticas públicas (além dos programas de cisternas, P1MC e P1+2, o Pronaf linha Semiárido; Projeto Dom Helder Câmara etc.), dentro do paradigma da convivência com semiárido (DINIZ, PIRAUT, 2011, p. 235).

Consideradas como políticas referências pela FAO/ONU (2016, p. 172), em termos de gestão pública e diálogo entre conhecimento científico e saber popular, as políticas de convivência com semiárido – na versão defendida por organizações ligadas a ASA – têm como um dos pilares políticos a defesa política da pequena propriedade familiar no semiárido brasileiro. Essa vertente “pastoral” da convivência com as secas defende não só a viabilidade econômica, mas a valorização de grupos e práticas sociais enquadradas como uma lógica – as vezes chamada de sertaneja ou camponesa – que indica uma agricultura e pecuária adaptada às formas de organização comunitárias e saberes locais sobre as secas. Se a retórica do “ver para crer” dos grandes pecuaristas tem como lema a “grande fazenda que dá certo em plena seca”, nas cartilhas e boletins da ASA, o mantra de sucesso da convivência com as secas segue enunciados como “família de pequenos agricultores mostram que com trabalho e determinação dá para viver bem e sustentável em comunidades rurais do semiárido” (CANDEIRO N. 66, 2010, p.1) , ou senão “com pouca terra, pouca água, família mostra que é possível conviver com a seca” (CANDEIRO N.889, 2012, p.1).

Selecionando cartilhas e 30 edições (entre 2009-2013) do boletim informativo, “O Candeeiro” do P1 + 2, disponíveis no site da ASA, é possível acessar algumas práticas sociais e esquemas de percepção que legitimam essa convivência com o semiárido, que politicamente referenda a pequena propriedade. Um primeiro deles é a experiência de coletivos para construção de cisternas e aprendizados na agroecologia⁷⁸ em pequenas propriedades: uso de

⁷⁸ Se a elite pecuarista traz o paradoxo “saudade-rusticidade” para afirmar a modernidade num passado memorial da fazenda, organizações como a ASA também possuem tensas relações nas “invenções” de suas tradições, enquadradas em instituições modernas. Como aponta Paulino e Gomes (2015, p. 526), apoiam-se num indisfarçado

tecnologias sociais que marcam transformações em histórias de vida de pequenos agricultores. A narrativa segue um roteiro: agricultores que antes trabalhavam e eram explorados nas grandes fazendas ganham autonomia e “despertam” saberes ao entrar nas associações e projetos junto a ASA:

Agroecologia gera renda e garante segurança alimentar

O casal de agricultores Oliveira Cândido da Silva, conhecido como seu Oliveira e Alzira de Lima Silva, conhecida como dona Mocinha, tem quatro filhos e reside no assentamento Queimada Nova, em Sertânia, Sertão do Pajeú de Pernambuco. A família sempre trabalhou na agricultura, vendendo sua força de trabalho em propriedades da região. Plantavam roçados de milho, feijão, gerimum e palma. Após a colheita, a palma ficava para o proprietário da terra. Durante 35 anos a família sobreviveu trabalhando desta forma em propriedades do município. Até serem assentadas pelo programa de reforma agrária em Queimada Nova. (...) A família nunca utilizou agrotóxicos em seus roçados [pois] acredita que trabalhar agroecologicamente é mais fácil. “A gente produz sem prejudicar a natureza. Sendo possível produzir para o ano todo, comprar roupas e sapatos”, conta o agricultor. A família também trabalha com a criação de caprinos, ovinos e bovinos. Tudo isso associado ao plantio de hortaliças, como o coentro, alface, tomate, pimentão, entre outros. Toda essa produção é utilizada na melhoria da alimentação da família, garantindo sua segurança alimentar. Normalmente a família prefere realizar a estocagem da produção das culturas de milho e feijão. Principalmente o milho, que é utilizado no período de estiagem na alimentação dos animais (...). A família possui duas cisternas para captação de água das chuvas. Uma com capacidade de armazenar 16 mil litros e que a água serve para a família beber e cozinar, do Programa Um Milhão de Cisterna, da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). E outra com capacidade de armazenar 52 mil litros de água, do Programa Uma Terra e Duas Águas, também da ASA, que ajuda a família na produção dos alimentos em torno da casa e para alimentação dos animais. A família planeja a construção de duas barragens subterrâneas, para contribuir ainda mais na produção de alimentos. (O CANDEIRO – N. 47, 2010)

Os saberes locais, a experimentação agroecológica, bancos de sementes crioulas e sistemas de mandalas com água das cisternas se enredam nos chamados quintais produtivos: um pleno aproveitamento da pequena propriedade, segundo conhecimento local de uma família de pequenos agricultores para convivência com as secas:

O espaço ao redor das casas, na zona rural da região semiárida brasileira, é um lugar cheio de possibilidades. Nele, crescem flores, árvores, pés de fruta, plantas medicinais e forrageiras, além das folhas verdes e dos temperos da

dualismo entre tradicional e moderno, definindo-os como mundos sociais distintos e contraditórios, sendo que o tradicional é muitas vezes valorizado discursivamente para ser combatido institucionalmente. Os movimentos sociais engajados nas “Sementes da Paixão” inventam tradições utilizando expediente da própria modernidade: a linguagem toma formas específicas, como a do direito civil, de algumas peculiaridades religiosas – tal qual recortar as histórias de Antônio Conselheiro ou Pe. Cícero, para falar de sustentabilidade e agroecologia.

horta. É um lugar habitado por animais, pelas brincadeiras das crianças, que se alimentam dos frutos frescos e saudáveis, e que conta com forte presença das mulheres, suas grandes guardiãs. Lá, a família toda convive, trabalha junta, descansa, aprende, produz alimentos, recebe as visitas. (ASA, 2014, p.2)

As mulheres agricultoras são tidas como protagonistas nesse sentido de convivência com as secas. Diferente da retórica de revistas, como *Agropecuária Tropical* e *O Berro*, em que são valorizadas as biografias dos “patriarcas”, grandes proprietários pecuaristas que seriam guardiães de autênticas tradições da sociedade do couro, e que, com experimentos zootécnicos, “despertaram” vocações naturais para pecuária no semiárido, nas cartilhas e produções acadêmicas, alinhadas à ASA, são exaltadas as mulheres camponesas, as “agriculturas experimentadoras”, como portadoras legítimas dos saberes para adaptar-se e conviver com as secas. Assim, a evocação de práticas agroecológicas e formas de produção e organização comunitárias, opostas à lógica tecnicista, mercantil e do uso de agrotóxicos e transgênicos, passam necessariamente por um debate de gênero e empoderamento das mulheres no semiárido. O paradigma de combate às secas além de prejudicial, no sentido econômico e ambiental, também é criticado pelo seu alto grau de machismo: as propostas de grandes obras e projetos redentores, seja da açudagem aos perímetros irrigados, jamais reconheceram a potência criativa das agricultoras experimentadoras do semiárido. É essa dívida política que é apontada no texto **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico**, da antropóloga Maria Emilia de Pacheco (2010), que defende o empoderamento feminino no trabalho e na lógica familiar, unido ao aprendizado da natureza e dos saberes agroecológicos:

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar.(...) Uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o *empoderamento* das mulheres, reconhecendo seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. (PACHECO, 2010, p. 4)

Nesse ponto de vista político, são apresentadas biografias de mulheres para mostrar quem tem a legítima autoridade e vivência com as secas:

Dona Lenita: história e testemunho das mulheres no Semiárido brasileiro

No alto da comunidade Evangelista, no município de Buíque, em Pernambuco, moram Dona Otacília Brasileira Avelino de Sampaio e três de seus cinco filhos. A história de dona Otacília, ou Dona Lenita como é mais conhecida, se confunde com a história de muitas mulheres guerreiras que

moram no semiárido brasileiro. Foi por meio de sua garra e disposição para o trabalho que conta como ajeitou a vida dos 5 filhos que Deus lhe deu (...). Do inverno de 2010 pra cá, a família vem administrando a água para a produção de alimentos para a casa e para a venda. Também aprenderam a economizar a água da cisterna fazendo canteiros econômicos. (...) E junto da cisterna- calçadão que Dona Lenita mantém também suas plantas de remédio: hortelã da folha grossa, hortelã miúda, capim santo, mostarda, girassol e recentemente plantou colônia que trouxe de sua última visita de intercâmbio (...) Dona Lenita ensina que um agricultor não pode viver sem os animais. Eles são como uma poupança para a família, além de aproveitar as sobras dos roçados e das hortaliças. (O CANDEIRO – N.69, 2011, p. 1-2)

Ao entrar nos argumentos em defesa da pecuária, principalmente a caprina como vocação para o semiárido, podem ser encontrados pontos de convergência entre as convivências com as secas propagadas pelas elites pecuaristas e pelos movimentos sociais que orbitam a ASA. Assim como os pecuaristas que defendem a caprinocultura, as organizações sociais também classificam essa pecuária com uma forte identidade com o sertão, com a cultura nordestina e com a agricultura familiar, como atesta o boletim⁷⁹ do 3º Encontro de Agricultoras e Agricultores Experimentadores do Semiárido, realizado em Campina Grande, em outubro de 2013. Outro ponto em que os caprinos são bandeira política, em que convergem elites de grandes proprietários rurais e movimentos sociais de luta por reforma agrária, é o do investimento na propriedade visando produção do leite de cabra: com técnicas de ordenha, no manejo das doenças, organização dos espaços de currais e apriscos, e na alimentação a partir de pastagem nativa junto a técnicas para guardar alimentos, como a fenação e silagem. Esse modelo de criação é defendido tanto em cartilhas do IRPAA, como nas revistas das grandes sociedades pecuaristas e no discurso dos grandes caprinocultores do Cariri da Paraíba, apresentados nos capítulos 2 e 3. Também se aproxima à visão de elites pecuaristas – ilustrado aqui principalmente no caso da Carnaúba dos Dantas Vilar e Suassuna – a defesa das raças de caprinos tidos como “nativos” pela sua capacidade de adaptação de séculos na caatinga, como neste trecho na apresentação da cartilha *Cabras e Ovelhas: uma criação do Sertão*, publicada pelo IRPAA:

“Criação”! Que nome bonito e significativo com que o nosso homem do campo costuma chamar as suas cabras e ovelhas. É uma expressão de pertencimento familiar, de proximidade. E fazem realmente parte da família. Cabritos carregados nos braços da pequeninha, recebendo carinho e atenção. (...) As cabras primam por sua inteligência (...) a “criação” é o suporte seguro das famílias na Caatinga. Resiste anos de chuvas irregulares, sabe bem aproveitar os alimentos encontrados na Caatinga e se reproduz com velocidade extraordinária. Tem um manejo muito fácil. (...) Cabras e ovelhas não são nativas do Brasil. Foram trazidas por navios portugueses, logo nas primeiras

⁷⁹ O boletim está disponível na íntegra em http://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=8190&start=5

décadas do chamado descobrimento. Animais acostumados às condições severas das regiões montanhosas e frias da Europa. De alimento escasso e longas caminhadas a procura de pasto. Mas souberam-se adaptar perfeitamente as condições de semiaridez. Perderam um pouco do porte e da produção leiteira, mas ganharam algum muito mais valioso de volta: adaptação para poder viver bem a partir da oferta alimentar da Caatinga, sem precisar da interferência humana (IRPAA, 2015, p. 5).

Com atuação no semiárido baiano e pernambucano, e ligado à ASA, o IRPAA tem como bandeiras estimular uma prática vista como tradição comunitária, que são os fundos de pasto, criações de caprinos com pastagens coletivas, geralmente entre as terras de parentes e/ou compadres e comadres (IRPAA, 2015, p. 54). Essa demanda inclui uma forte crítica à criação de bovinos: embora reconhecido sua importância de ser usada, às vezes como “poupança” por pequenos agricultores, é uma pecuária tida como custosa e prejudicial do ponto de vista ambiental. Além de tudo, ela seria hostil aos pobres – lembrada historicamente pela dominação dos latifundiários na ampliação de terras para pastagem do gado, invadindo espaço do roçado de alimentos dos moradores e agregados. Daí as cartilhas de cursos e publicidade institucional usam uma tabela comparativa com critérios zootécnicos, econômicos e até de “luta política” para convencer que os caprinos e ovinos são a melhor pecuária para o semiárido:

Quadro 6. Comparativo entre pecuária bovina e caprina segundo cartilha do IRPAA

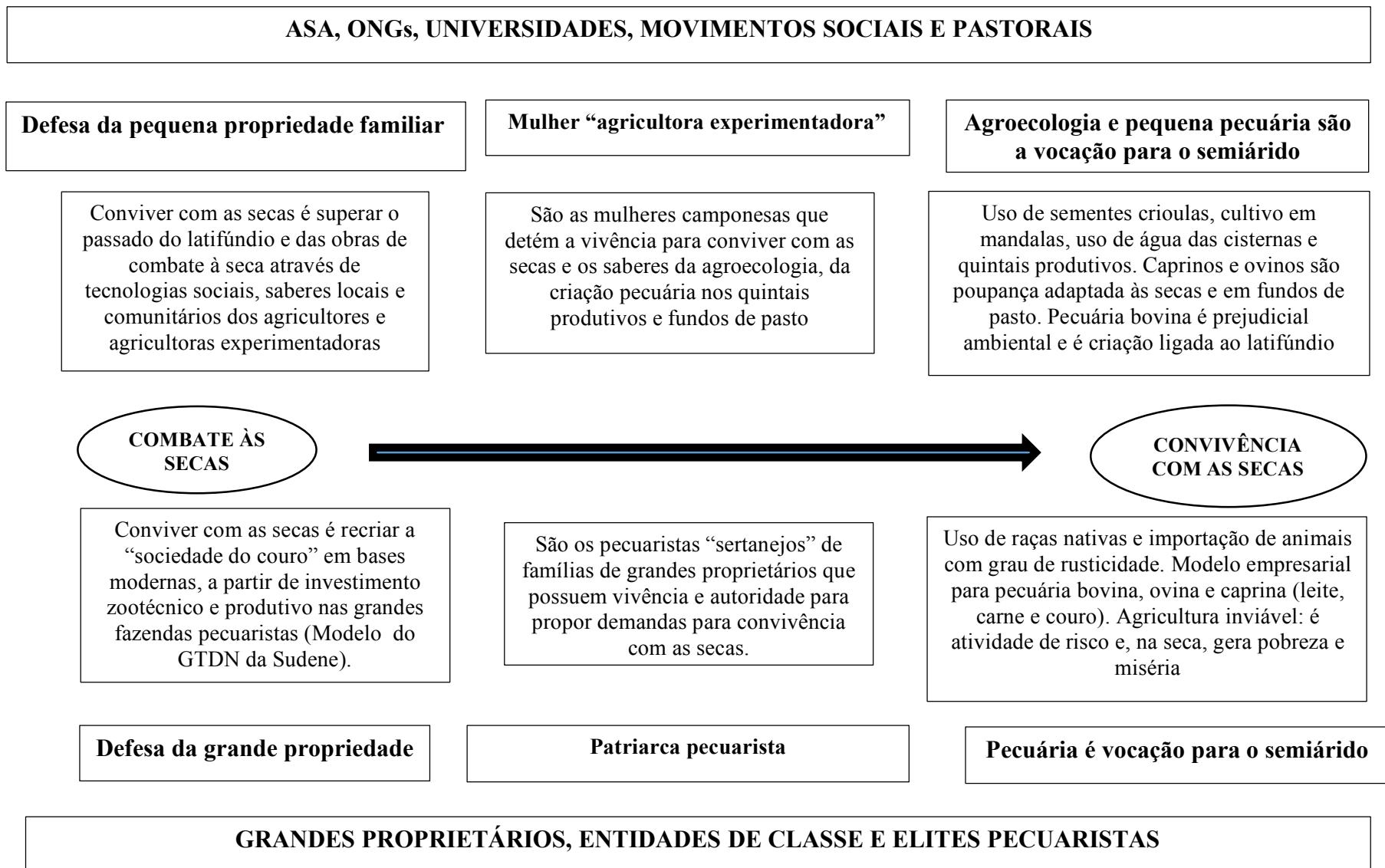
ANIMAL	ÁGUA	PASTO	CRIAS	LEITE	CLIMA	CERCA	LUTA DO POVO	PRODUÇÃO
1 vaca	53 litros por dia	Come o mesmo que 8 cabras	1 cria a cada 2 a 3 anos	3 litros menos digestivo	Não suporta bem o clima	Só 4 fios segura	Criação do latifúndio	Derruba a mata e planta o capim
8 cabras	48 litros por dia	Come o mesmo que 1 vaca	30 crias por 2 anos	4 litros: é mais rico e digestivo	Suporta irregularidade de chuvas	9 fios sendo possível de criar em fundo de pasto	É base da produção familiar no sertão	Vegetação nativa é a base da alimentação

Fonte: Adaptado de IRPAA (2015, p.11)

Nesse quarto capítulo, propus debater como a expressão convivência com as secas não é um conceito fechado, harmônico e sequer livre de disputas políticas e contradições entre seus diferentes defensores: é um termo disputado e crivado em um campo de lutas sociais. No caso dos sentidos de convivência com as secas entre grandes pecuaristas, tentei também ampliar o grau de validade do núcleo dessa tese para além das fazendas na região do Cariri da Paraíba. Apoiado no cruzamento de dados dos capítulos anteriores com fontes de revistas ligadas às entidades pecuaristas regionais, foi possível reconstruir como, nas últimas três décadas, houve incorporação seletiva de discursos da Sudene, entrelaçado à ambição de restaurar uma “tradição da sociedade do couro” da parte de grandes proprietários rurais: é nesse entrelaçamento que são produzidas as crenças, valores e significados políticos comuns que o termo convivência com as secas entre elites pecuaristas, não só do Cariri da Paraíba mas em todo semiárido nordestino. E como todo emblema político dentro das lutas com outros agentes em um campo social, a elite mobiliza argumentos, verdades, “heresias” ou vanguardas para tentar provar e mobilizar recursos a favor do seu ponto de vista e classificação social sobre o fenômeno das secas.

Ao posicionar o sentido político da convivência com as secas entre elites pecuaristas em um campo de lutas sociais, temos as relações desses discursos com o conjunto de pastorais, movimentos sociais e ONGs, e suas respectivas construções políticas de crítica ao paradigma de combate às secas. Embora haja diferenças internas entre frações de cada um desses grupos, posiciono, para fins analíticos, a visão das redes e organizações ligadas à ASA e às elites pecuaristas, como dois unificadores e geradores de discursos, classificações sociais e demandas políticas que englobam o termo convivência com as secas. Suas divergências e aproximações pontuadas ao longo do capítulo podem ser ilustrados no diagrama abaixo:

FIGURA 1: DIFERENTES DISCURSOS DA CONVIVÊNCIA COM AS SECAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO



A partir desse exercício comparativo nota-se como que, mesmo por distintos caminhos e muitas divergências, há pontos em que elites e movimentos sociais se aproximam – o que não quer dizer que necessariamente se conciliam – nos seus projetos políticos de convivência com as secas. A “convergência” com as secas entre os grupos políticos aqui analisados passa, acima de tudo, pela demanda de que o semiárido tem vocação unicamente rural: seja ela mais ou menos agrícola ou pecuária, seja voltado a combinar agroecologia e pecuária caprina na pequena propriedade, seja pelo caminho do investimento na pecuária de raças de bovinos, caprinos e ovinos na grande propriedade. O semiárido sempre foi e será destinado naturalmente a uma vocação rural na visão desses grupos e setores sociais. Por isso, a seca, como um fenômeno que afeta o eixo urbano onde atualmente vive a maioria da população do semiárido, não é pensada, nem sequer colocada, como politicamente relevante, mesmo entre antagônicos atores políticos no semiárido nordestino – diante disso, fica demarcada a afinidade apontada no início do capítulo entre grandes proprietários e movimentos de luta pela terra na ferrenha posição contra transposição das águas do rio São Francisco. Ambos não conseguem falar dos problemas do semiárido para além das demandas de agroecologia, cisternas de placa, dos fundos de pasto e dos quintais produtivos ou das grandes fazendas modelo de raças de animais com rusticidade e alto valor de mercado.

Um outro ponto é como a defesa regionalista da caprinocultura acaba “vencendo” nesse espaço de afinidades eletivas de distintas e antagônicas tendências sobre a convivência com as secas”. A arena que promove e convence a “verdade” de um semiárido estritamente rural e pecuarista – que tem pouca contestação mesmo em setores sociais não conservadores como movimentos sociais e parte de uma produção universitária – acaba sendo um “amortecedor” de tensões que dão condições sociais a frações de elites pecuaristas, como as do Cariri da Paraíba, ao moverem suas estratégias de reconversões no patrimônio material e simbólico, dando sobrevida a uma ordem social rural mesmo dentro das intensas mudanças sociais no interior do Nordeste, na passagem entre os séculos XX- XXI. Ao compreender os sentidos que impõem um significado de convivência com as secas, que faz com que a elite pecuarista insista em “recriar” um mundo da “sociedade do couro”, é possível captar uma parte importante do processo que fez com que a pecuária caprina – e somente ela – ganhasse não só relevância como tema acadêmico e atividade econômica, mas que fosse colocada no pedestal de um projeto regionalista, enquanto símbolo cultural sertanejo desde de políticas governamentais a eventos turísticos e gastronômicos criados nas últimas décadas no semiárido nordestino.

CAPITULO 5 – ADMIRÁVEL BODE NOVO: UMA DEFESA DA GRANDE PROPRIEDADE

5.1 Uma cultura “bodística”

Lançado em 2005, por uma editora do SENAC⁸⁰, o livro *Culinária Caprina: do alto sertão à alta gastronomia* traz mais de cinquenta receitas com ingredientes à base de carne e leite de origem caprina. A proposta do livro é mostrar quais são os

“sabores tradicionais e contemporâneos (...) que mostram que o bode e a cabra são representantes notórios da identidade cultural nordestina- a par do caju, da dança de forró – todas elas expressas na arte popular, em xilogravuras, artesanato e em literatura de cordel. (SENAC, 2005, p.3)

Com rico material fotográfico e de xilogravuras – junto a uma versão traduzida para o inglês –, a coletânea é produto de uma rede de patrocinadores e parceiros: além das agências nacionais do Senac e Sebrae, há centros de pesquisa sobre caprinos da EMBRAPA (Sobral-CE) e EMEPA (Pendência-PB); ateliês de costura e arte popular nordestina (como a Feira de Artesanato Alto do Moura, em Caruaru-PE), chefs renomados e restaurantes de comida regional (como o Mangai, de João Pessoa, e o Entre Amigos, do Bode de Recife), e nomes destacados na hotelaria e turismo rural no semiárido – o Hotel Fazenda Pai Mateus, em Cabaceiras-PB, e a Fazenda Bom Jardim da Serra Verde, em São Tomé-RN.

O livro ainda tem um prefácio escrito por Ariano Suassuna chamado “A Cabra e eu”, em que ele explica o projeto de criação de cabras na fazenda Carnaúba, e também relata sobre sua amizade com o escritor Raduan Nassar, através do gosto que os dois escritores compartilham pela criação de caprinos. Em seguida, o leitor chega aos ensaios “Epopeia das cabras valentes da terra Brasil” e “Bodes, cabras e cabritos: comida de um povo valente”, escritos por uma equipe de pesquisadores do SENAC. Esses dois ensaios trazem um levantamento de dados quantitativos, junto a um histórico amplo que posiciona as cabras desde a antiga Grécia até os portugueses colonizadores, chegando, enfim, à cabra do Nordeste brasileiro, um símbolo “da conquista e adaptação aos sertões nordestinos pela sua seleção natural” (SENAC, 2005, p.13). Esse “resgate” de uma cultura caprina e nordestina é construída

⁸⁰ Instituição de educação profissional, criada na década de 1940, e atualmente ligada à Sociedade Nacional do Comércio. Assim como o Sebrae, o Senac atua em parcerias no setor público e privado, sendo que, desde a década de 1990, tem direcionado para projetos de capacitação e gestão empresarial, seja no meio rural ou urbano fortemente marcados sob a ideia do empreendedorismo.

também com citações de trechos de obras de intelectuais nordestinos, consagrados durante o século XX, como Gilberto Freyre, Josué de Castro e Câmara Cascudo.

Outra proposta desses ensaios é registrar as lendas e expressões populares como a palavra “cabra macho”, as aparições do “bode preto” associado ao diabo e memórias populares como o do Bode Ioiô, personalidade famosa na cidade de Fortaleza, nos anos 1920. Há também uma seção dedicada às feiras e festivais gastronômicos e turísticos, como o “Bode Rei” em Cabaceiras-PB, “Festa do Bode” em Tejuçuoca-CE, e o “Festival Nacional do Bode”, em Sertânia-PE. Segundo o Senac, esses eventos, todos criados durante a década de 2000, revelam um pouco do universo econômico e cultural do sertão através dos bodes, cabras e cabritos que desenham uma história de encantamento e sedução na vida e mesa de milhares de brasileiros (SENAC, 2005, p. 28). Um símbolo de sertão e de Nordeste, assim se diz que a “cultura bodística” da carne, do leite, e do couro, gera não apenas emprego, mas principalmente o resgate da cultura popular nordestina (SENAC, 2005, p. 45).

Uma leitura sociológica de propostas como a da *Culinária Caprina* nos traz uma série de demandas dentro do que foi trabalhado nesta tese. A primeira trata de fazer uma ruptura, de “desnaturalizar” esse conjunto de imagens, falas e discursos, afim de compreender como o simples ato de consumir carne, leite, ou queijo caprino se tornou algo que evoca o “nordestino forte, pronto pra viver a vida agreste, onde resistir é preciso e ser cabra também é preciso” (SENAC, 2005, p.40). Nesse sentido, os bodes são bons não apenas para comer – ou para conviver com as secas –, mas para pensar quais dinâmicas de poder fizeram ser possível falar em uma cultura “bodística”: ao menos com dados de pesquisa trabalhados em toda essa tese, pode-se afirmar que parte significativa desse forte discurso regionalista a favor dos caprinos se move próximo aos deslocamentos e mudanças qualitativas de um capital socialmente incorporado por pessoas oriundas de elites pecuaristas. Seguindo esse viés de análise, não pretendo anular o papel que redes de instituições privadas e políticas públicas tiveram na construção política não só de um mercado, mas de toda uma crença desenvolvimentista do caprino, como uma vocação não só no Cariri paraibano, mas em boa parte do semiárido nordestino das últimas décadas. O debate que tento encaminhar aqui é como essa “verdade” a favor dos caprinos intensificou seu poder de convencimento e legitimidade junto a estratégias de frações de uma elite pecuarista que, sob ameaça de desclassificação, passa cada vez mais a ação a convivência com o semiárido como sinônimo de investir na pecuária caprina junto à

evocação de um passado distinto de famílias proprietárias de centenárias fazendas. Por mais que tenham sido feitos investimentos de instituições como o Sebrae⁸¹, Senac, Embrapa, Emepa, universidades⁸², ou pactos políticos entre prefeituras e governos estaduais – como o Novo Cariri na última década –, a crença na legitimidade da defesa dos caprinos já tinha sido construída anteriormente sob forte sustentação, próxima à reconversão de patrimônios fundiário e simbólico de uma elite. Mais que simples entusiastas de um potencial econômico – ou gastronômico ou cultural – dos caprinos, ou de coleções desinteressadas de genealogias de família, os pecuaristas tentam realinhar um lugar social distinto, em defesa simbólica da existência da grande propriedade do interior nordestino. E foi no trânsito dessas pessoas e ideias, da elite pecuarista a favor dos caprinos – lembremos, por exemplo, da trajetória biográfica de Manoel Dantas Vilar e sua experiência na Sudene e Insa, ou da fazenda de Malaquias Batista junto ao Sebrae –, que foi difundido o sentimento de grandes fazendas que passam a ser, ao mesmo tempo, “templos” passados da “civilização do couro” e também “laboratórios” de experiências exemplares na criação de caprinos em condições de seca.

5.2 Da desqualificação da “miunça” à imposição da caprinocultura

Apesar de acionar a “natureza das secas” junto a um resgate de um “sertão” atemporal, o discurso a favor dos caprinos que sustenta publicações como o *Culinária Caprina* é limitado por processos sociais e históricos: as condições de possibilidade do pedestal do bode como “símbolo sertanejo nordestino” dar-se-ão apenas a partir das décadas de 1980-2010, momento em que, como foi visto no capítulo 4, é produzido uma crença da convivência com as secas no mundo dos grandes pecuaristas nordestinos – campo esse que expressa seus debates em revistas como *Agropecuária Tropical* e *O Berro*. Por isso, até final da década de 1970, se a pecuária de caprinos era uma atividade pouco relevante em termos de programas governamentais ou projetos desenvolvimentistas, era ainda mais alijada em termos de investimentos da elite de grandes proprietários rurais. As consultas a levantamentos técnicos do BNB-ETENE (1959) sobre a pecuária no Cariri Paraibano, ensaios como a coletânea *Bode no Nordeste*, publicados

⁸¹ Para uma pesquisa sobre os agentes, instituições que defendem uma ideia de desenvolvimento e políticas públicas junto à caprinocultura no Cariri da Paraíba, ver Meneses e Gomes (2010);

⁸² No banco de dados de teses e dissertações no Brasil (IBID), pode-se notar como a caprinocultura ganhou ênfase em pesquisas nos últimos 20 anos. De 1980 a 2000, estão registradas apenas quatro teses no banco de dados, enquanto que, a partir de 2000-2010, há um boom de produção acadêmica: 47 dissertações e 16 teses nas áreas de zootecnia, ciências agrárias e veterinária. Já no catálogo de teses da CAPES, de 1992 a 2003, foram registradas 24 dissertações e 2 teses no tema da caprinocultura. A partir de 2004-2013, esse número salta para 141 dissertações e 35 teses.

pela Fundaj (1969), a trabalhos de zootecnia, como o de Octavio Domingues⁸³ (1955) e Aristóbulo de Castro (1984), permite afirmar que, até a segunda metade do século XX, houve apenas experiências esparsas de introdução de raças exógenas/ou melhoramento de caprinos nativos em grandes fazendas da região, atualmente demarcada como semiárido nordestino: até aí registra-se fracassos como o caso da introdução, entre 1928-1930, de anglo nubianos pelo Cel. João Borges de Sá na região, de Uauá no interior da Bahia (O BERRO 2^a ED., 1983, p. 73) e a falência na criação de cabras e bodes para exportação de peles, feito pelo famoso Coronel “empreendedor” alagoano Delmiro Gouvêia, nos anos 1930 (MOTA, 1969, p. 14). A pouca importância dos caprinos na estratégia econômica dos grandes proprietários pecuaristas do então chamado Polígono das Secas pode ser vista a partir de comentário do zootecnista Octávio Domingues, em livro de 1955, escrito para Seção de Fomento Agrícola (SFA) do Ceará:

O fazendeiro não se dedica absolutamente à criação desta espécie [caprinos]. E se o faz é sem nenhuma preocupação especial. Muitas vezes o lucro que aufera é de uma “meação” com os vaqueiros ou outras vezes dá-lhe uma cria, em cada 4 ou 5 que nascem. É pois uma tarefa secundária nas grandes e médias fazendas que interessa mais ao pequeno proprietário rural ou ao foreiro ou morador (DOMINGUES, 1955, p. 20)

Na leitura do trabalho de Domingues (1955) também é possível perceber uma proximidade à visão de mundo então vigente dos grandes proprietários de terra algodoeiros e pecuaristas, e seus julgamentos que desqualificam as estratégias de criação de caprinos entre os moradores e agregados das fazendas:

Os roçados abandonados ou as lavouras de algodão já colhidos são utilizados temporalmente como pasto para os caprinos (...), seus donos, na quase totalidade das vezes são mulheres analfabetas ou pessoas sem instrução, de modo que se recusarão a toda e qualquer indagação a respeito de seus animais (DOMINGUES, 1955, p. 58-59)

A mesma visão de desprezo vinda dos criadores de bovinos, “fazendeiros evoluídos” do interior do Nordeste, em relação às cabras e aos seus criadores é relatada no trabalho de outro

⁸³ O zootecnista Octavio Domingues foi um dos principais defensores de uma zootecnia tropical brasileira – uma seleção apropriada ao clima. Ele foi uma das principais referências bibliográficas para as experiências de Uberaba nos anos 1930 com o boi Zebu em que uma elite de famílias de criadores atuou selecionando e comercializando famílias de bovinos” (LEAL, 2016, p. 314) . A ideia de gado de elite consolidou todo um imaginário nacional através da pecuária bovina– que fez esse grupo social ter poder de barganha para exigir política de crédito, pesquisas e investimentos junto aos governos: não é acaso que todos os presidentes desde Getúlio Vargas visitaram ao menos uma vez a exposição anual de Uberaba.

zootecnista, Aristóbulo de Castro (1984) que também participou do trabalho de pesquisa entre 1950-1960, nos quadros do SFA do Ceará:

Sempre que converso com os fazendeiros evoluídos (uso o termo fazendeiro para significar criadores de gado bovino, especialmente de vacas leiteiras), observo que esses criadores procuram fugir, delicadamente, do assunto, de vez que já tem seu ponto de vista firmado. Esses criadores estão de tal modo pessimistas em relação à cabra leiteira que não concebem, sequer, pensar nesse problema econômico palpitante para o Nordeste, que é a criação de cabras". (CASTRO, 1985, p. 82)

Esse desnível de status do caprino em relação ao bovino⁸⁴ tratado pelos zootecnistas tem relativa proximidade com as relações de dominação entre fazendeiros/moradores, analisada em trabalhos clássicos na sociologia e antropologia sobre formas de organização familiares do trabalho e da terra, no meio rural da região Nordeste, entre as décadas de 1970-1990. A hierarquia de classe e status “pecuário” e os julgamentos que ela opera indicam alguns valores do universo dos dominados de uma ordem rural – um mundo em que os caprinos, chamados de “miunça ou criação”, são bens não somente econômicos, mas sociais e morais, que circulam nos laços de reciprocidade e compromissos entre sitiantes, camponeses, posseiros, agricultores familiares etc. Com base em pesquisa no Sergipe, os trabalhos de Klaas Woortman (1978), sobre hábitos alimentares, e de Ellen Woortman (1981), sobre a ordem moral campesina, mostram como as classificações de comportamento social, comida, gênero e estratégia econômica fazem os caprinos serem “reimosos” – com comportamento perigoso ou às vezes impróprio para alimentação – mas que também são criados como “ajuda” pelas mulheres aos homens que criam os bois (WOORTMAN, 1978, p. 93). Também as pesquisas de Afrânio Garcia Jr. (1989), na região do Brejo paraibano, na década de 1970-1980, colocaram em debate a “criação” e seus sentidos sociais específicos no cálculo das estratégias e divisão familiar do trabalho entre agricultores. Termos como “negócio/ajuda”, que indicam e também dão sentido social a estratégia de criar cabras segundo a visão de mundo do “pai e da mãe de família”, entre pequenos proprietários, rendeiros e meeiros libertos:

A criação de animais é uma atividade que também se apresenta segmentada em esferas masculinas e esferas femininas. A criação das cabeças de gado, tanto vacas como garrotes é uma atividade masculina, enquanto que a de outros animais, designados como miunças, cabra ovelha, porco, peru, galinha, pato e outras aves, pertence à esfera feminina. Quem se ocupa da alimentação e do trato das miunças são as mulheres e crianças pequenas. É interessante observar que o cálculo do produto necessário ao consumo da casa inclui as miunças, como são designados os animais de pequeno porte, e é frequente a referência ao gasto da casa com milho, por exemplo, referindo-se também ao

⁸⁴ Para uma revisão da literatura de trabalhos sobre pecuária bovina no formato de verbete ver Andriolli (2016)

consumo destes animais. A criação de miunças dota a unidade doméstica de instrumentos de reserva e acumulação na esfera propriamente feminina. (...) Neste sentido, utiliza-se a categoria precisão, em que a criação permite fazer face diretamente a qualquer necessidade eventual do grupo doméstico. (GARCIA JR., 1989, p. 135)

Categorias sociais dos pobres sobre os caprinos também foram analisadas em pesquisas feitas no interior do Piauí, na década de 1990. O trabalho de Maria Dione de Carvalho de Moraes (2009), próximo a Uruçuí – PI, argumenta que a “miunça” se insere nas estratégias entre “baixões” e “chapadas” – classificações territoriais e de valor social entre camponeses do cerrado:

Na taxonomia local, “chapada” ou “serra” designa os terrenos altos e planos de longa extensão, com solos “de barro” (maior teor de argila) ou “de areia” (mais arenosos) e o “clima seco”, com árvores esparsas e de porte baixo (cerrado), e um tipo de capim, o “agreste”, encontrando-se, ainda, ali, áreas de “carrasco”, o que corresponde a uma vegetação mais compacta, propícia para caça e coleta, e áreas de “cerradão”, com árvores mais elevadas, com madeiras consideradas nobres. Na economia camponesa tradicional, “chapadas” são áreas de caça, coleta de frutos, mel e plantas terapêuticas e criação do gado e da “miunça” “na solta”. Já o “baixão” ou interior corresponde às terras baixas, com solos tidos como mais ricos e úmidos que os da “chapada”, devido à presença de rios, riachos, lagoas e brejos (CARVALHO DE MORAES, 2009, p. 138)

A autora destaca que a expansão da agricultura mecanizada para exportação no cerrado piauiense tem mudado essas categorias devido à diminuição da estratégia social contida nas “miunça”: a expansão de terras para o agronegócio gera a obrigação de fazer cercamentos para os animais e, nisso, quebra sua integração a uma agricultura de aprovisionamentos – feijão, milho, arroz e frutas nativas (CARVALHO DE MORAES, 2009, p.149). Já nos povoados de São Raimundo Nonato, a pesquisa de Emilia Pietrafesa de Godoi (2009) registra as hierarquias e representações entre bois e cabras, que dão sentido aos marcos geracionais de crianças entre famílias sertanejas:

Existe uma hierarquia na representação camponesa dos animais segundo a importância e o prestígio que lhe são atribuídos. O gado bovino é o mais prestigioso dos animais criados, e os homens adultos são os responsáveis por eles. O próprio termo “gadinho” indica o caráter de menor prestígio do rebanho caprino. Mas tanto aqueles que cuidam do rebanho caprino como quem cuida do rebanho bovino são chamados de vaqueiros. Todas as famílias têm seu “gadinho”, mas somente os parentes “mais fortes” possuem gado. Não estaremos exagerando se afirmarmos que, em certa medida, a criação dos animais marca as etapas sucessivas da vida do sertanejo. A constituição do rebanho de um indivíduo é progressiva, ela segue os “ritos de passagem” que marcam sua vida e começa com o nascimento ou com a sua incorporação em uma nova família – no caso dos “filhos de criação” – com o dom de uma

“semente de gadinho”. Esta é constituída de um ou dois animais, de toda maneira de pelo menos uma fêmea, para que a criança possa começar a constituir seu próprio rebanho. As crianças, menino ou menina, desde muito pequenas são encorajadas a cuidar dos animais. O “pai de família” jamais se apropriará de seus animais, somente em caso de necessidade – pois as necessidades da família prevalecem sobre as do indivíduo – e, ainda nesses casos, essa apropriação toma a forma de um empréstimo, que o pai tem a obrigação moral de restituir. O ciclo da criação começa, então, com o dom de uma “semente de gadinho” e, com o passar do tempo, o objetivo é passar do “gadinho” ao gado, mesmo se poucos dentre eles chegam a realizar esse ideal. (GODOI, 2009, p. 297)

Toda essa diversidade de classificações e usos sociais⁸⁵ que envolvem os caprinos na região Nordeste é que deverá ser “soterrada” e mais atacada diante da ascensão de um discurso regionalista pró caprino, produzido por frações da elite pecuarista, como as do Cariri paraibano. A desqualificação já corriqueira⁸⁶ das estratégias de criação de caprinos dos pobres – na suposta “neutralidade” da linguagem zootécnica –, como desorganizadas e “pouco produtivas”, vai se somar um a tipo de construção regionalista que, por mais que reivindique um “olhar popular”, mobiliza estritamente recursos e percepções sociais de pessoas oriundas de uma elite rural. Nesse sentido, não é de pouca importância entender a difusão de nomes como “caprinocultura” em substituição à “miunça”, em textos escritos por pecuaristas e intelectuais, e publicados por instituições voltadas para projetos de desenvolvimento no Nordeste. Um possível marco inicial dessas nomenclaturas e da eleição do bode “símbolo sertanejo” está em uma publicação da FUNDAJ, de 1969, chamada *O Bode no Nordeste*. Organizado por geógrafos, jornalistas, agrônomos e zootecnistas – de origem social da elite urbana e rural pernambucana –, o livro é uma coletânea de palestras e exposições de fotografias feitas na sede da Fundação, em Recife-PE. A ideia central do livro, exposta no capítulo inicial de autoria do jornalista e geógrafo Mauro Mota⁸⁷ (1969), é a de que:

⁸⁵ Mesmo dentro de políticas públicas como no PAA/Leite, são mobilizados esses valores de reciprocidade da “miunças”. Registrei em pesquisa no Cariri paraibano, entre 2010-2013, como agricultores familiares que vendiam leite ao PAA e mobilizavam estratégias de circulação de cabras leiteiras entre parentes e vizinhos diante das limitações de um rígido sistema de cotas imposto pelas regras do Programa. (MENESSES, 2015a)

⁸⁶ Essa visão que relaciona as estratégias dos pobres em relação aos caprinos como de “pouca potencialidade” – sob um ponto de vista econômico ou zootécnico estrito – é armadilha que pega mesmo trabalhos recentes, como o de Gonçalves Junior (2012), que trazem boa proposta de analisar as hierarquias de status entre bovinos e caprinos, mas caem nessa proposta de uma pecuária empresarial que despreza os valores de reciprocidade e trocas sociais em que a “miunça” circula entre os pobres.

⁸⁷ A biografia de Mauro Mota (1911- 1984) apresenta uma narrativa similar aos descendentes da elite de grandes proprietários do Nordeste – seja nas suas versões canavieiras ou pecuaristas. Nascido no Engenho Buraré, Pernambuco, no dia 16 de agosto de 1911, filho do promotor público José Feliciano da Mota Albuquerque e de Aline Ramos da Mota Albuquerque, Mauro Mota fez seus estudos primários em Nazaré da Mata, e, no Recife, ingressou no colégio Salesiano. Formado em Direito e trabalhando nas redações de jornais, Mota teve com trânsito nos círculos literários recifenses, publicando livros de poesia e também ensaios como “Paisagem nas Secas”, chegando inclusive a ser presidente da Academia Pernambucana de Letras, e ocupar a cadeira 26 da Academia Brasileira de Letras. Ele também foi superintendente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, entre 1956

Miudeza nenhuma parece mais prejudicial à nossa economia pecuária do que o desprezo pelo gado miúdo. Julgá-lo depredatório seria enaltecer-lhe pela atribuição da magia de saquear uma zona, a do seu “habitat predileto”, já saqueado pela natureza. Ao contrário, ele distribui-lhe o ânimo e animalidade, com os impulsos tradicionais de servir e resistir, procedentes da antiguidade mais distante. A cabra não seca durante a seca. Nutre-se da própria devastação da estiagem nordestina: cascas de árvores e arbustos, folhas secas, palha, esperança. Sobe onde outro gado não sobe – menos no conceito dos fazendeiros – para consumir resíduos vegetais ocultos entre as pedras das colinas (...). Estica-se com apoio nas patas traseiras – bípede provisório – para atingir os ramos altos que sobem para não serem comidos e, nessa postura, simboliza a luta pela sobrevivência: não é um bicho que come deitado. (MOTA, 1969, p. 14-15)

Além desse texto inicial, o livro conta com mais quatro capítulos. *O caprino em Pernambuco*, do técnico agrícola Umberto Câmara, faz um levantamento quantitativo do rebanho do estado, junto a uma classificação taxonômica do caprino, possibilidade de melhoramento no rebanho com técnicas de reprodução e aproveitamento do leite e da carne. Já o *Contribuições da caprinocultura ao povoamento do sertão*, do engenheiro, pecuarista e deputado estadual Hildebrando Meneses, faz um apanhado de artigos de jornal e relatos sobre as secas para argumentar que os caprinos contribuíram para o povoamento do sertão no período colonial, o que permitiu uma proteção dos efeitos destruidores dos ciclos de estiagem. Meneses (1969, p. 45) ainda reclama que apesar do progresso recente, com abertura de estradas e aumento da população no sertão, a potencialidade dos caprinos diante das secas ainda tem sido desprezada pelo poder público. Por fim, *A Caprinocultura e economia pernambucana*, do médico e criador Orlando Parahym, e o “*Caroço do caprino*” na patologia animal de *Pernambuco e Nordeste*, do veterinário Guilherme da Costa Filho, fazem um levantamento do potencial econômico, mas também de doenças, problemas sanitários e de criação que são obstáculos para as políticas de investimento nos caprinos.

Interessante notar como se aproximam os argumentos dos livros *Bode do Nordeste*, da Fundaj (1969), e o *Culinária Caprina*, do Senac (2005). A defesa dos caprinos que intercala dados econômicos e de zootecnia junto à epopeia que associa esses animais à “conquista” do sertão e um valor de “resistência às secas” atravessa, de alguma forma, boa parte dos artigos desses dois livros. A principal diferença – além da distância de quatro décadas de lançamento – está no fato de que o primeiro é apenas uma proposta vaga de um congresso seletivo de

e 1970 e diretor do Departamento de Documentação e Cultura da Cidade do Recife e do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, de 1972 a 1984.

especialistas, enquanto que o segundo já é resultado de um processo político, já realizado e bem difundido. É nesse contraste que aponto que, mesmo tendo uma de suas possíveis gêneses entre intelectuais, literatos e zootecnistas como o grupo da FUNDAJ a durabilidade da imagem política do bode enquanto animal que emana “nordestinidade” tem ampliado seu campo de possibilidades quando inserida na ideia de convivência com as secas produzida pelos grandes pecuaristas nas últimas três décadas.

Revisitando os dados da pesquisa com as famílias e fazendas do Cariri paraibano, bem como nas fontes das revistas das sociedades de pecuaristas, é possível rastrear algumas das disputas de poder que mostram como a mudança recente de classificações e usos sociais da pecuária caprina é inseparável de um projeto político, de uma elite que investiu na produção de uma crença de que conviver com as secas passa pelo lugar social da grande propriedade da terra no Nordeste. Nesse convencimento de uma vocação para caprinocultura, registra-se ao menos duas grandes disputas entre grandes pecuaristas – uma entre defensores dos bovinos versus caprinos, iniciada nos anos 1980, e outra que seguiu entre 1990-2010, que dividiu reputações e experimentos de raças de caprinos e ovinos: de um lado os que se reivindicam “verdadeiros sertanejos”, conhecedores da terra e produtores de leite, carne e pele, e outro grupo tido pelos primeiros como os “aventureiros”, entusiastas dos grandes leilões e exposições e recém chegados à atividade da pecuária caprina. A partir desses embates – em que de alguma maneira, seja de forma ativa ou passiva, as famílias aqui pesquisadas se inserem –, é possível reconstruir alguns dos caminhos pelos quais a convivência com as secas das elites pecuaristas legitimou o emblema do bode como animal, antes de tudo, “sertanejo”.

Um primeiro momento de conflito sobre a caprinocultura no Nordeste pode ser demarcado durante a seca de 1979-1984: o momento de afirmação da ideia de convivência com as secas dos grandes pecuaristas também demarcou uma divisão interna nas associações e sociedades de criadores: os defensores estritos de criação de bovinos e um outro grupo que defendia a combinação dessa pecuária com a de caprinos, ou até mesmo a exclusividade desta última diante do agravamento das condições de estiagem do semiárido. Esse embate, travado entre artigos de opinião nas revistas Agropecuária Tropical, teve, inclusive, como consequência a criação de um suplemento interno desta que viria a se tornar uma revista independente, a *O Berro*. No conjunto de fontes que selecionei para esta tese, é possível marcar o início desse movimento de crítica de alguns pecuaristas a partir da resposta ao artigo *Cabras no Cariri*, de Ariano Suassuna (1978). E essa posição de textos como o *Depois do bode só o camelo... e o camelo já é deserto!*, do médico e pecuarista pernambucano, José Nivaldo, na 14^a edição da Agropecuária Tropical, de 1980: Além de criticar Ariano Suassuna, Nivaldo (1980, p. 31)

também faz ressalvas a outros intelectuais entusiastas dos caprinos, como os organizadores do livro *O Bode do Nordeste*, da FUNDAJ :

(...) Daqui a cem anos, não teremos bois, cabra se bodes, mas apenas a sisudez do deserto e todos dirão, naquela ocasião, que ovino e caprinocultura é uma maldição, pois, depois do bode, vem o camelo... e o deserto

Contra a criação extensiva e abusiva de caprinos e ovinos, sempre fui. Viajando para medicar um doente do Cariri, encontrei alguns homens derrubando um capoeirão. Foi quando indaguei ao meu acompanhante:

- Na sua opinião daqui a quanto tempo essas árvores terão crescido novamente para atingir o mesmo porte?

O matuto coçou a barba, refletiu um minuto e largou a resposta:

- Seu doutor, mais nunca! (...) pelo que ouço contar desde o tempo do meu bisavô, esse capão de mato já existia. Meu avô, meu pai, viveram e morreram. Estou homem feito e a matinha ia ficando. Esses paus nasceram e cresceram no tempo que não existia nem bode nem ovelha, nem jegue. Agora, todo broto que nascer será comido. Mais nunca, doutor!

A sentença categórica permanece, até hoje, nos meus ouvidos. Mas como falar contra as miúncas quando Ariano Suassuna, Costa Porto, Mauro Mota, Orlando Parahym, mestres das letras e homens de bom pensar as defendem, com unhas e dentes? (...) Há pouco tempo num seminário sobre problemas ecológicos do Nordeste, pela primeira vez, disse de público, as restrições que faço à criação desses rebanhos altamente predadores (...) Entre os presentes alguns paraibanos que investiram contra meus pontos de vista, alegando que, no sertão, só se pode criar mesmo bode e ovelha porque o boi não sobrevive à inclemência das secas. O assunto é polêmico, os argumentos a favor e contra são muitos (...) Quero deixar somente o problema com o rabo de fora, dizendo o seguinte:

“Nosso comodismo, não criando condições artificiais que possibilitem caprino e ovinocultura em moldes racionais, evitando o arrasamento progressivo da flora sertaneja, leva-nos ao raciocínio imediatista, afirmado quem na caatinga, somente o bode sobrevive. Portanto, vamos criá-lo! “

A essa conclusão simplória, indago: É nos lícito e racional, diante da aridez natural do sertão onde somente cabra e ovelha sobrevivem, arrancando a raiz das gramíneas e roendo as cascas dos paus até matá-los, é lícito e racional continuarmos mantendo essa atividade para daqui a cem anos não termos mais nem bois, nem bodes e sim a sisudez do deserto?

Não sou contra esses bichinhos em si. Sou contra a maneira que são criados. Enquanto botam cruzeiros nos bolsos de seus donos, arrasam a terra e destroem as plantas, numa rudeza que é maldição. (NIVALDO, 1980, p. 31)

Nessa mesma linha de argumentos, e com um tom bem mais debochado, está o artigo *O asno de ouro*, do pecuarista Huáscar Terra do Valle, publicado na 20^a edição da Agropecuária Tropical, em que ele cita os erros em termos de investimentos no setor agropecuário, feitos no ano de 1980. Há um momento do texto em que Valle (1981, p.8) tece as seguintes críticas ao governo federal e a alguns pecuaristas:

Perseguição à pecuária de corte

O governo odeia a pecuária de corte, por um motivo muito simples. O boi come o brasileiríssimo capim que não é produzido pelas multinacionais. Por isto, a tecnocracia brasiliense teleguiada pelos grandes trustes americanos, quer promover a criação de animais que se alimentam de rações das multinacionais, como suínos, frangos, coelhos etc. Para arrematar a burrice, [alguns pecuaristas] promovem também a criação de cabras, as fazedoras de desertos. O boi permite o melhoramento do pasto a cada ano. A cabra acaba com ele. Depois vem o deserto e então o governo promoverá a criação de camelos. Aguardem! (VALLE, 1981, p. 8)

As respostas que esse grupo dos “anti-caprinos” recebeu dentro das sociedades pecuaristas podem ser visíveis em um segundo artigo de José Nivaldo, dessa vez na edição 23 de 1981 da Agropecuária Tropical. Nele, José Nivaldo (1981) faz uma réplica irônica às críticas que recebeu de leitores da revista:

Muita gente discordou de mim, louvou o bode, exaltou sua fertilidade, sua rusticidade suas grandes vantagens econômicas. Até o Mestre Ariano Suassuna, que se não é o melhor criador de cabras da vasta caatinga é, sem dúvida, o mais intelectualizado de todos eles, telefonou-me, arruaceiro. Na sua boca, seus bodes até parecem príncipes sertanejos e suas cabras batem a produção de leite das vacas Guzerá do seu primo-sócio Manelito Dantas (NIVALDO, 1981, p. 35).

Um sinal da derrota dos que julgavam as cabras e bodes como “fazedores de desertos” pode ser vista na edição 33 da Agropecuária Tropical de 1982, que passa a ter um boletim chamado “O Berro”: um suplemento específico para caprinos e ovinos, patrocinado pela ACCOBA, APACCO e o Clube do Berro, ligado à Associação de Criadores do Ceará. A ênfase regionalista é dada no editorial de estreia:

Há muito tempo que a revista Agropecuária Tropical vem alicerçando um departamento para tratar de assuntos da caprino e ovinocultura (...) [O Berro] será sempre um jornal a não pregar matérias científicas vindas de outras áreas ou países, porque em matéria de caprinos e ovinos deslanados, o Nordeste é “mestre”. Nós é que devemos ditar as regras para o restante do país. Nesse tom, as matérias serão formuladas a partir dos criadores e dos técnicos regionais (AT- 33^a ED., 1982, p. 50).

Na segunda edição, o editorial de *O Berro* “É tempo de caprinos e ovinos” reforça a necessidade de investimento de crédito para essa pecuária como salvação para a grande seca do início da década de 1980:

Vivendo cinco anos consecutivos de seca, o sertanejo reduziu drasticamente o rebanho nordestino de pequenos animais, para poder manter a família viva. Nessas épocas, são abatidas milhares de cabeças para sustento das pessoas.

Começa aqui a importância dos caprinos e ovinos que, mesmo sobrevivendo as secas, conseguem ainda gerar algum rendimento para o proprietário. Não se justifica a falta de apoio creditício para os pequenos animais e muito menos a falta de apoio político para essa atividade (...) Mas a culpa não é só do governo porque nota-se uma falta de conhecimento real dos notáveis animais nordestinos (...) Em termos de caprinocultura, o Nordeste deveria dar aula (...) (AT-34 ED., 1983, p. 69)

A comparação entre bovinos e caprinos também é colocada em debate na resenha de livros e artigos zootécnicos nessa mesma edição. Após destacar o avanço de algumas ações do BNB, e a criação de institutos de pesquisa como a EMEPA, a seção “Berronotas” elenca as vantagens dos pequenos ruminantes, não apenas em termos de conviver com as secas, mas como última alternativa ao êxodo rural, uma salvação para os problemas da região:

O sertanejo foge das secas porque não existe uma política honesta para caprinocultura. O bode e a ovelha poderiam acabar com o êxodo rural, mas por enquanto eles são marginais. Na verdade, não existe vocação para criação de animal de grande porte, na caatinga atual, muito menos para agricultura de alimentos. Mas para o bode, o sertão é um paraíso (...) (AT-34^a ED., 1983, p. 73-74)

Alinhados aos tons do discurso político da *O Berro*, e conseguindo conquistar legitimidade na posição de pioneiros de uma criação de caprinos, os criadores das famílias Dantas Vilar e Suassuna foram tema de uma matéria da terceira edição de *O Berro* sobre a I Expo Paraibana de Caprinos e Ovinos, organizada pela APACCO e realizada em Taperoá-PB. Seleciono trechos abaixo que mostram uma visão geral do evento, e de como uma rede de pecuaristas, liderados pelos da Carnaúba, conseguiram “vender” a ideia positiva do caprino, inclusive tendo apoio das instituições estatais – SUDENE e a recém criada EMEPA – para realização de concursos leiteiros e palestras sobre regeneração de raças:

Pela grande quantidade de animais Taperoá constitui-se, talvez, na primeira mostra de caprinos e ovinos autóctones, isto é, engendrados pela região semi-árida nordestina. Realmente as iniciativas demonstravam empenho em criar uma consciência de que existe um lugar, e talvez seja o mais honroso na caprino-cultura nordestina, para as raças nativas ou naturalizadas (...). As entidades oficiais compareceram com seus planteis das raças: Canindé, Santa Inês, Parda Alpina e Anglo Nubiana (EMEPA), além de animais também anglo nubianos do Projeto Sertanejo, um convênio da Sudene. (...) Cabras Leiteiras - eram ordenhadas, diariamente (...) A campeã de leite nessas ordenhas produziu 4,80 kg em um dia! Em regime normal de arraçoamento! Seu proprietário: o idealista Ariano Suassuna. (AT - 29^a ED, 1982, p. 24).

Nas edições de *O Berro*, na virada da década de 1980-1990 até a década de 2000-2010, avança a consolidação de uma rede em torno da caprinocultura no campo da convivência com

as secas da elite pecuarista, entre criadores “pioneiros” e exposições realizadas em vários estados. Com essa rede de experiências e o estabelecimento de nomes tidos como “empreendedores” da atividade, fica demarcada uma segunda disputa que envolve as reputações entre os grandes criadores de caprinos do Nordeste: de um lado, os que se dizem “sertanejos”, conhecedores das secas e “verdadeiros produtores de alimentos”, que tendem geralmente à defesa do melhoramento nas raças nativas e, do outro lado, os partidários de cruzamentos com raças exógenas europeias. Esse são acusados pelo primeiro grupo de priorizarem exposições e leilões, de serem “aventureiros” sem compromisso com a atividade de produzir carne, leite e pele. Nas edições da Agropecuária Tropical dos anos 1980, já eram sinalizados alguns caminhos dessa disputa, como mostra o artigo *Caprinos no Nordeste: desperdício de uma notável riqueza*:

A ocorrência periódica de secas é o ponto de estrangulamento da economia nordestina e a pecuária deveria ser dimensionada para conviver com elas (...). A fome tem a ver com o desperdício de raças nativas (...). Diferente da Espanha o Nordeste abandona a riqueza das cabras nativas. (...) Antes de tudo é preciso tirar proveito econômico e social desse enorme contingente animal disponível no Nordeste. Qualquer estado nordestino tem um rebanho caprino maior que a França. Aqui o homem considera a criação de caprino como secundária, coisa de pobretão enquanto que os franceses orgulham-se do dinheiro que ganham com leite e queijos, vendido para o mundo inteiro. Os nordestinos desperdiçam uma grande ferramenta para convivência com o clima seco. No caso nordestino, as cabras comuns, nativas foram selecionadas pela rusticidade naturalmente. (...) Há que se buscar uma regeneração ou aprimoramento das cabras nativas com reprodutores de seu próprio tipo (...) (AT – 32^a ED., 1983, p. 50-54).

A polêmica entre uso de raças nativas e exógenas entraria em debate na edição 2 do Jornal *O Berro*, em que se discute quais técnicas de confinamento seriam melhores para as condições do semiárido. Ao resenhar alguns trabalhos acadêmicos, o editorial faz apelos e acusações em tons regionalistas “sertanejos”, contra os “centro-sulinos” e técnicas europeias:

A polêmica sobre as SRD e melhoramentos zootécnicos

Construir aprisco sobre estacas é negócio de centro-sulista mas nunca para o nordestino. O sertanejo sempre prefere seu “curral” onde haja lajedos ou rochas para as cabras: com a busca de uma melhor tecnologia foi disseminado um sistema quase “europeu” de criação com cabras engaioladas e apriscos suspensos. Hoje essas técnicas estão ultrapassadas, vencendo a tradição. (...) A cabra nutre-se da própria devastação da estiagem nordestina: cascas de árvores e arbustos, folhas secas, palhas e esperança (...). No berro do bode e do carneiro a esperança do Nordeste brasileiro (...) (O BERRO 2^a ED., 1983, p. 71).

É no final da década de 1980 que as matérias da Revista *O Berro* mostram um esforço em resgatar as origens de raças de caprinos nativas – buscando principalmente rejeitar o rótulo SRD e tentar pressionar as associações para que fossem feitos registros genealógicos. Esse processo político que começa a consagrar trabalho com raças nativas como a Raça Canindé – o exemplo da fazenda Várzea dos Gatos, em Jeremoabo- BA, com o criador Joãozito Andrade⁸⁸ – e também da raça Moxotó – junto a uma rede de pecuaristas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará (O BERRO 3a ED., 1984, p.53). As reportagens também passam a falar de grandes exposições “nordestinas” de caprinos como as de Sertânia e Floresta, em Pernambuco e Quixadá, no Ceará (O BERRO 4^a ED., 1984, p. 47).

Com o avanço das exposições, o campo da convivência com as secas das elites pecuaristas e as associações como a ABCC começam a discutir e receber pressões políticas para os registros genealógicos e a homologação de raças. padrões zootécnicos – o POI, PO, dentre outros já utilizados na bovinocultura. Marcadamente essa disputa vai se localizar nos anos 1990, a partir da entrada sistemática das importações de animais de raças europeias (como a Saanen e Parda-Alpina, Anglo Nubiana) e africanas (Boer), através de experiências da Embrapa, Emepa e Sebrae. Atentos a esse movimento, uma reportagem da revista O Berro sobre uma exposição de Sertânia-PE propõe organizar uma proposta de um livro sobre o agrobusiness da caprinocultura para alertar os criadores que estão exagerando nas importações de caprinos:

Sertânia em 97 foi uma invencível trincheira de resistência de cultura sertaneja mantendo-se na vanguarda da caprinocultura nordestina, valorizando sua tradição catingueira (...) O Nordeste tem vocação para criação extensiva de cabras e ovelhas, não adianta importar modelos australianos, americanos e outros etc. Temos o nosso método de conviver com as secas sem combates, prevenindo-se na época de fartura, cuidando da terra, que é o bem maior do homem, plantando e guardando para época de seca, entendendo e amando o chão (O BERRO 27^a ED., 1997, p. 24-26).

Mesmo tendo críticas de parte dominante do grupo editorial da *O Berro*, os criadores de raças importadas começam a ganhar voz dentro da revista na virada para os anos 2000. É assim que é narrada – em tons de publicidade – a “grande maratona da África para o Brasil”: chegada

⁸⁸ Para uma análise sobre a narrativa biográfica de Joãozito Andrade, ver o artigo *Mestres Sertanejos e os Santuários das Raças Nativas*, apresentando no 40º Encontro da ANPOCS 2016. Nele, faço uma análise das narrativas biográficas de Joãozito com a de Manuel Dantas Vilar Filho, feitas por revistas e prêmios das sociedades pecuaristas que consagraram “mestres sertanejos” e fazendas como “santuários” da pecuária caprina em todo semiárido. (MENESES, 2016)

de embriões e reprodutores dos ovinos Dorper e Caprinos Boer e Savanna, em Recife, raças sul-africanas que chegam ao Brasil importados dos EUA, em uma viagem patrocinada pela EMEPA, junto ao veterinário Aldomário Rodrigues e também associada com a Fazenda Caroatá, de Gravata- PE, que fez o nome de seu proprietário – Luiz Fernando Brennand – uma referência na importação e cruzamentos de raças de caprinos e ovinos (O BERRO 37^a ED., 2000, p. 56).

E, no tocante ao uso ou não de raças nativas de caprinos, está a principal diferença entre as estratégias das famílias pesquisadas nessa tese. A tentativa de criar um produto de origem caprina, seja carne ou leite, com valor agregado genuinamente “caririzeiro” ou sertanejo, dos proprietários da Capitão-Mor e Pitombas, seguem mais um “lobby” em torno da Boer (dinamizado entre 2000-2005) do que a proposta de conservação de raças nativas, da qual os proprietários da Carnaúba são ferrenhos defensores. Em entrevista, o Sr. Laurentino Fernandes esclarece o projeto de fazer com que a criação de bodes e cabras tenham status parecido com a avicultura e suinocultura do centro oeste – setor no qual ele trabalhou após sair da universidade de Tocantins. A estratégia, visando esse objetivo vem da genética e também do trabalho do rebanho da fazenda Capitão-Mor junto ao Sebrae:

Valdênio: Quais são os investimentos das raças em caprinos?

Sr. Laurentino (...) fomos obrigados a termos uma melhoria genética, exatamente como forma de correção dessa coisa que nós não fizemos, ou que meu pai e minha mãe não fez a tempo. a solução que tava aí na praça que era o Boer e o Saanen e no carneiro o Dorper, que era o que estava em alta. [...]

De forma muito pragmática o que aconteceu é que chegamos num nível que era impossível de continuar, os bodes tinham a cabeça grande, o corpo pequeno, a aptidão leiteira e de carne, zero. Obrigatoriamente passamos para os outros e foi interessante. Esse lado já está razoável hoje.

[...] O desafio é esse, organizar a cadeia dos caprinos e ovinos e tem uma luz aqui em Monteiro, junto com o SEBRAE. Essa é a cadeia, passando pelos remédios, os insumos que você compra, a ração, a produção do animal em si, a engorda dele, o abate, a frigorificação, o estoque, a distribuição, o processamento e finalmente o supermercado. Então a gente tem que organizar essa cadeia que ela já está organizada para os suínos, para os bovinos e está muito organizada para a avicultura, não é só meio organizada não, hoje ela é top. A cadeia dos avícolas no Brasil é top no mundo, é respeitada, ela é absolutamente organizada. Esse é o desafio que tem a fazer com caprinos e ovinos, é organizar a cadeia.

Apesar dessa diferença no quesito da seleção de raças os Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista compartilham de uma estratégia comum nas estratégias comerciais do seu rebanho de caprinos: raramente participam de grandes exposições de caprinos e ovinos nas

cidades, ficando restritos às jornadas, pequenos leilões, capacitações e contatos de compra e venda, realizados por contato direto nas fazendas. Esse direcionamento está ligado a clivagem resultado do avanço da caprinocultura ligada a visão de convivência com as secas das elites no Nordeste: uma distinção entre dois grupos: a) o da pecuária expositiva, com foco nas potencialidades da Genética; e b) o da pecuária produtiva, com foco nas potencialidades da carne, leite, pele, etc. (O BERRO 113^a ED., 2008, p. 1-2). Também a matéria “Questão de olho aberto”, da 110^a edição da *O Berro*, emite julgamentos sobre um tipo de empresário que entra “apressado” na atividade de criar caprinos:

Em uma atividade nova é preciso ter, sempre, os olhos bem abertos. Não que a ovinocaprinocultura seja nova, pois já existia nos tempos bíblicos, mas no Brasil ela é recente, com cerca de 30 anos de trabalho alinhado. Antes disso, era apenas uma atividade marginalizada. Milhões de pessoas, no mundo, precisam de carne e, então, empresários avançam para a ovinocaprinocultura brasileira sabendo que este é um nicho- espetacular para o futuro, que já está logo aí. Vendo tanta euforia, muitos empresários entram apressadamente na atividade, comprando animais caros em leilões e, depois, descobrem que suas instalações são inadequadas, sua mão-de-obra também. Resultado: animais morrem e o novo empresário bota a boca no trombone, como se tivesse sido traído. (...) Às vezes, o campo ressurge como uma novidade e, então, o capital migra por uns tempos para o campo. É o que está acontecendo agora: os ovinos e caprinos têm um horizonte de mais de 20 anos de contínuo crescimento e isso é muito interessante para os investidores. (...) Investidor é uma coisa; criador é outra. Há aqueles que preferem comprar “papel” e receberem os dividendos a cada ano. Há, por outro lado, aqueles que adotam uma nova pecuária em suas propriedades. Há aqueles que querem uma atividade condizente com sua propriedade de lazer. Para todos os casos, os ovinos e caprinos são bem-sucedidos. É preciso, todavia, estar com os olhos bem abertos, para não despejar- dinheiro sem ter, antes, a infra-estrutura, a logística, o escoamento, a mão-de-obra, tudo dentro das regras da lucratividade. O que é uma exposição? É o local onde acontecem os certames zootécnicos, ao lado de grande festa. Ali os animais são testados quanto ao seu potencial fenotípico. Por isso, precisam estar no máximo de sua potencialidade: gordos, roliços, musculados. A exposição é a escolha de campeões. Uma coisa é admirar campeões; outra é comprar campeões. Muitos reclamam por ter comprado animais caríssimos, muito bem preparados e, de repente, na fazenda, não cruzam ou não emprenham. Por que? Simplesmente porque foram castrados pela boca. Para conseguir prêmios, é comum tentar chegar ao potencial do animal e, então, ele é colocado num regime de come-come, com self-service à disposição, uma piscina de regalias. Vale tudo, desde que engorde. Os novos empresários enxergam animais roliços e aplicam grandes somas neles. Depois, ficam com os animais dando trabalho para recuperação na fazenda. Não é tarefa fácil. Isto é resultado da inexperiência. A pecuária de ovinos e caprinos ainda é incipiente; já a de bovinos e equinos é mais tradicional e qualquer fazendeiro conhece as artimanhas de engordar muito e emagrecer aceleradamente. Afinal, na natureza tropical, gordura é defeito e não virtude. (O BERRO 110^a ED., 2008, p. 2-3)

Essa classificação tem alguns de seus sentidos expressos a partir das falas que registrei de Daniel Dantas (filho de Manelito Vilar), durante dois anos seguidos de sua palestra, feita durante a visita aos currais de caprinos e ovinos da fazenda Pau Leite, atividade que faz parte da programação do dia D:

Daniel Dantas:

Tem muito criador aventureiro (...) muito encantado com exposição e leilão que tem muito pros lados de Uberaba que se encanta com tamanho dos animais (...) muito dinheiro e pouca experiência faz a turma comprar gado (...) com os caprinos agora as vezes acontece isso (...) mas na região do semiárido pra quem é daqui, sertanejo e conhece a condição de seca o tamanho dos animais é ainda mais enganoso (Dia D 2015).

Apesar do Boer apresentar rendimento de carne maior do que as raças como a Serrana Azul ela falta de rusticidade pra seca e uma menor velocidade na reprodução (...) no sabor da carne específica de uma cabra que se alimenta de ervas típicas da região de semiárido. Isso pode dar um valor agregado ao produto fazendo com que a carne possa ser vendida de 20 a 25 reais por quilo, valor acima dos 15 reais por quilo vendido normalmente em feiras e supermercados. (Dia D 2016)

Essas falas indicam quais as trincheiras em torno da defesa de um perfil de pecuarista, na medida em que se consolidou um mercado “de elite” para caprinocultura no Nordeste: os que seriam “verdadeiros” criadores “nordestinos” e produtores de alimentos fixos nas fazendas e, de outro lado, exposições, leilões e mercado de elite – tidos pelo primeiro grupo como pecuaristas menos experientes, aventureiros e fáceis de serem enganados pelo tamanho e “gordura” dos animais. Em suma há uma pecuária “fantasia” – do mundo dos leilões e exposições – e uma pecuária “dentro das porteiras”:

Dentro das porteiras já vai acontecendo a revolução silenciosa: muitos fizeram contas e verificaram que não vale a pena investir em leilões. Para estes, mais vale um bom dia-de-campo, confraternizando pessoas, levando ensinamentos e - por que não? - fazendo vendas. É um novo mundo que começa a existir, o das vendas por preços compatíveis e não mais a tentativa de preços lotéricos. A ovino-caprinocultura chega, assim, à realidade, onde os animais realmente superiores - frutos de tecnologia aplicada - terão um valor diferenciado. Já aqueles que apenas foram comprados como se fossem também de genética diferenciada, ficarão para trás. Na hora de fazer contas, o animal tem que provar, na prática, que é realmente superior: não é a voz trovejante do leiloeiro que vai dizer se ele é bom, ou não!

O animal pode ser lindo, conquistar prêmios, mas nada disso diz que ele será um campeão dentro das porteiras. Só a prepotência genética é capaz de garantir a eficiência do animal, no trabalho. Na fase primitivista, o animal valia por seus prêmios, pelos elogios que recebia, pelos aplausos, etc.; mas –

na fase profissionalizada – o animal vale por sua progênie. Só a progênie indica se o animal é um campeão, de fato.

(...) isso sempre fará parte do show pecuário, da vaidade de possuir animais campeões. É a pecuária-fantasia, ou loteria, que funciona no mundo inteiro. Por outro lado, a pecuária profissionalizada ganha os campos, dentro das porteiras, de onde sai a carne de exportação. A revolução, dentro das porteiras, não é ruidosa, como nas exposições, mas ela existe, justamente por fazer quase o contrário da pecuária primitivista: ela reduz a área ocupada, reduz os rebanhos, reduz até o porte dos animais, mas lucra em produtividade, ou seja, produz mais carne em menor espaço de tempo. (O BERRO 112^a ED, 2009, p. 2-3)

Embora mobilize a defesa das raças nativas contra um “terrorismo zootécnico⁸⁹ vindo de raças estrangeiras” (O BERRO 99^a ED, 2007, p. 2), nem sempre essa classificação corresponde diretamente aos criadores que usam ou não de raças nativas – afinal, os Fernandes Batista tem na maior parte do seu rebanho a raça Boer e se reivindicam como criadores “sertanejos”, que querem fazer da carne do rebanho da fazenda um produto com alto valor agregado por ser regional “caririzeiro”. Trata-se de um embate por distinção entre os grandes caprinocultores, uma luta de poder que acompanha a estratégia de conservação de uma autoimagem da elite pecuarista, travestida por argumentos zootécnicos. Diferenciar entre pecuária “fantasia” de elite e pecuária “para produzir carne”, empresários “apressados” versus criadores “sertanejos”, dentre outros nomes, é um mecanismo de reputação resultante da consolidação de um campo de grandes caprinocultores nordestinos que, em certa medida, são conflitos comparáveis⁹⁰ ao que o trabalho etnográfico de Natacha Leal (2016) debate sobre a correlação dos julgamentos dos animais e da reputação de criadores no circuito do gado zebu das exposições de Uberaba-MG:

Os campeonatos evidenciam quem cria rês, o criador, e quem é o proprietário, o expositor (...) Há uma diferença entre os criadores de “várzea” ou “escolinha”. Os que aprenderam pecuária na fazenda ou em cursos nas associações de ruralistas. (...) Na avaliação que deveria privilegiar uma reunião de caracteres fenotípicos em um indivíduo próximos ao ideal de raça está presente a lógica do pedigree, que não é só dos animais, mas também dos seus donos. Há uma memória e uma reputação, construído com base nos lugares ocupados no ranking, nos recordes de preço, nas vendas de sêmen ou dos próprios animais nos leilões, na história das seleções e dos criadores que gera efeitos nos resultados dos julgamentos. Este é um dos fatores pelos quais

⁸⁹ No estilo “conspiratório” da elite pecuarista nordestina esse editorial faz uma analogia entre a “praga do bicudo” – segundo os pecuaristas, implantada pelos americanos para destruir o algodão na década de 1970-1980 – e a entrada de raças exógenas de caprinos e ovinos como estratégia “norte americana” para difundir doenças no rebanho e destruir as raças nativas e assim conquistar mercados.

⁹⁰ Uma outra comparação possível pode ser feita com o caso das disputas entre sindicatos e exposições na raça de vacas dos criadores de vacas montbéliardes, na região da Haute-Savoie, na França. Ver Déturche (2012).

não é simples se fazer um criador no mercado de gado de elite (LEAL, 2016, p. 89-95).

Diferente dos criadores do Triângulo Mineiro, as hierarquias e reputações do mundo da elite de caprinocultores nordestinos são muito mais ligadas à autoimagem da elite pecuarista como um grupo que projeta, nas cabras e bodes, sua autoafirmação de “sertanejo autêntico”. Mas guardadas essas diferenças pode-se dizer que, assim como os pecuaristas triangulinhas, os princípios de legitimação de “ser” elite dos grandes criadores de caprinos nordestinos seguem um ideário de vocação, uma missão: ser “produtor de alimentos” é algo próximo da ideologia ruralista do Brasil “celeiro do mundo”. Essas expressões políticas vão ficar claras nos julgamentos que os pecuaristas fazem sobre políticas governamentais, que impactaram na pobreza do meio rural do Nordeste – como o caso do PRONAF, PAA-Leite e do Bolsa Família durante os governos de Lula (2002-2010) e de Dilma Rousseff (2010-2014).

5.3 A caprinocultura entre ruralismo e regionalismo

Mais que meras questões burocráticas, os conflitos ocasionados entre normas e regras de uma política pública são interessantes para demarcar quem são os grupos que disputam o acesso aos espaços de decisão das ações governamentais. Esse é o caso da relação das elites dos pecuaristas diante de políticas como o PAA-Leite: programa que compra de parte da produção do leite de agricultores familiares no semiárido nordestino. O PAA se liga a linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e a produção comprada dos agricultores abastece principalmente programas governamentais de auxílio a famílias em situação de insegurança alimentar e também ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (DUQUE, 2007). É através de um elo burocrático que envolve órgãos estaduais, associações de caprinocultores e usinas de beneficiamento de leite que é feito o pagamento mensal das famílias cadastradas como produtoras no PAA. Esse pagamento vem de recursos dos governos estaduais e federais, e é regulado pelo controle das cotas, ou seja, uma quantidade máxima de litros de leite que podem ser compradas anualmente de cada produção familiar e que será enviada às usinas e laticínios. O cálculo do Comitê Gestor do PAA para delimitar o valor dessas cotas envolve o preço do litro de leite de cabra, definido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e o montante de recursos do PRONAF por família cadastrada. No caso do leite de cabra, o “teto” necessário para que uma produção familiar possa manter a produção vinculada ao Programa durante um semestre é, atualmente, de 2340 litros, o que dá a quantia média de 13 litros/dia. Após atingir a cota semestral, o cadastro

é “congelado” e o Programa faz um “rodízio” para que novas famílias e novas cotas sejam cadastradas.

Desde 2005, as cotas são frutos de inúmeras demandas⁹¹ entre associações e cooperativas de caprinocultores, gestores de usinas de beneficiamento de leite, fazendo grupos de pressão em deputados e instituições envolvidas na caprinocultura, no semiárido nordestino. Dentro do tema desta tese, interessa debater como “a questão das cotas” é uma situação de atrito em que a elite pecuarista expressa seus argumentos políticos. Tomo como referência a primeira vez que esse tema aparece de forma enfática em dois editoriais seguidos das edições de março e maio de 2006 da *O Berro*:

Com a queda das cabras e das ovelhas, cairá o próprio sertanejo, retornando à antiga posição de pária brasileiro. Isso é uma afronta contra o bravo povo que constitui a “Civilização das Secas”. (*O BERRO* 87^a ED., 2006, p. 2)

Esta “lei”, ao invés de ajudar, vem atrapalhar a produção, a melhoria dos rebanhos e um desenvolvimento saudável da sociedade. Querendo atacar os grandes produtores (que - por tradição - são os que mais trabalharam no passado, a ponto de enriquecer), o governo acaba algemando todo o setor, tentando criar uma imagem de “pai bonzinho para os pobres”. (*O BERRO* 89^a ED., 2006, p.2)

Entre 2015-2017, também foram várias vezes que presenciei o tema das cotas surgir como assunto nas rodas de conversas, palestras em feiras agropecuárias, cursos de capacitação para assistência técnica, eventos acadêmicos, além dos momentos nas fazendas pesquisadas nesta tese. Nesses espaços circulam bem a argumentação como essa dos editoriais da *O Berro*: que aciona um tom regionalista de termos como “povo sertanejo” ou a “civilização das secas”, para dar ares de generalidade e legitimidade ao que é um reclame da restrição do programa à entrada de grandes produtores. Indo nesse caminho, é interessante analisar trechos da entrevista que registrei com o Sr. Aldomário Rodrigues – veterinário que trabalhou como coordenador do Programa do Leite, mas que, desde os anos 1990, atuou na importação de caprinos Boer, sendo atualmente grande pecuarista de caprinos e bovinos em Gurjão, na região do Cariri Paraibano.

⁹¹ Em artigo publicado na Revista Raízes, tentei mapear as demandas de diferentes grupos envolvidos no PAA-Leite diante das cotas. De um lado, as reivindicações ditas “legítimas” associações, gestores que demandam através de deputados federais um documento chamado Carta do Leite, dirigido em 2005 ao então MDS, exigindo aumento das cotas. Do outro lado, estratégias julgadas pelos grandes pecuaristas como “malandragens” dos agricultores familiares: como a inscrição no Programa é feita por família e não por cadastro individual os beneficiários fazem estratégias de um rodízio de animais e de “cotas” entre parentes e vizinhos. Saindo dos julgamentos negativos trata-se portanto de estratégias que utilizam dos valores sociais da “miúncia”, diante das restrições de uma política pública (MENESES, 2015a).

Da sua posição, Rodrigues acusa os formuladores das políticas federais como o PAA de terem uma “vida de Brasília estrábica”, ou seja, de gente não nordestina – sinônimo de que não entende as secas – que toma as decisões:

Valdênio: Qual sua visão acerca das cotas do PAA?

Sr. Aldomário: seguinte, aí eu digo com todas as letras porque o PAA Leite ele entrou pelas minhas mãos aqui pelo Estado da Paraíba. Então o que acontece na verdade é que a vida de Brasília ela é estrábica, ela não consegue alcançar, como não consegue prospectar a dimensão da nossa necessidade, nem a importância do PAA Leite para o nosso povo, primeira coisa. Segunda coisa, é que normalmente quem decide, e isso me irrita profundamente, é que quem toma essas decisões na maioria das vezes não tem nem ligação com o campo. Nós temos seis instituições que fazem parte de um conselho de gestor que define essas regras para o PAA Leite. (...) Te digo francamente, que não tem um nordestino, não tem um homem que conheça do tamanho da demanda desses dados, nem a importância disso para o nosso povo. Quando o povo que tá perto da gente é alguém de São Paulo ou do Paraná que vai estar definindo a nossa vida, decidindo o que é que vai ser bom ou ruim pra a gente(...)

Quantas enciclopédias tem aí escritas hoje sobre a seca, quantos livros tem escritos sobre a seca? Como é que reflete o sentimento mais profundo do que esse? A seca só se sente sentida, ou você vive ela lá de dentro, ou você não conhece. Com certeza, a gente não tem uma dimensão de como vai ser, porque o indivíduo que está lá carregando ração, o indivíduo que está esperando água numa cacimba para poder fazer café da manhã, ele vê os animais roncando de sede no seu curral, na porta da sua casa, sem ter o que fazer, esse sente verdadeiramente a seca.

Foi após uma palestra durante a Feira estadual de Agronegócios, evento organizado pelo governo da Paraíba, em 2015, em João Pessoa-PB, que fizemos nosso registro no escritório sede da ABCSindi – cercado de troféus e quadros com premiados reprodutores de gado caprino e bovino. Reivindicando sua origem sertaneja na fazenda dos pais (A Quixaba em Taperoá-PB):

Sr. Aldomário Rodrigues: Pois bem, então eu lembro muitas coisas da Fazenda, muitas coisas da época e que hoje está totalmente diferente. Por exemplo, era um sistema muito patronal e havia uma liderança por parte... meu avô não era um coronel típico do Nordeste, mas era um homem que tinha as características de coronel. Quer dizer, nas fazendas dele, nós tínhamos vários moradores, que a gente chamava de agregados e eram pessoas que nasciam, se criavam, viviam e morriam sobre a tutela lá da fazenda e ele tinha uma responsabilidade, ele se sentia responsável por todas essas famílias que estavam dentro do âmbito, nos limites da propriedade dele (...) Meus avós maternos sempre gostaram muito de vaqueiros, de cavalos, de vaquejadas, de festa de apartação, então eu fui criado nesse meio. Me tornei por vocação,

vaqueiro. (...) Até um passado muito recente, há uns quatro anos atrás eu ainda corria vaquejada, passei a vida inteira correndo vaquejada e eu tenho impressão que o que me levou a fazer veterinária foi esse amor por cavalo, esse amor por vaquejada, porque quando eu entrei na universidade naquela época, foi logo quando saiu do sistema seriado para o sistema de crédito e você fazia o vestibular pra área e eu fiz o vestibular em Pernambuco (...) São coisas do Nordeste, do interior, que só quem viveu é quem sabe e que a saudade dessas coisas são imensas, porque hoje eu olho pra essas coisas com meu neto e vejo que ele tá ou no computador ou no shopping, tenho até que trazer ele aqui na exposição para que ele tenha um contato maior com os animais (...)

Estas falas que selecionei da entrevista do Sr. Rodrigues evidenciam a construção de uma opinião que, mais que um especialista veterinário, encontra-se imbuída em sentido de missão, um mantra de sertanejo de “nascença”, que conhece as secas desde a “infância na fazenda” – similar em termos gerais às tomadas de posição dos pecuaristas Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista. Em suma, essa retórica é uma arma para enfrentar as lutas sociais: com ela os pecuaristas dão sentido simbólico, seja aos seus investimentos de registros genealógicos da família, seja nos zootécnicos, na pecuária caprina, ou mesmo no ataque de julgamentos às políticas do estado que são específicas para o segmento dos pobres do meio rural do semiárido. Por isso outra “menina dos olhos”, em termos negativos, dos julgamentos sociais pecuaristas são os programas de transferência de renda. Assim coloca o editorial “Bolsa bicho, sim senhor” – inclusive citando fala de Manuel Dantas Vilar – da *O Berro*, de maio de 2013:

Quando o Governo tira as recompensas dos que trabalham (pesado) para distribuí-las entre os que pouco trabalham, terá um fracasso pela frente. A moeda da felicidade social seria a recompensa justa pelo trabalho. Ao dar “bolsas”, o Governo comete um crime de lesa-pátria. O correto não seria “dar bolsas”, mas estimular o crescimento social (inclusão social) por meio da educação profissional, etc. Assim como o bom aluno gostaria de ter uma “Bolsa” para estudar cada vez mais, também o cidadão gostaria de ter uma “Bolsa” para poder trabalhar mais e sustentar sua família. Estas seriam boas “Bolsas”. As “Bolsas” que reduzem a população à preguiça, levando-a a recusar os tradicionais serviços, correspondem a uma injeção de droga: um vício que destrói a economia regional. É o que se vê no Sertão nordestino e em muitos outros lugares, onde todos se recusam a trabalhar, para não perder a “Bolsa”.

A “Bolsa” para as pessoas é emergencial, para momentos de crise. Já a “Bolsa Bicho” é a maneira de manter as atividades econômicas, de manter os empregos. Diz o Dr. Manelito (“Não existe Bolsa Família para os bichos do Semiárido e os rebanhos estão sendo dizimados, embora a solução seja evidente, exatamente como fazem outros países. (...) A prioridade do uso do bagaço de cana do litoral chuvoso, num ano de seca “braba”, é socorrer os

rebanhos das terras secas. Deveria ser. Estes são convertidos na única hipótese de sobrevivência, sem migração do seu povo, produzindo leite para destinações importantes. Constatação tão simples, grandiloquente, mas ainda invisível para a burocracia” (O BERRO 165^a ed., 2013, p. 1-2).

Nessa mesma edição, uma outra matéria “O sertanejo e a seca”, assinada pelo pecuarista potiguar Roosevelt Garcia, vai ainda mais longe no argumento contra as políticas de proteção social no meio rural: segundo o autor, a seca nivelaria todos os nordestinos, independente de classe, e por isso o governo federal agiria de forma excludente ao mirar apenas em políticas para os pobres:

O Semiárido e seus bichos, suas plantas e sua gente amargam o esquecimento institucional (...). Se quiser, pensando nos rebanhos de vacas magras e prenhes que após o parto o bezerro cai e fica no chão, só e abandonado, deixo algumas lágrimas caírem na solidariedade muda aos sertanejos que vivem da criação desses lendários animais. Pois é, cabe perguntar, quem cuida de nós, produtores rurais do Semiárido? O Governo Federal criou o Programa da Agricultura Familiar e nele botou miniprodutores, apoiando-os com Bolsa Família, Bolsa Estiagem, Seguro Safra e crédito rural bom e barato. E foi por essa via que os ex-futuros flagelados foram absolvidos e resguardados. São agricultores de lavoura de subsistência – milho, feijão, mandioca e jerimum. Dependem da chuva anual. Quando a Seca traz pra eles o roçado vazio são as Bolsas que os protegem.

- E, agora, eu pergunto qual o nome que deve ser dado aos outros, milhares de produtores rurais e suas famílias, que vivem nas mesmas terras secas desses sertões do Nordeste?

Era preciso que uma verdade milenar fosse estabelecida: todos os produtores rurais, mini, pequenos, médios e grandes são iguais perante a Seca. Quando ela se instala, sob a luz do sol abrasador, todas as fronteiras desaparecem entre Estados, municípios e fazendas cobrindo regiões imensas e suas populações. A Seca não tem endereço, está no sertão de todos nós.

As políticas públicas para o Semiárido podem diferenciar os seus beneficiários, mas não podem excluir usuários do mesmo chão. Excluir é discriminar. Esta distorção conceitual deve ser removida dos Planos de Safra pelos formuladores da política agrícola do país. (O BERRO, 165^a ed., 2013, p. 12-13)

Na convivência com as secas e defesa da caprinocultura dos grandes pecuaristas nordestinos estão inscritos valores fundantes de um ressentimento das elites rurais no Brasil. Primeiro, aqueles expressos na forma como a literatura fixou representações do mundo rural e na noção de sertão, a começar com a divisão incivilizado/civilizado campo/cidade, capital/interior/litoral/sertão – fundante de um valor de regionalismo, diante dos vários processos de modernização que passou a sociedade brasileira no século XX (LIMA, 2001, p. 78). A reivindicação de sertanidade autêntica – partindo sempre das paisagens secas de Euclides da

Cunha ou Capistrano de Abreu – tem um “terreno” fértil na elite de onde vem escritores como Ariano Suassuna: elite rural, que, desde pelo menos 1930, sofre golpes mais ou menos fortes nos seus signos de distinção. Um outro ressentimento que incorpora a elite trabalhada nessa tese é um valor da afirmação de ausência de alternativas fora “de uma vocação” para pecuária, e da grande propriedade no semiárido, o reclame de que os governos fazem um “esquecimento” de um “sertanejo” – colocado como categoria geral, como se a seca anulasse desigualdades sociais nos “sertanejos” que habitam a região Nordeste – vai compor toda essa retórica regionalista recente sobre os caprinos. Além de ser uma atualização das dramatizações políticas das elites agrárias nordestinas – tema de debate de diferentes análises sociológicas e historiográficas, de autores marxistas a foucaltianos –, a convivência com as secas dos grandes pecuaristas tem afinidades eletivas com as visões de ruralismo e agronegócio: expressões políticas em defesa da grande propriedade que apontam os trabalhos de Regina Bruno (2010), desde a formação da UDR na Constituinte de 1988, passando para a formação das coesas bancadas ruralistas nas décadas de 1990-2010. O chamado a uma missão do Brasil “celeiro do mundo” entrecruza uma demanda de modernidade empresarial e tecnológica do meio rural junto a uma visão de propriedade que se aproxima mais de valores patrimoniais. Esse *ethos* proprietário absorve essas contradições de valores e opera em uma forte expressão de poder:

No campo simbólico, os grandes proprietários se autopercebem como os desbravadores da terra, civilizados de uma nação selvagem. Há também o valor dado à propriedade como a terra conquistada, aquele que antes era “nada”, “só mato” (...) O que lhes imprime valor moral de ser admirado e respeitado porque dominou um ambiente inóspito ou selvagem e tornou-o cultivável e habitável (BRUNO, 2010, p. 217)

De fato, a mudança valorativa de uma pecuária – da “miunça” à caprinocultura – deve boa parte da sua legitimidade aos movimentos de frações de uma elite que dramatizaram seu projeto particular com a aparência geral de uma “missão nordestina”, de dar vez aos ovinos e caprinos. “Depois de 500 anos de inglória, de luta inútil (...) soar as trombetas de um novo tempo, transformou a criação de fundo-de-quintal em um grande negócio” (O BERRO 143^a ed., 2011, p. 2). Em suma, a partir das lutas que fazem desencaixes e remontagens de uma série de percepções, ditas como “tradições” da grande propriedade, pecuária e secas, nota-se como uma elite rural tenta se manter relevante não só no seu prestígio, mas diante de um projeto político junto ao lado de outras elites do meio rural brasileiro. Talvez nada mais próximo de um manifesto político dessa defesa dos caprinos nos moldes de uma convivência com as secas de tons ruralistas e regionalistas do que o editorial “Temos a maior safra, e daí?”:

Assim como o Centro-Oeste mostra a pujança da soja, milho, algodão e outros grãos, o Nordeste poderia mostrar a pujança do Semiárido, não apenas com a pecuária rústica (gado, ovinos e caprinos), mas com outras atividades específicas.

Não tem mais sentido manter a população do Semiárido algemada a um destino horroroso. Acabou-se o tempo em que os coronéis (políticos) mandavam nos votos de cada povoado. É preciso acabar com os coronéis modernos que distribuem esmolas aos sertanejos para mandar nos votos. Os coronéis sempre viveram encastelados nos Governos, nos Palácios e chegou a hora de caçá-los, pois não é tolerável ver a sucessão de desmandos nas coisas públicas. A Seca não é problema, é apenas uma característica, indicativo de um bioma. Como resolver o problema da Seca? Muito fácil: basta estocar alimentos e água para o gado, pois este - o gado - tira bom proveito do clima seco e quente. É uma insanidade “combater” a Seca, pois o clima é benéfico e, então, não precisa ser combatida(...).

Enfim, as chances do Sertão nordestino são enormes. É um crime manter o povo sertanejo algemado a uma triste sina de flagelado, para angariar votos. É um crime implantar obras inúteis como a transposição do rio São Francisco só para eleger um sucessor no trono. E tantos outros “desatinos” praticados pelos políticos. Seria mais moderno, mais elogiável, propor medidas corretas, decentes, de interesse do bem-estar social de todos. O Nordeste já sofreu demais nas mãos dos maus políticos, politiqueiros e politicados. Seria bom ver alguém colocar o valor correto na cabra e ovelha, na Vaca sertaneja, no leite e queijos especiais, no sol benfazejo, no povo trabalhador que está sendo convertido num bando de esmoleres. A imagem de Nordeste como “asilo de pobres” não tem mais sustentação e vai chegando o momento de algum herói nordestino exigir, num Tribunal Internacional, a atenção sobre a região, para acabar com a discriminação, o uso político e o genocídio contra seu povo. A bandeira “Brasil versus Nordeste” é uma causa que precisa ser enfrentada, de verdade, para garantir a integridade da nação. (O BERRO, 165^a ed., p. 1-2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisita de frações de elites rurais nordestinas com o tema da convivência com as secas é uma estratégia de poder que, falando muito de passado, mira uma visão de futuro, uma “missão” zootécnica, literária, econômica e, acima de tudo, política, para que a grande propriedade pecuarista não perca posição de prestígio ante a dissolução da ordem social pecuária/algodão que hierarquizava moradores e fazendeiros, caprinos e bovinos. Nesse movimento de estratégias de reconversões, há evidências de que foi produzido e circula uma linha de defesa dos caprinos. Com essas afirmações, empiricamente referendadas, pode-se – longe de fazer “profecias” revestidas de sociologia – traçar algumas novas agendas de pesquisa e debater quais tendências possíveis para esse elo simbólico entre grande propriedade da terra, defesa regionalista da pecuária caprina e uma concepção da convivência com as secas no semiárido nordestino.

Um primeiro comentário a ser feito é o da circulação de pessoas e ideias gestadas pela elite pecuarista, com instituições públicas e privadas, envolvidas em projetos de desenvolvimento rural. Tanto no espaço das fazendas Carnaúba e Capitão-Mor, como na trajetória dos patriarcas das famílias proprietárias, são visíveis alguns pontos de contato com INSA, Sebrae, Sudene, Emater, Emepa, Embrapa e departamentos de universidades públicas e privadas do Nordeste, notadamente nas áreas de ciências agrárias. Embora haja pontos de atrito com políticas governamentais perceptivelmente voltadas para os segmentos mais pobres do campo – como no caso da revolta dos pecuaristas com as regras do PAA/Leite e o Bolsa Família –, os grandes pecuaristas também conseguem atrair investimentos do Estado para suas áreas de interesse. Uma pesquisa futura poderia analisar os pontos de mediação para uma eficácia na retórica de nordestinos “esquecidos” em traçar as redes de ligações de pessoas, e, principalmente, de recursos e crenças que liga a elite pecuarista, a política representativa (deputados, governadores, prefeitos) e a produção de pesquisas acadêmicas ou de mercado no tema da caprinocultura e convivência com semiárido.

Outro tema de debate está no discurso que elege o bode como símbolo turístico e gastronômico, que, “filtrado” de um rural particular, que se ergue sobre símbolos da grande fazenda pecuarista, ganha cada vez mais autonomia e legitimidade em dinâmicas de expansão urbana, turismo e no jogo eleitoral de cidades pequenas e médias, a nível do semiárido nordestino.⁹² Tem-se, por exemplo, desde a década de 1990, a ascensão de um perfil “novo

⁹² Esse movimento também incide nos grandes centros, entre restaurantes e chefs de cozinha de todo Brasil – o ideário da fazenda sertaneja e sua convivência com as secas se torna elemento de publicidade e valor agregado de produtos, como o queijo. Ver, por exemplo, a publicidade no tom “da fazenda que dá certo em plena seca” dos

político” como a do engenheiro deputado Carlos Batinga, que abriu espaço entre o jogo de famílias proprietárias em Monteiro, pautando-se fortemente em defesa do desenvolvimento, investindo na caprinocultura – fundamentos do chamado Pacto Novo Cariri, nos anos 2000 (MENESES, 2014). Também na publicidade de associações de prefeitos do Cariri paraibano, como as histórias “oficiais” dos municípios – que já alinhadas às elites proprietárias e/ou às paróquias – passam a incluir uma narrativa heroica sobre os caprinos – o que mostra que, no mínimo, falar de cabras e bodes se tornou eleitoralmente atraente. Eis o discurso da prefeitura de Cabaceiras sobre o evento da junção de exaltação da “natureza” resistente do caprino como meio de destacar manifestações culturais:

Com a certeza de não poder contar periodicamente com as águas dos céus, o povo cabaceirense fincou suas convicções na cultura bodística, para tentar se sobressair diante de tantas adversidades, principalmente climáticas. Este redirecionamento de visão vem surtindo efeito. E o que era desilusão, passou a ser esperança, o que era comum, se transformou em nobreza, e o que era tido como efeito de estiagem, agora é atração turística (AMCAP, 2005, p. 10).

No caso da apresentação da Festa do Bode na Rua, na cidade de Gurjão, há um investimento argumentativo na combinação da exaltação do potencial “artístico-cultural” da caprinocultura com o estímulo ao artesanato, culinária e a promoção de atividades econômicas e geração de empregos na cidade:

Neste evento, o animal mais querido do Cariri Paraibano – o bode- é reverenciado. São quatro dias em que Gurjão recebe milhares de turistas e grandes atrações, discute questões para o bom desempenho de técnicas caprinovinocultoras e sobrevivência no semiárido nordestino e, assim, se consolida como pólo irradiador de desenvolvimento. Um dos atrativos do evento é a culinária bodística, com variado cardápio para atender o mais exigente paladar, e com a qualidade peculiar da cozinha de guriãoense, e o investimento no artesanato local. O Bode na Rua é um evento que já se firmou no calendário turístico do estado e cresce consideravelmente a cada ano, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região, com a geração de emprego e renda, não só no período da festa mas durante todo ano. Conheça as tradições, belezas e todo potencial artístico-cultural da receptiva e acolhedora terra do bode (AMCAP, 2005, p. 16)

Uma “aposta” de pesquisas futuras é que essa retórica do “bode como majestade” é um fenômeno que passa não apenas pelo Cariri paraibano, mas por boa parte do semiárido nordestino – sempre acionando pequenos regionalismos locais, atrelados à evocação da imagem

queijos produzidos na Fazenda Carnaúba, no site <https://www.queijocomprosa.com.br/queijo/arupiara/>. Também a busca por uma identidade nordestina (seja no mar ou sertão), que é o slogan do chef Onildo Rocha, proprietário de redes de restaurantes de luxo como o Roccia em João Pessoa-PB, como mostra a apresentação no site <http://www.cozinaroccia.com.br/>.

da antiga fazenda pecuarista. Isso já é mostrado por algumas pesquisas, como a de Gonçalves Júnior (2012), que, além de Cabaceiras-PB, analisou eventos turísticos e “bodísticos” nas cidades de Mossoró- RN e Tejuçuoca-CE. Também as cabras e bodes são mitificados na região do sertão de Canudos, na Bahia, como mostra uma, mensagem do prefeito de Uauá, já em 1997, em razão da Semana Bahiana de Caprinovinocultura:

O grande sertão de Canudos detém a centenária tradição de ser o santuário da cabra e ovelha nativa. A nossa gente sertaneja cria cabras e ovelhas há muitas gerações, fato que demonstra nossa vocação para esta nobre atividade pastoril (O BERRO, 27^a ED., 1997, p. 12)

Se, por um lado, o discurso da convivência com as secas dos grandes pecuaristas tem seus elos garantidos com estado e mercado, além de uma nova onda turística no interior Nordestino, é “dentro da porteira” que ele sofre seus maiores riscos de perder eficácia simbólica. Sabe-se que a caracterização da grande fazenda que convive com as secas evoca um lugar de memória e passado, enquanto qualidade de uma elite que quer ser reconhecida socialmente não como condenada a desaparecer ou reacionária, presa a um passado social “sem volta”, mas como inovadora no debate das secas e pecuária do Brasil. Aqui está o ponto arriscado: na tentativa de reafirmar o prestígio e ao se proclamar vanguarda, a elite pecuarista não consegue produzir novidades, não consegue sair da circunscrição que interpreta a vida social em valores que giram na grande propriedade, na pecuária e nas secas – sob risco de perder distinção se sair dessa tríade que tenta naturalizar uma vocação rural para o semiárido, na visão dos pecuaristas. Por isso, acredito que a fragilidade nas estratégias de reconversão e seus limites está no trânsito geracional entre as famílias aqui pesquisadas. O fato das gerações mais novas se engajarem menos nos investimentos memoriais da fazenda pode dificultar as condições de metamorfosear seus recursos materiais e simbólicos e, consequentemente, retirar fundamentos que legitimam a fazenda como símbolo de autenticidade e identidade regional. Foi recorrente na pesquisa o reclame ou um certo mal-estar das gerações mais velhas das famílias Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista, de que os mais novos não sigam o caminho da busca da memória da família – ponto fundamental na estratégia de “magificar” a fazenda com ares de distinção social evocados em nome da convivência com o semiárido. Sendo estratégias de reconversão social por excelência, pois a transmissão e herança de patrimônio simbólico se dá num meio termo: sem o abandono completo das antigas posições, nem com entrega total às novas (SAINT-MARTIN, 2012, p.73). As elites podem ter limites se as gerações mais novas tenderem ao desinteresse no trabalho de buscar a memória das fazendas. Sem esse fator de evocar datas, biografias dos ancestrais e momentos gloriosos das fazendas, as gerações que se

seguem aos patriarcas do semiárido vão se encaminhando mais próximo ao que Gomes e Maia (2017) chamaram, em artigo recente, de um estilo empresarial – “um agronegócio sertanejo” a partir de pesquisa com um empresário do setor de pecuária e avicultura, na área de Princesa Isabel-PB. Tem-se um médio e grande produtor rural do semiárido inculcado em ideias de empreendedorismo, lucro, racionalidade de mercado, mas que não está interessado no investimento simbólico na memória, na afirmação de uma antiguidade pecuarista – fatores, ao meu ver, cruciais para que tenha continuidade da imagem de distinção social que tenta manter a elite das famílias como os Dantas Vilar, Suassuna e Fernandes Batista.

A convivência com as secas dos grandes pecuaristas e a defesa da caprinovinocultura se colocam então, ao que parece, como um “movimento inicial” que, mesmo perdendo fôlego “dentro da porteira”, passa por uma autonomização dentro de lutas em torno de categorias como região, sertão, rural e urbano, na transição do século XX-XXI: enquanto há mudança social intensa nos padrões de desigualdades econômicas e estilos de vida e projetos políticos no Nordeste. Justo nesse momento de transição, em que vai sendo ainda mais deslocada a ordem social pecuarista – rumo a um domínio de outras elites urbanas, financeiras e outras no jogo político regional –, é que a elite da “estirpe sertaneja” joga seus capitais para advogar que justamente os seus caminhos de tons saudosos e rústicos são os únicos possíveis para conviver com os problemas das secas no semiárido. Caminhos esses que seguem três vias: do caprino, outrora qualificado como uma pecuária “ralé”, de pouco status, para tornar-se uma salvação/vocação regional; das secas, como problema a ser combatido para um fenômeno a ser valorizado e “convivido”; e da fazenda, que, de espaço econômico, torna-se local de culto memorial, que especula capitais e reconversões sociais como resposta à iminente desclassificação de um patrimônio fundiário e simbólico. Essas estratégias indicam a luta para manter um elo distintivo com o tempo, revestido da nostalgia dos antepassados dos livros de genealogias e antigas fotografias, no cheiro das peças feitas de couro que adornam as salas das fazendas, junto a um outro “tempo”, o dos ciclos das secas e das chuvas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, USP, v.13, n.36, maio/ago, 1999, p. 7-59.
- ABREU, C. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 4 ed. Livraria Briguiet, [1907] 1954.
- ALBUQUERQUE JR. D. Nordestino de saia rodada e calcinha preta ou as novas faces do regionalismo e do machismo no Nordeste. In: QUEIROZ, A. (Org.) *A reinvenção do Nordeste*, V. 1, Sesc Ceará, 2010, p. 61-86.
- _____. *A invenção do Nordeste e outras artes*, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, M.C. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste, 8ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRIOLLI, C.. Verbete: Criação. *Teoria e Cultura (UFJF)*, v. 11, 2016, p. 136-143.
- ARANHA, G. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba*: tramas político-econômicas e culturais. Tese de doutorado apresentada no Departamento de História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- ASSIS BATISTA, F. *Movimentos Sociais no campo*: o caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro/PB – Trajetória política do dirigente Luiz Silva. João Pessoa: Imprell, 1997.
- _____. *Nas trilhas da resistência cotidiana*: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri paraibano (1900-1950). Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), UFCG, Campina Grande, 2010.
- BACELAR, T. Economia do semiárido: a crise como oportunidade. *Revista Coletiva*, n.15 jan-abr, 2010.p. 5-19.
- BANCO DO NORDESTE, *A pecuária nos Cariris Paraibanos perspectivas e diretrizes para o desenvolvimento econômico da criação animal nos Cariris velhos da Paraíba*, Fortaleza, BNB- Etene, 1959.
- BARROSO, G. *Terra de sol: natureza e costumes do Norte*, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, [1912] 2003.
- BECKER, H. *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros a artigos*. 1 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 2015.
- BEAUD, S. *L'usage d'entretien en sciences sociales*. Playdoyer pour l'entretien ethographique, Politix, Nº 35, 1996, p. 226-257.
- BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. SAINT MARTIN, M. Les strategies de reconversion: les classes sociales et le système d'enseignement. *Social Science Information*, 1973, p. 61-113.

- _____.; CHAMBOREDON, J-C; PASSERON, J-C. *O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 5^a ed., Pétropolis, RJ: Vozes, 2b004.
- _____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M; AMADO, J. (Orgs.) *Usos e abusos da história oral*, 8 ed., FGV, Rio de Janeiro: 2006, p. 183-193.
- _____. Contradições da herança. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) *Escritos de Educação*, 9 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 183-193.
- _____. O capital social: notas provisórias. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, M.A; CATANI, A. (Orgs.) *Escritos de educação*, 15 ed., Petropolis: Vozes, 2014b, p. 73-78.
- _____. PASSERON, J-C. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianopolis: Ed. da UFSC, 2014c.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- BRADESCO - GOUDMAND, Y. *O ciclo dos animais na literatura popular do Nordeste*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.
- BRUNO, R. *Agronegócio, Ruralismo e Relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropedica, RJ, 2009.
- BUANAIN, A.; DEDECCA, C. Pobreza rural e desenvolvimento no semiárido nordestino: resistência, reprodução e transformação. BUANAIN, A.M; DEDECCA, C. *A nova cara da pobreza rural:desenvolvimento e questão regional*, Brasília, IICA, 2013, p. 217-306.
- BURSTYN, M. *O poder dos donos*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- CÁCERES, D.M; SILVETTI, F.M; FERRER, G.; SOTO, G.S Crisis y reactivación de la capricultura em El noroeste de Córdoba (Argentina). La emergência de um nuevo actor social. *Cuadernos de Desarollo Rural*, nº49, Pontíficia Universidade Javeriana, Bogotá, Colômbia, 2002, p. 29-56.
- CALLADO, A. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- CAMPOS, J. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados*. [online]. 2014, vol.28, n.82, pp.65-88.
- CAÑEDO, L. *La production genealogique et les modes de transmission d'un capital politique dans le Minas Gerais brésilien*. Genesis, 31,1998, p. 4-28.
- _____. Gestão familiar da escola e aprendizagem das habilidades para o ofício da política. In: ALMEIDA, A.M; NOGUEIRA, M.A (Orgs.) *A escolarização das elites: um panorama internacional de pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 76-100.
- _____. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v.8, n.15, jan-jun, 2011, p. 55-76.

CARVALHO, J. M *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual.* Dados [online]. 1997, vol.40, n.2. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>> Acesso em fevereiro de 2017.

CARVALHO, L. D A emergência da lógica da convivência com semiárido e a construção de uma nova territorialidade. In: *Educação para a convivência com semiárido: reflexões teórico práticas.* Juazeiro. Secretaria da Rede de educação do Semiárido Brasileiro, 2004, p. 1-12.

CASTRO, I. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

CATANI, A. Possibilidades analíticas da noção de campo social. Revista *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, 114, jan-mar, 2011, p. 189-202.

CHANDLER, B. J Os Feitosa e o Sertão dos Inhamuns. Edições UFC, 1981.

CODATO, A. Metodologias para identificação de elites: três exemplos clássicos, In: PERISSINOTO, R. ;CODATO, A (Orgs.) *Como Estudar Elites.* Curitiba, UFPR, 2015, p. 15-34.

COHEN, M. As práticas sócio-ecológicas frente à seca: limites e contradições no exemplo do Cariri paraibano. In: CASTRO e PINTON (orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.* Belém: Editora CEJUP/NAEA-UFPA, 1997, p. 399-420.

COLOMBO, E. Descrever o social: a arte de escrever e a pesquisa empírica. In MELUCCI, A. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura.* Petrópolis, Vozes, 2005, p. 265-288.

COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.* Rio de Janeiro, Relume- Dumará, 2003.

CORADINI, O. *Em nome de quem? Recursos sociais e recrutamento de elites políticas.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, UFRJ, 2001.

CPT- CEPAC - IBASE, *O genocídio do Nordeste 1979-1983,* São Paulo: Mandacaru, 1989.

CUNHA, L.H; GOMES. R. A trajetória da algaroba no semiárido nordestino: dilemas políticos e científicos. *Revista Raízes*, V.32, n.1, jan-jun/2012, p. 73-95.

PAULINO, J.S Convivência com semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, D.; GOMES, R.; LEAL, P. F (Orgs.) *Quadros institucionais em políticas públicas.* Campina Grande: Eduepb, 2014, p. 27-59.

DETURCHE, Y. As vacas da discórdia: Gestão e raça do rebanho entre os criadores de vacas montbéliardes na Haute-Savoie, França *Ilha. Revista de Antropologia (Florianópolis)*, v. 14,2012, p. 139-169.

DIMITROV, E. *O Brasil dos espertos: uma análise da construção social de Ariano Suassuna como criador e criatura.* São Paulo, Alameda, 2011.

- DINIZ, N. *Um sertão entre tantos outros*. São Paulo (SP): Versal, 2015.
- DINIZ, P. C; PIRAX, M. Das intervenções de combate a seca as ações de convivência com semiárido: trajetória de experimentalismo institucional do semiárido brasileiro. *Caderno de Estudos Sociais*, Recife, V. 26, n.2, jul-dez.2011, p. 227-238.
- DOURADO, L. Ressignificação e reapropriação social da natureza: Práticas e programas de convivência com o semiárido” no território de Juazeiro. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada no Núcleo de Pós- Graduação em Geografia e Pesquisa, UFS, São Cristovão, SE, 2010.
- DUQUÉ, G. Estrutura fundiária e pequena produção: um estudo de caso no Cariri Paraibano. *Revista Raízes*, Campina Grande: Ano IV, n 4-5, jan-dez, 1985, p.168-196.
- _____. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA/Leite no Estado da Paraíba. Relatório de pesquisa.
- _____. *Convivência com a seca: contribuição da articulação do semiárido (ASA)*. Desenvolvimento e meio ambiente. N.17, Ed. UFPR, jan/jun 2008, p.133-140.
- ELIAS, N. *Mozart: sociologia de um gênio*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.
- _____. *Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. *Escritos e ensaios*, 1: estado, processo e opinião pública, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FAVARETO, A.; ABRAMOVAY,R; OLIVEIRA, M.; DINIZ, J.F; SAES, B. *Desenvolvimento territorial em uma região do semiárido brasileiro do Nordeste Brasileiro- para além das transferências de renda*. Documento de trabalho nº83. Programa Dinâmicas Territoriales Rurales. Rimisp- Centro Latinoamericano para o desarollo rural, Santiago, Chile, 2011, p. 1-29.
- FERREIRA, A.L DANTAS, G. A.F ; FARIA, H.T.M. Por uma história técnica das secas. Conviver (Fortaleza), v. 6, 2009, p. 249-271.
- _____; _____. SIMONINI, Y.. Cartografia do (De)Sertão do Brasil: notas sobre uma imagem em formação? séculos XIX e XX. *Scripta Nova* (Barcelona), v. 16, 2012, p. 1-18.
- FORMAN, S. *The Brazilian Peasantry*. New York: Columbia University Press, 1975.
- FORTUNATO, M.L. MOREIRA NETO, M. Semiárido: uma perspectiva genealógica, *Revista Dialectus*, Ano 4, n. 11, agosto-dezembro, 2017, p. 192-204.

FURTADO, C. *Seca e Poder, Entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, R. *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Arquivos Celso Furtado, V.3 1 Ed – Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009.

GARCIA JR, A. R.. Libertos e Sujeitos: Sobre a transição para trabalhadores livres No Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: v. 7, 1988, p. 5-41.

_____. *O Sul a caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. In: *Actes de la Recherche en sciences sociales*. V. 98, juin 1993, p. 20-33.

_____. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). *Revista de Ciências Sociais*, UFC, v. 38 (02), 2007, p. 74-87.

_____. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana* (UFRJ. Impresso) v. 15, 2009, p. 411-447.

_____. Meninos de engenho: tradições e dramas familiares feitos símbolos de brasiliade. *Antropolítica*, Niteroi, n. 30, 2011, p. 21-47.

_____. Mudança social no Nordeste: metamorfoses do mundo que o senhor de engenho criou. In: MARTINS. R.C (Org.). *Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas*. 1ed.São Carlos: EdUFSCar, 2014, v., p. 13-30.

GODOI, E. P. Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. In: GODOI, E. P; MENEZES, M.; MARIN, R. A. (Orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v. 2, estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural,2009, p. 289- 302.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOMES, R. MAIA, K. Traços da modernização no sertão: o empresário rural como um novo ator. *Política & trabalho* (UFPB) v. 45, 2016, p. 105-122.

_____. MIRANDA, R. Dinâmicas agrícolas, estratégias econômicas e pobreza rural no Nordeste do Brasil: especificidades regionais nos casos da cana de açúcar, fruticultura irrigada e da soja. In: BUANAIN, A.M; DEDECCA, C. *A nova cara da pobreza rural:desenvolvimento e questão regional*, Brasília, IICA, 2013 p. 183- 207.

GONÇALVES, O.J . Da tradição ao mercado: construção social e caprinovinocultura no Semi-árido Hucitec, São Paulo: Hucitec, 2012.

- REIS, E.T; GRILL, E.. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo Social*, v. 29, 2017, p. 137-159.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- HARRIS, M. *Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HEINZ, F. (Org.) *História Social de elites*- São Leopoldo, Oikos, 2011.
- HEREDIA, B. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _____.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. Sociedade e economia do agronegócio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 25, n.74, Outubro-2010, p. 159-196.
- HEYMANN, L. Memórias de Elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*, UFMA, v.8, n.15, jan-jun, 2011, p. 77-95.
- LAHIRE, B. *Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia a escala individual*. Sociologia, problemas e práticas, N.49, 2005, p. 11-42.
- LAMPEDUSA, T. *O Gattopardo*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2007.
- LANDAL, E.; CRUZ, R.; HIRSCH, A.; PIMENTA, L.; GUIMARÃES, D. Variação geográfica dos módulos fiscais no Brasil, Embrapa, Documentos, 46, 2012.
- LEAL, N. S. *Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. São Paulo, Hucitec, Anpocs, 2016.
- LE WITA, B. *Memoire, l'avenir du présent*. Terrain, 4, 1985.
- LIMA, E. N. Euclides da Cunha e o Estado Novo. In: MENDES, A; ZILLY, B.; LIMA, E.N. Os sertões: desertos e espaços incivilizados. Rio de Janeiro, Mauad, 2001, p. 77-100.
- _____. Literatura como fonte para a história: Euclides da Cunha e a Amazônia. In: COSTA, L. F; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). *Mundo Rural Brasileiro. Ensaios Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: MAUD X, 2008, v. p. 11-42.
- LINHARES, M.Y. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). *Revista Tempo*. Niterói: 1996, p. 101-131.
- MAIA, K. Transformações na grande propriedade e ressignificação da pecuária no semiárido: um estudo de caso do Laticínio Catolé no Sertão Paraibano In: MENEZES, M; GOMES, R. (Orgs.) *Modernização e transformações no mundo rural: trabalho, atores e experiências*, João Pessoa, Editora da UFPB, 2014, p. 21-54.

_____, CUNHA, L.H. Narrativas sobre a grande propriedade pecuária do sertão nordestino: território da pecuária, do latifúndio e das oligarquias. *Revista Raízes*, UFCG, V.35, N.2, Jul-Dez, 2015, p. 84-100.

MAINWARING, S. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*, São Paulo, Brasiliense, 2004.

MALVEZZI, R. Semiárido: uma visão holística. Brasília, Confea, 2007.

MARQUES, A. C. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no Sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NuaP, 2002.

MEDRADO, J. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MENESES,V.F. *Associativismo e caprinocultura: políticas públicas e "politicagem" no Cariri paraibano / Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais-PPGCS, UFCG, Campina Grande, 2014 a.*

_____. GOMES, R.A . Mediação Social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no Cariri Paraibano. In: NEVES, D.; GOMES, R. A.; Quadros institucionais em políticas públicas. Campina Grande, Eduepb, 2014b, p. 185-208.

_____. Entre “miunça” e caprinovinocultura: as cotas do PAA/Leite e os usos sociais da pecuária caprina. *Revista Raízes*, V.35, N.2, Jul-Dez, 2015 a, p. 67-82.

_____. *Usos Distintivos da Nostalgia: reconversão social, memórias e genealogias da Família Fernandes no Cariri da Paraíba*. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 2015, Porto Alegre. 17º Congresso Brasileiro de Sociologia – Sociologia em diálogos transnacionais, 2015b.

_____(2016). *Mestres sertanejos e os santuários das raças nativas: narrativas biográficas e recursos de poder entre os grandes pecuaristas do Nordeste*. Artigo apresentado no 40º Encontro Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais, Caxambu-MG. Disponível em <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st14-7/10285-mestres-sertanejos-e-os-santuarios-das-racas-nativas-narrativas-biograficas-e-recursos-de-poder-entre-os-grandes-pecuaristas-do-nordeste/file>> Acesso em janeiro de 2018.

_____. *Um “Macarthismo hidráulico” contra a Sudene: notas sobre a disputa entre o Senador Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado (1959-1963)*. Cadernos do Desenvolvimento, v.11, n. 19, jan, 2017.

MENEZES, D. *O outro Nordeste*: ensaio sobre a evolução social da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 2^a ed., 1970.

MENEZES, M. *Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba*: Migração, família e reprodução da força de trabalho. Dissertação apresentada no Mestrado em Sociologia e Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba, 1985.

MICELI, S.. *Intelectuais à Brasileira*, São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

MONTEIRO, J.M. A política como negócio de família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar. São Paulo, Liberars, 2016

MORAES, F. *Os sertões*: livro reportagem de Fabiana Moraes. Recife: CEPE, 2010.

MORAES, M. D. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. GODOI, E. P. ; MENEZES, M. ; MARIN, R. A. (Orgs.). In: *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v;2, estratégias de reprodução social . São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 131- 162.

MOREIRA NETO, M; FORTUNATO, M. L . De como lembrar o Semiárido e esquecer o Sertão. *Saeculum* (UFPB), v. 23, 2010, p. 51-60.

_____. *Outro sertão: fronteiras da convivência com semiárido*, Recife: Massangana, 2013.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Capítulos de Geografia Agrária*. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 1997.

MOREIRA, G. A nova cara do sertão: provocações sobre juventude e cultura contemporânea In: FREIRE, A (Org.) *Culturas dos Sertões*. Salvador: Edufba. 2014, p. 227-244.

MOTT, L. Fazendas de gado no Piauí (1697-1762). *Revista de Antropologia*, v. 22, 1979.

NEVES, D. Exposições agropecuárias: redimensão social dos pecuaristas. In: CARNEIRO, M.J; GIULIANI, G.M; MEDEIROS, L.; RIBEIRO, A.M (Orgs.) *Campo Aberto: o Rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998, p. 297-311.

NOGUEIRA, M. A. *O cabreiro tresmalhado*: Ariano Suassuna e a universalidade da cultura. São Paulo: Palas Athena, 2002.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Proj, História*, São Paulo (10), dez, 1993.

NUNES, A. M.. *A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB: UFCG, 2011.

_____. Políticas públicas de incentivo à agricultura familiar no sertão do Pajeú: opção preferencial pela pecuária. MENEZES, M; GOMES, R. (Orgs.) *Modernização e transformações no mundo rural: trabalho, atores e experiências*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 21-54.

_____. *Dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos sertões da Borborema entre os séculos XVIII e início do século XX*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2016.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(lí)gião*: Sudene, Nordeste, planejamentos e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, P.P. Illusio: aquém e além de Bourdieu. *Mana*, v.11, n.2, 2005, p. 529- 543.

OLIVEIRA, W. Elites dirigentes, engajamento político e retribuições do militantismo ambientalista. *Tomo, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe*, 13, jul.-dez, 2008, p. 169-200.

PACHECO, M. E (2010) A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. Disponível em < http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=16920 >. Acesso em junho de 2017.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações na plantation tradicional. In: WELCH, C. (Org.) *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v. 1. São Paulo: Editora Unesp, Brasília, NEAD, 2009, p.203-216.

PAULINO, J. S; GOMES, R. A Sementes da paixão': agroecologia e invenção da tradição. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 53, 2015, p. 517-528.

PERISSINOTO, R.M ; CODATO, A. Dossiê : Elites políticas. *Revista de sociologia e política*, Curitiba v;16, n38 , jun, 2008, p. 7-15.

PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL (1975- 2012). SIDRA IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PP&z=t&o=24>. Acesso em maio de 2015.

PETRARCA, F. Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. *Tomo, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe*, 13, jul.-dez, 2008, p. 169-200.

_____. Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes In: PERISSINOTO, R. ;CODATO, A (Orgs.) *Como Estudar Elites*. Curitiba: UFPR, 2015, p. 151-186.

PICCIN, M. B. Acesso a posições pela elite estancieira gaúcha: trajetórias sociais e investimentos escolares. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.27, n.2, 2015, p. 305-328.

PINÇON, M. ; PINÇON-CHARLOT, M., Pratiques d'enquête dans l'aristocratie et la grande bourgeoisie: distance sociale et conditions spécifiques de l'entretien semi-direatif. *Genesis*, 3 mars, 1991, p. 120-133.

_____. A infância dos chefes – a socialização dos herdeiros ricos na França. In: ALMEIDA, A.M; NOGUEIRA, M.A (Orgs) *A escolarização das elites: um panorama internacional de pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 11-29.

_____. *Sociologia da Alta Burguesia*. Sociologias. Porto Alegre: Ano 9, n.18, jul/dez 2007, p. 22-37.

- QUEIROZ, M.I O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- _____. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, C. (Org.) *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v. 1. São Paulo: Editora Unesp, Brasília, NEAD, 2009, p. 57-72.
- QUIROS, J. Sobre la union en la division. Algunas reflexiones acerca de las luchas de família como objeto antropológico. *Revista de Ciências Sociais*, v. 38 (02), 2007, p. 105-114.
- RÊGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*, 2 Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- RIBEIRO, E. M. *Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais*. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2010, v.18, n.2, p. 393-433.
- SAINT MARTIN, M. A nobreza na França. A tradição como crença. *Revista brasileira de ciências sociais, São Paulo*, 20, 1992, p. 148-162.
- _____. *L'espace de la noblesse*, Editions Metalisé, Paris, 1993.
- _____. *Reconversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França*. Análise Social, Lisboa, v. XXX (134), 1995, p. 1023- 1039.
- _____. Les reconversions culturelles. L'exemple de la noblesse », *Hermès*, 20, 1996, 183-191.
- _____. Modos de educação dos jovens aristocratas e suas transformações. In: ALMEIDA, A.M; NOGUEIRA, M.A (Orgs) *A escolarização das elites: um panorama internacional de pesquisa*. Petropolis: Vozes, 2002a, p.29-49.
- _____. Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX . *Mana. Estudos de antropologia social*, 8 (2), 2002b, p. 127-149.
- _____. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. *Tomo, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Universidade Federal de Sergipe, 13, jul.-dez, 2008, p. 43-73.
- _____. (2011) Towards a dynamic approach to reconversions. *Social Science Information*, sept., 50 (3-4), p. 429-441. Disponível em< <http://ssi.sagepub.com/content/50/3-4/429.full.pdf+html>>. Acesso em Maio de 2016.
- _____. Reconversions et reproduction, des stratégies ouvertes. *Grand entretien, propos recueillis par C. Poliak et L. Weber*, Savoir/Agir, 19, mars, 2012, p. 69-80.
- SANTOS, I. M *Em demanda da poética popular: Ariano Suassuna e o movimento armorial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

SEIDL, E. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. (Org.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, v. 1, p. 179-226.

_____. Viagem pela alta hierarquia: pesquisa de campo e interações com elites eclesiásticas. In: PERISSINOTO, R.; CODATO, A (Orgs.) *Como Estudar Elites*. Curitiba: UFPR, 2015, p. 121-148.

SIEBER, S.; GOMES, R. Entre novos paradigmas e velhas práticas: a convivência com o semiárido e a agricultura familiar no semiárido nordestino. *Cronos: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, UFRN, Natal, v. 14, n.2, jul./dez. 2013, p.171 – 189.

_____, _____. O plano municipal de convivência com o Semiárido como instrumento discursivo: um estudo de caso no sertão de Pernambuco, Brasil. *Sustentabilidade em Debate* - Brasília, v. 7, Edição Especial, dez/2016, p. 226-238.

SIGAUD, L. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Maná*, 10, V.1, 2004. p. 131-163.

SILVA, M. F. DA. *Reforma agrária de mercado ou atualização do clientelismo? O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o assentamento de famílias sem terra no Cariri Ocidental Paraibano.* ' Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), UFCG, Campina Grande, 2012.

SILVA, R. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*. Brasília: v. 18, n.1/2, 2004, p. 361-385.

SILVEIRA, R. M. O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo, Moderna, 1984.

SOUZA, B. I. ; SUERTEGARAY, D.M; VIANA DA LIMA, E. D (2010) Políticas públicas, uso do solo e desertificação nos Cariris velhos (PB/Brasil). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. . XIV, nº 311, Barcelona: Universidad de Barcelona, Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-311.htm> > Acesso em maio de 2016.

TADDEI, R. ; GAMBOGGI, L.A . Introdução. In: TADDEI, R. ; GAMBOGGI, L.A (Orgs.) *Depois que a chuva não veio: respostas sociais as secas no Nordeste, Amazônia e Sul do Brasil*. Fortaleza: CIMAS, FUNCEME, 2010, p. 7-31.

TAVARES, B. *ABC de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: Ed. Jose Olympio, 2007.

TEIXEIRA DA SILVA, F.C. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil Colônia. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 8, Abril 1997, p. 119-156.

THÉRY, H.; DE MELLO, N. *Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território*, EDUSP, 2^a ed, 2005.

VASSALO, L. *O Sertão medieval: origens europeias do teatro de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

VERAS DE OLIVEIRA, R. Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica. *Estudos Avançados* (Online), v. 30, p. 49-73, 2016.

VESENTINI, J. W. (2012) O conceito de região em três registros. Exemplificando o Nordeste Brasileiro. *Confins revue franco-brésilienne de géographie*, 34, 2012, p. 1-13, Disponível em <<http://journals.openedition.org/confins/7377>> Acesso em janeiro de 2018.

WANDERLEY, M.N. *Um saber necessário*: os estudos rurais no Brasil. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2011.

WOORTMAN, K. *Com parente não se neguceia*: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico. Brsasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

XAVIER DE BRITO, A. Rei Morto, Rei Posto: as lutas pela sucessão de Pierre Bourdieu no campo acadêmico francês. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr, 2002, p. 5-19.

FONTES

Livros de memórias e genealogias

BATISTA FILHO, M. (Org.) *Mãe Sinhá*: memórias e lições. Recife: Imprima, 2014.

BORBA FILHO, H. Apresentação. In. SUASSUNA, A. Ferros do Cariri: uma heráldica sertaneja. Editora Guariba, Recife, 1974, p. 2-3.

DANTAS, F. L. e DANTAS, M. L. R. *Uma família na Serra do Teixeira*: elenco e fatos. Recife: Liber, 2008.

FERNANDES BATISTA, L.; FERNANDES BATISTA, I.; BATISTA FILHO, M. (Orgs.) *Papai: histórias & estórias*: livro comemorativo do centenário de nascimento de Malaquias Batista Feitosa (1905-2005). Recife, 2005.

FERNANDES NETO, J. O empreendedor. In: FERNANDES BATISTA, L.; FERNANDES BATISTA, I.; BATISTA FILHO, M (Orgs.). *Papai: histórias & estórias*: livro comemorativo do centenário de nascimento de Malaquias Batista Feitosa (1905-2005). Recife, 2005.

_____. Um dia na vida de Mãe Sinhá In: BATISTA FILHO, M. (Org.) *Mãe Sinhá*: memórias e lições. Recife: Imprima, 2014.

FRANÇA, M.J. *Retrato Escrito*, V.I. Recife: CEPE, 1993.

_____. *Retrato Escrito*, V.II. Recife: CEPE, 2002.

_____. *Retrato Escrito*, V.III. Recife: CEPE, 2004.

MARIANO SOBRINHO, A. “*Rio do Camará*”: A Epopéia de (Mais) um Seculo. Camalaú: Editora: Academia de cultura Princesa do Cariri, 1996.

MEDEIROS, T.D. *Ramificações Genealógicas do Cariri Paraibano*, João Pessoa, CEGRAF, 1989.

MENEZES, A. R. *Alcindo Menezes*: uma vida. Coleção a Sociedade dos Homens, 1995.

_____. A.R *Essa gente de Monteiro*: lagoa do Periperi. Coleção a Sociedade dos Homens, 2000.

MENEZES, J. R. *Patriarcas da Alagoa de Monteiro*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1992.

_____, *O testemunho dos bem-nascidos*. Recife: Editora Bagaço, 1997.

NUNES FILHO, P. *Guerreiro Togado*: Fatos históricos de Alagoa de Monteiro. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 1997.

RIETVIELD, J. J. *Na sombra do Umbuzeiro*: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro. João Pessoa: Imprell, 1999.

- _____.; XAVIER, S.V; SOUSA SILVA; E. *Herança de Manoel Monteiro: duzentos anos de igreja católica em Monteiro (1800-2000)*. João Pessoa: Imprell 2002.
- SUASSUNA FILHO, J. *Memórias e histórias*. Recife: Ed. do Autor, 2000.
- _____. Recife, Editora da Família, 2015.
- SUASSUNA, A. *Ferros do Cariri: uma heráldica sertaneja*. Editora Guariba, Recife, 1974.
- _____. Apresentação. In: SUASSUNA, R. *Uma Estirpe Sertaneja: Genealogia da Família Suassuna*. João Pessoa/PB: A União, 1993, p. 9-32.
- _____. Prefácio In: *SENAC, Culinária caprina: do alto sertão à alta gastronomia*, Senac DN, Rio de Janeiro, 2005, p. 7-9.
- _____. *Almanaque Armorial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- _____. *Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2007.
- SUASSUNA, R. *Uma Estirpe Sertaneja: Genealogia da Família Suassuna*. João Pessoa/PB: A União, 1993.

Artigos acadêmicos e jornalísticos sobre pecuária e secas no Nordeste

ASA, História de quintais: a importância do arredor de casa na transformação do Semiárido, 4^a edição, Recife, 2014.

BATISTA FILHO, M. (Org.) *Viabilização do semiárido nordestino*. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, Recife, IMIP, 2001a.

_____. *O sertão pode dar certo?*. Recife: Liceu, 2001b.

_____. *Cadernos do semiárido: segurança alimentar e nutricional*. BATISTA FILHO, M. (Coord.). CREA-PE, UFPE, 2005.

_____. ; MIGLIOLI, T. C. (Org.). *Viabilização do semiárido do Nordeste: um enfoque multidisciplinar*. Recife: LICEU, 2010.

ELOI DA HORA, J. Registro genealógico de caprinos In: Revista Agropecuária Tropical, 41^a edição, março/abril, 1985, p. 84-85.

FERNANDES BATISTA, L. Água, mais água... é a solução para o semiárido? Viabilização. In BATISTA FILHO, M. (Org.). *Viabilização do semiárido nordestino*. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001, p.32-38.

IRPAA, Cabras e ovelhas: a criação do sertão, 5^a edição, Juazeiro-BA, 2015.

MOTA, M. O Bode do Nordeste, IJNPS, 1969.

MENESES, H. Contribuições da caprinocultura ao povoamento do sertão. MOTA, M., In: *O Bode no Nordeste*, IJNPS, 1969, p. 39-51.

NIVALDO, J. Depois do bode só o camelo... e o camelo já é deserto. In; Revista Agropecuária Tropical 14ed. 1980, p.

_____. Depois do camelo, talvez o petróleo In. Revista Agropecuária Tropical, 23^a edição, outubro de 1981, p.35.

OLIVEIRA, E. O Sertanejo Nordestino e a pulha colonialista In. Revista Agropecuária Tropical, 52^a edição, Jan/Fevereiro de 1987, p. 21-22.

REVISTA DINHEIRO RURAL, Edição 122, Fevereiro de de 2015. Disponível em <<http://dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/o-queijo-do-poeta>> Acesso em maio de 2016.

REVISTA AGROPECUARIA TROPICAL. Caprinos no Nordeste: desperdício de uma notável riqueza: 32^a ED., 1983, p. 50-54.

REVISTA O BERRO. (2013) O camelô das secas. Disponível em <<http://www.revistaberro.com.br/?materias/ler,2069>> Acesso em abril de 2016.

- SANTOS, R. *A revolução Nordestina: a epopeia das secas (1500-1983)*. Editora Tropical, Recife, 1984.
- SEBRAE. *Jornal Bolsa de Negócios*. Ano III, nº14, SEBRAE Paraíba, 1999.
- _____. *O agronegócio da caprinocultura nos Cariris Paraibanos*. João Pessoa: Sebrae Paraíba, 2000a.
- _____. *Cartilha do caprinocultor*. João Pessoa, 2000b.
- _____. *Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a caprinovinocultura*. João Pessoa: Sebrae Paraíba, 2003.
- SUASSUNA, A. Cabras no Cariri, Paraíba Tropical, 6^a ed., 1978, p. 35
- _____. (1999) *Cabras*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3005200007.htm>> Acesso em fevereiro de 2015.
- _____. (2013) *A epopeia das cabras valentes na terra Brasil*. Disponível em: <http://www.revistaberro.com.br/?materias/ler,2050> <http://www.revistaberro.com.br/?materias/ler,2050> > Acesso em junho de 2015.
- SUASSUNA, J. A Caprinocultura nos Estados do Piauí e Ceará. *Ciência e Trópico*. Recife: v. 25, n.1, p. 116-123, 1997.
- _____. (2001) *Potencialidades e limitações da caprinocultura no Semiárido*. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=629&Itemid=376> Acesso em abril de 2015.
- _____. (2002) *Semiárido: proposta de convivência com a seca*. Disponível em http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=659&Itemid=376 Acesso em fevereiro de 2015.
- _____, (2003) *Caprinos: uma pecuária necessária para o semiárido*. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=629&Itemid=376> Acesso em fevereiro de 2015.
- _____, . Semi-árido: Proposta de convivência com a seca. In: ROCHA LIMA. J. (Org.). *Caderno de Estudos Sociais*. Recife, PE: Editora Massargana, 2007, v. 23, p. 135-148.
- VILAR FILHO, M. Nordeste, salvação só pelo sonho? Ou a, ainda terrível, vizinhança da grande seca. *Revista Paraíba Tropical*, 12^a ed, 1979, p. 5-7.
- _____. O sertão frugal e verdadeiro – Crônica de uma convicção In: (Org.) BATISTA FILHO, M. *Viabilização do semiárido nordestino*. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, IMIP Recife, IMIP, 2001a, p. 38-52.
- _____. Secas e ciclos secos – Sinopse analítica. In: (Org.) BATISTA FILHO, M. *Viabilização do semiárido nordestino*. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, Recife, IMIP, 2001b, p. 52-58.

_____. (2001c) *A busca por elementos biológicos e conhecimentos apropriados*. Disponível em http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=646&Itemid=717 Acesso em junho de 2016.

_____. O bom começo levou o Guzerá. Revista Agropecuária Tropical, 147^a edição, Fevereiro de 2004, p. 11-15.

Sites e documentos consultados

AMCAP (2005) Revista AMCAP “ Com a força da união”. Edição Especial.

Acervo o Candeeiro P1 + 2 (2009-2013) <<http://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>> Acesso em julho de 2016.

Acervo Revista Agropecuária Tropical <http://www.crpbz.org.br/Revistas/ListaRevistas/6-Revista-Agropecuaria-Tropical-Memorias-do-Zebu?page=1>. Acesso em maio de 2015.

Acervo Revista Brasileira de Caprinos e Ovinos – O Berro. Disponível em <[http://www.revistaberro.com.br/?edicoes antереiores/index](http://www.revistaberro.com.br/?edicoes_antереiores/index)> Acesso em março de 2017.

Catálogo da Exposição da Oficina Cabeça de Cabro de Manuel Dantas Suassuna, Centro Cultural dos Correios. Recife: 1 a 29 de setembro de 2011.

Censo Agropecuário 1920. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17723.pdf>> Acesso em março de 2017.

Curriculum Lattes: João Suassuna: Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4721662E8>> Acesso em junho de 2016.

Curriculum Lattes: Malaquias Batista Filho Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787195U6>

Discurso proferido pela profa. Mônica Osório em homenagem ao prof. Malaquias Batista Filho, no XVII Congresso de Iniciação Científica, I Congresso de Iniciação em Desenvolvimento e Inovação e V jornada de Iniciação Científica da FUNDAJ, em 27/11/2009. Disponível em <<https://www.ufpe.br/posnutri/images/documentos/discurso%20malaquias.doc>> Acesso em maio de 2016.

Facebook Fazenda Carnaúba Taperoá Disponível em <<https://www.facebook.com/carnauba.taperoa>> Acesso em maio de 2016.

Instagram: Fazenda Carnaúba Taperoá. Disponível em <<https://www.instagram.com/fazendacarnauba/>> Acesso em junho de 2016.

Memorial Malaquias Batista Filho. Recife, 2008.

Registro de Ferros de Alagoa de Monteiro (1937-1944).

Vídeos e documentários

Documentário Bode Rei, Cabra Rainha, 2008 <
https://www.youtube.com/watch?v=Q9_DpChqWs> Acesso em junho de 2016.

Reportagem Campo Livre, 1990 Disponível em <
<https://www.youtube.com/watch?v=F3YwBlgod1s>> Acesso em junho de 2016.

Reportagem Globo Rural na Fazenda Carnaúba, 1983. Disponível em <
<https://www.youtube.com/watch?v=K9nNpJtG014>> Acesso em junho de 2016.

Reportagem Globo Rural na Fazenda Carnaúba, 2013. Disponível em <
<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/videos/t/especial-de-domingo/v/seca-castiga-fazenda-do-interior-da-parabá/2794696/>> Acesso em abril de 2017.

Video institucional Dia D 2016 Exposição de caprinos e ovinos Disponível em <
<https://www.youtube.com/watch?v=r0D4TUEcNgQ>> Acesso em junho de 2016.

ANEXOS

Como anexos da tese deixo disponíveis para consulta:

1. Dados biográficos de Manuel Dantas Vilar Filho e Malaquias Batista Filho (trechos dos livros, genealogias, artigos acadêmicos, reportagens etc.)
2. Transcrição das principais entrevistas citadas durante os capítulos da tese;
3. Relatórios e fotografias de atividades de campo nas fazendas entre 2015 e 2017;
4. Acervo das Revistas Agropecuária Tropical e Paraíba Pecuária (1978-1989)

Esse material pode ser acessado através do link <<https://drive.google.com/open?id=1vApk-QmMelBcohVhsHtoKD7NGxZrvM8>>